

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AMANDA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA**

**Dom Benedito de Ulhôa Vieira e o combate da Ditadura Militar:  
uma compreensão a partir de suas práticas e trajetória**

**UBERLÂNDIA**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AMANDA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA**

**Dom Benedito de Ulhôa Vieira e o combate da Ditadura Militar:  
uma compreensão a partir de sua prática discursiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de Concentração: Práticas Culturais  
e Relações de Poder

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira  
Carneiro

**UBERLÂNDIA**

**2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586  
2024

Silva, Amanda Aparecida de Oliveira, 1994-  
Dom Benedito de Uilhóa Vieira e o combate da Ditadura  
Militar [recurso eletrônico] : uma compreensão a partir  
de suas práticas e trajetória / Amanda Aparecida de  
Oliveira Silva. - 2024.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.56>  
Inclui bibliografia.

1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979-.,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-  
graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-  
MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	<a href="#">Dissertação de Mestrado Acadêmico, 14, PPGHI</a>				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	15:50
Matrícula do Discente:	12212HIS002				
Nome do Discente:	Amanda Aparecida de Oliveira Silva				
Título do Trabalho:	Dom Benedito de Ulhôa Vieira e o combate da Ditadura Militar: uma compreensão a partir de suas práticas e trajetória				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Culturais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Trajetórias, práticas e especialidade: uma análise da segunda geração da Microstoria italiana				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores doutores: [Mônica Brincalepe Campo/ PPGHI - UFU](#); [Maria Aparecida Aquino/ USP](#); [Deivy Ferreira Carneiro](#) orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr. Deivy Ferreira Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Brincalpe Campo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida de Aquino Silva, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5121238** e o código CRC **801FBBCD**.

**Dom Benedito de Ulhôa Vieira e o combate da Ditadura Militar:  
uma compreensão a partir de sua prática discursiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Uberlândia, 28 de fevereiro de 2024.

---

**Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro, UFU/MG**

---

**Profa. Dra. Mônica Brincalepe Campo, UFU/MG**

---

**Profa. Dra. Maria Aparecida Aquino, USP/SP**

*Dedico aos meus avós,  
pais e amigos.*

## AGRADECIMENTOS

Esta investigação foi elaborada com muita dedicação e empenho, como vejo a escrita como uma forma de minha expressão artística, em muitos casos, e a arte nada mais é que a expressão de uma construção social, aliada de sentimentos ou emoções, expressa por símbolos. Sem a ajuda da minha família, dos meus amigos, dos professores e tantas outras pessoas, não conseguiria fazer desta jornada algo divertido, tirando o peso que às vezes o processo da escrita pode carregar. Ao entregar esta dissertação, vejo que cumpri com entusiasmo e permaneci fiel a meu propósito original.

Mais do que o simples fazer, sempre busquei dar o meu melhor em minhas atividades. Esta intensidade, com certeza, correlaciona ao amor pelas coisas que fazem parte da minha vida. Com isso, apesar de se tratar de uma escrita científica, muitas palavras escolhidas foram conscientes, pois quis revelar por entrelinhas quem eu sou. Portanto, como escolhi escrever ao longo dos capítulos de forma impessoal, tentando trazer pouquíssimas construções textuais em primeira pessoa, reservei este espaço para trazer um pouco da minha trajetória, que influenciou o desenvolvimento desta pesquisa.

Minha proximidade com a Igreja Católica começou ainda na infância. Venho da união de uma família materna, majoritariamente católica, por vezes não praticante, com a paterna, predominantemente protestante. A convivência com meus avós maternos na minha infância foi fundamental para a minha vida, por isto, quero agradecer a meus avós, Maria e Álvaro (*in memoriam*) por terem cuidado de mim, quando meus pais estavam em seu trabalho, sempre lutando para que eu tivesse oportunidades que eles não tiveram. Meus avós faleceram sem me ver terminar o Ensino Médio. No entanto, se não fosse minha experiência ainda na infância com a minha avó, talvez esta pesquisa não teria saído. Nem mesmo a História teria sido a profissão que escolhi seguir. Já a meus pais, como não agradecer tudo que me deram ou ainda me dão? Palavras não são o suficiente para agradecer. Afinal, por mais que seja instintivo os pais serem provedores, para mim, hoje, só o fato de terem me dado a vida já foi uma dádiva.

Agradecer a meus amigos é um sinal de reconhecimento da importância deles em minha vida. São tantas pessoas que fizeram parte destes dois anos de pesquisa, que seguram minha mão nos momentos de incertezas, cansaço e desânimos, por coisas alheias à pesquisa. Afinal, a vida não para!

Por isto, quero agradecer a Mons. Valmir Ribeiro, com quem tenho o privilégio de conviver há anos e é uma figura importante na minha vida, que abriu várias portas da Igreja para mim, que foram se transformando em oportunidades de acesso a arquivos, documentos,

eventos que, entre outras coisas, colaboraram com a riqueza dos elementos apresentados na pesquisa. Se em julho de 2022 fui eleita coordenadora da Comissão para a Comunicação Social do Regional Leste II da CNBB, foi porque ele, em junho de 2016, me convidou para a coordenação da Pastoral da Comunicação da Arquidiocese de Uberaba, na qual permaneci até outubro de 2023. Essas experiências me ajudaram a perceber detalhes da Organização Institucional da Igreja de forma mais clara, refletindo diretamente nas abordagens expostas adiante.

Com isto, não posso deixar de agradecer à Arquidiocese de Uberaba por ter sido generosa comigo, na pessoa de Dom Paulo Mendes Peixoto, durante todos estes anos, desde a escrita de meu TCC em 2017. Sempre tive acesso ao Arquivo da Arquidiocese de Uberaba, recebendo a chave dele ainda na ocasião. Isto com certeza facilitou o desenvolvimento da pesquisa. Várias foram as visitas ao Arquivo ao longo dos anos e esta dissertação, de certa forma, ajuda na construção de uma perspectiva histórica da Igreja Particular de Uberaba.

Aproveito para agradecer ao Arquivo da Arquidiocese de São Paulo, na pessoa de Jair Mongelli, que me ajudou com alguns atalhos importantes, além do fornecimento de algumas fontes, principalmente as relacionadas à trajetória de Dom Benedito em São Paulo. Agradeço também à Ordem dos Dominicanos ter disponibilizado o acesso à Biblioteca Padre Le Bret.

As idas a São Paulo foram possíveis em muitos momentos seja para entender a organização da cidade ou ainda a ida ao Arquivo graças à família, uma família muito querida. Jack, Yasmin e Bruno, minha gratidão por todas as vezes que me acolheram no apartamento da família de vocês e principalmente pela amizade e os momentos de diversão aqui em Uberaba.

Nas idas a São Paulo acabei encontrando e fortalecendo valiosas amizades, feitas a partir de um grupo de estudo *on-line*; juntos, estamos na busca do autoconhecimento, processo que nem sempre é *harmônico*, mas se tornou mais divertido, pois buscamos fazer com leveza: Léo Lousada, Bruno Lanaro, Ramon, Camila, Nati Morgan, Nati Alva, Aline, Ana Beatriz, Júlio, João, Drica, Patrícia, Alan, Rafael, Anderson, Renata e Renan. Obrigada por tudo, principalmente pelas risadas e lágrimas compartilhadas. Ao Kevin, agradeço de modo especial, pois se não fosse o “empurrão” dado lá em 2021, eu não teria prestado o processo seletivo naquela ocasião. Não à toa, enviei a minha inscrição cerca de três horas antes do término das inscrições. Valeu, bro!

Meus amigos da Coordenação Nacional da Pastoral da Comunicação, a Pascom Brasil, da qual faço parte da equipe que administra os perfis nas redes sociais. Marcus Tullius e Janaína

Gonçalves, muito obrigada por ajudarem com fontes e perspectivas a respeito da Comunicação da Igreja do Brasil.

A meu amigo e afilhado Padre Luís Carlos, esta história passa também por você, afinal, foi quem me apresentou a Mons. Valmir lá em fevereiro de 2015. Obrigada por ser sempre um ouvido e um ombro amigo, apesar das, longas distâncias.

A meus amigos Ana Luísa, Ricardo, Maria de Lourdes, Fabiana, Robson, Thiago Destro e Pedro, as conversas e debates são sempre oportunidades de crescimento! E às queridas Amabile e Luiza, que me ajudaram em muitos momentos, principalmente corrigindo a dissertação! Obrigada!

A meus professores do Programa de Pós-Graduação da UFU: Ana Flávia Ramos, Rodrigo Freitas, Maria Elizabeth Carneiro, Gilberto Noronha, Adalberto Paranhos e Cléber Felipe: com certeza, as partilhas durante as disciplinas ajudaram na elaboração de questionamentos que colaboraram para a pesquisa. Como já dizia Guimarães Rosa: “é junto dos bão que a gente fica mió!”

A meu orientador Deivy Carneiro: obrigada por ter sido tão amigo e curador desta pesquisa! Com certeza sua experiência com a micro-história ajudou no ritmo da pesquisa. Apesar de ter me dado autonomia em boa parte dela, os apontamentos foram providentes. Obrigada ainda mais por ter sido tão zeloso, seja nos momentos que exigia motivação ou disciplina. Isto, com certeza, é uma característica que demonstra sua sensibilidade e a perspectiva de que um orientador também se torna uma figura inspiradora!

Aos professores Alexandre Avelar e Mônica Campo. Por terem feito parte de minha banca de qualificação ajudaram a aperfeiçoar algumas discussões ao apresentar certos elementos.

À professora Maria Aparecido Aquino por ter sido tão gentil e acolhedora, principalmente por ter aceitado fazer parte da Banca de Defesa. Assim, meu sonho quanto à Universidade de São Paulo se tornou um pouco mais tangível!

Agradeço à CAPES o custeio desta pesquisa. Apesar das incertezas em alguns momentos, por causa do desmantelamento da Ciência e Tecnologia no Brasil, a concessão da bolsa propiciou a oportunidade de desenvolvimento de uma pesquisa robusta.

Não poderia deixar de mencionar a alguns artistas que me acompanharam durante esta jornada solitária: McFLY, Justin Timberlake, Elton John, Coldplay e Orquestra Ouro Preto. O que eu seria sem a música? Como para mim, os agradecimentos acima mencionados são

verdadeiros e não protocolares, menciono a música como uma grande companheira, ainda mais, nos momentos que exigiram resiliência e comprometimento.

Quero ainda agradecer a Dom Angélico Sândalo Bernardino que me recebeu em sua casa, informalmente. Foi um grande privilégio conhecê-lo pessoalmente, sendo a única personalidade ainda viva que foi abordada nesta pesquisa.

Alguns estudiosos criticam aqueles que terminam seus textos com fala de terceiros. Entretanto, quero superar esta perspectiva: agradeço a Deus jamais ter me abandonado nas minhas *Noites escuras da alma* que vivi em abril e em outubro de 2023, que coincidiram com o período de escrita do segundo e terceiro capítulos. A fé, com certeza foi fundamental para, nas palavras de Theodore Roosevelt, eu ter “*mantido os olhos nas estrelas e os pés no chão*” ou ainda, buscando cumprir aquilo que Dom Hélder Câmara afirmou “*dar o máximo, trabalhar sempre com alma e com toda a alma, quer se tratando de conduzir às estrelas uma nave espacial ou fazendo uma simples ponta de lápis*”. Que se faça o que tem que ser feito, com Verdade e Amor.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como intuito compreender como Dom Benedito de Ulhôa Vieira, Arcebispo de Uberaba entre os anos de 1978 e 1996, atuou em relação à Ditadura Civil-Militar, na cidade de Uberaba. Para se chegar a esse entendimento foram utilizados, entre outros documentos e fontes, textos produzidos por ele no boletim arquiocesano denominado *Com-passo*, que foi distribuído pela Igreja nos seus mais diversos segmentos durante os anos de 1978 a 1991. Entretanto, para o desenvolvimento desta pesquisa examinamos as edições de 1978 a 1985 do referido boletim, aliado às produções da historiografia sobre a Ditadura Militar, principalmente as que debatem a ação da Igreja nesse período, bem como outros textos que expõem a realidade uberabense em seus aspectos sociais, culturais e religiosos durante o referido período. Para tanto, a Micro-História serviu de apoio metodológico para o desenvolvimento da trajetória de Dom Benedito, bem como para pensar de que maneira a ação da Igreja de Uberaba se inseriu em um contexto espacial maior, isto é, para observarmos como a realidade de Uberaba pode ser incorporada ao contexto maior do embate da Igreja Católica e Ditadura Civil-Militar no Brasil.

**Palavras-chaves:** Ditadura Militar, Igreja Católica, Uberaba, Dom Benedito de Ulhôa Vieira.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand how Dom Benedito de Ulhôa Vieira, Archbishop of Uberaba between 1978 and 1996, acted in relation to the Military Dictatorship in the city of Uberaba. In order to reach this understanding, various documents and sources will be utilized, including texts produced by him in the archdiocesan bulletin called Com-passo, which was distributed by the Church in its various segments during the years 1978 to 1991. However, for the development of this research, the editions of the bulletin from 1978 to 1985 will be analyzed, in conjunction with the historiographical productions on the Military Dictatorship, especially those that discuss the Church's role during this period, as well as other texts that depict the social, cultural, and religious reality of Uberaba during the mentioned period. Micro-History will serve as a methodological support for tracing the trajectory of Dom Benedito and for considering how the action of the Church in Uberaba fits into a larger spatial context. In other words, it will help observe how the reality of Uberaba can be incorporated into the broader context of the Catholic Church's struggle against the Military Dictatorship in Brazil.

**Keys-words:** Military Dictatorship, Catholic Church's, Uberaba, Dom Benedito de Ulhôa Vieira.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA E SEU ENVOLVIMENTO POLÍTICO NO BRASIL NOS ANOS DE CHUMBO</b> .....	25
1. 1. O golpe militar de 1964: o apoio e o distanciamento da Igreja.....	26
1.2. O embate da Igreja contra a Ditadura Militar.....	40
1. 3. A Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar: pontos de convergências e de transgressões .....	49
1. 4. O Uso dos Meios de Comunicação Social pela Igreja e a Imprensa Alternativa:.....	57
<b>CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA E AS PRÁTICAS DE DOM BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA</b> .....	63
2. 1. A Micro-História Italiana: um método investigativo .....	64
2. 2. Dom Benedito de Ulhôa Vieira: vestígios e trajetória de um bispo paulista.....	68
2. 3. Os bispos-auxiliares de São Paulo: diferentes pontos de partida, novos rumos e mesmas ideias? .....	93
<b>CAPÍTULO 3 - O EMBATE DA IGREJA E DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE UBERABA</b> .....	111
3. 1. A Relação Igreja-Estado na cidade de Uberaba até a chegada de Dom Benedito.....	112
3. 2. A chegada de Dom Benedito a Uberaba e os primeiros anos de governo.....	125
3. 3. Dom Benedito na Vice-Presidência da CNBB, anos finais da Ditadura Civil-Militar e Constituinte.....	163
3. 4. A trajetória de Dom Benedito: progressista moderado ou transgressor? .....	183
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	195
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	200

*O mundo está cheio de coisas óbvias sem que ninguém as observe.*  
*Sherlock Holmes*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo contribuir com as discussões historiográficas acerca da relação Igreja-Estado durante a Ditadura Civil-Militar, sobretudo, na cidade de Uberaba, a partir do ano de 1978 até o fim do regime ditatorial brasileiro, ocorrido em 1985. Os apontamentos serão feitos a partir das ações do segundo arcebispo metropolitano de Uberaba, Dom Benedito de Ulhôa Vieira. Para que sua atuação seja mais bem compreendida, a principal fonte de consulta às atitudes deste arcebispo frente à Ditadura Civil-Militar será o boletim *Com-passo*. O referido período foi criado por Dom Benedito logo após sua posse como arcebispo de Uberaba, vinculado às paróquias das cidades que compunham o território do citado arcebispado. O *Com-passo* teve um total de 138 edições, publicadas entre novembro de 1978 e dezembro de 1991. A periodicidade de tal boletim foi majoritariamente mensal, havendo poucas edições bimensais, possivelmente ocasionadas por motivos administrativos relacionados ao próprio gerenciamento das atividades do periódico.

Dom Benedito de Ulhôa Vieira foi um arcebispo da Igreja Católica, nascido na cidade de Mococa, SP, onde realizou seus estudos primários. Sua formação acadêmica deu-se no Seminário Central do Ipiranga, SP. Ordenado padre pelo Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta em 8 de dezembro de 1948, esteve à frente de diversas atividades da Arquidiocese de São Paulo: atuou como professor, vice-reitor e capelão da PUC-SP, além de ter realizado um amplo trabalho à frente da Pastoral Universitária e ter sido reitor do Seminário Central do Ipiranga. Com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns como Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo,<sup>1</sup> logo Dom Benedito assumiu o cargo de Vigário Geral, desempenhando vários trabalhos. Entre as atividades exercidas por Dom Benedito, podemos destacar a reforma administrativa na Arquidiocese de São Paulo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Dom Paulo Evaristo Arns foi um cardeal católico nascido na região de Forquilha, cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina. Foi ordenado presbítero em novembro de 1945, no Rio de Janeiro e, após atuar como bispo auxiliar do Cardeal Rossi (Arcebispo de São Paulo entre 1957 e 1966), foi elevado a Arcebispo Metropolitano de São Paulo em outubro de 1970. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, O.F.M.** Disponível em: <<https://arquisp.org.br/arcebispos/cardeal-dom-frei-paulo-evaristo-arns-ofm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>2</sup> Essas reformas administrativas se deram principalmente pelo fato da criação de uma nova Região Episcopal, na Arquidiocese de São Paulo. Região Episcopal é um território formado por várias paróquias e comunidades que são designadas a um bispo auxiliar, devido à grande extensão territorial de uma Arquidiocese. Um dos primeiros feitos de Dom Paulo Evaristo Arns foi criar uma Região Episcopal, a da Lapa, que foi assumida por Dom Benedito, logo após sua ordenação episcopal. Contudo, esse processo de criação é demorado e é quase sempre visto como um rearranjo administrativo e até mesmo político, pois para ele acontecer são levados em consideração alguns índices, como econômicos, sociais, culturais e religiosos. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Região Episcopal Lapa.** Disponível em: <<https://arquisp.org.br/regiaolapa/historia>> Acesso em: 15 jul. 2022.

Em novembro de 1971, foi nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo pelo Papa Paulo VI e em 25 de janeiro do ano seguinte, ordenado bispo por Dom Paulo Evaristo Arns. Escolheu como lema episcopal *In Nomine Domini*, o mesmo mote do Papa que o nomeou bispo. Como bispo auxiliar de São Paulo, assumiu a região episcopal da Lapa até ser nomeado Arcebispo de Uberaba, em julho de 1978. Em 15 de setembro do mesmo ano, tomou posse na Arquidiocese de Uberaba e logo trouxe para a realidade mineira suas experiências paulistas, sobretudo aquelas construídas ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns, sob o aspecto religioso, administrativo, político e social. Ao lermos a biografia de Dom Benedito, é possível compreender essa proximidade a partir de suas afirmações: “Dom Benedito sempre afirmava que Dom Paulo o honrava com o título de ‘primogênito’, pois foi o primeiro padre que ele sagrou bispo; considerava a convivência com Dom Paulo como uma escola de pós-graduação, na qual se preparou para ser Bispo de Uberaba.”<sup>3</sup>

Um de seus primeiros atos como Arcebispo de Uberaba foi criar o informativo arquidiocesano chamado de *Com-passo* que, como já descrito, foi uma produção da Arquidiocese de Uberaba, categorizada como boletim informativo, de circulação interna, isto é, disponibilizado apenas nas Paróquias ou Instituições ligadas à Igreja e para os fiéis. Essa distribuição inicialmente foi gratuita; no decorrer das edições, foi possível notar um apelo para que os fiéis fizessem a assinatura para custear as despesas do informativo. O formato da publicação era de quatro páginas, sendo a impressão em preto e branco, e tamanho Tabloide.<sup>4</sup> Quanto à constituição da Equipe Editorial, inicialmente não foram identificados os membros, porém as assinaturas da maioria das demais notícias, isto é, separando os artigos que serão analisados, quase sempre foram feitas pela chancelaria<sup>5</sup> do arcebispado ou pelo próprio Dom Benedito. O nome *Com-passo* foi explicado logo na primeira edição, na oportunidade em que

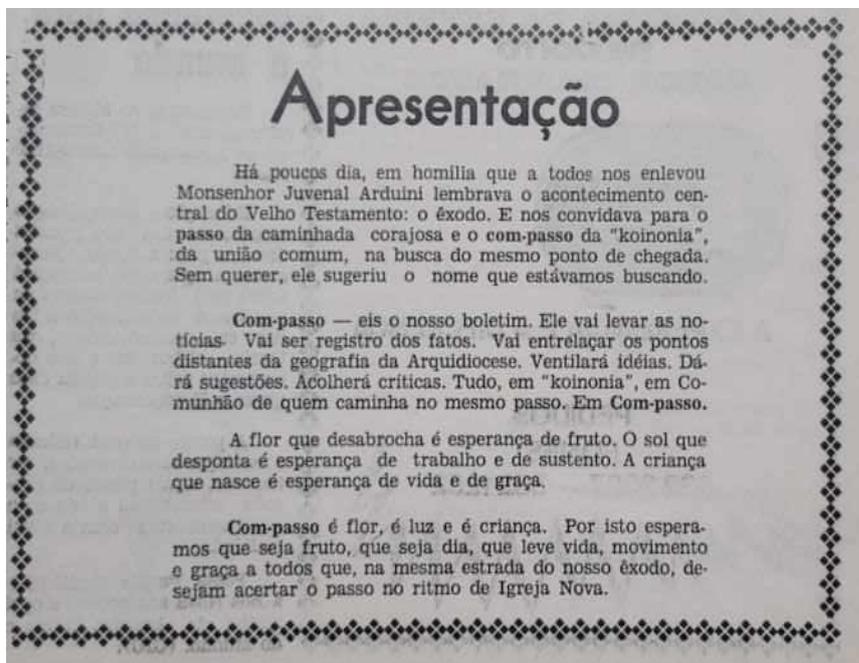
---

<sup>3</sup> REZENDE, Vera Cruz Garcia. **Dom Benedito: In Nomini Domini**. Uberaba: Tavares & Tavares Empreendimentos Comerciais LTDA, 2021. p. 26.

<sup>4</sup> Este tamanho refere-se às seguintes dimensões: 280 x 430 mm (11,0 pol. x 16,9 pol.). TAMANHOS DE PAPEL. **Tamanho Tabloide**. Disponível em: <<https://www.tamanhosdepapel.com/tamanhos-de-jornal.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>5</sup> O chanceler é responsável por preparar nomeações, provisões, decretos, atos, documentos de ordenações, documentos sacerdotais, assim como por despachar os atos do arcebispo. Ainda, nos atos da chancelaria, com efeito jurídico, emanados e assinados pelo arcebispo, o chanceler certifica, assinando conjuntamente. ARQUIDIOCESE DE UBERABA. **Chancelaria**. Disponível em: <<https://arquidiocesedeuberaba.org.br/chancelaria/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

o boletim foi apresentado. Então, foi possível compreender qual seria sua principal linha editorial e motivação:



**Figura 1: Recorte do boletim *Com-passo***

Fonte: 1ª Edição do boletim *Com-passo* – novembro de 1978<sup>6</sup>

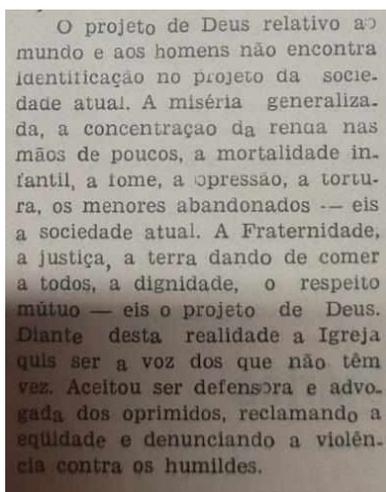
Na apresentação, podemos destacar possíveis linhas editoriais que irão compor as demais publicações, tendo em vista o uso de palavras como “êxodo”, “criança”, “esperança” e “Igreja Nova”. Tais termos podem sugerir qual seria a direção tomada pelo boletim, sobretudo dadas as circunstâncias políticas e sociais do Brasil durante a década de 1970. Não podemos esquecer que, dada a proximidade de Dom Benedito com Dom Paulo Evaristo Arns, isso possivelmente propiciou a Dom Benedito a visão próxima das ações inescrupulosas cometidas pelos militares. Com as crescentes represálias dos militares ao longo da segunda metade da década de 1960, continuadas na década de 1970, a Igreja acabou sendo pressionada a assumir uma posição em relação à Ditadura. Um dos personagens centrais foi o próprio Dom Paulo Evaristo. Como ressalta Marcos Napolitano:

Agora era a Arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, tornado cardeal pelo papa Paulo VI, que comprava a briga com o regime. A Igreja, pressionada pelas bases laicas e clericais, assumia-se como opositora institucional do regime. Não por acaso, em fevereiro de 1973, a voz institucional da Igreja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua XIII Assembleia Geral, rememorou os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pressionada pelas bases laicas e clericais, assumia-se como opositora institucional do regime. Não por acaso, em fevereiro de 1973, a voz institucional da Igreja, a Conferência

<sup>6</sup> COM-PASSO. Apresentação. **Com-passo**. Uberaba, nº 1, nov. 1978, p. 1

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua XIII Assembleia Geral, rememorou os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.<sup>7</sup>

Desta forma, é possível constatar que as ações em Uberaba podem ter sido reflexo daquilo que Dom Benedito viveu em São Paulo, sobretudo ao fazermos a leitura dos artigos escritos por ele:



O projeto de Deus relativo ao mundo e aos homens não encontra identificação no projeto da sociedade atual. A miséria generalizada, a concentração da renda nas mãos de poucos, a mortalidade infantil, a fome, a opressão, a tortura, os menores abandonados — eis a sociedade atual. A Fraternidade, a justiça, a terra dando de comer a todos, a dignidade, o respeito mútuo — eis o projeto de Deus. Diante desta realidade a Igreja quis ser a voz dos que não têm voz. Aceitou ser defensora e advogada dos oprimidos, reclamando a equidade e denunciando a violência contra os humildes.

**Figura 2: Recorte do artigo “A alegria de Ser Igreja hoje” de Dom Benedito no boletim *Com-passo***

Fonte: 4ª Edição do boletim *Com-passo* – fevereiro de 1979<sup>8</sup>

Contudo, não podemos limitar a ação da Igreja contra a Ditadura apenas advinda de Dom Paulo Evaristo. Como podemos ler no excerto acima, a Igreja de fato se tornou opositora declarada em 1973. Essa oposição já havia ocorrido em Uberaba, como, por exemplo, feita por Dom Alexandre Gonçalves do Amaral<sup>9</sup>, cujo acirramento das relações com a polícia resultou no remanejamento do comandante da Polícia Militar de Uberaba, após a prisão de Padre Juvenal Arduini e Padre Thomaz de Aquino Prata, feita em virtude das denúncias dos dois clérigos acerca do período militar.<sup>10</sup> Além disso, podemos ver as ações da Igreja Católica em outras

<sup>7</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 257.

<sup>8</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. A alegria de ser Igreja hoje. **Com-passo**, Uberaba, fevereiro de 1979, nº 4, p. 1.

<sup>9</sup> Dom Alexandre Gonçalves do Amaral foi o 5º bispo e 1º arcebispo de Uberaba. Tomou posse em dezembro de 1939 e permaneceu no cargo até 1978, quando pediu renúncia em virtude de ter completado 75 anos, idade em que os bispos podem fazer este tipo de solicitação à Santa Sé. ARQUIDIOCESE DE UBERABA. **Dom Alexandre Gonçalves do Amaral**. Disponível em: <<https://arquidiocesedeuberaba.org.br/dom-alexandre-goncalves-amaral/>> Acesso: 15 jul. 2022.

<sup>10</sup> Este fato da prisão dos dois padres foi contado diversas vezes pelo próprio Pe. Thomaz de Aquino Prata e lembrado em alguns momentos por Dom Alexandre. O arcebispo, ao saber da prisão dos dois clérigos, foi até Belo Horizonte e pediu pessoalmente ao Governador de Minas Gerais da época, Magalhães Pinto, que trocasse o comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, localizado em Uberaba. Dom Alexandre enfrentou outras duras adversidades durante a Ditadura Militar, principalmente relacionadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

localidades brasileiras, como, por exemplo, no caso ocorrido em Volta Redonda em 1967, como é apresentado por Alejandra Luisa Magalhães Estevez “[...] no qual quatro jovens ligados a um movimento católico local foram presos pelo Exército após distribuírem panfletos críticos ao governo vigente, tem início uma série de conflitos entre o bispo local e as autoridades militares.”<sup>11</sup>

Outro exemplo é do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, Primaz do Brasil, na Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Apesar de ter sido classificado com posicionamento político moderado, buscando o diálogo com vários setores da sociedade, pôde também contribuir com as denúncias dos atos dos ditadores<sup>12</sup> ou ainda em Joinville, Santa Catarina, com Dom Gregório Warmeling<sup>13</sup> que, assim como os prelados citados, inicialmente se posicionou a favor do governo militar, mas depois se colocou de forma contrária, contribuindo para o enfraquecimento do governo.

Ao chegar em Uberaba, Dom Benedito substituiu Dom Alexandre Gonçalves do Amaral que esteve à frente do arcebispado desde 1939 e Dom José Pedro de Araújo Costa, nomeado bispo coadjutor em 1970. Dom Alexandre já havia travado alguns embates com as lideranças policiais de Uberaba, para proteger seus prelados. Como pode ser lido, Pe. Thomaz de Aquino Prata e Pe. Juvenal Arduini sofreram bruscas perseguições de motivações ideológicas, assim como alguns religiosos da Ordem dos Pregadores, os Dominicanos, em Uberaba. Os Dominicanos ficaram conhecidos por suas concepções progressistas em várias regiões do Brasil, o que gerou até mesmo a prisão de frades da Ordem em São Paulo. Além desse episódio, na Diocese de Marabá, no Estado do Pará, Dom Estêvão de Cardoso de Avellar, que foi membro da Ordem dos Pregadores foi transferido para Uberlândia alguns meses antes de Dom Benedito tomar posse em Uberaba.

Geralmente o arcebispo, ao pedir sua renúncia ao papa por atingir o limite de idade, isto é, completar setenta e cinco anos de idade, como foi o que aconteceu com Dom Alexandre, segundo as orientações do Código de Direito Canônico, precisa apresentar três nomes para sua sucessão, apontando seu voto. Ao olhar para o contexto sociopolítico do Triângulo Mineiro,

---

São Tomás de Aquino – FISTA, criada pela Congregação das Irmãs Dominicanas. REZENDE, Gilberto. **Dom Alexandre Gonçalves do Amaral**. 13.02.2022 Disponível em: <<https://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,222744>> Acesso: 15 jul. 2022.

<sup>11</sup> ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura. **Revista Brasileira de História** [online]. 2015, v. 35, n. 69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69010>>. Acesso: 15 jul. 2022.

<sup>12</sup> ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. SSA: EDUFBA, 2009, v. 1.

<sup>13</sup> DE SOUZA, Eliton Felipe. A ditadura Militar e os religiosos que mudaram de lado. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 14, n. 42, 18 dez. 2021.

com certeza relatado à Nunciatura Apostólica Brasileira, Dom Alexandre pôde ter contribuído para a nomeação de Dom Benedito para Uberaba. Essa hipótese surge ao ser analisada a nomeação de dois bispos progressistas para a província eclesiástica de Uberaba em um mesmo ano. A província eclesiástica é uma divisão hierárquica da Igreja Católica que tem como finalidade assegurar que a região composta por um grupo de Dioceses tenha um perfil pastoral e administrativo semelhante e é sempre comandada pelo Arcebispo Metropolitano. No caso, a província de Uberaba foi composta até o ano de 1982 pelas Dioceses de Uberaba, Patos de Minas e Uberlândia, que recebeu uma nova Diocese no referido ano, a Diocese de Ituiutaba, criada em outubro de 1982 pelo Papa João Paulo II. Portanto, no ano de 1978, a província de Uberaba teve nomeado Dom Benedito para Uberaba, Dom Estêvão para Uberlândia, fazendo a tríade com a de Patos de Minas, tendo em seu governo desde 1968 um bispo capuchinho, Dom Frei Jorge Scarso.

Pensar nessas interrelações políticas e sociais só foi possível a partir de leituras providas por pesquisadores que utilizaram em suas pesquisas a Micro-História. A motivação primária para a elaboração deste estudo foi uma pesquisa realizada ao longo dos anos de 2020-21, sobre Dom Benedito, em meio às comemorações de seu jubileu de cem anos de nascimento, que deveria ser celebrado em nove de outubro de 2020. Todavia, por questões relacionadas à pandemia da covid-19, as celebrações foram transferidas para o ano de 2021.

Para que a análise dos artigos de Dom Benedito, vinculados no *Com-passo*, seja mais bem explorada no terceiro capítulo desta dissertação, uma discussão historiográfica foi construída a fim de apontar a relação política entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro desde a época da colonização feita pela Coroa Portuguesa até a ruptura da Igreja-Estado, ocorrida ao longo dos eventos originados após o golpe civil-militar de 1964. A ruptura da Igreja-Estado em 1889, como poderá ser visto ao longo do primeiro capítulo, tratou-se em um primeiro momento de ações administrativas, a fim de garantir a liberdade de culto de outras religiões e, ao mesmo tempo, uma maior autonomia para a Igreja prover o processo de Romanização indicado pelo Papa Leão XIII em seu magistério.

A estratégia da Igreja de utilizar publicações como instrumento de popularização dos trabalhos e das ideias do meio católico era uma prática comum, sobretudo após o Concílio Vaticano II validar o uso dos meios de comunicação social a seu favor, como podemos compreender a partir do documento promulgado em 1963, o *Inter Mirifica*:

Embora reduzido de 114 artigos para 24 (é o menor documento do Concílio Vaticano II), o *Inter Mirifica* significa a aceitação oficial da comunicação, pela primeira vez por parte da Igreja. A importância refere-se, sobretudo, ao fato da “aceitação oficial”, que pode ser entendida como uma ‘legitimação’ para o uso dos meios pela Igreja. [...]. Já na Introdução do documento, o *Inter Mirifica* assegura para a Igreja universal a *obrigação* e o *direito* de a Igreja utilizar os instrumentos de comunicação social. Havia, agora, uma posição oficial da Igreja sobre o assunto.<sup>14</sup>

Numa pesquisa, foi também observada a utilização de periódicos católicos como forma de combate à Ditadura em outras localidades, como foi o caso do *Diário de Notícias*,<sup>15</sup> produzido pelo clero na Arquidiocese de Ribeirão Preto e circulado a partir de 1960. Inicialmente, tratou de denúncias relacionadas à exploração da terra e do trabalho humano e, posteriormente, da má conduta do regime militar.

Entretanto, ao observarmos as produções já feitas tanto no âmbito geográfico, isto é, considerando Uberaba,<sup>16</sup> tanto quanto no aspecto religioso, isto é, a Igreja Católica ou ainda o boletim *Com-passo*, constatou-se que nenhum trabalho foi realizado seguindo o recorte: o combate da Ditadura Militar na cidade de Uberaba liderado pela Igreja Católica, tampouco a fonte citada e o período a ser analisado, isto é, de 1978 a 1988.

Ao ter contato com tal material no Arquivo da Arquidiocese de Uberaba para a elaboração de outra pesquisa, foi observado que tais publicações tinham uma preocupação para além do informativo sobre as notícias da Igreja Particular de Uberaba. E, pelo que se percebeu, o *Com-passo* tinha interesse especial em divulgar e denunciar os inúmeros fatos envolvendo a Ditadura Militar, isto é, a prisão de líderes opositores, as práticas exploratórias em relação ao trabalho da terra. Além disso, Dom Benedito tinha apreço em escrever a seus arquiocesanos que compunham o grupo majoritário de assinantes do periódico textos que poderiam motivar questionamentos e embates contra o Governo Federal.

---

<sup>14</sup> PUNTEL, Ir. Joana Teresinha. **Inter Mirifica: recordar por quê?** Disponível em: <<https://pascombrasil.org.br/inter-mirifica-recordar-por-que/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>15</sup> BAGATIM, Alessandra. **Personagens, Trajetórias e Histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. 2006. 143 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>16</sup> Existem algumas pesquisas que tratam sobre esta questão Uberaba x Ditadura Militar. Uma delas é “*Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidade e sua geração*” uma dissertação de mestrado feita pelo historiador Mozart Lacerda Filho. LACERDA FILHO, Mozart. **Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração**. 2006. 166 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93296>>. Outra obra que irá contribuir para a compreensão do aspecto social, político e cultural da cidade de Uberaba é: *Papel das Elites no Desenvolvimento Político e Econômico do Município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960* que também é uma dissertação de mestrado, produzida por Roberta Afonso Vinhal Wagner. WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

A partir desses vislumbres, foi pensada a possibilidade de um estudo em pequena escala, amparado por uma leitura analítica e reflexiva desses textos, inserindo-os em uma conjuntura maior, envolvendo a historiografia já produzida sobre a Ditadura Militar e a ação da Igreja Católica. A partir dessa investigação, espera-se que ela leve a entender como esses escritos produzidos por Dom Benedito podem configurar também uma forma de combate e denúncias da Ditadura Militar. Após essa reflexão, será feita uma discussão na busca de inserir tal fato em maior escala, transportando para outros referenciais espaciais, envolvendo outras localidades, buscando compreender como a Igreja agiu de modo simultâneo em localidades próximas e distantes, como é o caso dos exemplos citados acima, tendo em vista que as ações de um líder católico, na conjuntura brasileira, principalmente no período em que este estudo se insere, têm um valor inestimável.

Outras informações que ajudarão a elaborar a discussão: durante seu arcebispado em Uberaba, Dom Benedito assumiu cargo de destaque dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo Vice-Presidente dessa instituição no período de 1983 a 1987. Enquanto isso, no Regional Leste II, uma subdivisão da Conferência que reunia na época as arquidioceses e dioceses dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi presidente por três mandatos (1979 - 1981; 1981 - 1983; 1989 - 1991). Esse percurso nos leva a pensar que seus escritos também poderiam ter uma circulação maior, ou ainda, melhor receptividade, pela própria legitimidade conferida pelo cargo que ocupava, sobretudo nas esferas ligadas à CNBB. Esta perspectiva pode, por exemplo, auxiliar no jogo de escalas,<sup>17</sup> partindo do micro para o macro, envolvendo a Igreja local, regional ou até mesmo nacional, isto é: como uma experiência local reverberou na experiência regional ou ainda nacional? Como, por exemplo, buscar o entendimento de quando a Igreja se aparelhou para combater a Ditadura? Apesar da divergência de posicionamento dos bispos católicos, houve um alinhamento no discurso para favorecer o combate às violências? São indagações que podem favorecer as reflexões acerca da ação da Igreja para clarear ainda mais os movimentos durante o regime militar.

Além disso, a intenção é demonstrar como Dom Benedito fez questão de se posicionar de maneira objetiva em seus discursos, de apresentar suas discordâncias em relação a tudo aquilo que ia contra as orientações da Igreja do Brasil e do mundo. Entender também como um bispo posterior ao Concílio Vaticano II, que deveria ter apreço pela vida missionária, isto é, contato com os leigos e, além da propagação da Doutrina Social da Igreja, agia no cotidiano. Além disso, compreender como sua trajetória religiosa, política e social, por ter vivido os

---

<sup>17</sup> REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

primeiros anos da Ditadura em São Paulo, ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns, uma das figuras mais conhecidas da Igreja que lutou veementemente contra o regime militar, foi favorável ao chegar em Uberaba e propiciou para que ele não medisse esforços a fim de dar visibilidade aos fatos que aconteciam na esfera política e econômica, nos diversos níveis da administração.

As divergências no episcopado serão mais bem compreendidas ao longo do primeiro capítulo, que culminará na mudança alinhada por importantes líderes religiosos. Essa alteração de postura diante da Ditadura foi propiciada a partir da crescente perseguição de muitos religiosos, cometidas pelos militares, atingindo membros de cargos importantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esses embates evidenciarão, portanto, os episódios que marcaram de forma singular os muitos crimes contra os Direitos Humanos, cometidos pelos militares e respaldados por grupos de civis, durante esse período nefasto da história republicana brasileira.

O capítulo subsequente apresenta as contribuições da Micro-História para a historiografia de modo geral, além da diferenciação de seus métodos em relação à História Vista de Baixo, amplamente difundida por Edward Thompson. Neste capítulo, haverá um debate acerca do papel do historiador, sua postura e conseqüentemente sua escrita. As produções dos micro-historiadores<sup>18</sup> em sua maioria trazem para seus leitores, ao longo de toda sua narrativa, como se dará o desenvolvimento da pesquisa, como foi o acesso às fontes, bem como os desafios e as vitórias. Esta prática pode colaborar para que os jovens pesquisadores possam também entender as inúmeras possibilidades que aparecem ao longo de uma jornada científica e simultaneamente encorajam para que, seguindo as práticas de um bom detetive, consigam encontrar e analisar os detalhes que, em uma abordagem mais ampla, acabam ficando em segundo plano ou simplesmente escapam, o que não acontece quando se emprega um método que preza pelo peculiar. Como esta prática de apresentar como se deu a pesquisa é genuína e assertiva. No decorrer deste capítulo haverá também relatos com esta intenção.

Carlo Ginzburg em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* nos diz da característica que é própria do historiador, ao fazer uma comparação com atributos médicos. Em três situações diferentes, envolvendo Freud, Morelli e Conan Doyle, Carlo Ginzburg convida para a reflexão

---

<sup>18</sup> Entre alguns exemplos historiográficos da micro-história estão: GRIBALDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy F. & VENDRAME, Maíra (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021; CARNEIRO, Deivy Ferreira. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. **Locus: Revista de História**, 26, n. 1 (2020): 211-234; CARNEIRO, Deivy Ferreira; Daniel Rezende Berbert. **A forma e o tempo: decifrando Carlos Ginzburg**. São Paulo: Alameda, 2022.

que essencialmente define os micro-historiadores: o apego aos mínimos detalhes para “[...] captarmos uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”.<sup>19</sup> Os médicos, nos pequenos detalhes, conseguem, segundo a concepção de Ginzburg, diagnosticar as doenças inacessíveis, por meio da semiótica médica. Assim também é o papel do micro-historiador: diagnosticar os detalhes que no campo macroscópico seriam imperceptíveis. Essa incessante busca pelo singular, pelo não revelado, com certeza foi um compromisso ao longo das leituras das fontes.

Ainda no decorrer do segundo capítulo serão apresentadas as trajetórias de Dom Benedito, Dom Lucas Moreira Neves e Dom Angélico Bernardino, personalidades que tiveram contato com Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns, cardeais brasileiros com posturas discrepantes em relação à Ditadura Civil-Militar. Além disso, o objetivo da análise da trajetória desses bispos será demonstrar os ganhos analíticos proporcionados a partir da Micro-História. Uma análise de trajetórias e a comparação dos movimentos dos indivíduos que partem do mesmo espaço, que mantiveram relações interpessoais semelhantes, mas que ao longo dos fatos acabaram tomando rumos distintos.

Uma perspectiva que será amplamente defendida no segundo capítulo é que, não obstante Dom Paulo Evaristo Arns ser conhecido como um dos grandes combatentes da Ditadura Civil-Militar do Brasil, ele não agiu sozinho. Apesar de ser possivelmente uma concepção óbvia, ao serem lidos vários referenciais sobre a Ditadura, muitos indivíduos ou ainda seus feitos não são mencionados. Os métodos utilizados pela História Global muitas vezes não têm como preocupação primária os personagens secundários, o que é uma pena. Ao apresentar as trajetórias de Dom Benedito, que teve um papel importante na Pastoral Universitária da Arquidiocese de São Paulo, Dom Lucas à frente da Pastoral da Comunicação e, conseqüentemente, comandando os Meios de Comunicação Social da Igreja de São Paulo, serão apontados eventos que permearam o embate Igreja-Estado em São Paulo. Por fim, conhecer a trajetória de Dom Angélico, nomeado assessor da Pastoral Operária e apoiador efetivo das Comunidades Eclesiais de Base, as lutas desses religiosos frente à Ditadura poderão ser vistas como ações interligadas e não como autônomas, o que pode ser compreendido em uma abordagem mais ampla.

Por fim, no terceiro capítulo desta dissertação, apresentaremos a cidade de Uberaba e os entraves Igreja-Estado travados antes da chegada de Dom Benedito ao referido município. Com

---

<sup>19</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 151.

o compromisso de ressaltar os personagens secundários, os padres que colaboraram com as lutas da Igreja contra a Ditadura também serão mencionados. Infelizmente, por haver uma documentação mais escassa sobre esses clérigos, não será possível elaborar uma análise de trajetória semelhante àquela realizada com os bispos mencionados. No entanto, mesmo que esses apontamentos sejam mais tímidos, servirão para entender o contexto que Dom Benedito encontrou e como foi sua postura a partir de suas modificações pastorais e administrativas realizadas nos primeiros anos como arcebispo de Uberaba, inspiradas nas experiências vividas em São Paulo, como bispo auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns. Ao longo desta discussão, a análise dos textos de Dom Benedito será feita, lembrando que a Igreja em muitos momentos utilizou os meios de comunicação social para defender os Direitos Humanos, para denunciar as atrocidades da Ditadura Civil-Militar e ao mesmo tempo ser uma forma de resistência.

Por mais que o ápice da dissertação aconteça apenas no terceiro capítulo, a construção feita ao longo de todos os capítulos é fundamental. Conhecer as motivações e contextos que o arcebispo de Uberaba experienciou é essencial para que a análise de seus artigos publicados no *Com-passo* seja mais facilmente compreendida, para que a concepção de que o boletim teve um compromisso muito além do evangelizador ou como noticiário seja legitimada. Pensar o *Com-passo* como um periódico para além de um simples jornal da Igreja sem cunho sociopolítico é muito ingênuo e foge totalmente à análise crítica feita por um historiador. Afinal, será visto também o compromisso de Dom Benedito com as causas sociais a partir de suas lutas travadas na cidade de Uberaba, como, por exemplo, as ligadas ao movimento agrário. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consultadas noventa e cinco edições do *Com-passo*, sendo que seus exemplares se encontram arquivados no Arquivo da Arquidiocese de Uberaba, bem como os artigos e notícias citados nos jornais *Botija Parda*, *Correio Católico*, *Jornal da Manhã*, *Lavoura e Comércio*. No Arquivo da Igreja de Uberaba, as autobiografias de Dom Benedito, *Entardecendo* e *Auscultando o Coração* foram facilmente localizadas, assim como os *Planos de Pastorais* e o *Livro de Tombo* do período do governo do arcebispo em Uberaba. No Arquivo da Igreja Particular de São Paulo, foram consultadas as edições do *O São Paulo*, bem como os documentos de registro dos anos como seminarista e padre da Arquidiocese. Os documentos papais mencionados foram consultados no *site* do Vaticano, enquanto os documentos do Serviço Nacional de Informações foram buscados no *site* do Arquivo Nacional. Os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Estado de São Paulo* e a revista *Veja* foram consultados na medida em que foi notado um ponto de tensão entre alguma personalidade e o

objeto de análise desta investigação, sendo as edições mencionadas encontradas nos próprios acervos *on-line*.

Em 2024, o Brasil se lembrará dos sessenta anos do golpe civil-militar de 1964. Portanto, a realização desta pesquisa espera trazer para a historiografia brasileira novos olhares, além de evocar a coragem de homens que utilizaram sua influência para lutar sob diferentes formas em favor dos Direitos Humanos, em prol da justiça social no Brasil.

## **CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA E SEU ENVOLVIMENTO POLÍTICO NO BRASIL NOS ANOS DE CHUMBO**

Neste capítulo serão apontados alguns aspectos que servirão de ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa que constitui principalmente, uma discussão sobre o embate da Igreja Católica contra a Ditadura Militar na cidade de Uberaba, sobretudo a partir de 1978, até o período denominado de redemocratização do Brasil, isto é, até 1989. Para entender a ação dos membros da Igreja – seu envolvimento político e, ao mesmo tempo, como ela se tornou agente participante do governo brasileiro, é preciso compreender brevemente como foi construída a relação da Igreja com o Estado e, principalmente, a relação dessa instituição com a elite brasileira. A partir desta compreensão, será percebido como a parceria Igreja-Estado convergiu e se distanciou ao longo da história brasileira. Ao mesmo tempo, foi necessário demonstrar alguns aspectos presentes no Brasil, como, por exemplo, a presença de uma elite conservadora, autoritária e arbitrária, que quase sempre utilizou a força para silenciar grupos que se posicionaram de forma contrária ao governo em questão. Essa discussão será fundamental para entender os capítulos seguintes, principalmente o último, que apresentará como a cidade de Uberaba se constituiu e como esses elementos da sociedade brasileira, apontados em um aspecto mais geral, também se fizeram e se fazem presentes nesse local que será posteriormente analisado.

Para que se compreenda também a mudança de posicionamento da Igreja em relação à Ditadura Militar, serão destacadas algumas pesquisas que elucidam como os clérigos foram perseguidos, observados e censurados por órgãos ligados ao Governo Federal, além do apontamento de vítimas religiosas e leigas do governo ditatorial. A partir dessas discussões, será possível posteriormente entender como a Igreja precisou posicionar-se contrariamente à Ditadura para proteger seus membros e como essa relação com o Estado se tornou divergente, apesar de várias tentativas conciliadoras intermediadas principalmente pela Comissão Bipartite. Essas mudanças de posicionamento da Igreja também trarão um entendimento acerca de como a instituição, apesar de sua pluralidade de concepção política, ideológica e social, prezou por sua integridade e como seus membros, apesar de posicionamentos diversos acerca da Ditadura, buscaram o fortalecimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e utilizaram sua força discursiva para dismantelar o governo militar.

Estas e outras abordagens sobre alguns fatos políticos, sociais e religiosos serão o foco deste capítulo, pois este panorama servirá para que sejam entendidas posteriormente as ações de dom Benedito de Ulhôa Vieira contra a Ditadura Militar na cidade de Uberaba, a partir da

sua prática discursiva proliferada no boletim arquidiocesano de Uberaba, o *Com-passo*. É importante ressaltar que a apresentação destas discussões apontadas não foi feita de forma linear, pois alguns fatos estão ligados a outros que não necessariamente aconteceram simultaneamente, mas como consequência de toda uma mudança desencadeada por eventos ocorridos em outras épocas ou lugares, principalmente por envolver uma instituição que tem como sua sede outro país e ao mesmo tempo estabeleceu relações com membros do episcopado de outros países da América Latina.

### 1. 1. O golpe militar de 1964: o apoio e o distanciamento da Igreja

Como o foco desta pesquisa é tratar sobretudo os embates entre a Igreja e o Estado, sobretudo, a partir da década de 70, o resgate historiográfico sobre toda a trama que envolveu os antecedentes do golpe de 1964, motivações políticas, econômicas, podem facilmente serem consultadas a partir das pesquisas dos historiadores Marcos Napolitano,<sup>20</sup> enquanto Lilia Schwarcz pode ajudar a entender a construção e o uso dos meios de comunicação social como forma de alienação social ao longo da história brasileira,<sup>21</sup> assim como as tentativas de manutenção de João Goulart no poder, a partir da figura de Leonel Brizola, com a *Rede da Legalidade*,<sup>22</sup> e a construção do termo *Revolução Militar*, por meio da propaganda da Grande Imprensa.<sup>23</sup>

Para ajudar nesta construção há vários exemplos da historiografia que confirma a partir de várias discussões, a existência de um golpe civil-militar no Brasil, a partir de 1º de abril de 1964. Muitos historiadores já propuseram essas discussões, como, por exemplo, Boris Fausto,<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> op. cit.

<sup>21</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019. p.135.

<sup>22</sup> A Rede da Legalidade foi encabeçada por Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart, ao tomar a Rádio Guaíba em Porto Alegre, Brizola começou a campanha radiofônica em prol do cumprimento da Constituição, essa campanha foi retransmitida por mais de 150 emissoras, como conta Marcos Napolitano. op. cit., p. 31

<sup>23</sup> A definição do termo *Revolução* é a seguinte: “Revolução é uma violenta quebra da hierarquia social e política, em uma nação, pondo abaixo o que estava no topo e em seu lugar colocando os que estavam embaixo na hierarquia social e política”. De fato, em 31 de março de 1964 não houve este fato, pois toda a trama do golpe militar foi ensaiada por setores que ainda faziam parte do governo, de modo que não houve resistência efetiva. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao/>> Acesso: 12 ago. 2022.

<sup>24</sup> FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano, V. 11: economia e cultura (1930 – 1964)**. Coleção História geral da civilização brasileira, t. 3. v. 11. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Daniel Aarão Reis,<sup>25</sup> Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira,<sup>26</sup> Carlos Fico,<sup>27</sup> Rodrigo Patto Sá Motta.<sup>28</sup> O golpe de 64 veio para lembrar à sociedade brasileira a presença autoritária e o uso da força para controlar as camadas menos favorecidas e, além disso, para demonstrar que a política brasileira quase em todos seus grandes eventos se alicerçou em golpes para estabelecer uma nova ordem governamental.

A história do Brasil foi marcada por vários entrelaçamentos religiosos e políticos. No decorrer dos anos, o Brasil vivenciou várias crises em seu governo, com a eleição de Jânio Quadros, a insatisfação popular, quer dizer, a insatisfação da elite brasileira e da classe média crescia. A grande parcela da sociedade, pobre, que passava grandes dificuldades, clamava por seus direitos, ao mesmo tempo em que revoluções aconteciam pela América Latina, como foi o caso de Cuba. Com a relevância deste fato, a possibilidade de uma repetição em solo brasileiro era aos olhos da elite, inevitável. Esta elite era a mesma que apoiara o golpe militar que depusera o Imperador Dom Pedro II, sobretudo, formada por grandes produtores de manufaturas ou ainda ligados às grandes fábricas e também os infiltrados nas Forças Armadas. Desse modo, como recorda o historiador Marcos Napolitano:

O golpismo de direita, liberal ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributivista, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores. A tudo isso, chamava de populismo e subversão. Enfim, o golpismo da direita nunca aceitou a presença das massas seja como eleitoras ou como ativistas de movimentos sociais, na Quarta República brasileira, a “República de 46”. O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago. Muitos que defenderam a queda de Goulart talvez não tivessem a plena consciência desse significado histórico.<sup>29</sup>

Aliados a esses fatos, vale ressaltar que os meios de Comunicação Social foram aliados dos governos, ora porque pertenciam a indivíduos esta elite, como por exemplo, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, ora porque censurados ou manipulados pelo governo, como foi durante o Estado Novo. É certo que uma imprensa livre e comprometida com o bem-estar da maioria dos brasileiros raramente foi encontrada no Brasil. A imprensa surgiu como um meio

---

<sup>25</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 18.

<sup>27</sup> FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, vol. 24, núm. 47, julho, 2004, p. 50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>> Acesso em: 12 jan. 2023.

<sup>28</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018. p. 67. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

<sup>29</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 67.

de anúncios “oficiais” e assim foi tida. Depois acabou sendo transformada em um meio de alienação por meio de seus conteúdos artísticos que reproduziam um Brasil utópico. Aliás, não seria esta uma prática constante na arte brasileira, sobretudo ao voltarmos para as criações das obras de Macunaíma ou Iracema que, a partir da criação de seus protagonistas projetava uma imagem heroica do Brasil, na busca de uma construção na nação?<sup>30</sup>

Com a crise política instaurada durante seu governo, logo Jânio Quadros renunciou, para que o clima político não ficasse ainda mais insustentável. Assim, porém, seu vice assumiu, com a tentativa de contornar esse impasse, João Goulart, tinha a convicção de que as Reformas de Base, responsáveis possivelmente para eleger Jânio e a si próprio seriam as que o manteriam no governo. Contudo, não esperava que a partir delas o país vivenciaria os piores e, possivelmente, os mais trágicos episódios desde a escravidão. Mesmo com a existência da *Rede da Legalidade* encabeçada pelo seu cunhado Leonel Brizola,<sup>31</sup> assim que Jango voltou ao Brasil, encontrando o país sem o presidente Jânio Quadros à frente do governo, essa *Rede* não foi suficiente para que o governo de João Goulart perdurasse até o fim do mandato.

O fato é que a propaganda da ameaça da implantação do regime comunista efervesceu ainda mais com a Revolução Cubana e, com o medo da tomada do poder pelas classes mais pobres, a elite brasileira aplicou o golpe mais perverso que poderia fazer, que seria o golpe civil-militar, chamado por muitos erroneamente de revolução militar.<sup>32</sup>

Entretanto, como bem argumenta Marcos Napolitano, esta ameaça comunista apenas traduzia aquele sentimento que já existia nas principais lideranças brasileiras, a objeção do acesso popular a alguns direitos. Como ele afirma posteriormente:

Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nesses segmentos médios. As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditaram piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019. p.135.

<sup>31</sup> A Rede da Legalidade foi encabeçada por Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart, ao tomar a Rádio Guaíba em Porto Alegre, Brizola começou a campanha radiofônica em prol do cumprimento da Constituição, essa campanha foi retransmitida por mais de 150 emissoras, como conta Marcos Napolitano. op. cit. p. 31.

<sup>32</sup> A definição do termo *Revolução* é a seguinte: “Revolução, é uma violenta quebra da hierarquia social e política, em uma nação, pondo abaixo o que estava no topo e em seu lugar colocando os que estavam embaixo na hierarquia social e política”. De fato, em 31 de março de 1964 não houve este fato, pois toda a trama do golpe militar foi ensaiada por setores que ainda faziam parte do governo, de modo que não houve resistência efetiva. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao/>> Acesso: 12 ago. 2022.

<sup>33</sup> op. cit. p. 47.

Deve-se levar em consideração que assim como existiu a formação de uma burguesia em outros países, isto também se repetiu no Brasil. Na verdade, o povo brasileiro sempre foi influenciado pelos Estados Unidos e, evidentemente pela Europa. Ora essa influência se deu pela proximidade territorial, ora pelo constante intercâmbio, principalmente educacional. Não é atoa que, como recorda Lilia Schawrcz, o Brasil inaugurou sua primeira universidade apenas em 1808 com a vinda da Família Real, enquanto:

Nas colônias espanholas, por sua vez, a criação das universidades é bem mais antiga, datando, algumas delas, dos séculos XVI, XVII e XVIII: Universidade de São Domingos (1538), Lima (1551), Cidade do México (1551), Bogotá (1580), Quito (1586), Santiago (1621) e Guatemala (1676). No XVIII: Havana (1721), Caracas (1721) e Assunção (1733).<sup>34</sup>

A partir destas perspectivas, pode-se pensar que nunca houve um projeto claro e moderno para o Brasil. A passagem acima serve para recordar que as práticas exploratórias eram as prioridades da Coroa, em detrimento da construção de uma nação letrada e bem formada, aliás, só quem tinha acesso a essa formação eram aqueles que tinham valores aquisitivos suficientes para estudarem nas universidades europeias. O Brasil só teve avanços significativos no que se refere aos outros países da América Latina quando foi pressionado politicamente.

O golpe de 1964, como afirmam vários historiadores, foi a conclusão de um processo que já se havia iniciado no segundo governo do Presidente Getúlio Vargas. O suicídio do gaúcho Getúlio Vargas foi motivado principalmente por pressões políticas, desencadeadas pelos “presentes” dados às camadas menos favorecidas durante seu primeiro mandato. Getúlio conseguiu atrasar apenas por dez anos o golpe civil-militar. Muitos se referem ao golpe de 1964 como apenas militar. Pode ser que, no decorrer dos fatos, ele tenha se convergido para algo majoritariamente militar, mas ele não seria possível se não tivesse sido motivado pela grande imprensa, financiada por muitas formas pela elite (oligárquica e empresarial) e chancelada por grupos que se viam ameaçados pelo avanço das ideias marxistas, como foi o caso da Igreja Católica.

É possível ver essa ameaça sentida pela Igreja por dois fatores: um de viés religioso e o outro pelo medo da perda do prestígio social. Ora, as ideias comunistas pregavam uma série de propostas que, na concepção cristã, eram delicadas ou até mesmo inadmissíveis. De um lado, se vê uma teoria relativamente inovadora que estimulava uma liberdade religiosa a ponto de se

---

<sup>34</sup> op. cit. p. 11.

pensar uma sociedade ateuista; por outro, essa reorganização social levaria a um desprestígio natural dos líderes religiosos, comprometendo ainda mais sua soberania social, que já havia sido abalada com a separação do Estado em 1889. Se for pensado, a Igreja e o Estado sempre se mantiveram em uma relação simbiótica e, neste período da história, não seria diferente. A relação Igreja-Estado durante a história brasileira sempre foi revogada quando foi necessária para ambas, principalmente como forma de legitimar seus interesses. O mais irônico neste fato é a proteção buscada por ambas, pela instituição familiar, sendo que era tão pouco lembrada em outros momentos, como, por exemplo, no período escravocrata. Esta instituição não fora respeitada, quantas mulheres negras tiveram seus filhos arrancados, ou ainda as relações entre os povos oriundos dos diversos países africanos tiveram suas relações familiares violentamente destituídas. Ou ainda, quantas famílias originárias do campo estavam à margem da sociedade sem qualquer condição de subsistência? De fato, parece que se forem colocados estes fatores em análise, dadas as circunstâncias, o que se entende é que esses argumentos foram usados apenas como um verniz de má qualidade, pois logo ficou claro que essas defesas interessaram apenas àqueles que sempre estiveram no comando do Brasil.

Ludibriados por toda essa campanha de notícias sedutoras e ao mesmo tempo tendenciosas, algumas lideranças da Igreja Católica viram no golpe a possibilidade de uma reorganização social, como pode ser lido a partir de:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da nação.<sup>35</sup>

Vale ressaltar que, apesar de todo o processo estimulado pelo ultramontanismo é perceptível que a unidade ao que se refere à Igreja do Brasil, em seus muitos membros, isto é, cardeais, arcebispos, bispos, padres, diáconos, religiosos e religiosas tinha como uma de suas prioridades a movimentação dessa unidade. Não é atoa que aqueles que foram contra os ensinamentos da Igreja Romana, tiveram seus cargos destituídos. Essa concepção de unidade e

---

<sup>35</sup> CNBB. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). **As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

de promotores da fé daquela que era governada pelo sucessor do apóstolo Pedro foi se solidificando no Concílio Vaticano I com a promulgação do Dogma da Infallibilidade Papal. Esta infalibilidade, aliada ao sentido da busca pela integridade, traduzida religiosamente como comunhão, será o ponto chave para as tomadas públicas de decisão da Igreja no Brasil.

A ameaça do Comunismo no Brasil levou uma camada de cidadãos e acreditarem nessa falácia, que em momento nenhum se mostrou considerada, como também aponta a historiografia. Existiam no Brasil os partidos comunistas; contudo, eles tampouco conseguiriam uma mobilização forte e efetiva para propiciar uma mudança tão drástica em um país que mantinha a mesma estrutura há séculos. Além disso, a grande população marginalizada era tão pouco ou quase nada articulada. Contudo, os atos do presidente João Goulart corroboraram cada vez mais para que o decisivo vinculado na grande mídia fosse incontestado.

Alguns fatos foram caros ao Jango, um deles deu-se por estar na China quando o presidente Jânio Quadros renunciou em 1961. Vale ressaltar que na China neste mesmo período vivia o governo do ditador Mao Tsé-Tung, que tinha como prática política teorias marxistas-leninistas. Isso serviu de argumento pela mídia oportunista enquanto o discurso proferido na Catedral do Brasil em 13 de março foi feito por Jango. Este ato foi o estopim para a tomada do poder pelos militares que se daria alguns dias depois.

Não se deve esquecer também de toda a influência da política externa na política brasileira, sobretudo no golpe de 64. As alianças tecidas dos golpistas com o governo estadunidense retrata de modo claro a busca da elite política e econômica por apoios internacionais para a chancela de suas vontades no Brasil. Por meio de manobras publicitárias e discursivas, a elite política e econômica brasileira geralmente tenta dar um golpe limpo, sem sujar diretamente as suas mãos. Por isso, é dever da historiografia e também de outras ciências do campo social estarem sempre vigilantes, buscando resgatar esses fatos trágicos, violentos para a sociedade. Afinal, em vários momentos da História brasileira percebe-se que os militares sempre estão a serviço da elite, isto é, sempre dispostos a golpear contra a democracia, mesmo que isso seja dito posteriormente que era vontade da maioria da população.

A Igreja Católica teve um papel central nessas questões. Na conjuntura em questão, ela se sentia ameaçada, sobretudo, por dois fatores: um de viés religioso e o outro pelo medo da perda do prestígio social, como foi recordado. Ora, as ideias comunistas pregavam uma série de propostas que, na concepção cristã, eram delicadas ou até mesmo inadmissíveis. De um lado, vê-se uma teoria relativamente inovadora que estimulava uma liberdade religiosa a ponto de se

pensar uma sociedade ateuista; por outro, essa reorganização social levaria a um desprestígio natural dos líderes religiosos, comprometendo ainda mais sua soberania social, já abalada com a separação do Estado em 1889. Se for pensado, a Igreja e o Estado sempre se mantiveram em uma relação simbiótica e, neste período da história, não seria diferente. A relação Igreja-Estado durante a história brasileira sempre foi revogada quando foi necessária para ambas, principalmente como forma de legitimar seus interesses.

O mais irônico neste fato é a proteção buscada por ambas pela instituição familiar, sendo que era tão pouco lembrada em outros momentos, como, por exemplo, no período escravocrata. Essa instituição não fora respeitada. Quantas mulheres negras tiveram seus filhos arrancados povos oriundos dos diversos países africanos tiveram suas relações familiares violentamente destituídas. Ou ainda: quantas famílias originárias do campo estavam à margem da sociedade sem qualquer condição de subsistência? De fato, parece que se forem colocados esses fatores em análise, dadas as circunstâncias, o que se entende é que esses argumentos foram usados apenas como um verniz de má qualidade, pois logo ficou claro que essas defesas interessaram apenas àqueles que sempre estiveram no comando do Brasil.

Nesse contexto, algumas lideranças da Igreja Católica viram no golpe a possibilidade de uma reorganização social, como pode ser lido a partir desta declaração feita pela CNBB:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da nação.<sup>36</sup>

Vale ressaltar que, apesar de todo o processo estimulado pelo ultramontanismo, é perceptível que a unidade no que se refere à Igreja do Brasil, em seus muitos membros, isto é, cardeais, arcebispos, bispos, padres, diáconos, religiosos e religiosas tinham como uma de suas prioridades a movimentação dessa unidade. Não é à toa que aqueles que foram contra os ensinamentos da Igreja Romana foram de seus cargos destituídos. Essa concepção de unidade e de promotores da fé daquela que era governada pelo sucessor do apóstolo Pedro foi se

---

<sup>36</sup> Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, Victor A.; PRANDINI, Fernando. (ORG.). **As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

solidificando no Concílio Vaticano I com a promulgação do Dogma da Infallibilidade papal. Essa infalibilidade, aliada ao sentido da busca pela integridade, traduzida religiosamente como comunhão, será o ponto-chave para as tomadas públicas de decisão da Igreja no Brasil.

A Igreja Católica, deu assim, seu apoio e fez parte também dos inúmeros grupos que garantiram o golpe cívico-militar. O discurso anticomunista foi um fato, como pode ser visto ao longo desta pesquisa. Os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes ressaltam que esse discurso era assegurado por vários brasileiros. Contudo, eles também demonstram a existência de grupos de posições ideológicas diferentes que estavam presentes na Igreja Católica, assim como em qualquer outro segmento social, o que colabora para entender que de fato não houve uma homogênea organização na Igreja do Brasil:

A quantidade de organizações anticomunistas existentes no Brasil, antes e depois da posse de Goulart na presidência da República, indica, no mínimo, que não se podem subestimar o número e a mobilização dos cidadãos brasileiros que se opunham ao comunismo. Entre tais organizações, como fica evidente, a presença da Igreja Católica era uma tônica. Porém, mesmo a Igreja Católica estava dividida no início dos anos 1960, sendo integrada por várias tendências. Entre elas, segundo Paulo Cezar Loureiro Botas, havia os “ultrarreacionários”, então um grupo pequeno. A maioria, em sua avaliação, era formada pelos “conservadores”, sendo também numerosos os “moderados”, que apoiavam as reformas econômicas e sociais, embora lutassem contra o avanço do comunismo. Por fim, havia a “ala avançada”, afinada com as teses das esquerdas.<sup>37</sup>

A existência de grupos de ideologia distinta na Igreja não foi suficiente para a voz da ala mais conservadora ganhar força. Afinal, o discurso anticomunista ganhou uma envergadura bastante aceita pela sociedade brasileira, a partir do apoio da Imprensa e outros setores de lideranças da sociedade, camuflando o grupo católico que não apoiou o golpe cívico-militar. Assim, esta relação de Igreja-Estado acaba sendo outro ponto sensível, emblemático e, conseqüentemente, complexo, sobretudo a respeito da instauração de um governo militar. O historiador Luiz Fernando Mange da Silva aponta:

É por isso que ao analisar as relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado devemos levar em consideração duas situações. Primeira, os conflitos existenciais no interior da própria Igreja. Segunda, os conflitos e as alianças dela com o Estado. Os conflitos internos estão intimamente ligados a projetos católicos distintos entre o clero e a alta hierarquia romana, além de intelectuais e militantes católicos conhecidos como leigos. Quando se trata do conflito ou da aliança envolvendo a alta hierarquia romana e o clero de modo geral com a burguesia e o Estado o que está em voga são ações políticas da Igreja em defesa dos seus interesses corporativos, de seu poder e de seus privilégios. Já quando se trata de conflitos internos, são as divergências dos diferentes grupos em busca de poder e de legitimar uma “verdade discursiva”, realidade social em que estão inseridos. Nesse contexto de aliança e conflito com o Estado, além da disputa de poder

---

<sup>37</sup> op. cit., p. 46.

no interior da Igreja é que vão desenrolar as ações políticas e sociais dessa instituição durante e posterior ao golpe civil-militar.<sup>38</sup>

Essa complexidade deu-se também por meio da mudança de posicionamento da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II. O rearranjo político interno não destacou a necessidade primária da Igreja Católica no Brasil, isto é, a divulgação da fé, como recorda Scott Mainwaring, a partir da perspectiva de Luiz Fernando:

Quando pensamos a relação institucional da Igreja com a política não devemos desconsiderar a busca por uma expansão do catolicismo e a retomada de seus privilégios. Assim, o brasilianista Scott Mainwaring ressalta que: “A tendência de proteger interesses organizacionais tem sido e continuará sendo, dessa forma, um elemento chave no entendimento da Igreja Católica na política.” (MAINWARING, 2004:16).<sup>39</sup>

Assim, para entender o porquê a parcela católica conservadora se sobressaiu, é preciso lembrar que a Igreja Católica há décadas tinha o comunismo como um grande rival, isto é, desde os anúncios, documentos e decretos promovidos pelo papa Leão XIII. As duas alas da Igreja Católica optaram pela preservação da instituição, em detrimento da disputa interna. Afinal, à frente da Igreja nas cidades mais importantes do país, Rio-São Paulo, estavam clérigos da linha mais conservadora, que dispuseram de seus espaços para que o padre Patrick Peyton pudesse organizar suas Marcas do Rosário também conhecidas como Pela Família e Liberdade.

Posteriormente, essa relação Igreja-Estado ainda permaneceu dúbia e complexa. Com o avanço das medidas, sobretudo violentas do governo, a Igreja colocou-se contra o golpe, como pôde ser visto ao longo desta discussão. O cientista político Renato Cancian também recorda a complexidade dessa relação, ao citar um trecho retirado do relatório da Comissão Nacional da Verdade que aponta a ambígua posição eclesiástica em relação ao golpe militar. O mesmo pensador, em seguida, descreve:

[...] o documento é enfático ao afirmar que houve apoio da Igreja à intervenção militar fazendo referências explícitas a um “grupo numeroso” da hierarquia, composto por influentes bispos e arcebispos que apoiaram a deposição do presidente constitucional João Goulart, por considerar que seu governo estava decidido a implantar o comunismo no país. O texto também aponta a existência de uma divisão interna na Igreja em termos

---

<sup>38</sup> SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **A ditadura civil-militar e a Igreja Católica no Brasil**: uma abordagem do pensamento social católico. In: XVII Encontro de História da Anpuh- Rio, 2016, Rio de Janeiro. Anais (online). Disponível em: <<http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579ARQUIVOTextoAnpuh-RJ-2016.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2023. p. 5.

<sup>39</sup> Ibid., p. 6.

de posicionamento ideológico dos atores, considerados como refratários ao avanço do que se convencionou chamar de ideias progressistas dentro da Igreja.<sup>40</sup>

Adiante, Cancian faz um resgate que ajuda a entender essa complexa relação Igreja-Estado. O cientista político recorda que o objetivo principal da Igreja é a propagação universal da fé e da doutrina cristã, ao mesmo tempo em que relembra o que o estudo de Vallier afirma:

Em seu estudo comparativo mais abrangente, Vallier (1970) sustenta que o objetivo central da Igreja é a propagação universal da fé e da doutrina cristãs. Para consecução deste objetivo central, a Igreja depende de uma estrutura organizacional provida de recursos humanos, materiais e financeiros. Ao longo de sua existência milenar, várias foram as estratégias desenvolvidas pela Igreja Católica Apostólica Romana para o cumprimento de seus objetivos, porém Vallier constatou que, ao se apoiar nas estruturas do poder político e do aparelho estatal para cumprir seu plano missionário, a Igreja, inexoravelmente, se compromete com a legitimação ideológica da ordem social ao desempenhar a função de instituição de controle social por meio de recursos simbólicos alicerçados no conjunto de preceitos ético-morais cristãos.<sup>41</sup>

A partir desta discussão, é possível concluir que a relação Igreja-Estado acaba sendo uma simbiose, pois no fim das contas são esferas distintas que utilizam mutuamente suas estruturas para validar seus próprios interesses. De fato, é uma troca complexa, contraditória. Afinal, enquanto a Igreja em muitos momentos se apresenta como uma Instituição promotora da fé, o Estado se impõe como laico. Diante dessas reflexões tecidas, fica claro que os interesses particulares de cada grupo buscaram ao longo do tempo construir um inimigo comum, isto é, o Comunismo, o que acabou levando ao golpe civil-militar. O fato é que, apesar da heterogeneidade presente na Igreja Católica, a busca pela blindagem institucional deu espaço para as manifestações em prol do governo João Goulart. Tal expressão ocorreu dias após o discurso de Jango na Central do Brasil, como já mencionado.

Em 19 de março, como recorda Marcos Napolitano, a Igreja comemora o dia de São José, padroeiro universal da Igreja e das famílias, além dos operários. Essa data sugestiva foi escolhida para ser palco da conhecida Marcha de Deus pela Liberdade e Família. Aqui, os interesses entre Igreja e Estado foram expostos de maneira clara, mesmo que por parte da Igreja esse movimento não tivesse sido oficialmente promovido ou legitimado. Também motivada pela busca do enfrentamento dos perigos ditos acima, não desarticulou este movimento, que foi liderado por cristãos católicos. O apoio indireto da Igreja na Marcha foi posteriormente exposto por meio dos muitos manifestos, publicados por bispos em diversas cidades.

---

<sup>40</sup> CANCIAN, Renato. **Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar**: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. In: Revista Angelus Novus, USP – Ano VII, n. 11, 2016. p. 97. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97317>> Acesso em: 10 jan. 2023.

<sup>41</sup> Ibid., p. 101.

Vale ressaltar que no Brasil, no período antecedente ao golpe civil-militar, havia a presença do padre Patrick Peyton, como ressalta Cancian,<sup>42</sup> que proclamava a famosa frase conhecida no meio católico “Família que reza unida, permanece unida”. Esta frase tem uma importância fundamental para essa série de fatos, principalmente no que se refere à crescente concepção de combate do Comunismo. Em Portugal, em 1917, auge da Revolução Russa, a Igreja reconheceu posteriormente que três crianças haviam visto Nossa Senhora que, entre os milagres relatados por muitas pessoas, afirmou que todos deveriam rezar o Terço em família.

O objetivo desta afirmação não é questionar a veracidade do fato, tampouco desprestigiá-lo, como recorda Emanuelle Kopanyshyn. A vida dos santos sempre foi modelo para os cristãos e, ao seguirem a exortação de Maria, deveriam combater o comunismo. Contudo, como combater aquilo que tampouco se pensava no Brasil?<sup>43</sup> Além disso, a afirmação do padre Patrick e o contexto empregado, propiciaram o fortalecimento da campanha anticomunista, o que evidentemente é legítimo, pois em uma democracia esses jogos de interesses são constantes. Cabe ao indivíduo ter a perspicácia para não se deixar envolver. Entretanto, tal afirmação, utilizada como viés religioso, na verdade escondido o verdadeiro intuito, principalmente da campanha de Pe. Patrick, financiada pelos Estados Unidos, serviu apenas para acalorar os embates políticos no Brasil e América Latina, o que torna tal ato imoral. Afinal, como não cair nesse discurso, sendo que a formação cristã marcou fortemente a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, o acesso à educação pelas camadas desfavorecidas sempre foi precário e insuficiente?

---

<sup>42</sup> Padre Patrick Peyton foi um sacerdote católico de origem irlandesa que após mudar-se para os Estados Unidos, quase morreu e, a partir de um milagre intermediado por Nossa Senhora, iniciou um movimento chamado Cruzadas do Rosário em Família, amplamente divulgado na Europa e América Latina, sendo apoiado pelo Vaticano. Este movimento chegou ao Brasil em 1962 e a primeira Cruzada do Rosário em Família foi realizada no Rio de Janeiro, até 1964 outras cidades receberam o Pe. Patrick e em São Paulo, a articulação desta Cruzada começou em fevereiro de 1964, e acabou acontecendo apenas em agosto do mesmo ano. Pe. Patrick era pároco em uma paróquia do distrito de Hollywood e teve seu movimento financiado pela CIA para suas ações na América Latina, além dos empresários hollywoodianos. Na pesquisa de Anderson José Guisophi há toda uma descrição sobre a trajetória do padre Patrick, bem como suas ações no Brasil. GUI SOPHI, José Anderson. **As Cruzadas do Rosário em família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/164>> Acesso em: 12 ago. 2022.

<sup>43</sup> Segundo Emanuelle: “Os santos exercem sobre os católicos um apelo socioeducativo fundamental para o nivelamento das linguagens e alcance da doutrina. Eles enaltecem características comunitárias que devem ser exercidas e explicitam aquelas que devem ser combatidas. Em tempos de fome, um santo valoriza o jejum; em tempos de pauperização, a beleza da pobreza; em tempos de combate ao comunismo, as ameaças à fé do povo. Muito mais próximo da linguagem popular, as frases dos santos são ditas, repetidas, interiorizadas e propagadas com devoção, de forma que têm um efeito político e social inegável nos medos e expectativas dos fiéis”. P. 34 – 35. KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7263>> Acesso em: 12 ago. 2022.

Evidentemente que as ações de Pe. Patrick não foram isoladas, tampouco únicas, para que o Golpe Militar fosse dado. Relembrar sua participação nesta mobilização contra a ameaça do Comunismo, ao longo desta discussão, tem como intuito apresentar como o discurso religioso foi construído, para além de perspectivas atreladas à campanha feita pela mídia ou pela elite empresarial, trazendo um exemplo claro do uso da fé, para direcionar os fiéis a uma proposta alinhada aos interesses políticos da Igreja.

A Igreja, preocupada com o crescimento dos ideais marxistas, mas ao mesmo tempo enxergando um possível contratestemunho das ideias pregadas no evangelho por Jesus, buscou discutir assuntos de caráter social, como uma alternativa para o liberalismo e comunismo.<sup>44</sup> A chamada Doutrina Social da Igreja teve sua gênese ainda no pontificado do papa Leão XIII e foi incorporada e corroborada por seus sucessores, de acordo com as necessidades da época.<sup>45</sup> Entretanto, ao encontrar o mundo e conseqüentemente a Igreja em reconstrução ou em inércia, diante dos muitos fatos que foram vivenciados pela humanidade até a década de 1940, quem muda os rumos da Igreja é o papa João XXIII, que a filósofa Hannah Arendt<sup>46</sup> considera como um “papa verdadeiramente cristão” que repetiu uma frase dita pelo próprio papa João XXIII, “aos olhos dos cardeais, eu seria apenas um papa provisório e transitório”. Todavia, como bem disse o papa João XXIII, ao convocar o Concílio Vaticano II “[...] renova em nossa época os prodígios, como em novo Pentecostes [...]”,<sup>47</sup> sua vontade era que continuasse havendo

---

<sup>44</sup> A discussão sobre o Liberalismo e Comunismo foi iniciada principalmente pelo Papa Pio IX, como afirma Elza Silva Cardoso, que em seu trabalho aponta as discussões sobre esses assuntos desenvolvidas pelos Papas Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII, além de abrir uma discussão sobre o posicionamento da Igreja em relação à Segunda Guerra Mundial. Para saber mais: CARDOSO, Elza Silva. **Contra o liberalismo, a favor da democracia: a concepção política da igreja católica em meados do século XX**. 2010. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93239>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

<sup>45</sup> O papa Leão XIII em sua encíclica *Rerum Novarum* (1891) escreveu sobre a “Condição dos Operários”, enquanto o papa Pio XI *Quadragesimo Anno* (1931) escrita em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum* escreveu sobre a “Restauração da ordem social”. Já o papa João XXIII em *Mater et Magistra* (1961) – “A recente evolução da questão social” e *Pacem in Terris* (1963) – “Paz na terra” - tratou principalmente dos problemas enfrentados a partir da discussões pós-guerras e Guerra Fria. Já em 1965, como fruto do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et Spes* – “A Igreja no mundo de hoje” - foi promulgada pelo papa Paulo VI, e posteriormente, este mesmo papa tratou em 1967 “O desenvolvimento dos povos” na *Populorum Progressio*. Há uma publicação da Editora Vozes que apresenta resumo de todos os textos papais que foram publicados até o início de 1990, bem como a análise do contexto social, político e cultural quando foram escritas. Veja em: HENRIOT, Peter J.; DEBERRI, E. P.; SCHULTHEIS, Michael J. **Ensino Social da Igreja: Nosso grande segredo, herança e compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1993.

<sup>46</sup> Hannah Arendt em *Homens em Tempos Sombrios* faz um copilado biográfico de personalidades que vivenciaram as atrocidades da primeira metade do século XX, entre eles João XXIII, Rosa Luxemburgo e Walter Benjamin. No texto *Angelo Giuseppe Roncalli: um cristão no trono de São Pedro de 1958 a 1963* ela reflete sobre como João XXIII ascendeu ao papado, sem ter as características geralmente escolhidas pelo colégio dos cardeais para ser o novo Pontífice, além disso, ela apresenta alguns ensaios biográficos feitos por admiradores do papa João XXIII. ARENDT, Hannah. *Angelo Giuseppe Roncalli: um cristão no trono de São Pedro de 1958 a 1963*. In: \_\_\_\_\_ **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 67-79.

<sup>47</sup> Pentecostes para os cristãos foi o evento que marcou o início da Igreja Cristã, pois a partir dos Evangelhos, Jesus disse que enviaria o Espírito para que estivesse junto aos apóstolos, confirmando a presença de Deus. É o Espírito

mudanças na Igreja, como sempre aconteceu, em sua perspectiva, para acompanhar novidades da modernidade, sobretudo, do século XX.

Como a Igreja tenta ao longo da sua trajetória participar dos debates recorrentes no quadro sociopolítico-cultural do mundo, as preocupações com as trajetórias econômicas face ao debate proposto por Marx e também do Capitalismo foram refletidas a partir da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em maio de 1891 pelo Papa Leão XIII. É a partir dessa carta que a Igreja passou a refletir sobre as condições de trabalho dos operários. Com isso, os papados posteriores fizeram suas contribuições a partir de cada contexto histórico de seu tempo.

Dessa forma, por exemplo, o Papa Pio XI em 1931 publicou a *Quadragesimo Anno* fazendo alusão a *Rerum Novarum* por ocasião de seu 40º aniversário de publicação. Nessa carta, o Papa Pio XI reforçou que a Doutrina Social da Igreja seria uma terceira via entre o debate Socialismo e Capitalismo, além de apontar os problemas decorridos da Revolução Russa de 1917, da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929. Já no contexto da década de 1960, o Papa João XXIII, publicou a *Mater et Magistra* em maio de 1961, também fazendo alusão a *Rerum Novarum*, por ocasião de seu 70º aniversário de publicação. Nessa publicação, o Papa João, como aponta o historiador Jonnathan Margoliner, o documento aborda os seguintes aspectos:

[...] João XXIII abordou diversos problemas sociais, como a desigualdade no âmbito do trabalho, a baixa remuneração dos operários e o subdesenvolvimento. Para superar essas 'barreiras' do mundo moderno, o pontífice recorreu aos preceitos cristãos, principalmente a caridade e a equidade.<sup>48</sup>

Outra Encíclica foi escrita por João XXIII que esteve muito próxima ao contexto do Concílio Vaticano II, convocado por ele após sete meses da *Mater et Magistra*, foi a *Pacem in Terris*, de abril de 1963. Essa Carta foi escrita já durante as sessões conciliares e foi a primeira escrita pelo Sumo Pontífice direcionada a todas as pessoas da sociedade, sem fazer distinção de suas práticas religiosas. Nesse contexto, as reflexões propostas foram ao encontro da *Mater et Magistra*, principalmente ao que se refere à busca pela verdade, justiça, caridade e liberdade,

---

Santo, na tradição da Igreja Católica o responsável por guiar as decisões e ao mesmo tempo, remete a pluralidade de dons, que deve ser colocado à serviço da comunidade. O discurso do papa João XXIII está disponível em: JOÃO XXIII, papa. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis: para a convocação do Concílio Vaticano II***. Vaticano, 1961. <[https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost\\_constitutions/1961/documents/hf\\_j-xxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html)> Acesso: 12 ago. 2022.

<sup>48</sup> MARGOLINER, Jonnathan Monteiro. **A encíclica *Mater et magistra* (1961) como leitura de uma época: o século XX e as questões sociais**. 2009. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18824>> Acesso em: 20 set. 2023. p. 38.

além de um empenho assertivo na busca da paz pela sociedade. Além disso, a Carta alertou sobre os problemas sociais e políticos desencadeados pela corrida armamentista, dado no contexto da Guerra Fria que já era uma realidade na política internacional.

Com a criação da CNBB em 1952, fato este liderado por dom Hélder em favor Câmara, quando ainda era padre na Arquidiocese do Rio de Janeiro, e da Conferência Episcopal Latino-Americana, o CELAM em 1955, com o aval do papa Pio XII a Igreja na América Latina passou a se reunir para decidir quais rumos, sobretudo, pastorais deveriam ser tomados para que a Ação Católica pudesse crescer cada vez mais. Com a organização destas duas instituições, a troca de perspectivas tornou-se cada vez frequente e com elas, eram vistos também os mesmos problemas sociais: pobreza, questão agrária e educacional.

Na segunda Conferência do CELAM, realizada em 1968 em Medellín na Colômbia, o episcopado latino-americano e caribenho (quadro episcopal que a compõe) debateu os problemas que seus países enfrentavam. Basicamente, os mesmos: a presença de governos ditatoriais ligados à extrema direita. Assim como o Brasil, outros países também haviam sofrido quebras em suas democracias, como o caso da Guatemala e Paraguai (1954), Argentina (1962). Entre os assuntos debatidos na Conferência dois chamam a atenção: a questão da juventude e a da educação como expõem os cientistas sociais.

A juventude, organizada em grupos, inspirada pelos trabalhos realizados pela Ação Católica ao longo das décadas de 30 e 40, começou a protagonizar e buscar a participação política, principalmente no Brasil, visto que a própria Igreja Católica estimulou a participação mais efetiva e até mesmo a indicação de candidatos mais alinhados com os ideais católicos. Nesta perspectiva, viu-se na juventude sua capacidade promissora, como aquela que viria a ser a grande promotora da mudança que a sociedade necessitava, e, como essa compreensão, muitas organizações surgiram, tais como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), que se mobilizavam para discutir os problemas sociais, e participar de atividades promovidas pela Igreja, entre outros. Na perspectiva do historiador Márcio Goulart Coutinho o intuito da JOC no Brasil era bastante claro:

No Brasil a JOC vai surgir diante da necessidade de recristianização da sociedade, inspirada no discurso de harmonia de classe e com o objetivo de atrair a classe trabalhadora. O movimento consistia na valorização do trabalhador, no aumento de sua autoestima e na busca de um discurso que identificasse com a classe operária.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> COUTINHO, Márcio Goulart. A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários em Volta Redonda (1962 – 1971). In: **30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Anais eletrônico**. Recife: Anpuh-Brasil, 2019. Disponível em:

Como foi dito anteriormente, a existência de grupos com inspirações políticas distintas na Igreja Católica era e é uma realidade, por isso, fica evidente que as organizações juvenis acabaram trazendo um descontentamento para a ala mais reacionária da Igreja, como apontam Renan Augusto Gonçalves Teixeira e Francisco Evangelista: “O papel da juventude cristã na política foi ganhando destaque conforme se aproximava do trabalho popular e do meio universitário, e se distanciava da cúpula tradicional da Igreja Católica, aproximando-se, inclusive, do comunismo.”<sup>50</sup>

Apesar deste descontentamento as organizações não perderam suas articulações e, a partir das reuniões das organizações juvenis, começou a ser formado um grupo mais progressista da Igreja, tendo em vista que é nesta mesma fase que a Doutrina Social da Igreja começa a ser mais bem definida, principalmente propiciado, pelo contexto social, político e econômico que tanto o Brasil, quanto o mundo vivenciava.

Nestas instituições começaram a surgir lideranças leigas, isto é, cristãos sem serem ministros ordenados ou vinculados a ordens religiosas, e essas lideranças desempenhavam um papel fundamental em suas localidades, tanto que muitas foram perseguidas posteriormente pelo Regime Militar.

## **1.2. O embate da Igreja contra a Ditadura Militar**

A Igreja passou a contestar as práticas autoritárias do governo brasileiro, principalmente após o Presidente Artur Costa e Silva decretar o Ato Institucional 5, o AI 5, outorgado em 13 de dezembro de 1968. Esse Ato veio para destituir todas as liberdades democráticas ainda existentes, que ainda não haviam sido abolidas e, ao mesmo tempo, para “legitimar” ações que já aconteciam durante o período ditatorial, como, por exemplo, a censura. O Congresso havia sido destituído, os governadores dos Estados eram nomeados pelo Governo Federal e estes governadores eram os responsáveis pelas indicações dos prefeitos. Assim, os militares conseguiam de certa forma controlar todas as instâncias políticas do país, mesmo que de modo indireto. Além disso, os militares tinham o apoio de praticamente toda sua classe, o que favorecia um controle mais garantido.

---

<[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564006956\\_ARQUIVO\\_AJOCEOSGRUPOSREVOLUCIONARIOS.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564006956_ARQUIVO_AJOCEOSGRUPOSREVOLUCIONARIOS.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2023. p. 3.

<sup>50</sup> TEIXEIRA, Renan Augusto Gonçalves; EVANGELISTA, Francisco. Formação Social das juventudes católicas: contexto histórico e participação. **Revista Plurais**, v. 8, n. 3, 2018. p. 425. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/9181>> Acesso: 10 jan. 2023.

Logo a revolta social emergiu, oriunda tanto dos que já se declaravam opositores antes da instauração do governo militar, formado principalmente por membros dos partidos de esquerda, como de parcelas da sociedade que inicialmente se colocaram favoravelmente ao golpe civil-militar, bem como a grande Imprensa e a Igreja Católica. Esses grupos sofreriam ainda mais com as medidas e atitudes indefensáveis dos militares. A Imprensa que sempre serviu como porta-voz dos grupos a que seus proprietários pertenciam, viu o espaço de divulgação de suas indignações restrito ou nulo.

É importante também lembrar que, por mais que a Imprensa pertença a um determinado grupo em um Estado democrático de Direito, precisa ser livre e autônoma para contestar, dar publicidade a atos executados pelo governo em exercício. Com as prisões de personagens ligados a movimentos considerados subversivos aos olhos dos militares, com a realização de torturas, assassinatos, desaparecimento de pessoas, sendo essas ações majoritariamente sofridas pelos grupos opositores do governo, a Imprensa sentiu-se refém da Ditadura e não pôde também denunciar de forma clara a indignação.

Já a Igreja Católica, inicialmente apoiadora do golpe, estimulada pelo Concílio Vaticano II e também pela 2ª Conferência do CELAM, passou a sofrer as consequências do Regime Militar, sobretudo, por continuar defendendo o acesso aos direitos básicos das camadas mais pobres da sociedade, tanto a educação como a terra. Essa preocupação com a educação, sempre teve grande notoriedade na Igreja: por um lado, com o aspecto social, por outro, como forma de educar a sociedade com perspectivas cristãs. É importante lembrar a ação desenvolvida pela Igreja, principalmente pelas cidades do Nordeste, como o Movimento de Educação de Base (MEB) que inclusive contou com a participação do educador Paulo Freire.

O MEB foi um importante programa de alfabetização criado pela CNBB e apoiado pelo Governo Federal em 1961, sendo desenvolvido por meio de escolas radiofônicas. Esse movimento tinha como característica principal “[...] reagir à disseminação de ideais esquerdistas, promotores dos pressupostos comunistas e, desta forma, fazer frente aos avanços e conquistas das Ligas Camponesas.”<sup>51</sup> Contudo, mesmo que sua origem tenha sido favorável ao combate das ideias comunistas, posteriormente, indivíduos ligados a este movimento acabaram sofrendo represálias do governo militar, como aponta José Valdenir Rabelo Filho:

Durante a vigência do regime ditatorial, muitos sujeitos foram convocados a prestar depoimentos em delegacias, tiveram suas residências violadas e correspondências e

---

<sup>51</sup> FILHO, José Valdenir Rabelo. O mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil-militar em Sobral. In: SILVEIRA, Edvanir Maia de; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.) **A ditadura civil-militar em Sobral-CE: aliança, subversão e repressão**. Sobral: Edições UVA, 2017. p. 49.

livros confiscados, passaram dias detidos, sem ter plenos conhecimentos dos atos “subversivos” de que eram acusados. Denunciados por desafetos, muitos foram os que visitaram os bastidores do Estado autoritário constituído, ainda que não tivessem qualquer envolvimento com grupos de esquerda, muito menos ainda plena compreensão sobre uma suposta participação em movimentos de resistência ao regime.<sup>52</sup>

Inicialmente, os bispos das principais cidades do Brasil, de São Paulo e do Rio de Janeiro, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e dom Jaime de Barros Câmara respectivamente, tiveram posições contrárias em relação ao governo militar. Enquanto dom Carlos Motta tentou desarticular em São Paulo a Marcha pela Família, dom Jaime apoiou o movimento, tendo recebido em 1962 o Pe. Patrick Peyton que havia organizado a primeira marcha na capital carioca.

A relevância do apoio do arcebispo do Rio de Janeiro acabou sendo maior, pois dom Jaime ainda era o presidente da CNBB quando o golpe militar foi deflagrado. Assim, sua ação poderia ser vista como uma posição oficial da instituição, algo que a historiografia rechaça, considerando que dentro da Igreja sempre houve opiniões divergentes. Para citar um exemplo, pode ser mencionada a posição de dom Helder Câmara que, desde o início, foi contrário ao governo militar. Dom Helder foi um bispo de grande relevância dentro da CNBB, sendo secretário-geral desde quando ajudou a fundar a Instituição, em 1952. Foi nomeado para o arcebispado de Olinda e Recife, em 12 de março de 1964, antes do golpe militar, por divergência com dom Jaime, como aponta Paulo César Gomes:

O advento do golpe coincidiu com a chegada de um grupo mais conservador à direção da CNBB, através de uma eleição em 1964, o que contribuiu para fortalecer o posicionamento inicial dessa frente aos militares. O novo presidente passou a ser dom Agnelo Rossi, conhecido por ter inclinações mais conservadoras, e a secretaria geral foi assumida por dom José Gonçalves, um burocrata dos negócios da Igreja. O antigo ocupante desse cargo, dom Helder, foi transferido para a diocese de Olinda e Recife, após uma bem articulada atuação de dom Jaime Câmara.<sup>53</sup>

Dom Jaime era considerado como um dos bispos mais conservadores do Brasil, ao lado de dom Geraldo Sigaud, da Arquidiocese de Diamantina, que foi um dos primeiros a apoiar enfaticamente o golpe civil-militar. Dom Geraldo, como aponta também o historiador Paulo César Gomes, assinou a declaração favorável ao governo militar, junto com os “[...] bispos mais importantes de todas as partes do Brasil [...]”.<sup>54</sup> Tal declaração era: “Em linhas gerais, os bispos agradeciam aos militares por “salvarem” o país do perigo iminente do comunismo, com

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 50.

<sup>53</sup> GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 30.

<sup>54</sup> Ibid., p. 29.

destaque para dom Geraldo Sigaud, partidário de um catolicismo ultraconservador, como defensor dessa posição.”<sup>55</sup>

Já dom Agnelo Rossi, com a rápida passagem pela Arquidiocese de Ribeirão Preto (1962-1964), seguiu a linha de seu antecessor na presidência da CNBB. No que se refere a seu posicionamento político. Como arcebispo de Ribeirão Preto, dom Agnelo mudou a linha editorial do jornal *Diário de Notícias*, da Arquidiocese de Ribeirão Preto, que esteve sob a liderança de padre Celso Ibson de Sylos até fevereiro de 1964. A historiadora Alessandra Bagatim aponta que:

[...] padre Celso Ibson de Sylos amparado por Dom Luís Mousinho, foi um dos principais membros da Frente Agrária de Ribeirão Preto, que surgiu como tentativa de ajudar na organização dos trabalhadores rurais. Além disso, padre Celso era o diretor e o responsável pelos editoriais do jornal católico local *Diário de Notícias*. Nele, assim como na Frente Agrária, Padre Celso tinha postura crítica diante da situação de exploração.<sup>56</sup>

Pe. Celso foi preso logo no início do governo militar, tendo sua prisão decretada ainda no dia 1º de abril de 1964, por ser “considerado um ativista do partido comunista”,<sup>57</sup> sendo preso em 30 de abril e solto apenas em 3 de junho do mesmo ano. Este fato aponta um certo estranhamento, pois Dom Agnelo Rossi possuía a força necessária para tentar a liberdade do clérigo, afinal, era o arcebispo da cidade. A documentação sobre esse episódio não aponta nenhuma ação dele em favor de padre Celso. Outra discussão se faz também necessária: é preciso ressaltar dois pontos importantes para o debate até aqui: opor-se ao governo militar, lutar em favor dos pobres ou oprimidos era visto categoricamente como comunismo, principalmente quando figuras eclesiais tinham suas ações baseadas na Doutrina Social da Igreja. Essa taxação foi traduzida quando clérigos ligados a esta Doutrina passaram a ser taxados de “progressistas”. Em contrapartida, é necessário compreender a CNBB como uma instituição composta por uma diversidade de ideias. Sendo assim, não é válido pensar seus posicionamentos correspondendo a uma integralidade entre seus prelados, mesmo que sendo afirmado como tal. Além disso, deve-se lembrar que a busca pela unidade, para não haver rupturas dentro da própria instituição, também é uma preocupação antiga da Igreja no Brasil, desde a implementação do ultramontanismo ou ainda da Ação Católica.

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> op. cit., p. 121.

<sup>57</sup> Idem.

Dom Agnelo, ao ser transferido para o arcebispado de São Paulo, ainda em 1964, também assumiu no final desse ano a presidência da CNBB, trazendo para a Instituição uma postura ainda mais conservadora, dando continuidade ao perfil criado por Dom Jaime Câmara que, de certa forma, tinha um contraponto, a partir da figura de dom Hélder. Em 1969, o episódio da prisão de um grupo de dominicanos que se juntaram a Carlos Marighella, também marcou de maneira infeliz a trajetória de dom Agnelo, pois ele não interveio em favor dos dominicanos, permanecendo neutro diante de tal fato, o que ocasionou até mesmo a tortura de Frei Tito.<sup>58</sup>

Contudo, já em 1970, em meio às crescentes repressões do governo à Igreja, esta começa a articular-se de forma aparelhada contra o governo militar. Em São Paulo, dom Frei Paulo Evaristo Arns, da ordem dos Franciscanos Capuchinhos, foi nomeado pelo Papa Paulo VI, arcebispo da arquidiocese. Inicialmente, dom Paulo teve uma posição mais moderada diante da Ditadura Militar, fato que foi mudando aos poucos.

Mesmo com opiniões e, conseqüentemente, posturas distintas, os membros da alta hierarquia da Igreja se viam ameaçados, principalmente dada a perseguição a membros do episcopado brasileiro. Ao ler a obra do historiador Paulo César Gomes, é perceptível a operação da espionagem militar, sobretudo, ao investigar notórias figuras do episcopado brasileiro, como dom Helder Câmara, dom Pedro Casaldáliga, dom Frei Aloísio Leo Arlindo Lorscheider.

Dom Helder Câmara um dos primeiros a se posicionar de maneira convicta contra a Ditadura, ao ser transferido para a região nordestina do Brasil, começou a articular nessa região uma resistência contra as ações militares. Dom José Vicente Távora, o primeiro presidente do MEB e Arcebispo de Aracaju, também se manteve contrário ao governo militar. Inclusive grupos liderados por esse arcebispo também foram alvo de perseguições de militares.<sup>59</sup> Já na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, dom Avelar Brandão Vilela, apesar de ter uma postura moderada, buscou o diálogo com os militares e até mesmo intermediou contatos para que grupos progressistas não sofressem represálias, como aponta Grimaldo Zachariadhes.<sup>60</sup>

Essas diversas posturas diante da Ditadura Militar, principalmente no que se refere ao episcopado brasileiro, foram fruto de mudanças ocorridas ao longo dos anos, o que ocasionou interferências em sua estrutura, principalmente no que se refere ao nível social dos nomeados a

---

<sup>58</sup> CARTA CAPITAL. **Homenagem a Dom Paulo torna-se um ato de resistência a Temer.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/homenagem-a-dom-paulo-torna-se-ato-resistencia-a-Temer/>> Acesso: 12 ago. 2022.

<sup>59</sup> FACHIN, Patricia. **Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente Távora.** Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3464-isaias-nascimento>> Acesso: 12 ago. 2022.

<sup>60</sup> op. cit., p. 176.

altos cargos da hierarquia católica, fato aliado às mudanças estimuladas pelo Concílio Vaticano II e 2ª Conferência do CELAM, a de Medellín. Estas, juntas, motivaram a inspiração para o movimento teológico denominado Teologia da Libertação. Essa linha ideológica e teológica trouxe para a Igreja na América Latina a concretização do novo caminhar da Pastoral da Igreja, estimulado há décadas pelo Ensino da Doutrina Social. A Teologia da Libertação nasceu de discussões ocorridas em Medellín, que resultaram em um documento norteador para ações futuras da Igreja, como pode ser compreendido:

O documento usa a palavra “libertação” quando trata do tema da opressão e apresenta o tema do Êxodo, que veio a ser um elemento caro à futura Teologia da Libertação. Assegura que da mesma forma que o antigo povo de Israel “sentia a presença salvífica de Deus quando ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós: o novo povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva” (Med, Introd., n.6).<sup>61</sup>

Por isso, ela foi vista como um movimento subversivo pelos golpistas de 1964. A Teologia da Libertação também foi uma das genitoras das conhecidas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, que tiveram igualmente um papel importante na articulação cristã católica contra a Ditadura. A partir de reuniões de reflexão sobre as passagens bíblicas, esses grupos refletiam sobre a realidade política, econômica e social com um método criado pela CNBB, chamado “Ver-Julgar-Agir” que depois foi também incorporado pela Campanha da Fraternidade. Tanto a Campanha da Fraternidade quanto a Teologia da Libertação, as CEBs e a Campanha da Fraternidade foram fundamentais para a criação de lideranças leigas dentro da Igreja que puderam em suas articulações criar mecanismos para desgastar a imagem criada pelo Governo Federal.

Esses grupos muitas vezes se reuniam em salões disponibilizados pela própria Igreja e acompanhados por padres e religiosos. Possivelmente, conseguiram exercer uma missão que a Imprensa censurada não conseguiria expor: as mazelas produzidas pelos ditadores brasileiros. Em São Paulo, apesar da inércia da Cúria Metropolitana no início da Ditadura, foi com dom Paulo Evaristo Arns, aliado a dom Hélder Câmara que a contestação ao regime militar tomou maior notoriedade. Contudo, esse embate foi travado em outras dioceses e nelas a repressão e tortura de padres também ocorreram. Na Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro

---

<sup>61</sup> SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; TEODORO-SILVA, Wellington. **A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude.** Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciência da Religião, v. 16, n. 50, p. 648 – 676, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n50p648-676>> Acesso em: 12 ago. 2022.

Casaldáliga foi brutalmente perseguido pelos militares, pois defendia enfaticamente os indígenas e também o povo daquela região, como aponta Paulo César Gomes:

Ainda em 1976, outro ataque direcionado a um bispo acabou vitimando um padre da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Dom Pedro Casaldáliga, acompanhado pelo padre João Paulo Bosco Penido Burnier, foi a uma delegacia em Ribeirão Bonito, a 300 quilômetros de São Félix, dar queixa das prisões e torturas sofridas por camponeses. Quando ameaçaram denunciar as arbitrariedades cometidas, entraram em séria discussão com os policiais. O padre João Bosco acabou sendo assassinado com um tiro na nuca por um soldado na própria delegacia.<sup>62</sup>

Apesar da historiografia brasileira não ter muitos escritos que apontem como a polícia política agiu contra a Igreja, nas obras de Paulo César Gomes e Admar Mendes de Souza pode ser visto que a Igreja sofreu investigações minuciosas, principalmente de líderes que se posicionaram de maneira enérgica contra as repressões. No trabalho de Paulo César Gomes, como foi exposto, são apontadas inúmeras investigações envolvendo bispos que são lembrados como grandes combatentes da Ditadura, já citados anteriormente: dom Paulo Evaristo Arns, Helder Câmara, Pedro Casaldáliga. E como a Ditadura tentou enfraquecer seus discursos ao deslegitimá-los, taxando-os como subversivos ou até mesmo como esquerdistas. Já na tese do historiador Admar de Souza, pode-se entender como o DOPS/SP colocou a Igreja sob estreita vigilância:

Seja porque sua presença no país era mais intensa, seja porque, em dado momento se tornou objeto privilegiado de desconfiança, o que esses dados revelam é que a Igreja Católica foi objeto central nas investigações do DOPS/SP, no que diz respeito ao setor religioso da sociedade brasileira. Em outras palavras, pode-se dizer que a vigilância realizada pela polícia política sobre o setor religioso da sociedade brasileira teve no universo católico o seu principal objeto.<sup>63</sup>

Neste trabalho de Admar de Souza, é mais bem compreendido o papel da comissão Bipartite, que foi uma reunião de um grupo, tendo alguns bispos da Igreja compondo o quadro, na busca de um diálogo direto com os generais. Entretanto, não foi suficientemente efetiva, pois não conseguiu evitar as perseguições elencadas na obra de Paulo César Gomes. Essas perseguições ou violências sofridas por clérigos da Igreja Católica também aconteceram em

---

<sup>62</sup> Op. cit., p. 47.

<sup>63</sup> SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-123647/pt-br.php>> Acesso em: 12 ago. 2022. p. 92

outras regiões brasileiras, como a perseguição a dom Waldyr Calheiros, na Diocese de Volta Redonda.<sup>64</sup>

Essa sucessão de fatos violentos contra membros da Igreja teve seu apogeu na prisão de dom Aloísio Lorscheider, em setembro de 1970, quando este era secretário-geral da CNBB, como ressalta Paulo César Gomes.<sup>65</sup> E pode ser vista como o divisor de águas na mudança da atitude da Igreja contra a Ditadura, pois acontece em meio a outros assassinatos de estudantes, como o caso do estudante Edson Luís, assassinado no Rio de Janeiro, em março de 1968, que acabou levando a uma grande comoção na antiga capital brasileira, como é apontado por Marcos Napolitano: “[...] mais de 60 mil pessoas foram a seu enterro e a missa de sétimo dia se transformou em uma batalha campal entre estudantes e tropa de choque da PM carioca.”<sup>66</sup> Todavia, o estopim para a virada de posição da Igreja de São Paulo veio em 1973, com o assassinato de Alexandre Vanucchi Leme, como aponta também Napolitano:

A morte de Vanucchi Leme fez com que a cúpula da Igreja Católica no Brasil abraçasse definitivamente o tema dos direitos humanos, como eixo principal das críticas ao regime. [...] A repressão entrara em choque com o clero diretamente, tanto no caso dos frades dominicanos presos e torturados durante a caçada a Marighella, quanto no assassinato do padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e símbolo da Igreja progressista nos anos 1960 e 1970. Essas tensões explodiram definitivamente por ocasião da morte de Vanucchi Leme. Agora era a arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, tornado cardeal pelo papa Paulo VI, que comprava a briga com o regime. A Igreja, pressionada pelas bases laicas e clericais, assumia-se como opositora institucional do regime. Não por acaso, em fevereiro de 1973, a voz institucional da Igreja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua XIII Assembleia Geral, rememorou os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.<sup>67</sup>

Contudo, a mudança de postura da Igreja não foi suficiente para conter os militares, principalmente em São Paulo, cuja cidade teve a ação militar tão efetiva que em setembro de 1977 a Polícia invadiu o campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Contudo, o dia da invasão foi visto como um erro, sendo que a mobilização estudantil para o dia 22 de setembro era apenas para tirar o foco da Assembleia que aconteceria no dia seguinte<sup>68</sup>.

Por isso, a leitura desses trabalhos apontados é essencial para entender como a trama da Igreja contra a Ditadura se construiu, pois é a partir dela que pode ser entendido como as relações políticas dentro da própria Igreja foram fundamentais para um alinhamento opositor

---

<sup>64</sup> op. cit., p. 34.

<sup>65</sup> Ibid., p. 36.

<sup>66</sup> op. cit., p. 91.

<sup>67</sup> op. cit., p. 257.

<sup>68</sup> COMISSÃO DA VERDADE DA PUC-SP. **Invasão da PUC-SP.** Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-invasao.html>> Acesso em: 12 ago. 2022.

ao Regime Militar, o que favoreceu o desgaste da imagem do governo golpista. Vale lembrar que, assim como os militares defenderam seus interesses e os das elites brasileiras, esse jogo também se repetiu dentro da Igreja. Entretanto, apesar de muitas divergências políticas e ideológicas dos principais líderes da referida instituição, foram deixadas as diferenças para manter sua integridade no Brasil, fato amplamente apoiado pelo papa Paulo VI, o que favoreceu a mudança na imagem brasileira no exterior, que já havia sido iniciada por dom Helder e dom Paulo Evaristo.

Essa dualidade pode ser vista também durante o crescimento da Teologia da Libertação que, como lembrado por Sara Cristina de Souza, teve como sua contrapartida o surgimento da chamada Renovação Carismática e o Cursilho de Cristandade, alternativas para os cristãos alinhados a concepções mais conservadoras, principalmente por terem sido fundadas por membros ligados a esse viés ideológico.<sup>69</sup>

Todavia, deve ser lembrado também que, apesar de uma nova abordagem para a interpretação das Sagradas Escrituras, promovida pela Teologia da Libertação, a Igreja se manteve sempre fiel a suas questões doutrinárias, principalmente no que se referia a assuntos relativos à família, como, por exemplo, o divórcio. Com a aprovação da Lei do Divórcio em 1977, a imagem política do Brasil estava severamente comprometida, ora pelos eventos envolvendo os clérigos, ora porque a política estadunidense também via a Ditadura Militar agir contra os Direitos Humanos e promover testes nucleares:

Um dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de julho de 1977 anunciava o roteiro para o novo ato da política brasileira, que se delineava por “contornos graves de um quadro inquietante”.<sup>412</sup> Citando um eminente arenista, mantido em anonimato, a matéria dizia que o problema maior do governo Geisel não era a insatisfação da oposição, no caso o MDB, mas o fato de *ninguém* estar satisfeito com o governo e, como acontece em contextos autoritários, com o próprio regime. Estudantes, intelectuais, empresários, clero, trabalhadores, ruralistas e até políticos da Arena eram citados no balaio dos insatisfeitos. No plano externo, o presidente estadunidense Jimmy Carter e o papa Paulo VI se juntavam aos críticos do governo brasileiro. Explicitamente, por causa da violação dos direitos humanos perpetrada pelo regime. Implicitamente, pelas aventuras brasileiras no campo nuclear, no caso de Carter, e pela forma que se encaminhava a aprovação do divórcio, no caso do Vaticano.<sup>70</sup>

Ao mesmo tempo, críticas tecidas pelas lideranças políticas à Teologia da Libertação ou aos bispos denominados de “progressistas” foi uma estratégia para desmoralizar e enfraquecer a força da Igreja, que era ainda uma das poucas, senão a única Instituição com credibilidade o

---

<sup>69</sup> SOUZA, Sara Cristina de. **Igreja católica, política e moral durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Revista Aulas, Abril 2007/Julho 2007. p. 12.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 283.

suficiente para contradizer os militares, considerando toda a formação dada à sociedade durante décadas.

### **1. 3. A Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar: pontos de convergências e de transgressões**

Ao longo das duas seções anteriores neste primeiro capítulo, houve uma contextualização sobre principais pontos que serão discutidos ao longo desta pesquisa. Como a proposta desta primeira parte é apresentar fatos que apontem a complexa relação Igreja-Estado ao longo da Ditadura Civil-Militar, nesta última seção o objetivo é trazer, de forma mais plural, fatos e personagens que poderão exemplificar os momentos de aproximação e distanciamento das duas Instituições.

Ficará evidente que esses fatos e personagens, no fim das contas, tinham como objetivo a defesa dos direitos das classes às quais pertenciam. Ora, os militares buscaram apoio da Igreja para legitimar o seu governo; ora, bispos negociaram com os militares para proteger sua Instituição. Contudo, esses conchavos, na prática, na esfera pública, pouco funcionaram. O que será visto, a partir de exemplos do historiador Kenneth Serbin, é que a Comissão Bipartite, apesar de ter tido um papel importante nos bastidores da política brasileira no início dos anos 1970, envolvendo, portanto, militares, religiosos e até mesmo empresários, ela não foi suficiente para que a Polícia Política do Estado agisse contra membros ligados à Igreja, tampouco os espionasse e, mais ainda, não impediu que importantes líderes da Igreja discursassem contra a Ditadura Civil-Militar.

Além disso, é necessário também trazer à discussão quais foram as estratégias adotadas pelos clérigos para despistar os militares e assim colaborar com o discurso combatente da Ditadura. No próximo capítulo desta dissertação, será apresentado o objeto desta pesquisa, Dom Benedito de Ulhôa Vieira e sua relação com Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Lucas Moreira Neves e Dom Angélico Sândalo Bernardino. Todavia, como a ação desses bispos diante da Ditadura foi heterogênea, é necessário entender bem mais a complexidade dos movimentos do episcopado diante da Ditadura. Afinal, também será entendido que, apesar de haver figuras com posturas eloquentes e combativas, a linha geral de ação proposta até mesmo pela CNBB foi de questionar a postura ditatorial nas entrelinhas, isto é, por meio de discursos que apontassem as mazelas sociais, ligadas às questões da Terra, do Trabalho, dos Direitos Humanos. Dessa forma, estariam respaldados pelas questões propiciadas a partir do Concílio Vaticano II e, ao mesmo tempo, colocavam em prática a mudança pastoral fomentada pela Conferência de Medellín.

O uso do discurso por meio dos líderes religiosos é evidentemente uma das principais características da Igreja Católica, pois assim a fé é transmitida, bem como seus dogmas e ensinamentos. Apesar da Instituição inicialmente ter resistido aos Meios de Comunicação Social, com o avanço tecnológico e a nítida utilidade dessas ferramentas, seus líderes passaram a utilizá-los como forma de disseminação da fé e dos ensinamentos. O uso de jornais impressos e de rádios teve um papel importante ao longo das décadas de 60, 70 e 80 pela Igreja. Por isso, será mencionado, ao longo desta investigação, a mudança da postura também na área de comunicação da CNBB e, conseqüentemente, daqueles que a ela estavam ligados.

É fundamental recordar que o Concílio Vaticano II tratou de diversos assuntos de interesse particular da Igreja. Todavia, também foi espaço para discussões envolvendo outros credos e o povo, estes que, até então, não era visto como membro da Igreja. A participação de uma pluralidade de prelados de diversos lugares do mundo propiciou uma reflexão de assuntos que também eram caros ao Brasil. Apesar de haver motivação para o acolhimento das outras crenças, propiciando o diálogo no contexto brasileiro, a falsa percepção de soberania religiosa, herdada por causa do *Padroado Régio*, não foi bem acolhida pelas principais autoridades do episcopado brasileiro. Não à toa uma das fissuras entre a Igreja e o Estado também envolveu o apoio de figuras ligadas ao Governo e a outras práticas religiosas.

Com a reforma clerical brasileira e, conseqüentemente, no quadro episcopal brasileiro, distanciando-o bastante daquele que até o *Padroado Régio*, houve a aspiração de discussões inéditas por parte do clero brasileiro. Como Serbin recorda:

A reforma clerical no Brasil consistiu em um programa de modernização conservadora no qual a Igreja buscou a renovação institucional, a influência sobre o rebanho e a associação com o Estado e com redes de poder. [...] O governo, até então voltado para as regiões costeiras, empenhou-se para consolidar seu poder sobre o sertão e sobre as massas. Estas, com seu catolicismo de bases laicais e resistência à opressão, geravam uma forma alternativa de organização social e, portanto, uma ameaça à elite.<sup>71</sup>

Por isso, também, é que a questão social, no que se refere à qualidade de vida e à terra, foi posta para ser debatida na realidade da Igreja brasileira. Com o florescimento do ultramontanismo e, posteriormente, a Ação Católica, o clero do Brasil, e principalmente o grupo dos bispos, arcebispos e cardeais, já não era majoritariamente formado por homens ligados à elite brasileira. Evidentemente que esse número ainda era alto, entretanto, a partir da década de 1930 foi possível pluralizar essas nomeações, além de ampliar o quadro de Dioceses e bispos,

---

<sup>71</sup> SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 30.

consideravelmente.<sup>72</sup> Com as novas Dioceses e nomeações episcopais, aumentou consideravelmente a pluralidade eclesial e, ao mesmo tempo, novos prelados com visões diversas sobre a realidade social, cultural e política a partir das experiências de suas regiões puderam fazer parte do quadro da Igreja. Essa pluralidade no quadro episcopal durante a década de 60 ampliou-se mais ainda.

No entanto, percebe-se também a partir da leitura de Serbin e do brasilianista Scott Mainwairing que o episcopado brasileiro ainda carregava uma concepção de poder muito próxima do movimento conhecido como coronelismo. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o coronelismo configura esta prática como um sistema político “[...] uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”.<sup>73</sup> Contudo, se olharmos para a trajetória política brasileira, é perceptível a presença dessas características em diversos momentos, bem como o mandonismo e, posteriormente o clientelismo, práticas que naturalmente foram incorporadas pela sociedade brasileira ou ainda, estabelecidas naturalmente pela imposição da elite brasileira.

Essas práticas foram e são tão comuns na realidade brasileira que foi por meio delas que, de certa forma, as grandes crises políticas foram para legitimar o poderio das elites brasileiras, que viram ameaçados seus privilégios. Não é possível deslocar esta concepção da realidade religiosa, pois, como se sabe, a Igreja fez e se sentiu parte do governo do Brasil ao longo da história, tendo em muitos casos membros da elite fazendo parte do quadro episcopal ou mesmo, padres sendo eleitos para cargos políticos.

Na obra de Kenneth Serbin *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* o historiador estadunidense traz uma reflexão crucial para entender a motivação da criação da Comissão Bipartitee, conseqüentemente suas reuniões:

A tentativa de criar e sustentar o diálogo parecia inútil. O que é que esses dois grupos poderiam ter para discutir? A resposta era enganosamente simples: as duas mais importantes instituições brasileiras precisavam uma da outra. Os generais queriam a

---

<sup>72</sup> Em um período de quase 10 anos, foram criadas 21 Dioceses, uma Prefeitura Apostólica e uma Prelazia, esse número é maior que o número de Dioceses criadas de 1500 a 1889. Um breve estudo sobre as criações das Dioceses pós Proclamação da República pode ser conferido em: SILVA, Amanda Aparecida de Oliveira. **A criação da Diocese de Uberaba em 1907: o processo de romanização de Dom Eduardo Duarte Silva no Triângulo Mineiro**. 2017, 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

<sup>73</sup> No artigo *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*, o historiador aponta como essas práticas presentes até na política brasileira surgiram desde as primeiras organizações políticas e sociais dos brasileiros e, ao mesmo tempo, são elas que convergem pela inoperância efetiva do Estado, pois existe uma preocupação em manter interesses particulares, ao invés de promoção dos interesses públicos. Esta discussão pode ser conferida em: CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>> Acesso em: 11 ago. 2022.

bênção dos bispos ao seu regime, e os prelados queriam a garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja, de uma forma ou de outra, desde o início da história do Brasil. Tanto os generais como os bispos acreditavam que poderiam modificar as ideologias uns dos outros. Os militares enfatizavam os perigos do comunismo, enquanto a Igreja apontava para a necessidade de justiça social.<sup>74</sup>

Nesta perspectiva é que as disputas entre as duas Corporações se tornaram mais acirradas e, conseqüentemente, violentas. Apesar de ser nítido que muitas das decisões do clero são feitas às escondidas, esse contato com líderes políticos, por exemplo, pode em muitos momentos ser deixado em segundo plano. Na maioria das vezes, a Imprensa, e a população em geral, dá atenção aos pronunciamentos públicos, que são a manifestação da busca da articulação política. Entretanto, como recorda o próprio Serbin, os encontros da Bipartite são a prova de que o clero tem uma facilidade para manipular decisões em favor de seus interesses:

Os encontros secretos dos anos 70 representaram um exemplo especialmente precioso da conhecida, mas pouco documentada, habilidade de os bispos exercerem influência nos bastidores. Muitos livros sobre a América Latina examinam o poder da elite, mas raramente registram seus mecanismos íntimos.<sup>75</sup>

Esses encontros muitas vezes passam despercebidos ou nem mesmo são relatados, como, por exemplo, a ida de Dom Benedito aos Estados Unidos para uma audiência com o Senador Kennedy, intermediado por Plínio de Arruda Sampaio:<sup>76</sup>

É, foi o seguinte, eu fui em 74, eu era bispo auxiliar do Cardeal e eu fui convidado pelo governo americano, para ir aos Estados Unidos, para conhecer Plínio estava nos Estados Unidos [...] Eu estava em Whashington, eu disse eu fico com Drº Plínio e o Plínio, se tinha entendido com o chefe, secretário do Kennedy, esse Kennedy atual, não os dois que morreram e era um sujeito que falava bem o espanhol e marcou então a hora que eu devia estar com o Kennedy, eu fui para os Estados Unidos em Fevereiro de 74 e estava para tomar posse o Geisel e saía o Médici e entrava Geisel, com a promessa do Golbery, ao Senhor Cardeal, de em 6 meses acabar com a tortura [...] o senhor pode falar em português, que ele entende o espanhol e ele está interessado em saber como está a tortura no Brasil, se vai acabar ou se não vai e o Plínio me havia dito, anteriormente, fale bem para ele, porque queira ou não queira, o problema diplomático, do governo americano pode intervir e forçar, realmente essas relações diplomáticas são muito interessantes, e ele voltou, eu disse para ele, a situação é de tortura, e tal, rapidamente disse vários casos que tínhamos presente, que o Cardeal era o grande defensor, desses torturados e que, todo mundo era considerado comunista, sobretudo os universitários e ele me perguntou se havia possibilidade de cessar, eu disse, o General Golbery que vai ser o chefe de gabinete do novo governo que vai entrar, que era o Geisel, prometeu ao Senhor Cardeal que haveria de cessar e, o Plínio me havia antecipado e o secretário também, que o Senador tinha muito interesse em saber de uma fonte límpida da verdade [...] eu não vou dizer que a tortura no Brasil, terminou porque eu conversei com o Kennedy, isso

---

<sup>74</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 35.

<sup>75</sup> Ibid. p. 46.

<sup>76</sup> Foi um importante deputado paulista brasileiro, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, participou da formulação da nova Constituição em 1988.

seria loucura da minha parte, mas isso ninguém sabe, o Cardeal sabe, não sei se ele se esqueceu disso, pode ser que ele se esqueceu.<sup>77</sup>

Essa relação de bastidores, vista tanto na Bipartite quanto com líderes internacionais, foi constatada em outras ocasiões, como lembrado anteriormente. No entanto, no que se refere a essa complexa relação entre a Igreja e líderes políticos, é necessário lembrar o discurso em prol dos Direitos Humanos, que foi difundido pela CNBB ao longo dos anos, propiciado principalmente pelas orientações advindas do Magistério dos Papas João XXIII e Paulo VI, chancelado pelos documentos do Concílio Vaticano II. Por meio desse discurso é que a Igreja conseguiu avançar em suas ofensivas contra a Ditadura.

Essa afirmação é respaldada na pesquisa feita por Naiara Alves da Silva, cientista política, que buscou ao longo de sua tese apresentar como a Igreja do Brasil institucionalizou o discurso sobre os direitos humanos, sobretudo ao longo da década de 70.<sup>78</sup> Segundo esta pesquisadora:

Os direitos humanos se tornaram um marcador discursivo, mobilizado pela CNBB nos anos setenta, porque vão caracterizar não apenas uma retórica em pronunciamentos e cartas pastorais, mas vão acompanhar uma forma de militância ligada aos movimentos sociais e à mobilização popular por segmentos ativistas do episcopado e do sacerdócio brasileiro.<sup>79</sup>

Esta perspectiva já havia sido discutida por Kenneth Serbin em seu livro *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*, no qual reforça o surgimento da figura do padre militante social.<sup>80</sup> No entanto, alguns líderes da Igreja Católica não ficaram apenas no campo do discurso. Apesar de importantes bispos, como os primos dom Ivo e dom Aloísio Lorscheiter, dom Lucas Neves e dom Paulo Arns, em momentos e formas distintas, lutarem em prol da liberdade e em favor dos Direitos Humanos, a preocupação deles, na maioria das vezes, foi a de preservar a imagem da instituição, como aponta Serbin, em sua obra que trata sobre a Comissão Bipartite.<sup>81</sup> O brasilianista Scott Mainwaring ainda faz uma ressalva que pôde ser vista ao longo dos exemplos, sobre o quanto a preservação da Instituição

---

<sup>77</sup> LANZA, Fabio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)**. 2001. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001. p. 166 – 167.

<sup>78</sup> SILVA, Naiara Alves da. **Uma história da ideia de direitos humanos a partir dos bispos católicos brasileiros (1952-1989)**. 2017. 201 f. Tese de Doutorado (Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p. 26.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> op. cit., p. 32.

<sup>81</sup> op. cit., p. 56.

acabou trazendo também problemas que prejudicaram, por exemplo, a luta legítima contra atrocidades cometidas pelo Estado:

Devido ao caráter institucional da Igreja, sua identidade enquanto organização de cunho especificamente religioso e sua preocupação com a unidade eclesial continuaram a afetar a Igreja brasileira. Embora a necessidade de manter a coesão e a unidade possa não afetar diretamente o trabalho pastoral nas bases, na cúpula certamente implicará compromissos que limitam a Igreja popular.<sup>82</sup>

Além disso, há uma discussão notória feita na historiografia sobre a existência de grupos heterogêneos, bispos progressistas e conservadores, ou ainda radicais e polidos. No entanto, como o eixo desta dissertação é apresentar o combate da Ditadura Civil-Militar feito pela Igreja, é fundamental trazer exemplos de figuras do episcopado que se colocaram na linha de frente da ação contra o Estado.

Como visto na seção anterior, o diálogo com os militares não foi suficiente para que muitos religiosos fossem presos, torturados e até mesmo mortos. Há uma série de trabalhos acadêmicos que resgatam os embates de dom Pedro Casaldáliga, dom Waldyr Calheiros e dom Adriano Hipólito. Contudo, há outras pesquisas que tratam sobre a questão Operária, a da Terra e Amazônica, apontando outros bispos que atuam neste enfrentamento.

No que se refere, por exemplo, à questão Operária, é fundamental mencionar a atuação de Dom Cláudio Hummes na região conhecida como ABC paulista. No artigo de Ney de Souza *O Bispo e as Greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar*, este pesquisador aponta:

A posição assumida por grande parte da Igreja católica no ABC paulista é mais um momento em que a instituição religiosa começa a abandonar a cegueira e se sensibilizar devido à grave situação da sociedade brasileira, e neste caso específico, com o operariado. Será a conscientização de parte da Igreja católica diante das atrocidades do regime em relação aos operários. A instituição católica no ABC optou por se afastar do Estado autoritário articulando-se com os movimentos sociais e garantindo espaço para a manifestação das lutas sociais da sociedade civil, com parte do clero se identificando com a luta dos operários e o mundo do trabalho.<sup>83</sup>

Nesta perspectiva, não há como esquecer a importância das greves do ABC em favor da convocação de eleições diretas e promulgação de uma nova Constituição. A ação da Igreja ao

---

<sup>82</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 34 – 35.

<sup>83</sup> SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. In: **A Revista História e Cultura**. Franca, V. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015. p. 274. Disponível em: <<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/view/85>> Acesso em: 15 ago. 2023.

lado dos operários foi notória, e foi nesse núcleo que novas lideranças políticas do Brasil surgiram, principalmente por meio da criação do Partido dos Trabalhadores. As lideranças eclesiais não ajudaram apenas nos discursos e, em alguns momentos, chegaram a disponibilizar seus espaços para resguardar os militantes, para escaparem das repressivas violências do Estado.

Outra Diocese que teve notoriedade na luta ao lado dos trabalhadores é a de Santos, como aponta o historiador Gines Salas Neto:

No início de 1967, a apreensão da espionagem para com o bispo de Santos ganhou novo vigor com a vinda dos padres operários franceses, que passaram a atuar em São Vicente e na Zona Noroeste, região periférica de Santos. [...] Em outra oportunidade, a espionagem acusa os padres operários de terem estado em Cuba e mantido contato com Fidel Castro. [...] Pertencentes a congregação Filhos da Caridade, os chamados padres operários adotavam um discurso bastante politizado e se destacaram por buscarem rearticular a JOC na Baixada Santista.<sup>84</sup>

Na região Norte do Brasil, houve disputas acirradas entre a Igreja e o Estado, principalmente na questão agrária e amazônica. Na pesquisa *“ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU”*: o conflito entre o Estado e a Igreja Católica em Roraima (1968-1988), de Whitney França de Oliveira, a pesquisadora aponta divergências entre a Igreja e o exército na região.

Scott Mainwaring traz em seu livro as motivações da Igreja do Amazonas e do Nordeste serem as mais progressistas do Brasil, ao longo da década de 70:

Por volta de 1973, os bispos do Amazonas e do Nordeste eram os mais progressistas do país. Embora outros fatores tenham contribuído para a evolução da Igreja amazonense, o mais significativo foi a rápida transformação do capitalismo após 1964, que desencadeou muita violência contra os camponeses e impulsionou a Igreja a intensificar o seu compromisso para com os pobres. [...] Inúmeros sacerdotes e bispos que estiveram no Amazonas modificaram a sua orientação pastoral devido à extrema penúria da população e ao índice de violência estatal e privada contra os camponeses. Na ausência de assistência jurídica, sindicatos, escolas e hospitais, a Igreja assumiu uma ampla faixa de funções supletivas.<sup>85</sup>

Diante do exposto, Whitney Oliveira resgata um exemplo claro e objetivo, visto a partir da chegada de dom Aldo Mongiano em Roraima, em 1975. Segundo a pesquisadora: “Havia rumores de que o bispo era comunista e treinava os indígenas para guerrilha, e em seu livro

---

<sup>84</sup> NETO, Gines Salas. **Bispo, Clero e Ditadura Militar em Santos: A Visão da Espionagem (1967-1979)**. 2022. 182 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2022. p. 43.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 106 – 107.

Roraima entre profecia e martírio, o bispo menciona ameaças a sua integridade física, incluindo ameaças de morte.”<sup>86</sup>

Outra situação envolvendo a região é o caso do envolvimento de dom Estêvão Cardoso Avelar, em 4 de junho de 1972, como aponta Mainwaring:

[...] dois padres e uma freira foram presos e um dos padres foi torturado e, somente depois da intervenção de Dom Estêvão, é que os três foram libertados. [...] A 30 de agosto, a residência de um dos padres que fora preso em junho foi invadida. Então, a 27 de setembro, durante a abertura oficial de um segmento da Rodovia Transamazônica, para a qual Dom Estêvão fora convidado, um oficial do governo molestou o bispo e pediu para ver os seus documentos.<sup>87</sup>

Dom Estêvão teve uma atuação mais enfática e combatida, sendo ainda lembrado como um importante participante na *Guerra de Perdidos*, conhecida por sua herança sangrenta e, ao mesmo tempo, como trazendo uma disputa de narrativa entre a Igreja, Estado, famigerada pela Imprensa. A *Guerra de Perdidos* como aponta Fábio Pessôa: [...] foi o resultado das contradições inerentes ao projeto de ocupação da Amazônia implementado pelos militares durante a ditadura (1964-1985), a exemplo da especulação fundiária, a grilagem de terras e a violência no campo.”<sup>88</sup> Neste mesmo artigo, Pessôa ainda aponta como o Exército buscou questionar a integridade moral e ética de dom Estêvão como forma de deslegitimar seu trabalho em favor das famílias da região de sua administração. Esta situação foi recorrente, como lembra Serbin,<sup>89</sup> em *Diálogos na sombra*, e aparece na pesquisa de Neto.<sup>90</sup>

Além disso, não se pode esquecer do uso constante da prática discursiva por parte dos religiosos como forma de incentivar o combate à Ditadura, como afirmou Frei Betto, em um resgate feito por Alves: “O discurso era uma forma de incentivar as pessoas que estavam na luta contra a ditadura, de mostrar que a ditadura era incompatível com os valores do Evangelho, que o povo tinha direito à liberdade, à democracia. Era nessa linha. Usavam-se muitas metáforas, parábolas.”<sup>91</sup>

---

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Whitney França. “ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU”: o conflito entre o Estado e a Igreja Católica em Roraima (1968-1988). 2018. 105 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2018. p. 71.

<sup>87</sup> Ibid. p. 112.

<sup>88</sup> PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. *História Unisinos*, v. 26, p. 359-371. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/hist.2022.262.13>> Acesso em: 15 ago. 2023. P. 369.

<sup>89</sup> op. cit., p. 122.

<sup>90</sup> op. cit., p. 113.

<sup>91</sup> op. cit., p. 49.

#### 1. 4. O Uso dos Meios de Comunicação Social pela Igreja e a Imprensa Alternativa:

Ao longo da década de 70, surge uma mudança na postura da CNBB em relação à questão dos temas sociais, sobretudo na elaboração de seus materiais. Como aponta Naiara Alves, as declarações à imprensa, cartas pastorais, pronunciamentos e atas das Assembleias Gerais da CNBB anuais, e a circulação das revistas *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, criada em 1941, e a *Revista do Serviço de Documentação (SEDOC)*, de 1968, trouxeram discussões para além das doutrinárias, apresentaram os problemas sociais, políticos, além das repressões políticas sofridas tanto da parte do clero como do laicato.<sup>92</sup>

Ainda sobre essa discussão, é importante mencionar outro exemplo apresentado por Gines Neto, que traz tanto o uso do discurso como forma de criticar a Ditadura, bem como o uso da censura prévia ou espionagem por parte dos militares para controlar autoridades eclesiais:

Durante a segunda metade da década de 1970, percebe-se uma predisposição do bispo de Santos em efetuar críticas ao governo e suas arbitrariedades durante missas e solenidades de maior relevância. Essa predisposição pode ser justificada pelo novo momento vivenciado no episcopado brasileiro. Com o fim da censura prévia, tais solenidades passaram, aos poucos, a repercutir cada vez mais na imprensa, que habitualmente transcrevia os sermões proferidos pelo bispo de Santos.<sup>93</sup>

Para a análise sobre essa mudança no aspecto discursivo, bem como o uso da Imprensa Alternativa como uma forma de combate da Ditadura Civil-Militar, haverá uma discussão mais específica e detalhada no último capítulo desta dissertação. No entanto, para contextualizar a mudança da postura da Igreja quanto aos Meios de Comunicação Social, é necessário recordar o impacto das mudanças de perspectiva da Igreja em relação a esses Meios à luz do Concílio Vaticano II. Isso pode ser compreendido a partir do documento promulgado em 1963, o *Inter Mirifica*:

[...] o *Inter Mirifica* significa a aceitação oficial da comunicação, pela primeira vez por parte da Igreja. A importância refere-se, sobretudo, ao fato da “aceitação oficial”, que pode ser entendida como uma ‘legitimação’ para o uso dos meios pela Igreja. [...]. Já na Introdução do documento, o *Inter Mirifica* assegura para a Igreja universal a *obrigação* e o *direito* de a Igreja utilizar os instrumentos de comunicação social.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> op. cit., p. 50.

<sup>93</sup> op. cit., p. 120.

<sup>94</sup> PUNTEL, Ir. Joana Teresinha. **Inter Mirifica: recordar por quê?** Disponível em: <<https://pascombrasil.org.br/inter-mirifica-recordar-por-que/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Como esta dissertação utilizará um periódico para analisar a postura de Dom Benedito frente à Ditadura Civil-Militar, é fundamental recordar que é observada a utilização de periódicos católicos como forma de combate à Ditadura em outras localidades, como foi o caso do *Diário de Notícias*, abordado por Alessandra Bagatim, produzido pelo clero na Arquidiocese de Ribeirão Preto e circulado a partir de 1960. Inicialmente, o periódico abordou denúncias relacionadas à exploração da terra e do trabalho humano; posteriormente, passou a tratar da má conduta do regime militar. Não se pode esquecer também do jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, que enfrentou intensa perseguição e censura pelos militares durante a década de 70.

Nesta perspectiva, ao discutir o papel da Imprensa Alternativa, algumas pesquisas são consideradas elementos fundamentais para compreender o papel dos discursos dessas lideranças religiosas e como a Igreja se utilizou dessa abordagem como instrumento de resistência diante dos ditadores. A pesquisadora Maria Aparecida de Aquino desenvolveu duas pesquisas ao longo da década de 90 que servem para entender como determinados assuntos foram duramente perseguidos pelos censores. A primeira pesquisa de Aquino usou o jornal *O Estado de São Paulo* e o *Movimento*. Ela detalhou quantos artigos foram censurados minuciosamente. A segunda<sup>95</sup> pesquisa analisou especialmente a relação entre o Estado e a sociedade por meio da análise da prática dos profissionais da Imprensa, além dos métodos utilizados pelos ditadores contra esses profissionais.

Esses trabalhos desenvolveram várias perspectivas que serão cruciais para formar o embasamento teórico desta investigação e servirão de inspiração para a metodologia que visa compreender as estratégias de comunicação presentes nos artigos escritos pelos bispos e que serão examinados. Afinal, a análise de discurso é um dos objetivos a serem cumpridos nessa investigação.

No artigo de Maximiliano Martin Vicente e Nayara Kobori, eles apontam alguns exemplos de artigos do jornal *Diário de Notícias* e, ao mesmo tempo, ressaltam o papel dos jornais locais para trazer discussões que favorecessem o progresso regional. Ao longo deste artigo, eles também trazem a atuação do Pe. Celso Ibson Syllós:

Em outros textos do DN, notamos novamente a aproximação com os setores rurais, apoiando-se na Doutrina Social Cristã e o compromisso, enquanto ator social, na transformação e progresso da cidade. Percebemos que o jornal e seu diretor, Pe. Celso, antecipavam, de certa forma, o espírito de Puebla (1979) e mantinham uma linha

---

<sup>95</sup> AQUINO, Maria Aparecida. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964 – 80)**. 1994, 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ideológica progressista. Com a deflagração do golpe, o DN deixou de circular por cerca de dois meses e o Pe. Celso foi preso pela Polícia Política local.<sup>96</sup>

Além disso, esses mesmos autores também apresentam aspectos importantes sobre o uso dos meios de comunicação como estratégia para alcançar objetivos específicos: "A organização narrativa do discurso midiático não é aleatória; portanto, ocorre em um contexto claramente definido e busca gerar efeitos muito específicos".<sup>97</sup> Para aprofundar essa discussão e ao mesmo tempo compreender a utilidade dos artigos de Dom Benedito, é importante fazer uma distinção entre o papel da Grande Imprensa e a Imprensa Alternativa, o que na tese de Aquino é diferenciado da seguinte maneira:

A Grande Imprensa [...] cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sobrevivência. [...] A diferenciação, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, médio e grande porte (grande imprensa) está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui.<sup>98</sup>

A mesma historiadora adiante faz duas afirmações que ajudam a compreender o papel social das duas categorias jornalísticas, com base em uma entrevista com Raimundo Rodrigues Pereira, editor do jornal, *Movimento*: "Para ele, enquanto a grande imprensa se monopolizava ligada ao grande capital nacional e internacional e, apesar das divergências setoriais, apoiava o regime, a imprensa alternativa defendia interesses nacionalistas e populares e condenava o sistema político do país".<sup>99</sup> A outra afirmação de Aquino refere-se à fase áurea da Imprensa Alternativa, que ocorreu no período após o golpe de 1964:

A Imprensa Alternativa tem sua fase áurea nesse momento de repressão política acentuada é a de "frente" agrupando as mais variadas tendências com graus diversos de divergências em relação à continuidade a ser dada à realidade do País, mas que, naquela época, em especial, possuem muitos pontos em comum na oposição ao regime militar, formando um grande bloco considerado, genericamente, como progressista no que diz respeito à análise do circunstancial histórico vivenciado pelo Brasil.<sup>100</sup>

Já Luís Carlos Eblak Araújo aponta que:

---

<sup>96</sup> VICENTE, Maximiliano Martin, KOBORI, Nayara. O "Diário de Notícias" de Ribeirão Preto nos anos de 1960: Religião e Política. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 60–75, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10656>> Acesso em: 15 ago. 2023. P. 73.

<sup>97</sup> Ibid., p. 64.

<sup>98</sup> Ibid., p. 18.

<sup>99</sup> Ibid., p. 80.

<sup>100</sup> Ibid., p. 75.

A consolidação da Imprensa Alternativa se dá nos anos 70, justamente depois do surgimento d'*O Pasquim* e do recrudescimento da repressão no regime militar. Ao mesmo tempo em que explodem os números de nanicos, os temas e os estilos também se diversificam ao máximo. [...] o boom da Imprensa alternativa chega até os anos 80 com o *Amanhã*.<sup>101</sup>

Concomitantemente, ainda em relação à definição de Imprensa Alternativa, Araújo se apoia na perspectiva de Delfim Afonso Júnior que “[...] atrela ao termo um significado mais politizado e vê na imprensa alternativa uma instituição quase que exclusivamente a serviço da oposição ao regime militar”<sup>102</sup> e ao mesmo tempo também se respalda em Maria Paula Nascimento Araújo; “[...] ela dá, porém, um caráter mais amplo ao termo em relação a Afonso Júnior [...] ela vê na imprensa alternativa um conjunto político de oposição [...]”.<sup>103</sup> Para compreender o papel dos jornais no contexto social e, conseqüentemente, sua relevância para o desenvolvimento de pesquisas no campo da História Social, é fundamental recordar as inúmeras informações que essa fonte pode fornecer:

[...] é possível compreender os jornais, como fontes importantes da história social, por demonstrarem as práticas de parcela da sociedade em um determinado tempo e condição. A articulação com o período histórico no qual estão inseridos se apresenta em vários sentidos, interferem em sua materialização, na configuração de suas páginas e colunas, nos projetos aos quais procuram dar sustentação ou levar a frente.<sup>104</sup>

A partir dessas perspectivas que surgiram em relação ao método de utilização dos jornais, em consonância com a discussão sobre a Imprensa Alternativa durante o uso de periódicos produzidos pela Igreja Católica, a análise dos discursos nos textos e falas de Dom Benedito será realizada por meio da busca por expressões relacionadas aos problemas sociopolíticos brasileiros. Também é importante lembrar a importância da Imprensa Alternativa e seus interesses, conforme é abordado na tese do cientista social Fábio Lanza,<sup>105</sup> na qual ele se concentrou na análise do *O São Paulo*.

---

<sup>101</sup> ARAUJO, Luis Carlos Eblak de. **O versus e a imprensa alternativa**: em busca da identidade latino-americana (1975-1979). 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18012023-155521/pt-br.php>. > Acesso em: 31 jul. 2023. p. 17.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> BARROS, Bruno de. **A imprensa diária de Sorocaba**: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba entre 1964-1974. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26012016-131954/pt-br.php>> Acesso em: 31 jul. 2023. p. 23.

<sup>105</sup> LANZA, Fábio. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo**. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Nesta pesquisa, também é possível compreender como a Igreja paulistana se posicionou ao longo da Ditadura Civil-Militar, o que auxiliará a compreender o movimento feito no *Compasso*. Afinal, Dom Benedito acompanhou diretamente a mudança de editoria do *O São Paulo* com a chegada de Dom Paulo ao arcebispado, pois ele foi nomeado Vigário Geral logo no início do governo de Arns. Esse cargo era de confiança dentro da hierarquia da Igreja Católica. Na dissertação realizada por esse mesmo pesquisador, que aborda a reorganização administrativa da Arquidiocese de São Paulo, há inclusive entrevistas concedidas por bispos que participaram desse processo. Entre elas, a de Dom Benedito, que contribuirá para a discussão das perspectivas políticas, sociais e pastorais dele mais adiante.<sup>106</sup>

Ao longo deste capítulo, foram apresentadas discussões necessárias para entender mais adiante como a Igreja usou de maneira estratégica sua credibilidade perante a sociedade para se fortalecer e enfraquecer a imagem do Regime Militar em nível local, regional e mundial, empregando principalmente as ferramentas da Comunicação Social como instrumentos facilitadores destas ações. A historiografia também já comprovou a ação do governo estadunidense atuando diretamente para a implantação do governo militar, como pode ser visto abaixo:

[...] através do IBAD, financiava políticos, principalmente governadores da oposição para que fossem contra Jango, com o discurso de que eles tinham que defender a democracia. [...] Gravações de telefonemas feitos da embaixada estadunidense no Brasil para a Casa Branca revelam diálogos entre Kennedy e Gordon sobre quais atitudes deveriam ser tomadas contra Jango. O embaixador sugeria criar uma conspiração entre os militares e então entrou em cena o General Vernon Walters, um agente secreto da CIA que esteve infiltrado entre os militares de todos os países ditatoriais da América. Uma de suas técnicas ao tentar persuadir os militares opostos ao governo de Goulart era garantir que os EUA dariam total apoio caso eles conseguissem tomar o poder.<sup>107</sup>

Além disso, foi lembrada vinda de Pe. Patrick Peyton para o Brasil em 1962 e como seus discursos contra o comunismo e pela defesa da família influenciaram, por meio da fé, a sociedade brasileira. Essas discussões, aliadas às que foram postas ao longo deste capítulo, inspiradas por historiadores que tratavam sobre o autoritarismo e como foi configurada a sociedade brasileira ao longo dos séculos, bem como a influência da imprensa divulgou notícias tendenciosas para a formulação de uma falsa compreensão sobre as lutas por justiça sociais, traçadas pelo governo federal, sob a liderança de Jânio Quadros, e posteriormente João Goulart,

---

<sup>106</sup> op. cit.

<sup>107</sup> BRIDI, Ana Paula. **A influência dos Estados Unidos da América no Golpe Militar do Brasil de 1964**. *Internacional Relations Week*, outubro/2015. p. 3.

são fundamentais para entender posteriormente como o apoio da Imprensa foi relevante para uma reabertura democrática e como a Igreja usou da influência, principalmente dos impressos, para enfraquecer o governo militar.

A partir dessas compreensões feitas ao longo deste capítulo, será feita uma discussão para entender os caminhos traçados por dom Benedito de Ulhôa Vieira ao longo, de sua jornada como cidadão e autoridade religiosa, isto é, como ele foi inserido nessas realidades abordadas ao longo deste capítulo, bem como sua ligação com dom Paulo Evaristo Arns durante os anos de 1970 – 1978, na Arquidiocese de São Paulo. E adiante, sua transferência para a Arquidiocese de Uberaba em setembro de 1978, além de sua adesão a concepções advindas da Teologia da Libertação, a promoção da Comissão de Justiça e Paz e das CEBs em Uberaba. Finalizando, como, por meio de seu discurso como líder da Igreja Católica em Uberaba, favoreceu para um dismantelamento da Ditadura Militar, principalmente por artigos escritos no boletim *Compasso* e divulgação de outras notícias ligadas às más condutas militares que constantemente feriam a liberdade de expressão, e, sobretudo, os Direitos Humanos.

## **CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA E AS PRÁTICAS DE DOM BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA**

Este capítulo tem como principal intuito apresentar elementos que contribuirão para a compreensão do objeto dessa pesquisa: Dom Benedito de Ulhôa Vieira. São elementos que envolvem principalmente aspectos de sua formação familiar, acadêmica e religiosa. Para que estes aspectos sejam explorados ao longo do capítulo, outros dois bispos terão suas trajetórias analisadas; Dom Lucas Moreira Neves e Dom Angélico Sândalo Bernardino.

Como esta pesquisa buscou na Micro-História seus aportes metodológicos, é comum em uma análise de trajetória de um indivíduo também o estudo de outras personalidades que façam parte da mesma rede desse ator social. Com esta prática, a investigação em torno de Dom Benedito pôde ser desenvolvida com maior qualidade, trazendo em um primeiro momento elementos alheios a ele, mas que servirão para entender melhor a relação Igreja-Estado e as disputas entre a Ditadura Civil-Militar e a Igreja Católica.

Desta forma, ao longo deste capítulo haverá discussões sobre as construções historiográficas a partir da Micro-História, a trajetória de Dom Benedito, seus primeiros embates em relação ao Governo Militar e, posteriormente, outros episódios que não o envolveram diretamente, porém fizeram parte do espaço e do meio sociopolítico no qual esteve inserido até 1978. É necessário lembrar que, na composição hierárquica da Igreja, as ações de um Arcebispo Metropolitano são canceladas pelos demais membros de seu arcebispado.

Como Dom Benedito, Dom Lucas e Dom Angélico foram bispos-auxiliares de Dom Paulo, os embates do Arcebispo de São Paulo em relação à Ditadura Civil-Militar não foram exclusivamente travados por ele. Como principal líder da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo ficou conhecido nacionalmente e até mesmo mundialmente como um grande defensor dos Direitos Humanos e combatente das opressões cometidas pelo Governo brasileiro ao longo das décadas de 70 e 80.

Todavia, como será apresentado, tal efetividade só aconteceu por ele ter em seu entorno bispos comprometidos com a causa e obedientes suas indicações. Esta percepção sobre as relações desenvolvidas por estes indivíduos, com certeza, nasceu graças às possibilidades de novos olhares e perguntas sobre as relações sociais, propiciadas principalmente pela Micro-História. Afinal, esta, como poderá ser visto adiante, traz para o historiador indagações que, para outros métodos de pesquisa, acabam passando despercebidas. O interesse em saber na prática como as relações sociais se desenvolvem e como os indivíduos influenciam e são

influenciados em suas ações cotidianas, foi, com certeza, uma das motivações para a realização deste estudo.

Ao longo deste subcapítulo será feita uma discussão que tem como essência apresentar a Micro-História, seus modos de uso e possibilidades. Giovanni Levi ao fazer a apresentação do livro de Maíra Vendrame, é categórico em sua afirmação sobre as recorrentes produções envolvendo um determinado assunto, uma prática comum entre as produções historiográficas:

Isso não ocorre porque cada livro sucessivo procura desmentir os anteriores, mas porque cada nova pesquisa tenta propor um ponto de vista diverso que se aproxime, por outro lado, da realidade estudada, em que possa exauri-la. Direi, entre parênteses, que este é o aspecto maravilhoso dessa profissão e é, também, uma das diferenças substanciais que distingue história e ficção: trabalhar com a consciência de que a verdade, para os homens, existe, é possível conhecê-la, mas sempre de maneira parcial.<sup>108</sup>

Neste aspecto, ao longo dos últimos vinte anos houve um crescimento de estudos sobre a Ditadura Civil-Militar do Brasil, como pode ser visto anteriormente, com a apresentação de produções historiográficas sobre este período. Considerando o pensamento de Giovanni Levi, esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o conhecimento, trazendo à tona outras lutas travadas pela Igreja em outros espaços do Brasil, oferecendo uma perspectiva mais interiorana, o que pode corroborar para que este período tenebroso da história brasileira seja cada vez mais esclarecido, a fim de que a sociedade brasileira não se veja mais tentada a repeti-lo, como se tem visto nos últimos anos.<sup>109</sup>

## 2. 1. A Micro-História Italiana: um método investigativo

A Micro-História italiana é a vertente mais conhecida na historiografia brasileira, dadas as produções dos historiadores italianos, que tiveram suas primeiras obras traduzidas ainda no final da década de 80.<sup>110</sup> Entretanto, os primeiros contatos com este método foram tecidos ainda nas décadas de 50 e 60.<sup>111</sup> A Micro-História, sobretudo no Brasil, trouxe novas oportunidades

---

<sup>108</sup> VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016. p. 16.

<sup>109</sup> LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. **Religião & Sociedade**, 42 (1), 153-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872021v42n1cap07>> Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>110</sup> CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **A Influência da Micro-História na Historiografia Brasileira sobre a Colonização**. Disponível em: <<https://historiaemrede.medium.com/a-influ%C3%Aancia-da-micro-hist%C3%B3ria-na-historiografia-brasileira-sobre-a-coloniza%C3%A7%C3%A3o-2f73d35eabac>> Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>111</sup> ALVES, Jéssica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a microhistória como aparato para analisar trajetórias. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 31-49. (jan./abr. 2019). p. 33.

para as produções que passaram por uma espécie de cansaço, envolvendo a Nova História Cultural, que havia tomado o espaço das produções ao longo dos anos 60 e décadas seguintes. Entretanto, sabe-se que em muitos casos a novidade é majoritariamente recebida como algo desafiador e negativo, ou ainda, para aquele indivíduo que está abatido pela caminhada, o novo não desperta tanto entusiasmo. Foi isto que aconteceu na historiografia brasileira com o advento desse método, como aponta Jéssica Alves:

[...] desde os seus passos iniciais no Brasil a Micro-história não foi bem aceita pela maioria e diversas críticas a circundaram. Em entrevista para o Jornal do Brasil, uma historiadora que foi especialista em história econômica e social da Bahia e da escravidão no Brasil, inserindo-se assim até mesmo nesse grupo que buscava renovação, teceu críticas sobre a microanálise.<sup>112</sup>

O núcleo das produções historiográficas no Brasil se concentrou por muitos anos em Universidades dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por terem sido as primeiras fundadas no Brasil, por razões políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, esta soberania paulistana e carioca no campo historiográfico deveu-se também ao fato de que durante a Ditadura Civil-Militar houve uma tentativa de sufocamento das Ciências Sociais, que durante o tenebroso período de 1964 a 1985 serviram como verdadeiros campos de resistência no Brasil. Com certeza, isto reverberou nas produções científicas e, assim, cabe erguer agora uma indagação: não teria sido a Nova História Cultural uma vertente que propiciou uma sobrevida da História no Brasil, considerando o contexto político e ideológico que acabou de ser mencionado? Não havia ambiente político e liberdade de expressão para produções que questionassem com euforia a estrutura do Estado brasileiro que a Ditadura Civil-Militar teve como missão manter. Portanto, os assuntos estudados pelos historiadores, principalmente durante os anos 70 e 80, proporcionaram uma silenciosa resistência do campo da História, para que, mais tarde, as pesquisas que envolvessem os problemas em torno da sociedade brasileira pudessem voltar à tona.

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 35.

Os clássicos produzidos por Giovanni Levi,<sup>113</sup> Carlo Ginzburg,<sup>114</sup> Edoardo Grendi<sup>115</sup> e as produções mais recentes de Maurizio Gribaudi<sup>116</sup> trazem para a historiografia, principalmente italiana e brasileira, um novo ímpeto, podendo a partir desses trabalhos contestar novas possibilidades metodológicas. A micro-história, diferentemente do que os pesquisadores brasileiros pensaram inicialmente, não estava fundamentada sobre novos paradigmas do campo da História, e sim era um jeito novo de conduzir a pesquisa, utilizando as mesmas ferramentas, empregando-as, contudo, de um jeito inédito para que a análise pudesse finalmente ser inovadora, despertando distintas percepções sobre as pessoas e os lugares, para que os eventos pudessem também serem vistos a partir de uma distinta perspectiva. Pensar os indivíduos como seres complexos e que, ao longo de suas vidas, tecem inúmeras relações a partir de suas experiências, faz com que outras perspectivas sobre a biografia de um sujeito se tornem viáveis e, assim, com distintas possibilidades de perguntas surgem para trazer à tona fatos inéditos.

Pensar uma biografia e a análise de trajetória para além de uma perspectiva romantizada, com a intenção de registrar apenas os feitos de um sujeito, suas batalhas e vitórias, como foi bastante produzido ao longo da história da humanidade, propicia para os historiadores um campo de possibilidades, como ressalva Carneiro:

Dessa maneira, ao inserir o biografado nas suas redes de relações, os trabalhos micro-históricos possibilitam a observação de comportamentos individuais (complexos, desconexos, contraditórios) em relação às ações e crenças individuais de parentes, vizinhos, conhecidos e superiores, oferecendo um meio mais denso para examinarmos a estrutura e as margens de manobras do espaço social em que os atores estão inseridos.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII* foi publicada no Brasil apenas nos anos 2000, sendo que a sua versão original foi publicada em 1985.

<sup>114</sup> *O Queijo e os Vermes* teve a sua 1ª publicada pela Companhia de Letras em 1987. A versão original italiana foi produzida em 1976.

<sup>115</sup> As obras de Edoardo Grendi acabaram sendo menos populares entre a historiografia brasileira; contudo, elas foram fundamentais para o aperfeiçoamento da Micro-História italiana, e este historiador acabou sendo, ao lado de Ginzburg e Levi, um dos precursores da elaboração deste método. Para aprofundar este debate, veja: GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 76, p. 137-162, set. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-07>> Acesso em: 30 abr. 2023. p. 138.

<sup>116</sup> Uma das publicações mais recentes deste historiador no Brasil foi o artigo: *Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX*, publicado no livro *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*, organizado pelos micro-historiadores Deivy Carneiro e Maíra Vendrame pela FGV em 2021.

<sup>117</sup> CARNEIRO, Deivy Ferreira. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. **Locus: Revista de História**, 26, n. 1 (2020): 211-234. p. 213.

Somada a esta perspectiva está a discussão que Maurizio Gribaudi apresenta no artigo *Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX*:

Por essa ótica, fica claro que o percurso individual aparece não tanto como uma trajetória mais ou menos linear de um conjunto compacto, mas como uma série de deslocamentos e de reajustes de um enorme emaranhado de relações, experiências, lembranças e imagens aglutinadas ao redor de um ponto de uma dessas zonas sociais. Esse emaranhado possui nós que se reproduzem ou tendem a reproduzir-se ao longo dos movimentos migratórios, englobando novos elementos, readaptando-os à própria lógica e transformando-se, todavia, por meio dessas mesmas dinâmicas.<sup>118</sup>

As perspectivas de Carneiro e Gribaudi serviram para pensar as possibilidades a fim de definir quais seriam as perguntas feitas às fontes consultadas. A vontade inicial era trazer uma distinta concepção sobre as atuações dos bispos brasileiros diante da Ditadura Civil-Militar, para além dos enfrentamentos diretos. Afinal, a influência do catolicismo na sociedade brasileira foi um motor para o golpe deflagrado pelos militares e, posteriormente, um dos braços mais combativos em relação aos militares, como dito anteriormente. Desta forma, entender outros personagens do episcopado brasileiro, identificando suas relações, experiências e lembranças, fez com que a trajetória de dom Benedito fosse tecida para além de seu significado religioso, como foi feita na biografia de Vera Cruz Garcia, que será apresentada adiante. Sendo assim, foi possível compreender as diferentes formas de resistência e enfrentamento da Ditadura Civil-Militar, partindo para um campo menos palpável que, no fim das contas, foi tão relevante quanto os entraves concretos e populares, que permeiam as figuras de dom Hélder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns e dom Pedro Casaldáliga.

Para melhor entendimento o que essencialmente a Micro-História é, pode ser lida uma afirmação feita por Giovanni Levi:

A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. [...] Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.<sup>119</sup>

A partir dessas definições é que surgiu uma das motivações para a escolha do método para o desenvolvimento desta pesquisa. Apesar de ser uma investigação que trará elementos

---

<sup>118</sup> GRIBALDI, Maurizio. *Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 163.

<sup>119</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 138.

das resistências em relação ao período ditatorial brasileiro, o processo de análise está voltado para as investigações documentais, isto é, para o estudo de uma série de artigos e, somados a isso, documentos arquivados pela Arquidiocese de São Paulo, de Uberaba e do Serviço Nacional de Informações. Sem a apuração desses documentos, que trazem os detalhes despercebidos de uma análise macroscópica, possivelmente passariam despercebidos ou ainda seriam não acessados. Com certeza, o entendimento de como a Micro-História funciona, mesmo que de princípio institivamente, foi o ímpeto para a definição da ideia central deste estudo: como um líder religioso traz suas experiências na capital paulistana para uma cidade do interior e o que isto impacta na conjuntura local?

Após considerar esse universo de possibilidades, de como interligar as pessoas, os lugares a partir das práticas de observação microanalítica é que se consolidou a viabilidade desta pesquisa. No capítulo anterior, coube fazer uma apresentação do contexto político e social que o Brasil experienciou ao longo de sua história, sobretudo, trazendo a ligação perpetuada por séculos envolvendo a Igreja-Estado, evidenciando seus embates e afiliações.

## **2. 2. Dom Benedito de Ulhôa Vieira: vestígios e trajetória de um bispo paulista**

Em meados de 2020, surgiu a oportunidade de realizar uma pesquisa sobre o arcebispo Dom Benedito de Ulhôa Vieira. Em nove de outubro daquele ano, se estivesse vivo, completaria 100 anos. Contudo, por causa da pandemia da covid-19, os planos tiveram que ser adiados, a fim de se estenderem até outubro do ano seguinte.

Inicialmente, foi composta uma comissão “Pró-Centenário” que tinha o objetivo de planejar e desenvolver as atividades em torno de Dom Benedito, a pedido do atual Arcebispo Metropolitano de Uberaba. Para essas comemorações, a figura paternal e religiosa desse líder religioso seria enfatizada. Afinal, os eventos comemorativos tinham um interesse claro e objetivo: enaltecer a figura de Dom Benedito como um grande líder religioso para os arquidiocesanos de Uberaba. A memória afetiva e o saudosismo tinham uma carga ainda mais influenciadora que já se poderia esperar. Isto já pôde ser visto a partir da composição da própria comissão, composta por pessoas com ligação mais próxima a Dom Benedito, isto é, padres ordenados por ele, religiosas, leigos e leigas (pessoas ligadas à Igreja que não têm nenhum vínculo ou representação Institucional).

Possivelmente, a única pessoa que não teve nenhum contato direto com o prelado havia sido quem optara por desenvolver esta pesquisa. Sendo assim, logo de início, é prudente fazer uma breve distinção entre Memória e História, feita por Pierre Nora:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.<sup>120</sup>

É importante apontar essas diferenças para que não pareça que esta pesquisa acabou sendo enviesada por esta comemoração, até porque a escolha deste tema surgiu mais por causa do momento político brasileiro e todos os desdobramentos dos últimos anos, somada à busca de deslegitimar as pesquisas que expõem positivamente o passado ditatorial do Brasil, do que propriamente o desejo de oferecer um tributo a Dom Benedito. Afinal, as pesquisas históricas são preenchidas de dinamismo e outras singularidades, como indica Tânia de Luca: “O conhecimento histórico é dinâmico e cada geração relê, reinterpreta e reescreve o passado, que é marcado pela transitoriedade ou, para usar um termo mais preciso, pela historicidade.”<sup>121</sup>

Apesar de ter produzido de fato, durante o evento comemorativo, apenas uma amostra histórico-fotográfica e a interpretação heráldica do brasão do bispo, falecido em 2014, foi possível ao longo de 2021 acessar vários documentos e entender muitos pontos da vida desse prelado que conduziu a Arquidiocese de Uberaba de 1978 a 1996. Ao buscar algumas informações para checar sua biografia lançada em 9 de outubro de 2021, de autoria de Vera Cruz Garcia, foi possível o acesso ao boletim *Com-passo*. Foi neste momento que surgiu o primeiro ímpeto para desenvolver esta pesquisa.

O boletim *Com-passo*, a principal fonte de pesquisa deste trabalho, foi um informativo criado pelo próprio dom Benedito, poucas semanas após sua posse em Uberaba, celebrada em 15 de setembro de 1978. Esse periódico teve vinculação mensal, sendo a primeira edição publicada em novembro de 1978 e a última, em dezembro de 1991 perfazendo um total de 138 edições. No decorrer dos anos, houve alguns momentos em que sua edição foi bimensal, o que leva a pensar que esta mudança ocasional derivou de vários fatores, econômicos ou a falta de colaboradores.

---

<sup>120</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993. p. 9.

<sup>121</sup> LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 27.

É preciso ressaltar, como brevemente exposto acima, que uma das características dos trabalhos que utilizam a micro-história como método está na utilização de fontes documentais/seriais que intrinsecamente estão associadas a Arquivos, sejam eles pessoais, públicos ou eclesiásticos. Todas as edições do *Com-passo* se encontram armazenadas pelo Arquivo da Arquidiocese de Uberaba, acessado em inúmeras oportunidades. Na obra clássica e popular “*O Queijo e os Vermes*”, Carlo Ginzburg trouxe como fonte de pesquisa um processo inquisitorial do moleiro Menocchio. A análise desses personagens, até então compreendidos pela História com viés positivista como secundários, apresentou para a historiografia uma compreensão inovadora. Em síntese: na prática, a partir desse processo inquisitorial, foi possível perceber novas indagações sobre a sociedade da época e até mesmo a relação da Igreja com os sujeitos sem grande ascensão social.

Assim, o boletim *Com-passo* trouxe em suas edições uma série de artigos escritos por seu fundador e notícias de suas atividades administrativas e religiosas na Arquidiocese de Uberaba. Esses artigos e notícias serão explorados no próximo capítulo desta dissertação e para colaborar com a compreensão desta discussão feita, ressalta-se que a escolha do *Com-passo* como fonte se deu pela presença de artigos e notícias que refletiam sobre as violentas ações dos militares no Brasil, os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil.

No primeiro contato com as edições do referido jornal constatou-se que havia uma frequência de textos e notícias sobre assuntos relacionados a realidade brasileira, o que aparentemente era uma situação inédita. O que se ouvia dos membros da Comissão Pró-Centenário que conviveram com Dom Benedito era sempre que ele foi uma figura emblemática, erudita, paternal e comprometida com sua função de arcebispo. Não se discutia sobre sua posição clara e direta quanto aos assuntos da política brasileira.

Era mais comum ler ao longo dos anos que seu antecessor, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral,<sup>122</sup> havia se posicionado em favor de militantes ou ainda travado embates com militares em Uberaba. Estas considerações instigaram a buscar quais os estímulos do prelado aqui pesquisado, pois em determinadas edições do jornal foi indicado seu constante contato com Dom Paulo Evaristo Arns e sua vinda a Uberaba para palestras. Em outros momentos,

---

<sup>122</sup> Dom Alexandre Gonçalves do Amaral foi o 5º Bispo e o 1º Arcebispo da Arquidiocese de Uberaba. Nascido em Carmo da Mata - MG em junho de 1906 foi nomeado e ordenado bispo em 1939, tomando posse na até então Diocese de Uberaba em 8 de dezembro de 1939. Esteve à frente da Arquidiocese de Uberaba até 1978 quando renunciou devido à idade. SILVA, Amanda Aparecida de Oliveira. A Catedral, os bispos e arcebispos. In: RIBEIRO, Valmir Aparecido (Org.). **200 anos + da Igreja Matriz à Catedral de Uberaba**. Uberaba: Santa Rita Editora e Gráfica, 2020, p. 206 – 251.

foram encontradas algumas notícias, apontando as perseguições políticas sofridas por membros da Igreja Católica brasileira.

Um dos aspectos que precisa ser valorizado ao se falar da Igreja Católica é que geralmente suas produções trazem informações de grande valia para os historiadores, o que acaba tornando a Igreja uma aliada nesse campo. Geralmente, os documentos armazenados pelos setores ligados à Igreja oferecem aquilo que pode ser considerado como material bruto, apresentando por meio de relatórios, cartas, documentos muitas percepções sobre o estilo de vida da época, seus aspectos econômicos e sociais.

As produções episcopais geralmente possuem esse perfil, pois o bispo, ao ser nomeado para uma diocese, essencialmente precisa garantir que os católicos sob sua tutela espiritual sigam os preceitos da fé e as condutas morais e éticas próprias do catolicismo, determinadas pela Igreja ao longo da história.<sup>123</sup> A individualidade e liberdade do prelado nomeado pelo Sumo Pontífice está apenas na forma de como serão empregadas as orientações indicadas. Assim, geralmente em textos escritos por esses líderes, orientando seu povo sobre determinado assunto ou refletindo sobre alguma passagem bíblica, trazem nas entrelinhas informações sobre a sociedade. Em que o bispo está inserido, pois as intenções primárias são de orientar o povo no cumprimento das normas estabelecidas pela Igreja.

A primeira análise dos textos de Dom Benedito, feita com um viés mais literário, tinha por intenção buscar algum artigo que ressaltasse sua perspectiva teológica ou poética, para compor uma publicação com o objetivo de apresentar esse perfil textual. Contudo, com a frequência de assuntos ligados às injustiças sociais da época, foi constatado o potencial daquele material. Tânia Regina de Luca explicita como o historiador deve orientar-se ao deparar-se com periódicos e, sobretudo, jornais:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação [...] em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Os religiosos em suas ordenações episcopais assumem duas funções próprias ao episcopado: “[...] duas funções episcopais: o múnus de santificar e o múnus de ensinar e governar (CDC, 1989, C. 375). E o zelo pastoral do bispo se configurava em pequenos ensinamentos, através de suas publicações em jornais, bem como nos documentos expedidos pela cúria diocesana.” Tal referência encontra-se na monografia sobre *A criação da Diocese de Uberaba em 1907*. op. cit. p. 46.

<sup>124</sup> LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.140.

Esses apontamentos contribuíram para as percepções que serão postas no próximo capítulo que analisará estes textos, o *Com-passo* e a relação de Dom Benedito com o combate à Ditadura Civil-Militar. Um segundo passo, que utiliza outro método presente em trabalhos micro-históricos, foi a análise da trajetória do objeto desta dissertação. Enxergar o indivíduo como sujeito inserido em uma rede de relações interpessoais que contribuem diretamente para a formação do sujeito é um dos aspectos de trabalhos importantes, como é o caso da pesquisa de Maurizio Gribaudi.

Na pesquisa desenvolvida por ele, percebe-se que essas relações contribuíram para entender como “[...] quatro operários, que se desenrolam no espaço geográfico e social da França do século XIX. Quatro emigrantes que deixam, em momentos diferentes, suas vilas e suas famílias de origem e chegam à capital após percorrerem caminhos mais ou menos longos e tortuosos”,<sup>125</sup> que demonstram ao mesmo tempo os diferentes aspectos que a complexidade social compõe e simultaneamente estas quatro trajetórias contribuem para se entender mais sobre os aspectos desses operários. A pesquisa serviu para pensar sobre os aspectos que permeiam os emigrantes, pois no fim das contas este é um caso que compõe esta dissertação. Dessa forma, foi necessário entender que, apesar dos avanços no campo dos estudos emigratórios, estes estudos ainda carecem de novas reflexões a partir da quebra de um padrão que reproduz uma rigidez inapta, e, na perspectiva de Gribaudi:

Apesar dos avanços conhecidos no curso dos últimos decênios, os indivíduos têm uma tendência, no fundo, a reproduzir uma única e rígida imagem: a imagem de um indivíduo ou de um grupo, um emigrante ou uma comunidade, que se deslocam entre dois espaços físicos e culturais pensados, ao mesmo tempo, como diferentes e estáveis. O emigrante é aquele que deixa um lugar e uma cultura bem definidos para ir em direção a outro lugar e outra cultura, igualmente compactos e coerentes. O indivíduo ou o grupo, de acordo com a situação, giram como uma bússola, entre esses dois polos, também compactos. Definidos nas suas práticas e nas suas aspirações, de acordo com suas origens, esses indivíduos podem adaptar-se ao novo espaço somente por meio de um percurso de integração.<sup>126</sup>

Dessa forma, a ligação direta de dom Benedito com dom Paulo Arns, Arcebispo de São Paulo, durante os anos de 1966 a 1978 foi crucial para entender seu posicionamento diante da Ditadura Civil-militar brasileira. A dissertação de Cátia Regina Rodrigues<sup>127</sup>, a dissertação e

---

<sup>125</sup> op. cit., p. 161.

<sup>126</sup> Ibid., p. 162.

<sup>127</sup> A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990) foi uma dissertação de mestrado produzida por Cátia Rodrigues que buscou entender os vinte primeiros anos do arcebispado de Dom Paulo Arns em São Paulo. Nesta pesquisa pode ser compreendido um pouco mais da sua reforma administrativa, religiosa e

tese de Fabio Lanza<sup>128</sup> lançam um olhar tanto sobre dom Paulo Evaristo, quanto sobre seus bispos auxiliares, ao mesmo tempo que também informam como foi feita a reforma administrativa e política na Arquidiocese paulistana.

No capítulo anterior pode ser visto que o posicionamento progressista do cardeal Arns, de Dom Agnelo Rossi, com um perfil conservador, alinhada inclusive em alguns momentos com as práticas do Governo Federal, como foi o caso da perseguição aos frades dominicanos. No artigo do Pe. Ney de Souza, este também faz um resgate sobre essas reformas feitas por dom Paulo na Arquidiocese de São Paulo:

Foi num clima de intensa repressão à participação democrática em partidos, sindicatos, na vida eclesial, na censura à imprensa, que D. Paulo assumiu o cargo de arcebispo da maior arquidiocese católica do mundo. [...] Assim que assumiu a arquidiocese, incrementou a participação do laicato seguindo os passos do Concílio Vaticano II. Realizou a Operação Periferia, vendendo o Palácio Episcopal e assumindo destemida defesa dos direitos humanos constantemente violados pela ditadura militar. O cardeal se tornou a voz dos sem-voz o verdadeiro arauto da justiça social no Brasil.<sup>129</sup>

Por sua vez, Fábio Lanza em seus dois trabalhos traz a percepção de Dom Paulo Arns e de alguns de seus bispos auxiliares sobre a Ditadura Militar, que inclusive contou com a participação de dom Benedito, o que reforçará adiante o posicionamento deste arcebispo em relação ao governo ditatorial. Além disso, essas pesquisas de Lanza servirão para entender quais caminhos foram trilhados por outro prelado do arcebispado paulista, Dom Angélico Sândalo Bernardino, que ajudará fazer o movimento feito por Gribaudi citado anteriormente. Contudo, este movimento de análise terá envolvido três sujeitos: dom Benedito, dom Lucas e dom Angélico.

Esta análise de três sujeitos com posicionamentos distintos acerca da Ditadura Civil-Militar tem a finalidade de entender uma perspectiva tão clara nas relações sociais: a rede das interrelações que expõem a circularidade social.

---

pastoral na referida Instituição, além de entender as contribuições dos demais prelados que fizeram parte deste período. RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 2008. Dissertação (Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>128</sup> Fabio Lanza possui duas pesquisas, uma resultou em sua dissertação de mestrado: op. cit. e a outra em sua tese de doutorado: LANZA, Fabio. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo**. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Estas pesquisas de Lanza contribuíram bastante para esta pesquisa, tendo em vista que a dissertação traz uma entrevista de dom Benedito sobre o Regime Civil-Militar e a segunda, trouxe pistas de como trabalhar com o boletim *Com-passo* pelo fato de que o semanário paulista foi inspirador do periódico uberabense.

<sup>129</sup> DE SOUZA, Pe. Ney de. Catolicismo e evangelização em São Paulo: centenário da arquidiocese (1908-2008). **Kairós**, Fortaleza, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://ojs.catholicdefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/272>. > Acesso em: 4 mai. 2023. p. 334.

Além dos contatos feitos em São Paulo por dom Benedito, considerar a diferença territorial se fará necessário, pois o contexto sociopolítico de Uberaba e de São Paulo, na década de 70, foi bastante discrepante. Somado a isto, será considerada sua ascensão política, frente a cargos de expressão dentro do sistema organizacional da Igreja no Brasil. Nesta perspectiva, a mudança da escala de observação será necessária para entender as ações do bispo paulista, como vice-presidente da CNBB e presidente do Regional Leste II. Esta análise se torna importante, pois com certeza esses cargos influenciaram seu posicionamento e, conseqüentemente, seus escritos.

A partir desta perspectiva, isto é, a influência das Instituições sobre as decisões do indivíduo, é importante resgatar uma reflexão desenvolvida pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho. Entre seus notáveis estudos, para o debate desenvolvido nesta dissertação, é relevante mencionar o livro *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*,<sup>130</sup> cuja discussão envolve também as trajetórias dos indivíduos:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos de natureza e da dinâmica do campo de possibilidades.<sup>131</sup>

De fato, a complexidade acerca da ação individual de um bispo, arcebispo e cardeal se transforma a partir da influência que suas decisões particulares, podem influenciar uma grande parcela sociedade e, conseqüentemente a Instituição. Enquanto o padre detém um espaço de atuação localizado e responde diretamente ao bispo ou arcebispo onde está incardinado, isto é, ligado a uma (Arqui) Diocese, os bispos e os arcebispos podem influenciar os rumos da Igreja local, sejam em suas ações pastorais ou discursos de uma forma mais engajada e articulada. Em uma perspectiva mais ampla, a concepção de que o bispo/arcebispo age mais em consonância com suas responsabilidades administrativas e Institucionais é muito mais perceptível, dada a vigilância recorrente sobre estes personagens, sejam eles pela ação da CNBB ou da própria Nunciatura Apostólica. Dessa forma, não pode esquecer também que existem e existirão momentos em que a dicotomia “Instituição x correntes ideológicas” entrará em conflito, demonstrando de forma empírica, aquilo que o próprio Gilberto Velho diz:

Nas sociedades complexas moderno – contemporâneas [...] existe uma tendência de constituição de identidades a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais,

---

<sup>130</sup> VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

<sup>131</sup> Ibid., p. 36.

que se associam a experiências e a níveis de realidade diversificadas, quando não conflituosas e contraditórias. [...] são as idas e vindas em função de contextos, situações e papéis diferenciados que os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais.<sup>132</sup>

É observável, portanto, que Dom Benedito, ao assumir o arcebispado de Uberaba e futuramente cargos ligados a CNBB, isto é, presidência do Regional Leste 2 e Vice-Presidência da própria Instituição, suas atitudes passaram a ter vistas maior visibilidade, trazendo ao mesmo tempo mais responsabilidade e um discurso alinhado às propostas das Instituições representadas. Evidentemente que, ao assumir esses cargos, surgiram possibilidades de ele traçar caminhos opostos aos defendidos pela Igreja, principalmente sua postura diante da Ditadura Civil-militar. No entanto, como esses cargos executivos passam por diversos escrutínios e os próprios bispos votam em um nome específico e não em chapas, entende-se que sua relevância no meio episcopal foi notável, principalmente dada sua proximidade com Dom Paulo Evaristo Arns.

Esses entrelaçamentos na esfera política da Igreja perpetuaram em muitos momentos da Organização ao longo dos anos da Ditadura Civil-militar, até mesmo para a sua consolidação quanto influência sociopolítico no Brasil. Não foi à toa é que muitos presidentes, vice-presidentes e secretários da Instituição acabaram assumindo cargos estratégicos após o término do mandato e até mesmo chegando ao cardinalício. Isto ser visto num primeiro momento como um título honorífico; contudo, em uma perspectiva mais visionária, representa um candidato ao papado ou ainda eleitor em reformas importantes no magistério da Igreja.

Ao retomar a reflexão sobre Dom Benedito, é necessário a partir desta discussão perceber que sua influência em determinado momento passa a ser não apenas para a região que a Arquidiocese de Uberaba abrangia, mas em outros territórios e outras lideranças. Uma das prioridades desta pesquisa é considerar sua relação com dom Paulo Evaristo Arns, o que propiciou o surgimento de algumas questões: seria dom Benedito um expoente também de Dom Paulo? Ou ainda, as ações de dom Paulo em São Paulo só foram também possíveis graças à competência de seus bispos auxiliares? O quanto esta relação pode contribuir para o embate com a Ditadura Civil-Militar em Uberaba, ou ainda, nas discussões de temas sensíveis, considerando a conjuntura uberabense?

Ao longo do desenvolvimento deste capítulo e do próximo, haverá a apresentação de documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações, criado pelo Governo Federal em 1964, que durante o governo militar serviu para mapear pessoas de vários setores da

---

<sup>132</sup> Ibid., p. 36.

sociedade. A documentação produzida por esse Órgão está disponibilizada no Arquivo Nacional e foi fundamental para sustentar a hipótese norteadora desta pesquisa: como dom Benedito combateu a Ditadura Civil-Militar por meio de suas práticas discursivas? Estes documentos ajudarão a compreender um pouco mais o remanejamento das autoridades episcopais durante a década de 70. Por que a análise deve também partir desta perspectiva? Tal indagação surgiu, baseando-se nesta premissa da rede de conexão: no mesmo ano em que dom Benedito chegou em Uberaba e assume o arcebispado, Dom Estevão Cardoso de Avelar<sup>133</sup> foi empossado na Diocese de Uberlândia. Neste ponto, será possível refletir sobre quais as intenções da Igreja em colocar dois bispos considerados progressistas pelo governo em uma mesma região, que possuía um caráter extremamente conservador? Essas perguntas e respostas foram possíveis a partir da metodologia da Micro-História. Analisar estas intersecções é o ponto de partida para se desenvolver o objetivo principal desta pesquisa, exposta anteriormente. Dessa forma, a análise documental e, ao mesmo tempo, o mapeamento da circularidade espacial e pessoal contribuíram de forma majoritária nesta investigação.

O Arquivo da Arquidiocese de São Paulo serviu para compreender os feitos de dom Benedito quando lá esteve. Entender como foi desenvolvida sua formação acadêmica, religiosa e política foi fundamental, até mesmo para entender suas incongruências e particularidades, já ressaltado anteriormente. Sua formação familiar é um importante aspecto a ser considerado, pois de acordo com as biografias que serão apresentadas adiante, esta organização que propiciou o primeiro contato com a fé foi um fator determinante para os prelados citados seguirem a carreira religiosa. A família e a fé são aspectos importantes que influenciaram as tomadas de decisão dos prelados que serão analisados ao longo desta pesquisa. Não se deve perder de vista que estas organizações tiveram um peso preponderante na sociedade do início do século XX.

A biografia de dom Benedito, escrita por Vera Rezende,<sup>134</sup> lançada durante as comemorações de seu jubileu no ano de 2021, trouxe dados mais voltados para sua carreira como administrador e líder religioso. Todavia, estas informações ajudaram a compor uma “linha do tempo”, o que facilitou a organização das informações, ponto de partida do trabalho. Ao mesmo tempo, fizeram com que a busca por outras fontes fosse mais bem direcionada,

---

<sup>133</sup> Dom Estêvão Cardoso de Avelar, O. P, nasceu em 4 de novembro do ano 1917, na cidade de Três Corações – MG, atuou nas Diocese de Marabá – PA (1971-1976) e Nossa Senhora da Conceição do Araguaia – PA (1976-1978) nas quais lutou fervorosamente contra o garimpo e a grillhagem, sendo transferido para Uberlândia em 1978, estando à frente desta Diocese até 1992. SOUZA, Pe. Edvaldo Pereira de. **100 anos de Dom Estêvão Cardozo Avellar**, OP. Disponível em: <<https://elodafe.com.br/100-anos-de-dom-estevao-cardozo-avellar-op/>> Acesso em: 4 mai. 2023.

<sup>134</sup> op. cit.

facilitando assim a atuação na pesquisa e otimizando em busca para a procura de outros referenciais.

Os dados levantados pela biografia foram um ponto de partida importante para compreender muitos aspectos de sua vida, sobretudo, em relação a algumas datas. No Arquivos das Igrejas de São Paulo e de Uberaba, foi possível checar algumas dessas informações. Entretanto, nestes lugares, os documentos organizados possuem um valor mais de caráter Institucional do que pessoal. Sendo assim, se não houvesse, por exemplo, os livros escritos por dom Benedito, entrevistas e notícias encontradas ao longo da busca de maiores informações, algumas lacunas não seriam supridas nesta pesquisa, o que prejudicaria bastante a formulação deste estudo.

Na biografia de dom Benedito, escrita por uma admiradora e cristã engajada na vida pastoral da Igreja de Uberaba, Vera Rezende, foi apresentada a estrutura familiar na qual nasceu Benedito Vieira. Nasceu em 9 de outubro de 1920, na cidade de Mococa, no Estado de São Paulo, como indica Vera: “[...] uma pequena cidade com apenas oito mil habitantes), na fronteira com Minas Gerais”.<sup>135</sup> Benedito, filho de José Teodoro Vieira e Leonor de Ulhôa Coelho Vieira, teve dez irmãos, totalizando uma família de onze filhos. Seu pai, como apresenta a autora, “[...] trabalhava como escrevente de cartório e completava o orçamento familiar fazendo escrita, à noite para algumas firmas.”<sup>136</sup> Considerando a profissão e a atividade extraturno de José Teodoro, pai de Benedito, pode ser feita a seguinte reflexão: apesar de ser uma família numerosa, José Teodoro possuía determinado prestígio social, principalmente pelo cargo que ocupava no Cartório.<sup>137</sup>

No mesmo livro, Rezende indica outra função de notoriedade social do patriarca da família Vieira, considerando evidentemente os atributos sociais da época: “Seu pai era o braço direito do Vigário, Monsenhor Brandi, que batizou D. Benedito [...] sua mãe, que era terceira franciscana, comungava todos os dias”.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 17.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Algumas profissões no final do Período Imperial do Brasil, bem como, no início da República possuíam prestígio social, inclusive, os médicos e os advogados recebem a denominação de “Doutor” dada esta herança. Não foram encontrados maiores registros acerca da função de José Teodoro Vieira, se possuía alguma formação além do ensino básico. Contudo, considerando o contexto cultural da época e a origem dos cartórios do Brasil, pode-se estimar que José Teodoro, por trabalhar em um cartório possuía notoriedade, considerando que a cidade de Mococa possuía uma característica bastante interiorana, reflexo de tantas outras cidades formadas durante o Império brasileiro, como forma de ocupação do território.

<sup>138</sup> A Ordem Terceira Franciscana é uma classe dentro da Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) que permite que leigos e leigas se associem, fazendo parte desta divisão, homens e mulheres podem estudar e participar de momentos celebrativos próprios dos Franciscanos. Ibid., p. 18.

Estas particularidades servem para se entender a influência familiar na escolha da carreira eclesial de Benedito, como o próprio afirmou: [...] sou padre por causa da minha família. Minha mãe sempre esperava meu pai à tarde e, quando ele chegava em casa, minha mãe puxava o terço em família, todos os dias, a Nossa Senhora Aparecida”.<sup>139</sup>

Com certeza, esses aspectos familiares contribuíram em sua formação individual e intelectual, como, por exemplo, sua postura diante das autoridades que será colocada à prova em alguns momentos ao longo de sua vida. Na Micro-História, são esses detalhes que colaboram para que a trajetória individual traga aspectos culturais e sociais que em determinados trabalhos com outras abordagens metodológicas são negligenciados. Outra informação dada por esta biografia é de que Benedito viveu em Mococa “[...] até os nove anos de idade”.<sup>140</sup> Contudo, Rezende não trouxe a informação que torna relevante para esta pesquisa: para onde Benedito parte? A fonte de pesquisa de Vera foi o livro *Entardecendo*,<sup>141</sup> escrito pelo arcebispo de Uberaba, publicado em 2008. Esse livro se torna também uma fonte importante para o entendimento desses elementos da vida particular de Benedito, básica para preencher as lacunas da biografia escrita recentemente. Todavia, ao ler uma obra escrita sobre si mesmo, o historiador precisa de uma astúcia redobrada.

Enquanto as biografias podem tornar herói um indivíduo comum, em obras pessoais que têm como características o relato de lembranças e fatos pessoais, a possibilidade de haver dados imprecisos é maior. Quando essa obra foi escrita por Dom Benedito em meados de 2008, ele tinha 87 anos. Há a possibilidade de que sua memória não tenha sido tão generosa, o que é natural dentro de um processo que utiliza este recurso:

Quer seja na dimensão individual, quer seja na dimensão social, a memória é composta por lembranças, que podem ser valorizadas ou desvalorizadas conforme os critérios de eleição do narrador ao fazer seus registros. Também compõe a memória o esquecimento de fatos e situações vividas, seja porque não são lembrados, seja porque algo os impede de vir à tona. [...] Essencialmente, todo processo de acionamento e construção da memória é um esforço que se faz contra o tempo que interpõe distância entre o presente, onde se dá a narrativa do fato, e o momento de seu acontecimento. E esse esforço acontece em meio a conflitos em que fatos são rejeitados ou valorizados e interpretações são contrapostas.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> Ibid., p. 19.

<sup>140</sup> Ibid., p. 17.

<sup>141</sup> VIEIRA, Benedito de Ulhôa. **Entardecendo**. Uberaba, Graph Mark, 2008, 88p.

<sup>142</sup> BARRETO, Flavia de Oliveira. Desafios metodológicos para a (auto)biografia de família. **Intellectus**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 85-108, dez. 2017. ISSN 1676-7640. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/31653>>. Acesso em: 4 mai. 2023. p. 88.

Com isso, foram coletados no Arquivo da Igreja paulistana maiores informações sobre sua origem familiar e outros dados anteriores a seu ingresso no Seminário Central do Ipiranga. A ficha/matricula feita em 1938<sup>143</sup> trouxe que a residência dos pais na ocasião era na Rua Baronesa de Itú, 673. Todavia, na entrevista dada por dom Benedito em 24 de janeiro de 2000 ao cientista social Fábio Lanza, ele respondeu que se mudou para a cidade de Mogi das Cruzes:

[...] depois meus pais se mudaram para a cidade de Mogi das Cruzes, e de lá é que eu fui para o Seminário de Pirapora, que é o seminário da Arquidiocese de São Paulo, eu estudei o que hoje chama ginásio, colegial; e é o curso fundamental, de lá com 17 anos, eu fui para o seminário de São Paulo, no Ipiranga, que tinha o título “Seminário Central do Ipiranga” e lá eu fiz três anos de Filosofia e quatro anos de Teologia. Entrei lá com 17 anos, nós tínhamos o exame vestibular que era português, latim, grego e grau de capacidade intelectual.<sup>144</sup>

Essas duas informações podem ser verídicas; entretanto, não foi encontrado nenhum outro documento que indique como foram esses processos de mudança. No entanto, a partir disso, pode-se considerar que a família Vieira sai de uma cidade pacata com um perfil menos plural e ao mesmo tempo conservador, indo para uma região mais alinhada com o progresso paulista. A cidade de São Paulo, no início da década de 20, experienciou movimentos importantes que contribuíram para o desenvolvimento do movimento artístico, conhecido como Modernismo. Foi na capital paulista que a principal gênese da sociedade moderna brasileira nasceu, contrapondo de certa forma um Rio de Janeiro ainda enraizado no perfil da monarquia ou da *Belle Époque*.

Com isso, pode ser afirmado que essa migração suscitou mudanças significativas na família Vieira. Infelizmente, também não foram indicadas as motivações para a mudança. Todavia, considerando a estrutura familiar, pode-se especular que as motivações puderam ter relação com aspectos financeiros. Para a composição deste trabalho, o mais relevante é indicar que o endereço mencionado por Benedito na matrícula de ingresso no Seminário, situa-se no atual bairro Santa Cecília, um dos bairros que compõem o grande centro da cidade de São Paulo, próximo do bairro Higienópolis,<sup>145</sup> considerado de classe média alta. Pouco tempo depois, Benedito foi matriculado no seminário de Pirapora para cursar os anos finais da educação básica da época. Já em 1938, com 17 anos, ingressa no Seminário Central do Ipiranga para cursar Filosofia e Teologia, como afirmou em entrevista e foi checado na biografia de Vera Rezende.

---

<sup>143</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Livro de Registro de Matrículas do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938**. Matrícula nº 6.

<sup>144</sup> LANZA, Fábio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica...** op. cit. P. 156. AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. Entre memória e história: Higienópolis revisitado. **PosFAUUSP**, [S. l.], v. 19, n. 31, p. 291-294, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i31p291-294. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48318>>. Acesso em: 6 mai. 2023.

No Arquivo da Arquidiocese de São Paulo, encontram-se preservados os diários das turmas do Seminário do Ipiranga, dispondo de informações relevantes que ajudaram a entender a formação intelectual de Benedito, pois foram indicadas as disciplinas, suas notas nos exames finais e a não realização dos exames finais do último ano de Teologia. Neste aspecto, serão indicadas as disciplinas cursadas por Benedito: Filosofia, História da Filosofia, Apologética Científica, Física, Química, Ciências Naturais, Biologia, Grego, Literatura, Matemática Superior, Pedagogia, História da Arte, Psicologia Experimental, Economia Política, Sociologia, Teologia Dogmática, Teologia Moral, História da Igreja, Hebraico, Patrologia, Grego Bíblico, Liturgia, Exegese, Direito Canônico, Mística, Ascética e Moral.<sup>146</sup>

No livro *O Clero no Brasil*, Riolando Azzi faz alguns apontamentos sobre a formação clerical do Brasil. O autor recorda que “[...] a partir dos anos 20, a Igreja Católica intensificou o esforço no sentido de reafirmar sua presença na sociedade brasileira. Essa nova etapa passou a ser conhecida como Restauração Católica ou Neocristandade”.<sup>147</sup> Entender essa conjuntura é fundamental para saber sobre a formação intelectual de dom Benedito e, ao mesmo tempo, compreender como esta formação influenciou em seus atos administrativos, pastorais e ideológicos. Adiante, o mesmo autor recorda: “[...] com a celebração do Concílio Vaticano II, a partir de 1962, encerra-se essa etapa de neocristandade, tendo início a época da renovação pastoral.”<sup>148</sup>

Ainda sobre a formação sacerdotal, Azzi reforça a preocupação sobre uma profunda preocupação na formação dos futuros sacerdotes, no que se refere à questão da ordem, disciplina e preparo intelectual. No aspecto intelectual, ele aponta: “Tanto os cursos de filosofia como os de teologia tinham como pressuposto básico a defesa da fé contra os seus inimigos passados e presentes. Toda a formação intelectual, de fato, tinha como finalidade específica: fortalecer a vocação sacerdotal do candidato.”<sup>149</sup>

A partir disto, vê-se, portanto, que a Igreja Católica brasileira buscou garantir nos anos seguintes esse processo dando continuidade a essa formação intelectual e religiosa. Dessa forma, considerando todos esses elementos, é compreensível que houvesse na década de 60 uma polarização tão perceptível para além do campo político dentro da CNBB, por exemplo. Afinal, o clero formado a partir da década de 20, que compunha o corpo episcopal em 1960, estaria vivendo uma fase dialética, confrontando sua formação neocristã com as concepções a

---

<sup>146</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Livro de Registro das Notas dos Exames Finais do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938-1945**. p. 127 – 150.

<sup>147</sup> AZZI, Riolando. **O Clero no Brasil**. p. 72.

<sup>148</sup> *Ibid.*, 73.

<sup>149</sup> *Ibid.*, 87.

partir do Concílio Vaticano II. Somado ao contexto político global dos anos 60, confrontava-se também com a questão da ameaça comunista que permeou as formações doutrinárias nos seminários.

O processo de romanização da Igreja tinha sua origem nas exortações do Papa Leão XIII nas as quais havia rechaçado os ideais comunistas, principalmente na carta *Quod Apostolici Muneri e Rerum Novarum* em 1891. Adiante, em 1937 o Papa Pio XI ainda reforçou o combate à adesão a qualquer concepção socialista e comunista, a partir da *Divinis Redemptoris*, como aponta Kopanyshyn.<sup>150</sup> O apogeu do enfrentamento às concepções marxistas veio em 1949 com um Decreto do Santo Ofício outorgado por Pio XII, indicando a excomunhão automática para aqueles que conscientemente demonstrassem adesão aos ideais citados, como recorda o historiador Luiz Fernando Silva.<sup>151</sup>

A partir destas indicações, poderiam ser pesquisados outros colegas de classe de Benedito para se fazer uma comparação de trajetórias, entendendo as origens familiares, desempenhos acadêmicos e vivência religiosa. Entretanto, a comparação de trajetórias será feita adiante, considerando como ponto de partida o posicionamento de personalidades que foram bispos-auxiliares de São Paulo e que tiveram distintos rumos aos de Benedito: Dom Angélico Sândalo Bernardino que ficou na Arquidiocese de São Paulo até 2000 e Dom Lucas Moreira Neves em 1974 assumiu cargos na Santa Sé. Essa escolha deveu-se ao recorte temático e temporal deste trabalho que se debruça principalmente sobre os anos 70 e o envolvimento da Igreja com a Ditadura Civil-Militar. Se porventura esta investigação contemplasse a formação acadêmica dos padres nos anos 30 e 40, poderiam ser destacados, portanto, Benedito e algum outro colega de Seminário.

Além das informações indicadas na tabela acima, outro dado considerado como relevante foi o alto índice de evasão dos seminaristas ao longo dos anos. A turma de Filosofia de Benedito começou em 1938 com 40 alunos e o último ano do mesmo curso terminou com 26 Já a Teologia iniciou com 26 e terminou com um total de 16 alunos.<sup>152</sup> O pesquisador Riolando Azzi, ao longo de sua obra, aponta as diversas prerrogativas exigidas dos seminaristas, somadas ao distanciamento familiar, regrado acesso ao mundo e aplicação de castigos para as culpas, estes podem ser considerados como fatores que colaboraram com o alto índice de

---

<sup>150</sup> op. cit., p. 34.

<sup>151</sup> op. cit., p. 5.

<sup>152</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Livro de Registro das Notas dos Exames Finais do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938-1945.** p. 127 – 150.

evasão. Além disso, os líderes da Igreja Católica ainda traçaram um perfil de busca para candidatos à vida religiosa, muito próximo às tradições europeias:

Como aspectos fundamentais da formação sacerdotal nessa época, além do espírito de sacrifício, eram elencadas a obediência e a humildade, a submissão aos superiores, a piedade e a pureza de vida. Essas características eram típicas da educação ministrada pelas famílias dos colonos europeus. É desses lares, regidos por padrões éticos conservadores onde, em geral, serão recrutadas as futuras vocações sacerdotais. Por isso, as regiões onde se instalaram os imigrantes italianos, alemães e poloneses, passaram a ser consideradas como áreas privilegiadas para o desenvolvimento de campanhas vocacionais. Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul continuam sendo, nesse período, os estados que fornecem maior número de vocações, na quase totalidade descendentes de europeus. Minas e Ceará, onde foi mais intenso o processo de romanização mediante a ação dos bispos reformadores, tornaram-se regiões férteis em vocações. Nos centros urbanos, porém, as vocações continuavam cada vez mais escassas. Por essa razão, em 1942, o episcopado paulista, sob a direção do arcebispo dom José Gaspar de Afonseca e Silva, publicava uma circular, dedicando especial atenção ao problema das vocações sacerdotais.<sup>153</sup>

Estas concepções não apenas reforçam a influência do lar familiar para o estímulo vocacional de dom Benedito, como apresentam ainda mais os aspectos sobre a formação sacerdotal, o perfil dos futuros bispos da Igreja do Brasil. São informações que expõem aspectos relevantes para compreender as características de determinadas regiões brasileiras, que servirão ao longo desta pesquisa para entender o perfil ideológico dos prelados pesquisados.

Adiante, ainda consultando o *Livro de Registro das Notas dos Exames Finais do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938-1945* foi constatado que Dom Benedito, por algum motivo, não prestou os exames finais do último ano de Teologia. Infelizmente, a causa não foi exposto, em nenhum documento posterior do Seminário, na obra de Rezende ou em seu próprio livro. Entretanto, ficou indicado com veemência no registro do ano de 1944 que Benedito não chegou a realizar os exames finais.

Esta informação causou estranheza, pois os documentos apresentavam o perfil de Benedito como um aluno “dócil e atencioso sempre” e, nas fichas de suas férias,<sup>154</sup> quando era designado para atuar em alguma paróquia. Ainda no ano de 1944, Benedito partiu para cursar Letras Clássicas na Faculdade de São Bento, pertencente ao Mosteiro de São Bento, que anos depois, seria incorporada à Faculdade Paulista de Direito para formar a Pontifícia Universidade de São Paulo, administrada pela própria Arquidiocese.<sup>155</sup> Essa formação, na perspectiva de

---

<sup>153</sup> op. cit., p. 76-77.

<sup>154</sup> BRITO, Pe. Lino dos Santos. **Questionário das Férias de Benedito de Ulhôa Vieira de dez/41 e jan/42.** ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1942.

<sup>155</sup> XXV Encontro Estadual de História. **Sobre a PUC-SP.** Disponível em: <[https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=846](https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=846)> Acesso em: 4 mai. 2023.

Rezende, foi escolhida devido às necessidades do Seminário, “[...] o latim era a língua utilizada nas aulas, nos livros e exames. Os professores eram de alto preparo intelectual e foram formadores do clero pelo exemplo, pela cultura e pelo acolhimento bondoso.”<sup>156</sup> Parece que a necessidade de cursar Letras Clássicas não foi exclusivamente por causa de sua realidade no Seminário, pois, para seu ingresso no Seminário em 1938, ele prestou, como lembra a própria autora, o exame vestibular: “[...] com provas de Português, Latim, Grego e capacitação intelectual [...]”.<sup>157</sup> Ao voltar-se para os quadros acima, nota-se que recebeu boas notas em Grego e Latim. Sendo assim, conclui-se que a opção por estes cursos foi mais para corroborar seu conhecimento e enriquecimento intelectual do que de fato para usar ao longo de seus estudos.

Em um documento indicado como *Curriculum Vitae dos Sacerdotes de 1940-1965*, arquivado no Arquivo da Igreja de São Paulo, o próprio dom Benedito indicou que se ausentou do Seminário nos anos 1945 e 1948 e esteve na Faculdade São Bento. Foi feito um contato com a referida Faculdade para saber mais sobre esse período da vida de Benedito. Infelizmente não foi encontrada nenhuma informação sobre essa fase. Aqui está uma perspectiva sobre a análise de trajetória de um indivíduo: os processos de continuidade e descontinuidade, como fora lembrado anteriormente.

Apesar de Benedito se ter ausentado do Seminário por três anos, sua ordenação diaconal 1º grau do Sacramento da Ordem e pré-requisito para a ordenação presbiteral, aconteceu em 17 de outubro de 1948, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, por Dom Paulo R. Loureiro, enquanto sua ordenação sacerdotal foi celebrada em 8 de dezembro de 1948, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Liberdade e por dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, como pôde ser lido no livro de Rezende.<sup>158</sup>

Após ser ordenado padre, Benedito foi designado para ser “Vigário Cooperado”, conhecido atualmente por “Vigário Auxiliar” da Paróquia do Espírito Santo da Bela Vista e capelão das Irmãs São José. Logo nos primeiros anos após sua ordenação presbiteral, dedicou-se ao doutorado em Teologia, sendo o primeiro doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, em 1953.<sup>159</sup> Concomitantemente, foi nomeado professor, capelão e vice-reitor da referida universidade e posteriormente, também designado professor e vice-reitor do Seminário, no qual havia sido aluno. Pouco tempo depois, ainda na década de 50, assumiu o cargo de reitor do Seminário do Ipiranga. Esses cargos fizeram com que o futuro bispo se

---

<sup>156</sup> Ibid. p. 23.

<sup>157</sup> op. cit., p. 23.

<sup>158</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Curriculum Vitae dos Sacerdotes 1940-1965*, n° 3. p. 25-26.

<sup>159</sup> VIEIRA, Benedito de Ulhôa. *Auscultando o Coração*. Uberaba, Editora e Gráfica Saga, 2013, p. 92.

aproximasse da juventude paulistana, pois, nesse meio tempo à frente da PUC, recebeu o cargo de assessor da Pastoral dos Universitários, tendo concomitantemente o cargo de Pároco dos Universitários, como o próprio afirma em *Entardecendo*.<sup>160</sup>

A partir dessas nomeações, cabe uma reflexão: quais foram as motivações de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ao nomear o Pe. Benedito para os cargos elencados acima? Não há na documentação pesquisada nenhum indício que esta nomeação aconteceu por aspirações políticas por parte do Pe. Benedito, ou ainda, por outros motivos que não sejam os pastorais ou religiosos. Geralmente, as indicações para assessorias de Pastorais, de Movimentos e da Reitoria dos Seminários decorrem por escolha pessoal do (arce)bispo que, segundo o Código de Direito Canônico, pode ou não ouvir seu Conselho de Presbíteros.<sup>161</sup> Contudo, considerando o contexto sociopolítico da década de 50, essas nomeações possivelmente decorreram em razão do grau de erudição do Pe. Benedito, pois seu doutoramento poderia garantir a qualidade na formação dos futuros padres da Igreja de São Paulo e, ao mesmo tempo, mantê-lo perto da juventude religiosa e intelectual paulistana.

A partir desses detalhes é que será entendido um pouco mais sobre as inclinações políticas futuras de dom Benedito e sua ligação com a elite paulistana e com os intelectuais. É importante ressaltar que, entre a década de 50 e 60, as universidades na capital do Estado de São Paulo eram majoritariamente privadas, sendo apenas pública a Universidade de São Paulo, criada em 1934<sup>162</sup>.

Com isso, é compreensível que estar à frente da PUC como reitor dava ao padre Benedito prestígio social e político, considerando as interfaces que tal cargo esperava e exigiu. Como foi lembrado no capítulo anterior, as organizações juvenis católicas fizeram parte do cenário político brasileiro por algumas décadas. O contato de padre Benedito com esse grupo certamente lhe deu a oportunidade de experienciar eventos desencadeados por forças policiais, como será visto adiante.

Simultaneamente, durante boa parte da década de 60 a Igreja passou a discutir sobre os problemas sociais do mundo moderno, como já foi citado. Padre Benedito passou a ser motivado também por estas novas discussões, influenciadas pelos ventos soprados na Igreja a

---

<sup>160</sup> op. cit., p. 18.

<sup>161</sup> CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por São João Paulo II. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2023.

<sup>162</sup> SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>> Acesso em: 4 mai. 2023.

partir do Concílio Vaticano II, o que poderá ser visto em seus artigos no próximo capítulo. Sendo assim, percebe-se que o contato constante com grupos sociais privilegiados desde sua infância, sua mudança para Mogi das Cruzes e para o bairro Santa Cecília, entrada no Seminário Ipiranga e na Faculdade São Bento deram ao padre Benedito a oportunidade de transitar nestes grupos, o que aconteceria depois também como bispo auxiliar e Arcebispo de Uberaba. A compreensão dessa circularidade social indicada nestas páginas é essencial para entender as mudanças ao longo da jornada de um indivíduo.

No artigo *Avanços e novas perspectivas a partir da segunda geração da microstoria italiana*, Deivy Carneiro e Maíra Vendrame sugerem algumas reflexões a partir do trabalho realizado por Simona Cerutti:

“[...] por meio da aplicação de abordagem microanalítica é possível compreender a complexidade das relações que ligam os indivíduos; o tempo de suas experiências, ações limitadas e estratégias de negociação dentro do contraditório e incoerente sistema normativo.”<sup>163</sup>

As influências que Benedito exerceu e sofreu são reflexões difíceis de ser mensuradas no aspecto quantitativo. Entretanto, é possível percebê-las a partir de uma concepção qualitativa. No fim das contas, entender literalmente esses detalhes acaba sendo uma oportunidade de reflexões secundárias, pois o interesse é entender quais foram as circunstâncias que permearam as relações. Perceber o processo em que as relações são estabelecidas entre os indivíduos é mais pertinente do que levantar hipóteses que o historiador não conseguirá responder, a partir de seus referenciais teórico-metodológicos.

Diferentemente dos outros prelados apresentados nas próximas páginas, dom Benedito, na maior parte de sua trajetória até ser nomeado bispo-auxiliar de São Paulo, não viveu momentos que o colocassem em contato com grupos distintos com os quais já se relacionava ou ainda novos espaços. Padre Benedito esteve em uma situação de contato com um grupo específico, pertenceste a uma classe econômico-social mais favorável. Não recebeu, por exemplo, a responsabilidade de estar à frente de uma paróquia em uma zona periférica, ser Vigário Cooperador, como foi indicado após sua ordenação. Na prática, era uma posição secundária, de auxílio ao pároco da Igreja. Não cabe fazer suposições, é claro, seria uma irresponsabilidade. Entretanto, é possível vislumbrar de a esta experiência de estar em contato

---

<sup>163</sup> CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra. *Avanços e novas perspectivas a partir da segunda geração da microstoria italiana*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 15.

com determinados setores da sociedade paulistana pode ter contribuído para que, ao chegar em Uberaba, conseguisse um bom trânsito nas elites locais.

Um fato que chamou a atenção em relação à experiência de dom Benedito na PUC foi a famosa invasão sofrida pela Universidade em setembro de 1977, cometida por forças militares. Esse evento na época acabou sendo um dos episódios mais delicados envolvendo a Igreja e o Estado. Na ocasião, Dom Paulo Evaristo Arns já estava há alguns anos à frente da Arquidiocese de São Paulo e já travara embates enérgicos com o governo brasileiro. Todavia, nessa circunstância, dom Paulo estava em viagem. Coube ao dom Benedito negociar com os militares a soltura de centenas de estudantes, como pode ser visto, a partir da entrevista concedida por Dom Benedito ao Fábio Lanza em sua dissertação:

Houve a invasão na Universidade, eu não me lembro mais, nem o mês nem a data, eu já era bispo, morava na Lapa. O padre, que era um dos padres da Universidade, hoje ainda é professor lá, me telefonou: “A Universidade está sendo invadida”. D. Paulo estava nos Estados Unidos, pregando, D. Paulo era muito convidado para essas coisas, aí, eu peguei um carro e fui direto, tive que estacionar o carro a um quarteirão da Universidade, na Rua Monte Alegre e fui a pé até lá. Havia um terreno vazio onde hoje há um prédio, em frente à Universidade, (...) E o Tuma e o Erasmo invadiram a Universidade, prenderam todos os estudantes e levaram para esse terreno vazio, ficaram lá à noite todos sentados no chão, (...) Cheguei, me apresentei ao Tuma, (...) ao Erasmo, como era chamado pelos estudantes, e eu cheguei lá dizendo: “Dr. Tuma, o que é isso?” Ele ficou assim, olhando para mim, como quem diz: “eu não posso fazer nada”. Fiquei ali com ele, com as autoridades, (...) eu não me lembro se nós saímos de lá uma hora da manhã ou não. Foi aí que o Cardeal D. Paulo voltou e disse aquela célebre frase publicada: “Na Universidade só se entra ou pelo vestibular ou como convidado” [...].<sup>164</sup>

Acontece que esse evento teve uma generosa repercussão: ao buscar outras fontes que apresentam situações envolvendo o período Ditatorial Brasileiro encontra-se a exposição deste fato, como é abordado nos livros de Marcos Napolitano<sup>165</sup> e Paulo César Gomes.<sup>166</sup> A partir dessas leituras, pode ser entendido a relevância de tal *imbroglio* envolvendo o Estado e a Igreja. Este é mais um evento que traz a perseguição sofrida pelos alunos universitários na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que acabou provocando mais rupturas entre altos líderes da Igreja e os militares. Esta invasão da PUC aconteceu alguns anos após a morte de Alexandre Vannucchi Leme, e serviu para expor publicamente aquilo que vinha acontecendo em situações isoladas, gerando um desgaste ainda maior em torno do governo de Geisel. Sabe-se que a Igreja deu em muitos momentos refúgio e apoio aos grupos contrários à Ditadura, oferecendo seus espaços, inclusive, para a realização de reuniões, como relatou Emanuelle Kopanyshyn.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> op. cit., p. 77.

<sup>165</sup> op. cit., p. 275.

<sup>166</sup> op. cit., p. 120.

<sup>167</sup> op. cit., p. 61.

Concomitantemente a esses fatos, é dever lembrar o olhar vigilante do Papa Paulo VI em relação às práticas do governo brasileiro contra os membros da Igreja Católica, o que influenciou para que as retaliações da Ditadura brasileira tivessem exposição em nível internacional, ainda em 1970, quando dom Aloísio Lorscheider foi detido, como foi citado no capítulo anterior, a partir do debate de Paulo César Gomes.<sup>168</sup>

A partir das leituras feitas, contendo as referências expostas tanto no primeiro capítulo, quanto neste, pode ser percebido que, com o passar dos anos, dom Paulo Evaristo Arns se alinhou bastante ao papado de Paulo VI, o que lhe trouxe respaldo internacional e apoio em duas ações frente à Ditadura.<sup>169</sup> Esse apoio político, com certeza, enfraqueceu a imagem internacional brasileira. Contou também com a contribuição de dom Hélder Câmara em viagens internacionais.<sup>170</sup>

Nesta perspectiva, voltando à análise para dom Benedito, percebe-se que este tinha um alinhamento ideológico e até mesmo político com dom Paulo Arns, até porque, para dom Paulo escolhê-lo como seu bispo-auxiliar e vigário geral para auxiliá-lo nas reformas da Arquidiocese de São Paulo, teria que ser um religioso com as mesmas concepções para facilitar a implantação das reformas e garantir uma harmonia no governo. Como Dom Paulo Evaristo Arns havia sido primeiramente bispo-auxiliar de São Paulo durante os anos de 1966 a 1970, auxiliando o cardeal Agnelo Rossi, para ter nomeado em tão pouco tempo o padre Benedito como vigário geral e posteriormente como bispo-auxiliar,<sup>171</sup> pode ser afirmado que tiveram boas relações durante o período em que o cardeal Arns auxiliou ao cardeal Rossi. Esta rápida nomeação vai ao encontro à proposta do plano de reformas administrativas que dom Paulo quis dar continuidade ao trabalho iniciado por dom Agnelo Rossi, isto é, a divisão territorial da Arquidiocese de São Paulo, com a finalidade de, como lembra a historiadora Cátia Regina Rodrigues:

Ao final da gestão de d. Agnelo Rossi, a Arquidiocese de São Paulo estaria dividida em sete regiões episcopais, desconsiderando a região de Jundiaí, que fora transformada em diocese. Veremos mais adiante que d. Paulo Evaristo Arns, na condição de arcebispo de São Paulo, implementará uma nova reestruturação da Arquidiocese de São Paulo, aumentando de sete para nove o número de regiões episcopais, que também passarão a

---

<sup>168</sup> op. cit., p. 36.

<sup>169</sup> GOMES, Paulo César... op. cit., p. 43.

<sup>170</sup> Paulo César Gomes ressalva em diversas passagens sobre a ação de Hélder Câmara no cenário internacional, a fim de denunciar as ações cometidas pelo governo ditatorial. op. cit., p. 43.

<sup>171</sup> Padre Benedito tornou-se Vigário Geral do Arcebispado de São Paulo em 12 de fevereiro de 1971. Dom Paulo Arns assumiu o arcebispado paulistano em 1º de novembro de 1970, o que indica que em pouco mais de três meses após a sua posse, padre Benedito assumiu este cargo. No final do ano de 1971, saiu a nomeação de Benedito como bispo-auxiliar de Dom Paulo, sendo que a sua ordenação episcopal ocorreu em 25 de janeiro de 1972. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Ficha Biográfica do Clero**. Ficha de Dom Benedito de Ulhôa Vieira.

ter novas denominações de acordo com o nome do local onde passariam a funcionar suas sedes.<sup>172</sup>

O cargo de Vigário-Geral de um (arce)bispo é uma responsabilidade que *grosso modo* se assemelha a de um vice-presidente, isto é, o Vigário-Geral possui prerrogativas para decidir ou ainda ser o porta-voz na ausência do (arce)bispo. Durante os anos como bispo-auxiliar de São Paulo, Dom Benedito pôde posicionar-se em alguns momentos em relação à situação vivida pelo país e aos desafios morais e éticos que a Igreja enfrentava no mesmo período. O Jornal *O São Paulo* trouxe, ao longo de suas edições, posteriores a sua nomeação, informações relevantes que serviram para validar também os dados de sua biografia, que foram mencionados ao longo deste capítulo. Apesar do jornal possuir uma linha editorial dava mais espaço às notícias da Arquidiocese e de seu Arcebispo, foi neste veículo de comunicação que dom Benedito travou um embate com Roberto Marinho, jornalista e dono do Grupo Globo.

O artigo escrito por Roberto Marinho conta catorze parágrafos, no entanto, para contribuir com esta discussão, seguem os seguintes:

[...] Infelizmente no Brasil, como acabamos de ver, o referido cartaz que passa a ser utilizado por setores da própria igreja filha referem a Cristo como “um notório líder de um movimento de libertação”, ou seja, empregando as expressões com que usualmente são definidos chefes de movimentos terroristas.

A fim de disfarçar a manobra, os autores do cartaz enumeraram os “crimes” de Jesus, empregando citações evangélicas que, em sua maioria, são reproduções de versículos de Lucas, na descrição do julgamento do filho de Deus, perante Pilatos e Herodes. Esqueceram-se, todavia, de dizer que os próprios acusadores de Jesus (Lucas, 23,13 e seguintes) não chegaram a lhe atribuir atos de violência, mas apenas a pregação de ideias contrárias à lei de Moisés.

[...] Não podemos conceber a ideia de que o órgão das autoridades eclesiásticas de São Paulo haja decidido praticar conscientemente um sacrilégio de tal natureza. Nem queremos admitir que se trata de uma solerte manifestação de solidariedade aos terroristas.

[...] É inacreditável que elementos de responsabilidade da Igreja admitam que a figura ideal, capaz de atrair os anseios e valores da juventude brasileira, seja precisamente a de um marginal. É inconcebível que se pretenda mobilizar a mocidade acenando-lhe com o exemplo de malfetores. E que tudo isso se faça em nome de Cristo.<sup>173</sup>

Como resposta a esse artigo, Dom Benedito escreveu:

Tendo em vista o artigo “CANTO DO GALO”, publicado em “O GLOBO” (Rio de Janeiro, 27 de março de 1972) e assinado por Roberto Marinho, e a ampla difusão que se lhe deu, a Cúria Metropolitana de São Paulo sente-se no dever de informar:

---

<sup>172</sup> op. cit., p. 76.

<sup>173</sup> MARINHO, Roberto. Canto do Galo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 14.078, 27 mar. 1972, p. 7.

1 – Que não corresponde à verdade a afirmação, várias vezes repetida, pelo supracitado articulista, de que “O SÃO PAULO” é “órgão oficial da Cúria Metropolitana”. A página publicada pela Chancelaria do Arcebispado e a matéria assinada pelo Senhor Arcebispo ou pelos que lhe fazem as vezes tem caráter oficial. Todo o mais é matéria de jornal, não sofrendo – como é natural – censura prévia da Cúria Metropolitana, que vê, contudo, em “O SÃO PAULO” um jornal preocupado em ser fiel ao pensamento da Igreja.

2 – Que também não corresponde à verdade dizer que em “O SÃO PAULO” de 11 de março “a sagrada figura de Cristo é representada como a de um terrorista preocupado pela polícia” ou como assaltante, assassino e raptor. Nem o texto, calcado em citações bíblicas, nem as intenções dos jovens redatores da página criticada autorizam a distorcida interpretação.

3 – Que a Cúria Metropolitana não foi consultada pelo jornal “O GLOBO” sobre “quais teriam sido os reais motivos daquela iniciativa”, não tendo, portanto, fornecido explicação alguma.

4 – Que a trabalhosa Pastoral da Juventude, a que se dedica arduamente esta Arquidiocese, pode sofrer com certos exageros, a que a Autoridade Eclesiástica está atenta. Todavia reconhece que estes possíveis exageros, pedagogicamente sanáveis, são menos prejudiciais ao Cristianismo e à Nação do que a indiferença diante do Cristo e dos problemas reais.

Para que os católicos de São Paulo não se impressionem com o artigo de Roberto Marinho e com outros que ultimamente têm sido frequentes na imprensa, criticando acerbamente a Igreja sob pretexto de defendê-la, por palavras e fatos que lhe serão atribuídos ou que se distorcem para se poder criticá-la, não será inútil recordar o sábio velho conselho do Santo Bispo Dom Antonio Viçoso ao Cônego Pedro Maria Lacerda, de que se fez eco em 1957 o Emo. Cardeal Motta: “Por que põe Vossa Mercê tanta importância nos ditos das folhas? Isso não vale dez reis. O homem só é o que é diante de Deus. Julgue cada um o que quiser, mas queira-nos Deus bem”.

São Paulo, 29 de março de 1972

+ Benedito de Ulhoa Vieira

Vigário Geral e Bispo Auxiliar<sup>174</sup>

Tal artigo comenta três questões principais que colaboram diretamente com essa investigação: a censura sofrida pelo Semanário, o empenho da Arquidiocese paulista em prol da Pastoral da Juventude e ainda uma exortação aos fiéis para que percebessem as verdadeiras intenções por parte da Imprensa. Não deve ser esquecido que o Grupo Globo foi ligado ao Governo Militar, como aponta a historiadora Patrícia Aparecida Amaral: “Com capital externo e como apoio do governo militar, Roberto Marinho se tornou um magnata da mídia”<sup>175</sup>. Portanto, dom Benedito, a partir dessa nota oficial, alerta os fiéis sob a tutela da Igreja Paulista as intenções verdadeiras de Roberto Marinho: criticar os atos da Igreja Católica paulista, como forma de atingir dom Paulo Evaristo Arns, um dos maiores opositores ao regime civil-militar.

A Igreja se preocupava com os meios sociais de comunicação desde a publicação da carta encíclica *Vilanti Cura*, do Papa XI, sobre o poder e potencial do cinema, como tecnologia

---

<sup>174</sup> VIEIRA, Benedito de Ulhoa. Nota Oficial da Cúria Metropolitana. **O São Paulo**, São Paulo, ano XVII, nº 843, 1º abr. 1972, p. 1.

<sup>175</sup> AMARAL, Patrícia Aparecida. **Uma empresa de comunicação no cerrado: a TV Triângulo em tempos de ditadura militar, 2021**. 167 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.5540>> Acesso em: 4 mai. 2023. p. 30.

de comunicação.<sup>176</sup> Com o Concílio Vaticano II, essa preocupação se tornou efetivamente uma urgência a ser considerada e, ao mesmo tempo, alternativa à mídia tradicional foram implantadas ou ainda endossadas como afirma Puntel.<sup>177</sup> Em São Paulo, por exemplo, a *Rádio Nove de Julho*, administrada pela Igreja paulista, foi fundada em 1953 e o jornal *O São Paulo* no ano de 1956, como recorda Fábio Lanza.<sup>178</sup> Dom Paulo Evaristo, em 1971, propôs até um *Curso de Pastoral das Comunicações Sociais* para dinamizar a criação da Pastoral da Comunicação em todo o território da Arquidiocese.<sup>179</sup>

Uma das motivações dessa ação foi aumentar a influência da comunicação eclesial na capital paulistana e, possivelmente, fortificar a voz contra a Ditadura. Afinal de contas, os canais ligados à Igreja Católica em São Paulo tinham esse caráter.<sup>180</sup> As mídias tradicionais passavam por profundas censuras; entretanto, a Igreja utilizava seu prestígio e notoriedade para poder denunciar as atrocidades. No livro *As relações Igreja-estado no Brasil (vol.3): Durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici 1969-1974* pode ser visto que a Rádio Nove de Julho teve o sinal de transmissão interrompido:

No dia 5 de novembro de 1973 às 14h45min., a rádio Nove de Julho saiu do ar, por determinação de agentes do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações). Cumpram-se as determinações emanadas dos decretos presidenciais n. 73.028 e 73.038, publicados no Diário Oficial da União, que determinavam a perempção (extinção) das concessões para utilização do serviço de radiodifusão em ondas curtas e médias regionais (“O Estado de S. Paulo”, 10-11-73).<sup>181</sup>

Quanto ao Jornal *O São Paulo*, tal movimento foi semelhante. Por vezes teve matérias censuradas, o que poderá ser visto adiante, quando forem apresentadas as ações de dom Lucas Moreira Naves e dom Angélico Sândalo Bernardino, que chegaram a dirigir o São Paulo. Um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações deixa claro que o órgão jornalístico também era acompanhado de perto, e teve sua censura prévia decretada no Diário Oficial da União, em 20 de junho de 1973, como afirma Fábio Lanza.<sup>182</sup>

Considerar essa sucessão de episódios que fizeram parte diretamente da caminhada quando bispo-auxiliar e vigário-geral dom Benedito, ajudará a entendê-lo adiante, na forma de

---

<sup>176</sup> PUNTEL, Joana T. **Inter Mirifica**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 9.

<sup>177</sup> Idem. P 10.

<sup>178</sup> LANZA, Fábio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica...** op. cit., p. 20.

<sup>179</sup> Em preparação Um Curso de Pastoral das Comunicações Sociais. **O São Paulo**, São Paulo, ano XVI, nº 792, 10 abr. 1971, p. 3.

<sup>180</sup> LANZA, Fábio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica...** op. cit., p. 75.

<sup>181</sup> PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor; ROMEU Frei. **As relações Igreja-estado no Brasil (vol.3): Durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici 1969-1974**. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 220.

<sup>182</sup> LANZA, Fábio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica...** op. cit., p. 85.

se manifestar publicamente ao assumir o governo episcopal de Uberaba. Essas informações também puderam apontar a relação conflituosa da Igreja e do Estado ao longo da década de 70 e, da mesma forma, apontar os processos que ajudarão a compor o olhar sobre o objeto dessa investigação; dom Benedito.

O interesse não é trazer suas discussões pessoais e particulares; a preocupação é entender como se formou este homem, que posteriormente levou estas concepções, vivências para seu governo em Uberaba. De fato, os aspectos pessoais de sua origem familiar que foram importantes para sua formação religiosa, como Vera Garcia trouxe em seu livro e foi confirmado posteriormente por Riolando Azzi.

Ainda assim, para a construção deste estudo, estes apontamentos mais singulares sobre a vida privada dos sujeitos acabam ficando em segundo plano, até mesmo para as fontes que foram consultadas. Não seria esta uma falha da própria concepção acerca da História, como foi dito anteriormente, ao apontar os caminhos da Micro-História? Já foi afirmado o interesse desta dissertação; contudo, a falta de produções que trazem aspectos da vida cotidiana, reflexões e entre outros assuntos, não trazem também um déficit sobre uma parte da sociedade? Por exemplo, a partir de um estudo sobre o Menocchio, foi possível entender concepções próprias de um moleiro no século XVI. A falta de dados sobre essas particularidades acerca de dom Benedito não traz também uma lacuna para entender as visões de mundo de um religioso que saiu do interior paulista foi para a capital? Ou, posteriormente, de um religioso que sai da maior Arquidiocese do Brasil para uma Arquidiocese no interior de outro Estado? Infelizmente, este entendimento estimulado no passado, o de salvaguardar apenas dados técnicos sem de fato trazer as angústias, incertezas, conquistas mais pessoais, acaba deixando a historicidade ainda menos robusta e refinada.

Os poucos apontamentos mais pessoais de dom Benedito, sua formação familiar, e acadêmica, ajudaram a compreendê-lo e simultaneamente enxergar esses processos pessoais de descontinuidades, inconstâncias e múltiplas faces, o que torna ainda mais intrigante e envolvente os passos do investigado. Apesar dos fatos e dos personagens estarem ligados entre si de alguma forma, como será visto adiante, este contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira pode rememorar estas ambiguidades de Igreja – Estado, o que acaba tornando essa rede envolvendo pessoas, lugares e lideranças ainda mais instigante, considerando que da mesma forma que o Estado se articulou para agir e assegurar sua legitimidade, essa ação foi reproduzida pela Igreja, só que de maneira mais íntima, menos expositiva, a fim de manter a sua própria estrutura e relevância social.

Ao longo deste subcapítulo, algumas considerações foram feitas quanto ao uso da Micro-História como ferramenta metodológica, além da discussão necessária sobre o uso da Memória e a necessidade do distanciamento afetivo do pesquisador em relação a seu objeto de estudo. A motivação da pesquisa foi apresentada, bem como a relação entre Dom Benedito e o boletim *Com-passo*, principal fonte desta pesquisa, que será explorada no terceiro capítulo. Além disso, para melhor desenvolvimento da trajetória de Dom Benedito diferentes concepções de trabalho da Micro-História foram apresentadas, a fim de demonstrar as inúmeras possibilidades de abordagem deste método, bem como sua distinção em relação à História Vista Por Baixo.

Sobre Dom Benedito, foram apontadas as características principais de sua origem familiar, formação acadêmica e religiosa, com informações dadas a partir de sua autobiografia *Entardecendo* e da biografia *In Nomine Domini*, confrontadas com documentos consultados do Arquivo da Arquidiocese de São Paulo. Sua origem familiar mantinha grandes relações com o catolicismo, tendo seu pai uma profissão de relevância social e de proximidade com as lideranças religiosas de sua cidade. No Seminário Central do Ipiranga, sua formação acadêmica e religiosa foi essencialmente fundamentada no processo de Romanização da Igreja do Brasil, que teve ao longo das primeiras décadas do século XX um perfil majoritariamente conservador, rechaçando qualquer ideal comunista.

Na descrição da trajetória inicial de Dom Benedito até seus primeiros anos como bispo-auxiliar de São Paulo, foi demonstrada sua relação com Dom Paulo Evaristo Arns. Dois embates de Dom Benedito com a Ditadura Civil-Militar também foram apontados: em um primeiro momento, a apresentação da invasão de militares na PUC-SP e, posteriormente, sua resposta dirigida a Roberto Marinho.

Houve a apresentação também da importância dos Meios de Comunicação Social, utilizados pela Igreja, como forma de denunciar os abusos e crimes cometidos pelos ditadores brasileiros. Nesta perspectiva, foi demonstrada a utilidade do boletim *Com-passo*, que é a hipótese que norteia esta pesquisa: como Dom Benedito se utilizou da prática discursiva, por meio do boletim *Com-passo* para denunciar e combater a Ditadura Militar em Uberaba? Além disso, por meio do entendimento de sua trajetória em São Paulo, poderá ser visto no terceiro capítulo como essas experiências em terras paulistas foram fundamentais para a ação de Dom Benedito, como Arcebispo de Uberaba.

No próximo subcapítulo, a apresentação de duas trajetórias: a de Dom Lucas Moreira Neves e a de Dom Angélico Sândalo Bernardino, com o intuito de demonstrar as diferentes

escolhas dessas personalidades que conviveram com Dom Benedito. A partir desses preladados, outros embates entre Igreja-Estado durante a Ditadura Civil-Militar poderão ser conhecidos, sobretudo no que se refere aos Meios de Comunicação Social e ao engajamento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e da Pastoral Operária.

### **2. 3. Os bispos-auxiliares de São Paulo: diferentes pontos de partida, novos rumos e mesmas ideias?**

Como uma das principais formas metodológicas da Micro-História consiste na análise de trajetórias de indivíduos e grupos, esta exige o historiador a comparação de indivíduos que partem de um mesmo lugar e que, ao mesmo tempo, tecem ligações distintas, o que faz, portanto, tomarem rumos diversos. Para este exercício, além de dom Benedito, serão apontados outros dois indivíduos que foram inicialmente bispos-auxiliares de São Paulo, praticamente no mesmo período do arcebispo desta análise: dom Lucas Moreira Neves – O.P. e dom Angélico Sândalo Bernardino.

A escolha destes dois membros do episcopado brasileiro, em detrimento de outras opções, deveu-se à perspectiva e postura destes atores sociais diante da Ditadura Civil-Militar. O primeiro foi classificado como conservador e o segundo, como progressista moderado.<sup>183</sup> Além disso, dom Angélico foi um dos entrevistados, juntamente com dom Benedito, no trabalho de Fábio Lanza, o que acabou sendo mais um fator determinante.

Ao buscar os dados biográficos de algumas figuras do episcopado brasileiro, é costume encontrar informações ressaltam aspectos técnicos, similar à de um *Curriculum Vitae*, sem que as perspectivas pastorais, ideológicas e teológicas sobressaiam efetivamente. A Igreja e seus representantes, de modo geral, possuem um cuidado robusto em relação a seus posicionamentos como Instituição e, ao mesmo tempo, seus membros na maioria dos casos procuram desvincular-se de taxações, por menores que sejam.

Ao longo desta dissertação, foi exposto que na Igreja sempre existiu uma heterogeneidade quanto às perspectivas ideológicas de seus membros. Em alguns momentos, estas percepções distintas se apresentaram como carismas, por causa das Ordens Religiosas de que seus membros fizeram parte, como é o caso, por exemplo, de dom Paulo Evaristo Arns,

---

<sup>183</sup> DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO. Atividades e Atuação da Igreja Católica no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.90074504, 1990.** p. 8 e 16. Disponível em: < <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br/dfanbsb/v8/mic/gnc/aaa/77107102/an/02//d0001de0001.pdf> > Acesso em: 05. mai. 2023.

originário da Ordem dos Frades Menores (Franciscanos).<sup>184</sup> Em outros, os contrastes estiveram mais relacionados às escolhas políticas e ideológicas, motivadas pela origem familiar ou acadêmica do indivíduo, como é o caso de dom Lucas Moreira Naves, da Ordem dos Pregadores.

Essa Ordem, que tem seus membros popularmente intitulados *Dominicanos*, ficou conhecida também por visões progressistas, sobretudo durante a Ditadura Militar, por terem vários envolvidos em questões contra o Governo Federal.<sup>185</sup> Todavia, isto não foi o fator determinante para que dom Lucas segua uma caminhada mais progressista no sentido do campo ideológico e teológico, por exemplo. A saída para os líderes religiosos em muitos momentos embaraçosos é lembrar que as ações e opiniões são embasadas no Evangelho ou Magistério da Igreja, como pode ser visto na *Nota Oficial da Arquidiocese de São Paulo*, direcionada a Roberto Marinho. Entretanto, cabe ao historiador durante a análise de algum indivíduo ou movimento, perceber que todas as ações humanas partem sem uma imparcialidade. Por isso, é impossível as leituras do Evangelho ou no Magistério da Igreja não serem feitas sem um viés, que traz de seus locutores suas perspectivas construídas ao longo de suas vidas, seus pontos de partida.

Por isso, é importante que haja mais produções acerca dos embates Igreja-Estado, ou ainda, Igreja-Ditadura Civil-Militar para que a sociedade brasileira possa compreender com mais propriedade os acontecimentos desse período tão dolorido e miserável da História mais recente do Brasil. É evidente que todos os estudos sobre esse período são fundamentais, o resgate das memórias das inúmeras vítimas identificadas é um serviço que o Estado brasileiro deveria prestar como um pedido de desculpas. Esta ação é necessária; contudo, ainda se percebe uma resistência das camadas políticas brasileiras, apesar de ter dado espaço nos últimos anos o Governo Federal para iniciar este movimento, com a implantação da Comissão Nacional da Verdade. Essa iniciativa acabou sendo recebida com maus olhos, principalmente pelos setores que estiveram ligados ao Governo Civil-Militar durante os anos 1964-1985, gerando na esfera política brasileira um desgaste que ainda reverbera.<sup>186</sup>

No percurso desta dissertação pode ser vista uma extensão de fontes de pesquisas consultadas para a elaboração da discussão acerca da Ditadura Civil-Militar. Concomitantemente, há uma carência de produções que envolvem outras personalidades do

---

<sup>184</sup> LANZA, Fabio. *O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica...* op. cit., p. 63.

<sup>185</sup> Ibid., p. 101.

<sup>186</sup> SCHETTINI, Andrea. O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: A política do tempo nas comissões da verdade. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 3, p. 1424–1456, jul. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57506>> Acesso em: 4 mai. 2023.

episcopado brasileiro e é nessa perspectiva a tentativa de colaborar com a historiografia sobre a Igreja e seus entraves com o Estado durante o período ditatorial brasileiro, que este estudo foi construído. A escolha de dom Lucas e de dom Angélico, aconteceu por questões cronológicas em um primeiro momento. Todavia, com o desenvolvimento da pesquisa, esta opção se demonstrou assertiva e viável, colaborando com as expectativas iniciais feitas durante a busca por nomes de outros bispos-auxiliares que poderiam ajudar na composição da análise de trajetórias.

Dom Lucas Neves foi um dos cardeais brasileiros com maior notoriedade dentro da Cúria Romana, dada a proximidade com o Papa João Paulo II e com o ainda cardeal Joseph Ratzinger que viria a ser o Papa Bento XVI, em 2005.<sup>187</sup> Por outro lado, dom Angélico Bernardino é uma das poucas vozes ainda vivas deste período analisado e que permanece vigilante em prol das causas sociais.<sup>188</sup> O cardeal Neves será adiante apresentado como uma personalidade mais teológica, intelectual e conservadora; dom Angélico será como uma figura que, ao lado de dom Paulo Arns, chamou para si a responsabilidade para o combate da Ditadura Civil-Militar em São Paulo.

Essa tríade, formada por dom Benedito, Dom Lucas e Dom Angélico, servirá para demonstrar que, apesar de partirem de um mesmo cargo/função – bispo-auxiliar de dom Paulo, as visões e tomadas de decisões partiram para rumos completamente distintos. No entanto, acabaram sendo fiéis às orientações do arcebispo. Além disso, é justo lembrar os cargos que esses bispos ocuparam ao lado do cardeal Arns. Com certeza, os ajudaram a ter sucesso frente aos militares. Em síntese, a Arquidiocese de São Paulo, por meio de Dom Paulo, ficou lembrada por sua coragem diante da Ditadura e, ao mesmo tempo, renomada por causa do apoio dos Universitários e Operários, graças ao apoio de Dom Benedito ao lado dos estudantes, dom Angélico, junto aos trabalhadores e a divulgação feita pelos meios da comunicação social da Arquidiocese, dirigidos por dom Lucas.

Como foi visto, Maurizio Gribaudi apresenta quatro operários que partem de um mesmo espaço. Em seu trabalho, é perceptível que as relações humanas são os fatores determinantes para a composição dos distintos estilos de vida. Apesar disso, aqui, no decorrer desta construção, a escolha para a comparação desses elementos surge da compreensão do lugar e das

---

<sup>187</sup> MÁRIO, Vandelir Camilo Neves Deolindo. **Desafios e estratégias na criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves**, 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18661>.> Acesso em: 4 mai. 2023. p. 45.

<sup>188</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dom Angélico: o bispo que gritava junto com o povo**. Disponível em: < <https://domangelico.memoriasdaditadura.org.br/>> Acesso em: 4 mai. 2023.

relações estabelecidas em um determinado período, isto é, parte da década de 70 e de como esses sujeitos seguiriam suas trajetórias, após haver essa quebra ou manutenção de vínculo, sejam os sujeitos entre si ou com dom Paulo Arns.

Para aprofundar esta discussão sobre a complexidade dessas relações dos personagens mencionados com a Instituição, é importante fazer o resgate da reflexão de Gilberto Velho debatida sobre sua aplicabilidade em termos práticos por Gabriela DeLuca, Sidinei Rocha-de-Oliveira e Carolina Dalla Chiesa:

[...] o indivíduo transita por diferentes mundos, ou fronteiras simbólicas, com mais ou menos facilidade, decorrente de seu potencial de metamorfose – trânsito este que revela seu campo de possibilidades. Desse trânsito emerge o processo de negociação, no qual o indivíduo, uma vez tendo traçado um projeto, negocia com as diferenças contempladas, singularizando suas escolhas e metamorfoseando sua trajetória, ainda que limitado pelas objetividades da realidade em que está inserido.<sup>189</sup>

A partir da compreensão sobre a plasticidade das trajetórias, será primeiramente analisado um personagem bastante complexo. Dom Lucas, cujo nome civil e de batismo foi Luiz Moreira Neves, nasceu na cidade de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Segundo consta na pesquisa de Vandelir Mário, foi o primogênito do casal Telêmaco Neves e Margarida Alacoque, tendo nascido em 16 de setembro de 1925.<sup>190</sup> A estrutura familiar de dom Lucas se assemelhava à dos outros já citados, isto é, numerosa e com um forte perfil religioso. Ainda no início de sua juventude, ingressou no seminário de Mariana e na França, pôde aperfeiçoar seus conhecimentos.<sup>191</sup> Nomeado bispo-auxiliar pelo Papa Paulo VI, foi ordenado bispo em 26 de agosto de 1967 e compôs o governo de dom Agnelo Rossi com dom Paulo Evaristo Arns. Na Arquidiocese de São Paulo, durante o episcopado de dom Arns, esteve à frente dos veículos de comunicação e participou de forma mais modesta, partindo para o campo dos discursos e dos embates com o Governo Federal, como é observado pelo pesquisador mencionado.<sup>192</sup>

Atuando como Vigário Episcopal para a Pastoral Familiar e Vigário Geral para a Pastoral dos Meios de Comunicação, pôde em algumas oportunidades sentir de perto as censuras impostas pela Ditadura Civil-Militar e, ao mesmo tempo, as torturas. Em seu entorno, fica mais perceptíveis as inconsistências a seu respeito, em relação a seu posicionamento

---

<sup>189</sup> DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; CHIESA, Carolina Dalla. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 4, p. 458-479, jul. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016140080> > Acesso em: 20 set. 2023. p. 468.

<sup>190</sup> Ibid. p. 25.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura...** op. cit., p. 350.

político e ideológico. Outra informação relevante é o grau de parentesco do cardeal Neves com Tancredo Neves, o primeiro presidente eleito após o período ditatorial, numa votação acabou transcorrendo de forma indireta, isto é, feita pelos parlamentares.<sup>193</sup>

A pesquisa de Vandelir Mário, sobrinho de dom Lucas, tenta indicar algumas posições de seu tio contra o governo militar. Apesar de se respaldar na obra de Kenneth Serbin em alguns momentos, suas indicações acabam sendo uma tentativa de resgatar as boas iniciativas provindas por dom Lucas Moreira. Ao mesmo tempo, a pesquisa não busca outros referenciais para compor um debate, o que acabou ocorrendo, por não se tratar de uma pesquisa historiográfica.

Sobre seu posicionamento político-ideológico, Mário aporta-se em uma entrevista dada pelo cardeal Arns, que vai ao encontro ao documento do Departamento de Informações que teve como objetivo “classificar” as posições teológicas/ideológicas dos bispos do Brasil o rotulou como conservador, como pode ser lido:

Dom Paulo assim se refere ao seu ex-bispo auxiliar: "Pode-se dizer que D. Lucas era essencialmente um mineiro. Sabia sempre dar um jeito de não acusar e de não ser acusado. Sabia, ainda, portar-se de modo ao mesmo tempo conservador e avançado. Mostrava-se avançado e amigo de todos quando trabalhava com as famílias e os jovens. Foi conservador, no entanto, em relação ao governo militar. Nunca protestou, por exemplo, contra as torturas, mesmo quando atingiram seus confrades dominicanos."<sup>194</sup>

Além disso, outra curiosidade foi o convite feito a dom Lucas para ele assumir um cargo na Cúria Romana, a pedido do Papa Paulo VI, que se apresentava totalmente contra a infringência dos Direitos Humanos cometidos pela Ditadura Civil-Militar e estava em constante contato com o cardeal Arns. Para endossar este argumento acerca de dom Lucas, como um bispo conservador, pode também ser considerado, sua proximidade com o Papa João Paulo II que o delegou para trabalhar na Cúria Romana, deixando-o próximo do cardeal Joseph Ratzinger que já enfrentava as ideias ligadas à Teologia da Libertação,<sup>195</sup> como recorda Paulo César Gomes.

Apesar de a Igreja mencionar por meio de suas próprias leis que as escolhas são conduzidas a partir de uma perspectiva espiritual, na prática, geralmente as decisões de acabam refletindo as tendências pessoais. O que isto quer dizer? Na prática, as tomadas decisões acontecem de forma semelhante às experiências vistas em um governo republicano. Isto é: ao presidente ao ser eleito, terá a seu lado ministros alinhados a sua proposta, mas, haverá outros

---

<sup>193</sup> Segundo Vandelir Mário eram primos distantes que não estabeleciam uma relação tão próxima. Ibid., p. 15.

<sup>194</sup> Ibid., p. 82.

<sup>195</sup> Ibid., p. 50.

não tão alinhados que, por causa de acordos políticos, acabam fazendo parte do governo. Ver a Igreja na prática como uma verdadeira Instituição<sup>196</sup> política ajuda a refletir sobre sua constituição e caminhada, e este discernimento também acaba sendo uma das motivações para estudar este assunto.

Ainda sobre dom Lucas: pode ser que seja muito fácil taxá-lo como conservador, dada a proximidade com o Papa João Paulo II e o cardeal Ratzinger. Entretanto, como foi defendido anteriormente durante essas averiguações, contatar a rede de contato estabelecida entre os indivíduos contribui para entender e notar as continuidades e descontinuidades. Saindo do campo religioso, partindo para o campo mais prático, se o órgão Federal, isto é, o Departamento de Informações o categorizou como conservador, é possível, portanto, sustentar esta visão sobre dom Lucas, essencialmente com este argumento. No final das contas, essa repartição contava com um grupo tendo as condições necessárias para acompanhar os atos individuais por meio de suas averiguações. Como não cabe a um pesquisador julgar ou não um sujeito, cabe às fontes *fundamentar* sua compreensão sobre os cidadãos.

Ao longo da leitura da pesquisa desenvolvida por Vandelir Mário, pode ser observado que houve um relato afirmando seu compromisso para buscar um distanciamento sentimental em relação a seu objeto:

As dificuldades no percurso dessa pesquisa, bem como os desafios e os riscos vividos na investigação de uma história tão recente, foram múltiplos e se deram por diferentes fatores, incluindo minha posição em relação ao objeto. O fato de eu manter fortes ligações com a instituição, com o titular, com herdeiros e com conterrâneos dessa memória foi motivo de preocupação e angústia. Busquei me afastar ao máximo dessa condição de “nativo” para analisar criticamente como se deu a criação do Memorial e realizar uma investigação que não reduzisse a instituição e sua narrativa a uma temporalidade instantânea. Para isso, procurei não descurar as especificidades e complexidades inerentes ao surgimento e à manutenção de um lugar de memória como o Memorial Dom Lucas, procurando observar todas as questões envolvidas na sua criação.<sup>197</sup>

Esses processos, assim como as biografias e autobiografias, são comuns na análise de um indivíduo. Por isso, é necessário que o historiador possa confrontar as informações e as perspectivas a partir de outros documentos e referenciais. Dessa maneira, como esta investigação trata mais das ações e menos do indivíduo, considerando a pertinência para corroborar este trabalho, as análises feitas sobre dom Lucas serão mais orientadas por suas ações e seu discurso. Na obra *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social*

---

<sup>196</sup> DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990, e WEBER; Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991. v.1.

<sup>197</sup> Ibid., p. 14.

na ditadura, de Kenneth Serbin, o pesquisador norte-americano traz algumas considerações a respeito de dom Lucas, sobretudo sua participação da Comissão Bipartite e sua tentativa de diálogo com o Governo Militar, principalmente com o presidente Emílio Médici:

Em suas negociações privadas com Médici, dom Lucas censurou claramente o governo. Querendo ou não, porém, acabou ficando preso entre o desejo – e a necessidade – de influência política e a lealdade aos fiéis. [...] Dom Lucas queria a conciliação com o governo, mas também tinha de manifestar-se quanto às repercussões ideológicas e políticas de apoio radical da JOC à classe operatória e à noção de fé como uma luta por justiça social. Depois que a crise da JOC assentou, dom Lucas voltou sua atenção para os militantes, na tentativa de moderar suas posições e comportamento.<sup>198</sup>

Como Vigário Geral para os Meios de Comunicação durante o momento de endurecimento da Ditadura Militar, o futuro cardeal Neves pôde com certeza presenciar a censura direta no semanário *O São Paulo* e o corte do sinal da rádio *Nove de Julho*. A justificativa do Governo Federal, ao cortar o sinal da rádio *Nove de Julho*, foi de que se tratava de uma rádio clandestina. Tal argumento fez com que Dom Lucas tivesse um posicionamento mais contundente, questionando a alegação, apresentada por Serbin:

Devo perguntar a quem de direito de uma emissora clandestina se daria ao trabalho de pleitear, através de um complicado e volumoso “dossier”, a renovação de sua concessão. [...] Se o Ministério da Educação solicitaria a uma emissora clandestina a veiculação gratuita de matéria sobre recrutamento militar e figuras das Forças Armadas. Se a Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República) confiaria a uma emissora clandestina matéria publicitária inclusive sobre obras governamentais. Se uma emissora clandestina transmitiria a voz do Brasil.<sup>199</sup>

Na pesquisa desenvolvida por Fábio Lanza sobre o semanário *O São Paulo*, o historiador destaca que o informativo passou por três fases distintas, considerando concomitantemente a mudança dos líderes da Igreja paulistana. Na perspectiva deste pesquisador, com a posse de dom Paulo Evaristo Arns em 1970, o jornal passou por uma reestruturação em sua linha editorial, o que ao mesmo tempo favoreceu para que as censuras do jornal aumentassem. No capítulo anterior, ficou indicado que a década de 70 foi o período em que houve maior acirramento das relações Igreja-Estado em muitas partes do Brasil, endossado principalmente após o trágico AI-5. Acredita-se que este embate, considerando a cidade de São Paulo, se deu também pelos posicionamentos enfáticos de dom Paulo, segundo a perspectiva de Serbin.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> op. cit., p. 200.

<sup>199</sup> Ibid., p. 354.

<sup>200</sup> Ibid., p. 355.

Em 1971, dom Paulo nomeou dom Lucas para o Vicariato das Comunicações Sociais, que englobava o semanário *O São Paulo* e também a rádio *Nove de Julho*. A preocupação com os meios de comunicação era grande, na perspectiva de dom Paulo Arns, como pode ser visto abaixo:

Os meios de Comunicação Social se destinam a reunir os homens em torno de uma mesa e a oferecer-lhes os dados objetivos para construir juntos a comunidade e se alimentarem mutuamente pelos ideais de Fraternidade e Paz, de Justiça e Verdade. Desde o início de nosso trabalho em São Paulo, encontramos a melhor acolhida entre os homens da Imprensa Falada e Escrita. Para ampliar essa colaboração e para estendê-la também ao cinema, teatro e demais Meios de Comunicação, propusemos a nosso Bispo Auxiliar, DOM LUCAS MOREIRA NEVES, que assumisse a tarefa de coordenar os esforços de evangelização neste importante setor. [...]

São Paulo, Festa de N. Sra. da Penha de 1971.

+ PAULO EVARISTO ARNS

Arcebispo Metropolitano<sup>201</sup>

Diante desta compreensão, considerando que a mudança da linha editorial passou por transformações, pode ser entendido simultaneamente que dom Lucas colaborou efetivamente para a mudança editorial do jornal. No fim das contas, no dia a dia, quem cuidava das questões práticas relacionadas à comunicação era mais ele do que dom Paulo. O arcebispo de São Paulo possuía, com certeza, informações, orientou o necessário, se assim houvesse necessidade. Contudo, na prática os prelados, ao assumirem cargos, têm autonomia. Para concluir, pode-se entender que o cardeal Neves contribuiu para a construção da linha editorial dos órgãos de comunicação da Arquidiocese de São Paulo e, desse modo, trabalhou no combate à Ditadura Civil-Militar, ao lado de seu arcebispo.

Dom Lucas tentou manter contato com os dominicanos presos em São Paulo, como recorda Mário. Entretanto, isto não foi o suficiente para que um dos presos políticos, Frei Beto não dirigisse críticas ao cardeal mineiro, como indica Serbin.<sup>202</sup> Ao que tudo indica, dom Lucas preferiu manter-se fiel a seu cargo, obedecendo às orientações indicadas por seu arcebispo, dom Agnelo Rossi, em detrimento de um posicionamento mais enfático. Diferentemente de dom Benedito e dom Angélico que assumiram pastorais com maiores destaques nas circunstâncias da época, isto é, a Pastoral Universitária e a Pastoral Operária, o trabalho de dom Lucas foi mais administrativo.

Ao resgatar os argumentos anteriores que concluíram o motivo da classificação de dom Lucas como conservador, parte-se para o momento que em que ele é nomeado para a Vice-

---

<sup>201</sup> ARNS, Dom Paulo Evaristo. Dom Lucas Moreira Neves, Encarregado dos Meios de Comunicação Social em SP. *O São Paulo*, São Paulo, ano XVIII, nº 815, 18 set. 1971, p. 7.

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. 71.

Presidência do Pontifício Conselho para os Leigos, em 1974. Neste cargo, acabou sendo um dos representantes da Santa Sé na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na cidade de Puebla, no México. Já nesse evento, alguns estudiosos apontam uma certa tentativa pelo Papa João Paulo II em frear os avanços da Teologia da Libertação nas Igrejas da América Latina. Isto pode ser confirmado a partir da leitura de Lucelmo Brito:

A participação direta de João Paulo II na organização e nos rumos de Puebla foi bastante grande. Já no avião para o México, declarou Wojtyła acerca da TL: “Ela não é uma verdadeira teologia. Ela deturpa o verdadeiro sentido do evangelho. Conduz os que se deram a Deus para longe do papel verdadeiro que a Igreja lhes atribuiu. Quando começam a utilizar meios políticos, deixam de ser teólogos.”<sup>203</sup>

Alguns anos depois (1987), dom Lucas foi nomeado Arcebispo de São Salvador da Bahia. Nesse período, acabou se envolvendo em duas polêmicas, uma em torno das tradições baianas e a outra em relação à influência da televisão. A primeira situação foi apresentada por Mário<sup>204</sup> e a segunda, o mesmo pesquisador aponta:

Há uma caixa exclusiva para o artigo “J’accuse”, e as repercussões polêmicas que envolveram esse verdadeiro manifesto, publicado pelo cardeal em 13 de janeiro de 1993. Nesse artigo, com o título transcrevido de um manifesto do escritor francês Emile Zola, dom Lucas acusa duramente a TV brasileira, e foca em especial a Rede Globo de Televisão e sua programação que, segundo ele, “imbeciliza” a sociedade. Escrito logo após o assassinato de uma famosa atriz brasileira por seu colega de emissora, o artigo provocou a reação do proprietário da emissora, jornalistas e atores, e celeumas com familiares da atriz, ao afirmar: “Quem matou, há dias, uma jovem atriz? Seria ingenuidade não indiciar e não mandar ao banco dos réus uma coautora do assassinato: a TV brasileira. A novela das oito. E – sinto ter que dizê-lo – a própria novela *De corpo e alma*.”<sup>205</sup>

A questão mais polêmica, possivelmente, deu-se em torno da insensibilidade de dom Lucas, dadas as circunstâncias, pois a autora da referida novela era também a mãe da atriz cruelmente assassinada. Como já compreendido, na análise de sujeitos, as ambiguidades são constantes. Portanto, para a análise buscada no planejamento deste estudo, as informações mais pertinentes são estas a serem consideradas, pois apesar de não serem extensas, apresentaram de modo efetivo um pouco sobre a vida e as ações do cardeal Neves. Para a continuidade deste estudo, o terceiro prelado a ser apresentado será dom Angélico Sândalo Bernardino.

---

<sup>203</sup> BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaços Acadêmicos**. n. 111. (2010), p. 81-89. p. 86.

<sup>204</sup> op. cit., p. 54.

<sup>205</sup> Ibid. p. 71.

Dom Angélico nasceu no município de Saltinho, interior do Estado de São Paulo, em 19 de janeiro de 1933 e, como já foi dito, foi um dos bispos-auxiliares de dom Paulo Arns, um dos que permaneceram ao lado do arcebispo de São Paulo até o fim de seu mandato. Dom Angélico também participou do início da administração de dom Cláudio Hummes, sucessor de dom Paulo Arns e nomeado em 1998. Foi ainda bispo da Diocese de Blumenau, criada pelo Papa João Paulo II em 19 de abril de 2000, como pode ser lido ao longo da pesquisa de Fábio Lanza. Portanto, diferentemente de Dom Benedito que acompanhou o fim da Ditadura à frente da Arquidiocese de Uberaba e Dom Lucas em cargos na Santa Sé, Bernardino esteve na cidade de São Paulo até o fim da Ditadura e do processo de redemocratização do Brasil.

A formação intelectual de dom Angélico aconteceu primeiramente no Seminário Central do Ipiranga, onde cursou Filosofia. Posteriormente, foi para o Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição cursar Teologia, em Viamão, cidade gaúcha, próxima da capital Porto Alegre. Lá teve contato com Dom Vicente Scherer, considerado uma das lideranças da CNBB com perfil conservador, como ressalta Paulo Gomes.<sup>206</sup> Ainda antes de sua ordenação presbiteral que ocorreu apenas em 12 de julho de 1959, cursou jornalismo em Ribeirão Preto, sua Arquidiocese de origem.

Em Ribeirão Preto, dom Angélico sofreu as primeiras perseguições da Ditadura Militar. Com padre Celso Ilbson, coordenou o jornal Diário de Notícias que foi alvo de censura e culminou na prisão do padre Ilbson ainda nos primeiros dias da tomada de poder dos militares, como recordado na pesquisa de Alessandra Bagatim.<sup>207</sup> Ainda em Ribeirão Preto, foi diretor espiritual do Seminário, sendo nomeado bispo-auxiliar de São Paulo pelo Papa Paulo VI em dezembro de 1974 e ordenado bispo em 25 de janeiro de 1975.

Participou da reestruturação da Arquidiocese de São Paulo, proposta pelo cardeal Arns, como aponta Cátia Rodrigues, por ter assumido uma região episcopal, assim como dom Benedito.<sup>208</sup> Esta reestruturação ficou conhecida como um projeto de periferização, que originaria posteriormente novas dioceses para a região metropolitana de São Paulo. Isto aconteceu somente em 1989 de maneira desorganizada, desmotivando aqueles que estiveram empenhados por anos nesta ação, como aponta Rodrigues:

Em 1989, d. Paulo Evaristo Arns seria surpreendido pela aprovação do papa João Paulo II (cujo pontificado estendeu-se de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005) para a divisão definitiva da circunscrição da Arquidiocese de São Paulo. [...] O acontecimento contrariava as expectativas de d. Paulo Arns de uma resposta favorável da Santa Sé a

---

<sup>206</sup> op. cit., p. 32.

<sup>207</sup> op. cit., p. 121.

<sup>208</sup> op. cit., p. 138.

um projeto acalentado desde o início de seu arcebispado: a divisão do território da Arquidiocese de São Paulo em “dioceses interdependentes”.<sup>209</sup>

Enquanto isso, Bernardino assumiu a Pastoral dos Operários, assumindo, portanto, um papel mais enfático na luta pelos Direitos Humanos que havia sido respaldada com a criação da Comissão de Justiça e Paz por dom Paulo Arns, como aponta Paulo César Gomes:

Também em 1972, dom Paulo foi responsável pela criação da regional paulista da Comissão de Justiça e Paz (CJP-SP). A seção nacional da CJP havia sido fundada em 1968 com a finalidade de estudar de forma ampla os problemas sociais brasileiros. Nos anos seguintes, a entidade passou a ocupar um importante papel político na defesa dos direitos humanos. Recebia denúncias de todo o país, trabalhava junto aos bispos para ajudar os presos políticos e contava, inclusive, com o auxílio de uma equipe de advogados. No entanto, sua atuação era fortemente marcada pela discrição e cautela. Logo após ser criada, a CJP-SP passou a encobrir o trabalho da seção nacional. O direcionamento adotado por dom Paulo para a comissão paulista divergia claramente da atuação precavida da instância nacional, privilegiando, por exemplo, as denúncias públicas às violações dos direitos humanos. Nos últimos anos da década de 1970, a entidade lideraria a campanha contra a repressão e pela volta ao regime democrático.<sup>210</sup>

Diferentemente de dom Lucas, dom Angélico assumiu uma posição mais incisiva e por isso, sofreu perseguições políticas da parte dos militares, como pôde afirmar na dissertação de Fábio Lanza:

[...] sua nomeação Episcopal foi em 12.12.74 e a sua ordenação Episcopal para São Paulo em 25.01.75, ocupando o cargo de Diretor do jornal da Arquidiocese de São Paulo “O São Paulo” e de sacerdote responsável pela Pastoral Operária desde 1975. Nos últimos anos, atuou como bispo Auxiliar da Região Episcopal Brasilândia – SP. Desde a década de 1960, era favorável às Reformas de Base no contexto pré-golpe militar, colocando-se em oposição à ditadura militar. Em 1968, sofreu um inquérito policial a respeito dos artigos que escrevia no jornal em Ribeirão Preto.<sup>211</sup>

Sua atuação na Pastoral Operária foi um importante enfrentamento da Ditadura Civil-Militar, pois as greves do ABC Paulista tiveram notoriedade no cenário político brasileiro. Sob a liderança de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André na época, as greves tiveram a participação de outras personalidades do episcopado brasileiro, como aponta Gomes: “[...] bispos como dom Paulo Arns, dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Região Leste II, e dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André (SP), eram muito atuantes no movimento operário.”<sup>212</sup> Ainda sobre a Pastoral Operária, dom Bernardino pôde ver o assassinato de dois

---

<sup>209</sup> Ibid., p. 130.

<sup>210</sup> op. cit., p. 42.

<sup>211</sup> op. cit., p. 55.

<sup>212</sup> Ibid., p. 125.

membros de sua pastoral, Manoel Fiel Filho, morto em 1976, e Santo Dias, morto em 1979, que estavam envolvidos nos movimentos grevistas, conforme lembra Lanza, em sua dissertação.<sup>213</sup>

Sobre este caso, um sermão do prelado está documentado em um dos arquivos apurados da época pelo Órgão:

No sermão, Dom Angélico Sandalo Bernardino, dirigindo-se aos fiéis, indagou: “Quem não está vendo Deus falar da morte triste do metalúrgico Manoel Fiel Filho? Como também outros, ele foi torturado! Morreu em consequência de maus tratos? Provas de torturas? Mas há quem duvide ter-se transformado o DOI-CODI do II Exército em “casa de horrores”.”<sup>214</sup>

Ao ler alguns arquivos do Serviço Nacional de Informações, pode ser notado que dom Angélico, apesar de ser mais enfático em suas declarações e ações, foi classificado pelos espões de “progressista moderado”, como foi visto no início desta seção. Após sua chegada na Arquidiocese de São Paulo, acabou assumindo a responsabilidade deixada por dom Lucas, como ser responsável pelo semanário *O São Paulo*, como indicado acima.

Sua atuação frente à Pastoral dos Operários foi uma das marcas de sua luta contra a Ditadura Civil-Militar, como pode ser compreendido. Simultaneamente, em 1977, Bernardino fez parte de uma publicação intitulada de *Constituinte: Como? Porque? A Quem Serve?*, coordenada por Sérgio Buarque de Hollanda que contou com a participação de Jorge Amado, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Marilena Chauí, intelectuais que fizeram diversos movimentos contrários à Ditadura. Nesta publicação, dom Angélico contribuiu com o artigo *Uma solução pacífica*:

É tal a situação de nosso país que não vejo outra solução pacífica para nossa crise institucional, além da convocação de Assembleia Nacional Constituinte. A cada dia que passa, a situação se deteriora. A Constituição está aviltada. Na verdade, estamos sendo governados por 17 atos institucionais e 103 atos complementares, nestes últimos anos. O povo perdeu a confiança no Governo e este, isolado, somente crê em si. Como se não bastasse a deplorável situação política-jurídica-social, a econômica é praticamente insustentável! Ao “milagre brasileiro”, há pouco tão alardeado, ninguém tem mais coragem de referir-se!<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> Ibid., p. 55.

<sup>214</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.205**. p. 20. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_tt/0/mcp/pro/0205/br\\_rjanrio\\_tt\\_0\\_mcp\\_pro\\_0205\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0205/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0205_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

<sup>215</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77107102**. p. 23. <<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br/dfanbsb/v8/mic/gnc/aaa/90074608/d0001de0001.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2023.

A respeito de Dom Angélico e suas ações diante da Pastoral Operária, é necessário lembrar que suas atitudes frente às lutas populares começaram ainda em Ribeirão Preto, não se limitando apenas aos embates no jornal *Diário de Notícias*. Na dissertação de Fábio Lanza, o cientista social recorda:

Dom Angélico Sândalo Bernardino rompeu com a abordagem anterior e estava no período pré-1964, envolvido na região de Ribeirão Preto com os Movimentos Populares, tanto no campo, como na cidade, tinha um vínculo com as Ligas Camponesas com um trabalho de arregimentação rural e também com a ocupação de áreas urbanas para garantir habitação às camadas sem moradia e sem recursos financeiros, como a ocupação de um conjunto de 120 casas construídas pelo Governo Federal, onde se constituiu a Vila Fraternidade.<sup>216</sup>

Sua postura frente às questões sociais em São Paulo pode ser conferida a partir de seu alinhamento à proposta de Dom Paulo Arns, na *Operação Periferia*, o que propiciou a difusão das Comunidades Eclesiais de Base em várias regiões da capital paulista. No artigo *Dom Paulo Evaristo Arns e a Operação Periferia*, de Maria Cecília Domezi, a pesquisadora destaca a importância dessas organizações religiosas durante a Ditadura:

[...] as CEBs eram parceiras importantes na organização popular, atuando especialmente no apoio aos desempregados, presos e perseguidos pela ditadura, bem como na articulação de todo um conjunto de práticas. Essas pequenas comunidades eclesiais contribuíam eficazmente para a valorização das pequenas iniciativas reivindicatórias e para a solidariedade imediata, continuada na discussão dentro do aprendizado do dia a dia.<sup>217</sup>

Assim como Dom Lucas e Dom Benedito, Dom Angélico, ao ser nomeado bispo-auxiliar de São Paulo, recebeu uma região episcopal, como pode ser visto na pesquisa de Cátia Regina Rodrigues.<sup>218</sup> No entanto, entre estes três prelados, Dom Angélico foi mais entusiasta e enfático em relação à Teologia da Libertação,<sup>219</sup> que continuou defendendo abertamente as ações providas pelas Comunidades Eclesiais de Base.<sup>220</sup>

---

<sup>216</sup> op. cit., p. 63.

<sup>217</sup> DOMEZI, Maria Cecília. Dom Paulo Evaristo Arns e a Operação Periferia. **Revista de Cultura Teológica**, Número Especial - Mística, profecia e pastoreio de D. Paulo Evaristo Arns em São Paulo, ano XXX, p. 56-75, jan. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/rct.iARNS.57040>> Acesso em: 27 mai. 2023. p. 84

<sup>218</sup> op. cit., p. 135.

<sup>219</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dom Angélico: o bispo que gritava junto com o povo**. Disponível em: <<https://domangelico.memoriasdaditadura.org.br/>> Acesso em: 4 mai. 2023.

<sup>220</sup> DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **CEBs por uma igreja missionária na defesa dos direitos do povo**. Disponível em: <<https://www.diocesesa.org.br/2019/11/11/cebs-por-uma-igreja-missionaria-na-defesa-dos-direitos-do-povo/>> Acesso em: 27 mai. 2023.

Outro aspecto importante sobre Dom Angélico a ser considerado é sua visão sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. Diferentemente de Dom Lucas que, por questões já demonstradas, teve uma perspectiva mais tímida ou até mesmo isenta, sem se comprometer efetivamente, o mesmo não aconteceu com Bernardino. Na análise feita em 2001, por Fábio Lanza, pode ser constatada a visão política desse prelado sobre a influência dos Estados Unidos e da CIA, na política brasileira. Tal compreensão demonstra que o bispo emérito de Blumenau teve melhor percepção sobre os fatos e os interesses reais da Ditadura:

Dom Angélico ouviu a relação entre o golpe de 1964 e os EUA, indicando inclusive que os interesses acadêmicos norte-americanos foram privilegiados durante a Ditadura Militar: ... tanto das classes dirigentes da cidade com as oligarquias do campo, auxiliares, apoiadas invadidas pelos Estados Unidos, pela CIA, (...) com a desculpa do perigo comunista, que aqui no Brasil nunca foi um perigo iminente, porque o que realmente sempre dominou este país foi o sistema capitalista selvagem, desumano, retrógrado... [...].<sup>221</sup>

Estas concepções sobre os interesses daqueles que deram o Golpe em 1964, a partir da perspectiva de Dom Angélico, favorecem o debate que já foi apresentado pela historiografia em diversas perspectivas. A visão de outra motivação do Golpe Civil-Militar, isto é, a da esfera econômica, serve para que os estudos que desenvolvem as discussões sobre a influência estadunidense ganhem mais respaldo. Assim, as motivações primárias amplamente divulgadas pela mídia da época, no que se refere principalmente ao combate do Comunismo, acabam sendo mais uma vez desacreditadas.

A partir destas considerações, constata-se que, diferentemente de dom Benedito e de dom Lucas, o bispo emérito de Blumenau, cujo título carrega, Bernardino colocou-se na linha de frente, com posições mais públicas, comparadas às do cardeal Neves e às do Arcebispo de Uberaba contra a Ditadura Civil-Militar. Simultaneamente, ele se envolveu com lideranças para além das ligadas à Igreja. Além disso, o ativismo de dom Angélico pode ser melhor entendido a partir de sua entrevista dada ao cientista-social Fábio Lanza, o que faz perceber que existe de sua parte uma compreensão mais crítica em torno de todo o emaranhado que abrange os mais de 20 anos do governo militar brasileiro.

Entre os três prelados citados com maior frequência nesta investigação, dom Angélico é o único vivo que, apesar da idade avançada de 90 anos, ainda tem feito aparições públicas, como foi o caso de quando presidiu a cerimônia de casamento do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, com quem fez amizade ainda na década de 70. Apesar de não declarar

---

<sup>221</sup> op. cit., p. 63.

para Lanza no início dos anos 2000, quando concedeu a entrevista, que tinha uma posição próxima ao Partido dos Trabalhadores, alguns anos depois, possivelmente por não exercer nenhum cargo na Igreja Católica, pôde participar de eventos ligados ao Partido e do seu fundador, Luís Inácio Lula da Silva, como pode ser lido:

“Amai-vos, e não armai-vos”, disse dom Angélico, ecoando as palavras de Cristo, num dos momentos mais dolorosos da história recente do Brasil. Não podíamos esperar dele outra atitude diante da violência política que se abateu sobre este país nos últimos anos. Com essa mesma coragem, Dom Angélico ousou enfrentar a ditadura, quando tantos brasileiros, inclusive religiosos, eram torturados, assassinados e desaparecidos. Sua solidariedade e seu apoio foram fundamentais durante as greves dos metalúrgicos do ABC, nos anos 70 e 80. Foi quando tive a oportunidade de conhecer aquele bispo que encontrou nas palavras de Cristo uma razão para estar ao lado dos trabalhadores e das vítimas da ditadura. A partir daí nos tornamos amigos. Dom Angélico casou meus filhos, batizou meus netos, celebrou meu casamento com a Janja. Ele também rezou a missa em memória da Marisa, diante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, poucas horas antes que eu me entregasse à Polícia Federal para cumprir 580 dias de uma prisão injusta. Naquela ocasião, ao lado de Dom Angélico, eu disse: “Podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera.”<sup>222</sup>

Diante dos aspectos expostos ao longo deste capítulo, foi possível entender a importância da metodologia proposta pela Micro-História para considerar as influências formativas, tanto no âmbito familiar, quanto no acadêmico. A partir dessas formações é que os indivíduos acabam orientando-se ao longo de sua vida e, ao mesmo tempo, como a análise da trajetória dos bispos-auxiliares de São Paulo traz para esta dissertação informações que corroboram o entendimento acerca da relação Igreja-Estado e também sobre os enfrentamentos destas instituições durante os governos militares.

No que se refere à figura de dom Benedito, foram indicadas suas funções e ações na Arquidiocese de São Paulo. Este personagem, que é o centro desta investigação, será mais bem explorado no capítulo seguinte, pois no próximo percurso desta investigação serão apontados seus feitos em Uberaba para contrapor à Ditadura Civil-Militar, a partir de suas experiências paulistanas, objetivo geral deste estudo.

Houve também a apresentação de notórias figuras do episcopado originalmente exercido em São Paulo, juntamente com dom Paulo Evaristo Arns e dom Benedito: dom Lucas e dom Angélico. Foi ressaltado que esta escolha ocorreu a partir de questões cronológicas e da viabilidade científica, pois foram encontradas fontes que trazem para esta dissertação elementos

---

<sup>222</sup> SILVA, Luís Inácio Lula da. **Mensagem do presidente Lula pelos 90 anos de Dom Angélico**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/central-de-conteudo/textos/mensagem-do-presidente-lula-pelos-90-anos-de-dom-angelico>> Acesso em: 4 mai. 2023.

importantes que ajudam a construir o escopo narrativo desejado: apresentar novas perspectivas sobre a atuação da Igreja contra a Ditadura, para além de Dom Paulo Arns e Hélder Câmara. Evidentemente que o cardeal Arns influenciou estes sujeitos indicados e os respaldou. Todavia, percebe-se que, ao explorar outros atores sociais, é possível chegar-se a novas perspectivas e novos detalhes e assim corroborar as pesquisas já realizadas e tornar ponto de partida para outras, como é de praxe nas pesquisas.

No decorrer deste subcapítulo, foi ainda apontada a predileção por Dom Lucas Moreira Neves e Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispos-auxiliares que conviveram com Dom Benedito e, conseqüentemente, Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns. A escolha indicada como a mais viável acabou trazendo à luz discussões importantes e maior pluralidade acerca das pesquisas envolvendo a Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar. De fato, como já foi dito, existe uma carência na pesquisa de outras figuras do episcopado brasileiro durante esse período. Isto poderá contribuir ainda mais com as reflexões sobre tais embates e elementos mal explorados desses anos pela historiografia.

Neste aspecto, a aplicação da análise simultânea de trajetórias distintas contribuiu para que elementos comuns a um mesmo período e espaço pudessem ser interligados. O que não ocorre em trabalhos com uma perspectiva mais ampla que em muitos momentos não conseguem cobrir estas reflexões por terem outra forma de abordagem dos fatos. Sendo assim, pode ser constatado que os contatos tecidos por Dom Lucas, considerados por outras pesquisas como de caráter conservador, ajudou a entender suas escolhas pessoais e, ao mesmo tempo, perceber sua postura diante da Ditadura Civil-Militar.

Por outro lado, estratégia semelhante foi aplicada na análise de Dom Angélico, o que trouxe à tona seu engajamento mais vanguardista a partir de seu trabalho em lutas progressistas ainda em Ribeirão Preto e, posteriormente, em São Paulo, participando ativamente das lutas e greves travadas pela Pastoral Operária, ao lado de Dom Cláudio Hummes. Ainda sobre estas complexas articulações dos atores sociais apresentados ao longo deste capítulo, é relevante destacar outra observação baseada nos escritos de Gilberto Velho, refletidos por DeLuca, Rocha-de-Oliveira e Chiesa:

A proposta de articular a ação individual com os múltiplos atores (e projetos) com quem o indivíduo negocia sua realidade, no campo de possibilidades que se apresenta, forma um vínculo relacional entre indivíduo, organizações, instituições e profissão. Essa articulação, portanto, permite ampliar a análise sobre a relação entre tais atores e sua ligação na construção de carreira.<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup> op. cit., p. 470.

Este trecho ajuda a refletir sobre as negociações visíveis e invisíveis que ocorrem a partir da mudança na vida do indivíduo. O raciocínio parte de uma perspectiva de que, em se tratando da Igreja Católica e partindo do pressuposto de que muitas decisões são tomadas e negociadas envolvendo uma marca hierárquica muito forte, a mudança no comportamento do indivíduo pode ser vista tanto como um alinhamento apenas no cumprimento de ordens, como na mudança de posicionamento diante das realidades enfrentadas.

Cabe, portanto, um delineamento das ações dos indivíduos, considerando sua trajetória para além de uma perspectiva linear, pois os processos de continuidade e descontinuidade estão também inseridos no desenvolvimento do sujeito. Neste aspecto, vale ressaltar a influência que a hierarquia possui, para além de um papel de preservação da tradição, na concepção de Velho: “Por outro lado, frisamos a necessidade de ver a hierarquia não apenas como uma sobrevivência da sociedade tradicional, mas como um poderoso mecanismo sociológico atuando permanentemente com maior ou menor visibilidade sobre toda a vida social.”<sup>224</sup>

Uma das constatações mais importantes ao longo destes dois subcapítulos foi perceber que, apesar de Dom Paulo Evaristo Arns ter travado lutas justas em favor dos Direitos Humanos de muitas formas, sendo um dos nomes mais lembrados quando se fala de Igreja e Ditadura Civil-Militar, sua ação na Arquidiocese de São Paulo contou com a ajuda de seus bispos-auxiliares. Entender os pormenores das ações do episcopado paulistano comandado por Dom Paulo a partir de 1970 pode trazer à tona os acontecimentos envolvendo outras figuras que acabaram sendo esquecidas ou deixadas em segundo plano pela historiografia. Evidentemente que a Arquidiocese traz num primeiro momento a figura de seu Arcebispo, no caso, Dom Paulo. Todavia, a partir de suas reformas administrativas e pastorais, conhecidas como *Operação Periferia*, pode ser constatado que a divisão do trabalho, seja nas Pastorais ou nas regiões episcopais, trouxe mais agilidade para as urgências da Igreja de São Paulo e favoreceu assim a resistência diante das atrocidades cometidas pelos militares.

No próximo capítulo, serão apontados a formação sociopolítica uberabense, a forma como foi recebido na cidade de Uberaba o Golpe Civil-Militar em 1964 e os primeiros embates entre a Igreja e as lideranças políticas e militares da cidade até a chegada de Dom Benedito. Posteriormente, será analisada reforma administrativa e pastoral desencadeada por ele, assemelhando-se aos feitos por Dom Paulo Evaristo, na Arquidiocese de São Paulo. Essas

---

<sup>224</sup> op. cit., p. 31.

primeiras discussões serão fundamentais para se entender em qual contexto os artigos do *Compasso* foram escritos, a fim de que, então, sejam apresentados e analisados, demonstrando assim as denúncias e os embates travados por Dom Benedito em relação à Ditadura Civil-Militar, sobretudo, na cidade de Uberaba. No decorrer do terceiro capítulo da dissertação, outros personagens que enfrentaram o governo ditatorial em Uberaba serão apresentados, demonstrando as alianças feitas por Dom Benedito com o clero uberabense. Entender estas relações favorece para que seja percebido como suas atitudes foram legitimadas e asseguradas, e ao mesmo tempo providas em frentes distintas por outras personalidades, assim como aconteceu em São Paulo, não deixando o protagonismo apenas com o Arcebispo de Uberaba.

### **CAPÍTULO 3 - O EMBATE DA IGREJA E DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE UBERABA**

No contexto deste capítulo, o objetivo é apresentar como se deu a relação entre a Igreja e a Ditadura Civil-Militar na cidade de Uberaba, abrangendo desde os primeiros anos da adoção desse regime político até a fase da abertura política. Serão analisadas as atuações de outras figuras religiosas que fizeram parte do clero de Uberaba, culminando com a chegada do personagem central desta dissertação, Dom Benedito de Ulhôa Vieira.

Entender em qual contexto político-religioso Dom Benedito foi recebido em setembro de 1978 na cidade de Uberaba é essencial para sustentar a hipótese que fundamentou esta pesquisa. Nos dois primeiros capítulos, houve uma articulação mais ampla sobre a relação Igreja-Estado e, posteriormente, o vislumbre dos primeiros contatos de Dom Benedito com a Ditadura Civil-Militar na cidade de São Paulo, a partir de sua atuação como padre e, depois, como bispo-auxiliar.

Essas apresentações foram importantes, tendo em vista que a metodologia que norteou as investigações foi a Micro-História. Como considerado anteriormente, trazer experiências da Macro-História para uma análise da Micro, perfazendo o *jogo de escala*, é uma tarefa básica do historiador que opta por esse método, considerando que os capítulos anteriores serviram de base para que, a partir desta seção, a discussão tenha maior espaço para trazer novas personalidades, fatos e ideias, colaborando para o enriquecimento desse debate historiográfico. Isso abrange a Ditadura na cidade de Uberaba e, posteriormente, o desdobramento da relação Igreja-Estado na referida localidade.

Alguns trabalhos acadêmicos trouxeram uma visão ampla sobre os embates Igreja-Estado em Uberaba durante os anos de Chumbo. Com certeza, colaboraram com o direcionamento desta pesquisa, indicando quais fontes de pesquisa seriam utilizadas, para além do *Com-passo*. Durante a leitura de tais pesquisas, foi possível enxergar por quais caminhos seria mais fácil buscar também referências sobre a atuação de Dom Benedito e, conseqüentemente, a de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, seu predecessor no episcopado uberabense, além de Mons. Juvenal Arduini e Pe. Thomaz de Aquino Prata.

Desta forma, ao longo deste terceiro capítulo, serão apresentados elementos que ajudarão a fundamentar a concepção defendida ao longo deste estudo: o combate da Ditadura Civil-Militar por Dom Benedito por meio de seu discurso e trajetória.

### 3. 1. A Relação Igreja-Estado na cidade de Uberaba até a chegada de Dom Benedito

A história da cidade e da Igreja de Uberaba são, de certa forma, correlatas, assim como se repete na história de outras cidades do interior do Brasil, criadas durante o período colonial e imperial. Certamente, não é preocupação desta investigação fazer esse resgate histórico; no entanto, é necessário mencionar que a cidade de Uberaba, ao longo de sua organização sociopolítica-cultural, se relacionou com figuras eclesiais em diversas oportunidades, dada essa relação Igreja-Estado secular no Brasil.

Desta forma, é importante citar que a cultura política uberabense, principalmente durante as décadas de 60, 70 e 80, partindo do pressuposto de que a cultura política da cidade se correlaciona com sua economia, majoritariamente agropastoril, tendeu a um aspecto conservador, como aponta a geógrafa Roberta Wagner:

A cidade de Uberaba, formada por elite conservadora e ruralista, tem uma população que trabalha para sobreviver, seus habitantes tiveram que se condicionar aos anos de chumbo e terror, pois alguns dos filhos da terra foram presos e perseguidos, e a hegemonia regional será perdida para a cidade de Uberlândia devido a uma maior capacidade de adaptação desta aos novos tempos, por ação de seus políticos.<sup>225</sup>

Neste aspecto, a Igreja de Uberaba, elevada a grau de Diocese em 1907 e tendo como primeiro bispo Dom Eduardo Duarte da Silva, ao longo dos anos, colaborou com a construção dessa cultura política. Afinal, foram colégios dirigidos por religiosos e religiosas que assumiram a formação intelectual das famílias que compunham a elite política local, como demonstra a pesquisa sobre o Colégio Marista Diocesano, feita pelo educador Washington Abadio.<sup>226</sup>

Diante de tais circunstâncias, com a carência do avanço intelectual local, ora derivado de uma economia protecionista afirmada pelas lideranças políticas que compunham este núcleo, ora devido às circunstâncias da realidade brasileira, as classes que não pertenciam a este grupo majoritário eram reféns, no fim das contas, das lideranças locais. Isso fez com que, com a chegada de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral em 1939, se mantivesse o perfil conservador da cidade, promovido a partir do ensino da doutrina e moral cristã.

---

<sup>225</sup> WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **O Coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007.** Uberlândia, 2013. 321f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. p. 175- 176.

<sup>226</sup> SILVA, Washington Abadio da. **A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: O Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916).** Uberlândia, 2004. 151f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

Foi comentado ao longo das discussões apresentadas que as personalidades são um conjunto de processos de divergências, rupturas, continuidades. O indivíduo não pode ser essencialmente determinado por um fato ou circunstância, principalmente quando representa uma Instituição. É papel da História, portanto, considerar que a complexidade que permeia o ser humano é real; assim sendo, é necessário apontar que apesar de ser classificado por conservador, tanto em pesquisas científicas, como na geógrafa citada anteriormente, quanto por documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações,<sup>227</sup> Dom Alexandre Gonçalves do Amaral teve uma atuação complexa à frente do arcebispado de Uberaba.

Dom Alexandre foi bispo de Uberaba de 1939 a 1978, quando renunciou seu cargo, acompanhando a renúncia de Dom José Pedro Araújo Costa, nomeado bispo-coadjutor em 1970. Ao longo de quase quarenta anos à frente da Igreja Particular de Uberaba, durante seu governo as Dioceses de Patos de Minas e Uberlândia foram criadas. Posteriormente, o bispado foi elevado a Arcebispado, concomitantemente criando a Província Eclesiástica de Uberaba e, trazendo mais notoriedade e influência de suas ideias sobre tais Dioceses sufragâneas, como são chamadas dentro da hierarquia. É um fato a ser considerado, pois, como será visto adiante, Dom Alexandre participou da articulação da nomeação do primeiro bispo de Uberlândia, Dom Almir Marques, que havia sido pároco da Catedral de Uberaba anos antes de sua nomeação a bispo-auxiliar de Sorocaba, como aponta um artigo de jornal escrito pelo próprio Dom Alexandre.

Quando se tratou da fundação da nova Diocese do Triângulo Mineiro, que a Santa Sé configurou com a simpática denominação de “*Diocese fértil – fertilis Dioceses*”, ousei formular o pedido que viesse ocupá-la o antigo Vigário Geral de Uberaba. E a Santa Sé teve a suprema delicadeza de acatar o meu pedido, nomeando o caríssimo Sr. Dom Almir Marques Ferreira primeiro Bispo Diocesano de Uberlândia.<sup>228</sup>

---

<sup>227</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **AGÊNCIA DE GOIÂNIA: ENCAMINHAMENTO Nº 015/19/AGO/SNI/83**. p. 26. A propósito, neste mesmo documento, a Agência expõe quais são as características que levava a esta denominação: (a) Sob o ponto de vista ideológico apoiam, no BRASIL, de um modo geral, a orientação do Governo. (b) Consideram em primeiro plano os valores espirituais e, a seguir, os valores materiais. (c) Opõem-se tenazmente ao comunismo e suas manifestações. (d) Embora procurem a adaptação da Igreja a condições sociais modernas, o fazem, de maneira moderada, sem desviar-se para o "progressismo". (e) Seguem a orientação dos textos oficiais da Igreja e observam rigorosa obediência ao Papa. Por isso, são conhecidos, também, sob o nome de Papistas. Atem-se à obediência hierárquica e à tradicional disciplina eclesiástica. (f) Combatem os "progressistas". (g) Na sua ação pastoral, não buscam fazer concessões aos modernismos, nem bajular as tendências setoriais dos membros da Igreja. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/rrr/83007222/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_rrr\\_83007222\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/83007222/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83007222_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05 mai. 2023.

<sup>228</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. Vinte anos de dois episcopados. **Botija Parda**, Araguari, 27 fev. 1977.

Além disso, foi o primeiro arcebispo de Uberaba que, juntamente com os padres Juvenal Arduini e Armênio Cruz articulou, ao lado das Irmãs Dominicanas, a construção de uma faculdade chamada Faculdade Integradas São Tomás de Aquino – FISTA, ainda na década de 40. Tal instituição teve um papel importante para o avanço e a popularização do conhecimento intelectual na cidade, considerada uma demanda urgente pela elite local:

Embora se considere que a atividade agropecuária produz uma sociedade mais conservadora e menos preocupada com as questões culturais, a educação continuou progredindo na cidade, com a instalação de novas escolas de ensino superior, até porque a elite precisava educar seus filhos; além disso, o próprio desenvolvimento da cidade também demandava a expansão do número de escolas. Por volta de meados do século XX, foi que surgiu uma instituição de ensino superior, para a formação de professores, pois havia a necessidade de implantação de uma escola para preparar seus educadores. Em 1944, os padres Juvenal Arduini e Armênio Cruz, apoiados pelo Arcebispo Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, fundaram o Instituto Superior de Cultura. Essa instituição foi o embrião para a formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FAFI), que em 1976, passou a denominar-se Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA).<sup>229</sup>

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a crescente expansão do ensino universitário propiciou o crescimento e a construção do conhecimento intelectual da população. Dadas as circunstâncias políticas e históricas já refletidas, isso fez com que houvesse uma engajada articulação de Movimentos Estudantis na cidade, os quais viriam a ser posteriormente perseguidos pela polícia local, como aponta Mozart Filho:

Uberaba, cidade localizada no Triângulo Mineiro, tinha em 1964 em torno de 93 mil habitantes. O ensino superior contava com sete faculdades: Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (FISTA), a qual oferecia cursos de Filosofia, Geografia, Ciências e História. Uberaba era a terceira cidade no Estado de Minas Gerais com maior número de estudantes universitários. Só perdia para Belo Horizonte, capital do Estado, e Juiz de Fora. Importante destacar a importância do ME secundarista, uma vez que ele será uma espécie de celeiro para o ME universitário, oferecendo importantes quadros de militância.<sup>230</sup>

---

<sup>229</sup> PAULA, Eustáquio Donizeti de. **Regime Militar, Resistência e Formação de Professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 – 1980)**. Uberlândia, 2007. 206f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. p. 46.

<sup>230</sup> op. cit., p. 38.

Ainda em 1964, logo após o golpe civil-militar, o Movimento Estudantil, bem como seus professores, em particular os da FISTA, acabaram passando por momentos difíceis perante os militares, sendo perseguidos, como pode ser lido na pesquisa de Eustáquio de Paula:

A chamada Revolução de 1964 (golpe militar), tinha acabado de acontecer, e o Coronel Nazaré, comandante da Polícia Militar em Uberaba, ao que parece, tinha uma péssima relação com os presos políticos. Na época, tinha somente um batalhão de polícia para todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Esse coronel tinha problemas com a Igreja, devido à perseguição movida contra os padres e com os religiosos e professores da própria Faculdade Santo Tomás de Aquino.<sup>231</sup>

Para colaborar com a perspectiva sobre a relação Igreja-Estado durante a Ditadura Civil-Militar, é fundamental lembrar que no governo de Dom Alexandre já circulava o *Correio Católico*. A Igreja de Uberaba, sob a liderança dos Dominicanos, começou a produzir pela primeira vez o jornal *Correio Católico* em 1897, tendo sua segunda fase iniciada em 1924, estendendo-se até o início da década de 1970.<sup>232</sup> Na véspera, o jornal passou por dificuldades financeiras e a Arquidiocese acabou vendendo as máquinas a um empresário, que fundou o *Jornal da Manhã*. O *Correio Católico* tinha como preocupação vincular as opiniões da Igreja, além de trazer fatos e notícias do cotidiano.

Na gestão do arcebispo Dom Alexandre do Amaral, o *Correio Católico* passou a circular diariamente e nas páginas do periódico, além das notícias da diocese e da cidade de Uberaba, publicava-se os demais noticiários de política nacional e internacional. O *Correio*, nos anos 60, sob influência da Teologia da Libertação, passou a publicar as alterações que ocorriam no pensamento da ala mais progressista da Igreja Católica, dialogando de forma mais contundente com as classes populares e com a política de esquerda.<sup>233</sup>

No referido jornal, Dom Alexandre escrevia diariamente em um dos rodapés, trazendo para os leitores artigos sobre a Doutrina e o Magistério da Igreja, bem como sua opinião diante das circunstâncias da realidade que os uberabenses e brasileiros enfrentavam. Em um levantamento feito nas edições do jornal pré-golpe de 1964, pode-se observar uma preocupação

---

<sup>231</sup> Ibid., p. 155.

<sup>232</sup> BITTAR, José Eduardo. **Educação Religiosa versus Laicismo: O “Correio Católico” e As Escolas do Triângulo Mineiro (1930-1945)**. São Carlos, 2006. 90f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação). - Universidade Federal de São Carlos. p. 56.

<sup>233</sup> PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O Regime Militar na Perspectiva do Jornal Lavoura e Comércio de Uberaba (1964 – 1980)**. Uberlândia, 2018. 213f. Tese de Doutorado. (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. p. 41.

do Arcebispo com a conhecida “ameaça comunista”, evidenciada em um artigo *Custo de vida insuportável propaga perigosamente o Comunismo*, publicado em 4 de abril de 1962:

A mais perigosa propaganda para o advento do comunismo no Brasil não é só feita diretamente pelos próprios comunistas, porém a feita por aqueles que são responsáveis pela falta de concorrência cristã nas atividades econômicas, tornando-se responsáveis pelo encarecimento insuportável da vida. Esta situação, a perdurar, levará o povo ao desespero.<sup>234</sup>

Este artigo demonstra que a propaganda anticomunista articulada no período prévio ao golpe também participou do cotidiano uberabense. Todavia, cabe ressaltar que em Uberaba havia o jornal *Lavoura e Comércio*, cujos proprietários eram membros do clube Lavoura e Comércio, conforme por Eustáquio de Paula em sua tese de doutorado, *Lavoura e Comércio*:

O Lavoura foi fundado em 06 de julho de 1899, no final do século XIX, com o objetivo de ser a voz dos interesses de ruralistas de Uberaba e região. Inicialmente, era propriedade de uma associação, o Clube da Lavoura e Comércio e, no seu editorial, assinado pelo diretor Garcia Adjuto, defendia o latifúndio e evidenciava a sua simpatia pelo governo republicano, mas ao mesmo tempo explanava ser apartidário e imparcial – como se isso fosse possível – e demonstrava, ainda, toda a insatisfação dos ruralistas e comerciantes insatisfeitos com os tributos territoriais cobrados pelo governo mineiro [...].<sup>235</sup>

Dessa forma, além do *Correio Católico* servir como porta-voz da Igreja, acabou sendo caracterizado como um exemplo da Imprensa Alternativa, capaz de trazer para a sociedade informações e fatos estrategicamente negligenciados pelo *Lavoura e Comércio*, conforme afirmado pelo mesmo pesquisador, ao relatar mais um pouco sobre o episódio que envolveu Dom Alexandre e o comandante Pedro Nazareth:

Ao enaltecer os comandantes da Polícia Militar e de forma recíproca receber elogios e consagrações, o diário uberabense procurava também ser reconhecido e valorizado na sociedade em que era lido. No entanto, em momento algum, o *Lavoura e Comércio* fez referência às perseguições políticas cometidas pelo comandante Pedro Nazareth, razão principal de sua transferência da cidade por determinação do governador Magalhães Pinto, atendendo à solicitação de Dom Alexandre. O periódico preferiu omitir-se diante do lamentável episódio de prisões dos militantes comunistas, dos jornalistas da *Rádio Difusora* e do *Correio Católico*, de professores da FISTA e de religiosos na cidade. Pelo contrário, o diário optou por elogiar o trabalho do comandante transferido, tratado como militar de elite e admirado em toda a cidade.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. *Custo de vida insuportável propaga perigosamente o Comunismo*. *Correio Católico*, Uberaba, 4 abr. 1962.

<sup>235</sup> op. cit., p. 56.

<sup>236</sup> op. cit., p. 157.

Durante o ano de 1963, considerando alguns artigos nos rodapés do *Correio Católico*, foi notado que Dom Alexandre escreveu sobre temas envolvendo as Reformas de Base, a questão da política agrícola, a questão operária, o mundo do trabalho, o divórcio, a Constituição e as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II. Além desses temas, ele ressaltou caráter subversivo do socialismo, em abril de 1964. Tais assuntos podem ser encontrados nos títulos dos artigos e das respectivas datas: *Verdadeiras dimensões do problema* publicado em 14/02/1963, tratando sobre a Reforma Agrária; *Política econômica hábil no campo agrícola* em 29/05/1963; *A verdadeira e única Reforma de Base* em 03/06/1963; *Dois extremos perigosos* em 02/07/1963, que debateu sobre o liberalismo e comunismo; *Aspecto humano do contrato de trabalho* em 3/07/1963; *Aspecto teológico do problema Operário* em 5/07/1963; *Raízes da indissolubilidade do vínculo matrimonial* em 31/07/1963; *Definição Católica do Divórcio* em 12/08/1963; *Questão com a Prefeitura* em 16/08/1963; e a *Apresentação da Divini Redemptoris* nas edições de 26 de outubro a 13 de novembro de 1963. A *Divini Redemptoris* foi a carta encíclica do Papa Pio XI sobre o Comunismo ateu em 1937, e foi publicada na íntegra pelo jornal. No início de 1964, em 25 de fevereiro, escreveu *Reforma ou intangibilidade da Constituição*, e após a instauração da Ditadura Civil-Militar, escreveu *Contradições e injustiças do socialismo* no dia 27 de abril e no dia 30, *Caráter Subversivo do socialismo*.

A prioridade desta pesquisa é evidentemente analisar as ações de Dom Benedito de Ulhôa Vieira. Portanto, os artigos mencionados não serão analisados, pois têm o papel de contextualizar os movimentos de Dom Alexandre pré e pós-golpe de 1964, como indicado. No entanto, cabe lembrar que no dia 3 de abril, conforme noticiado pelo jornal *Lavoura e Comércio*, o prelado presidiu uma missa campal na Praça Rui Barbosa, em frente à Catedral de Uberaba. Tal ato foi realizado para manifestar apoio aos militares.<sup>237</sup>

Apesar de ter apontado nos artigos acima os problemas envolvendo as questões operárias, trabalhistas e a economia agrícola, muitas vezes despreocupada com a questão social, isto não impediu que o arcebispo mantivesse uma postura mais neutra e tímida no campo político. Similarmente ao que aconteceu na capital paulista, os padres da Arquidiocese de Uberaba, os religiosos da Ordem dos Dominicanos e um grupo de jovens estudantes foram os principais alvos do governo civil-militar nos primeiros momentos da Ditadura. Em Uberaba, dois padres ganharam notoriedade pública, política, educacional e cultural para a cidade: Mons. Juvenal Arduini e Pe. Thomaz de Aquino Prata.

---

<sup>237</sup> op. cit., p. 197.

Mons. Juvenal Arduini nasceu em 1918 na cidade de Conquista, descendente de imigrantes italianos e filho de trabalhadores rurais. Mudou-se para Uberaba em 1932 para estudar no Seminário São José e no Colégio Marista. cursou Filosofia e Teologia no Seminário Eucarístico de Jesus (atual PUC Minas) em Belo Horizonte, onde passou a residir a partir de 1937. Foi ordenado padre em 8 de dezembro de 1942 por Dom Alexandre e, além de sua atuação na FISTA, foi reitor e professor do Seminário São José em Uberaba, de 1946 a 1956. Durante sua trajetória, publicou quatorze livros; em 1965, publicou o livro *O Marxismo*, que teve repercussão notória entre os intelectuais, chegando às mãos de Dom Helder Câmara.<sup>238</sup> Ainda impulsionado pelas mudanças e influenciado pelos debates provenientes da *Teologia da Libertação*, publicou em 1968 o livro *Homem-libertação*, que teve duas edições, uma em 1972 e outra em 1975, pela Paulinas, editora popularmente conhecida no meio católico. O pesquisador Wanderson Ferreira ainda ressalta que:

A trajetória de Juvenal Arduini, no contexto da década de 1960, revela aspectos religiosos, educacionais, políticos, intelectuais e sociais que, atualizados ao longo do tempo, caracterizam sua biografia. A importância da palavra – como ele dizia, valor fundamental cultivado pelo educador – manifestou-se eticamente em sua ação como sacerdote, professor, escritor, intelectual e assessor da pastoral universitária e de movimentos populares. Seu compromisso educacional libertador é o seu grande legado [...] os valores anunciados por Arduini incentivam a promoção de uma educação que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade de verdadeira justiça e paz.<sup>239</sup>

Pe. Thomaz de Aquino Prata nasceu em Uberaba em 1922, filho de uma família tradicional da cidade. Teve uma formação semelhante à de Mons. Juvenal Arduini, sendo ordenado padre também em 8 de dezembro, mas no ano de 1946, quatro anos após Mons. Arduini. Atuou no Colégio Marista, no Seminário e na FISTA. Chegou a fazer mestrado na Universidade Católica de Washington, nos Estados Unidos, e foi redator do jornal *Correio Católico*. Assim como Dom Alexandre e Mons. Juvenal Arduini, Padre Prata chegou a ser membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Para a Arquidiocese de Uberaba, elaborou um livro a pedido de Dom Benedito por ocasião dos 80 anos da Diocese, em 1987.

Como figuras ligadas diretamente aos estudantes, devido a sua relação com a FISTA, os dois padres acabaram sendo alvo de perseguições do regime Civil-Militar logo nos primeiros meses de 1964. A principal característica da Faculdade foi a propagação de um ensino que valorizasse o aspecto humanista e crítico da educação, sendo que essa faculdade detinha

---

<sup>238</sup> FERREIRA, Wanderson Raposa. O compromisso educacional de Juvenal Arduini, intelectual e sacerdote-professor. IN: RESENDE, Vânia Maria. **Travessia de libertação: vida e obra de Juvenal Arduini**. Uberaba: 3 Pinti Editora e Gráfica, 2022. p. 22.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 25 – 26.

majoritariamente o monopólio da formação de novos professores. É perceptível que a perseguição a essas figuras esteve intrinsicamente relacionada ao receio de que isso levaria à mobilização dos estudantes ou a uma resistência maior aos ditadores.

É válido lembrar simultaneamente o papel das religiosas dominicanas, que também foram alvo de perseguições, principalmente devido ao fato de que foi a Congregação dos Dominicanos que gerenciou a FISTA. Além disso, é importante considerar que houve uma articulação para que a FISTA se tornasse uma filial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. No aspecto econômico, a principal concorrente da FISTA foi a Faculdade Integrada de Uberaba, a FIUBE, da família Palmério, que compunha o quadro das famílias que detinham a soberania econômica e política da cidade, como mencionado em sua dissertação por Eustáquio de Paula.<sup>240</sup>

O proprietário da FIUBE, atual UNIUBE, Mário Palmério, conforme indicado pela geógrafa Roberta Wagner, apesar de não ter originariamente pertencido à elite econômica e política de Uberaba, acabou se integrando a ela. Com a consolidação de sua universidade como o principal pólo educacional da região, conseguiu assegurar uma soberania econômica, política e social.<sup>241</sup>

Dessa forma, considerando as circunstâncias mencionadas, é possível compreender que a cultura coronelista em Uberaba pode ter contribuído para a perseguição dessas lideranças religiosas. É notável perceber que o processo de incorporação de uma empresa por outra frequentemente envolve descrédito ou fomento de uma crise. Não é por acaso que a transformação da FIUBE em UNIUBE ocorreu no final da década de 80, após a incorporação da FISTA, como elucidado na pesquisa de Eustáquio de Paula:

O início dos anos de 1980 foi marcado pela obtenção da FISTA pela FIUBE, incorporando os cursos até então oferecidos pelo Educandário dominicano. Com a medida, a FIUBE incorporou os cursos de Letras, Filosofia, História, Geografia, Estudos Sociais, Ciências (Química, Matemática e Biologia), Pedagogia (Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar) e a habilitação em Jornalismo do curso de Comunicação Social. Em 1988, a FIUBE tornou-se Universidade de Uberaba. A UNIUBE desenvolve atividades de ensino superior no Triângulo Mineiro há mais de meio século [...].<sup>242</sup>

Ao refletir sobre os capítulos anteriores, compreende-se a relação das soberanias econômicas e políticas das cidades com os militares. Desta forma, é perspicaz entender que as

---

<sup>240</sup> op. cit., p. 49.

<sup>241</sup> op. cit., p. 157.

<sup>242</sup> Ibid., p. 50.

relações de poder em Uberaba envolveram uma complexa disputa de discursos, que não se limitaram apenas à composição das editoriais dos jornais *Lavoura e Comércio* e o *Correio Católico*. Não deve ser esquecido que o *Lavoura e Comércio* se tornou porta-voz da elite uberabense, à qual Marcelo Palmério e sua família até hoje, pertencem e detêm boa parte do monopólio político e econômico da cidade.

Ainda sobre o envolvimento dos padres mencionados, há o fato lembrado por outros pesquisadores, citado anteriormente, que consistiu na ida de Dom Alexandre até o Quartel em Uberaba para pedir que seus clérigos fossem soltos pelos militares, que os haviam prendido sob a alegação de estarem promovendo o *Comunismo*. Tal incidente acabou envolvendo também jornalistas da cidade, como é exposto na tese de Eustáquio de Paula:

Outros tantos sacerdotes e jornalistas, como eu, estávamos na lista de futuros presos. Monsenhor Juvenal Arduini e padre Thomas de Aquino Prata que o digam, assim como vivo e são, está o jornalista César Vanucci. Não fosse a atuação firme e corajosa do arcebispo metropolitano da arquidiocese, d. Alexandre Gonçalves do Amaral, não sei o que seria de nossos outros repórteres do *Correio Católico* e *Rádio Difusora*. A “outra” imprensa, ligada aos revolucionários, não moveu sequer uma palha de solidariedade aos que estavam sofrendo tão injusta perseguição. Os “dedos-duros”, do menor ao mais alto escalão da cidade, vibraram com o clima de terror que havia se implantado no meio jornalístico e eclesiástico.<sup>243</sup>

Outro aspecto que é necessário pontuar é a articulação de notícias e artigos nos anos seguintes à instauração do governo militar. No *Correio Católico*, no ano de 1965, foram vinculadas notícias citando Frei Jacinto da Ordem dos Dominicanos e pertencente ao clero da Arquidiocese de Goiânia, que fora preso pelos militares sem motivo aparente:

O chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, gen. Riograndino Krueel, determinou a libertação do juiz de Direito de Goiás Velho, sr. Gonzaga de Castro, de Frei Jacinto Rosas, sacerdote dominicano [...] Fontes do Governo Federal apuraram que nada houve de subversivo na atuação de todos eles.<sup>244</sup>

Já em outubro do mesmo ano, Dom Alexandre escreveu um artigo vinculado no jornal, intitulado *Liberdade Humana*, no qual fez menção à importância deste aspecto para a organização social: “[...] entretanto, a liberdade é prerrogativa da pessoa humana, inata e inalienável, e o direito, o reconhecimento dessa e de outras prerrogativas do homem.”<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> op. cit., p. 149.

<sup>244</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. Arcebispo diz que Governo Goiano Persegue Igreja. **Correio Católico**, Uberaba, 8 jun. 1965.

<sup>245</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. *Liberdade Humana*. **Correio Católico**, Uberaba, 18 out. 1965.

Na edição de 23 de janeiro de 1971 do *Correio Católico*, Dom Alexandre publicou o artigo *Liberdade de Culto no Estado*, no qual expõe de modo categórico os problemas enfrentados pela sociedade brasileira em relação à liberdade individual. Mesmo tratando sobre a questão religiosa, é possível compreender que Dom Alexandre também mencionava os problemas que tangenciavam a sociedade brasileira, principalmente o comprometimento do Estado na garantia da liberdade individual:

Não somente é falseada a noção da liberdade de culto, relativamente às pessoas particulares, mas é também é falseada a mesma noção, relativamente ao Estado. [...] une-os ao Chefe de Estado pelos laços, não somente da obediência, mas do respeito e do amor, proibindo-lhes a revolta e todas as empresas que possam perturbar a ordem e a tranquilidade do Estado, e que, em resumo, dão ocasião em reprimir com restrições mais fortes a liberdade dos cidadãos. [...] destruído o erro acerca da “liberdade de culto”, passa o Santo Padre Leão XIII a estudar a liberdade da palavra e da imprensa.<sup>246</sup>

Pode-se perceber que houve, por parte de Dom Alexandre, uma tentativa de apontar as fissuras do Estado a partir de seus escritos ou até mesmo da articulação de notícias sobre as perseguições cometidas pelos ditadores. Como não foi feita uma análise criteriosa do jornal *Correio Católico* por esta pesquisa não tratar especificamente de Dom Alexandre ou desta fonte, e a menção desses fatos é apenas para trazer um panorama geral sobre a relação Igreja-Estado em Uberaba nos primeiros anos da Ditadura, não serão mencionados outros exemplos. Além disso, foi possível verificar ao longo do levantamento deste material que existe ainda uma lacuna historiográfica quanto a essa relação Igreja-Estado durante o arcebispado de Dom Alexandre. Nas pesquisas encontradas, os exemplos mencionados foram similares, o que, de certa forma, prejudica uma compreensão mais ampla e crítica sobre estes fatos mencionados.

Portanto, apesar de Dom Alexandre ter sido categorizado tanto os estudiosos que o mencionaram quanto pelo Serviço Nacional de Informações como um teólogo conservador, pôde-se compreender que isso não o impediu de tecer críticas ao governo, tampouco de defender seus prelados, religiosos e estudantes, o que difere, por exemplo, das ações do bispo da Arquidiocese de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud, ou ainda de Dom Agnelo Rossi como arcebispo de Ribeirão Preto e posteriormente de São Paulo. É irrefutável perceber, a partir destas menções, que a natureza política e ideológica na grande maioria dos exemplos não foi um impedimento para agir contra a Ditadura Civil-Militar.

---

<sup>246</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. *Liberdade de Culto no Estado*. *Correio Católico*, Uberaba, 23 jan. 1971.

Apesar de toda a complexidade dos fatos, considerando o emaranhamento de ideias e interesses, foi na escolha final, em especial nos momentos de crise, que a ação do sujeito determinou, de certa forma, como seria lida sua participação em relação à Ditadura Civil-Militar. Seja pelo resgate da memória ou pela elaboração da história, este processo acaba sendo natural, pois são os fatos em si que dão materialidade às concepções ideológicas, políticas e religiosas dos sujeitos. Como o historiador precisa de uma fonte, seja ela qual for, para fazer sua análise e construir sua narrativa, que é seu processo científico, acaba que a percepção dos fatos com um movimento dissociativo do indivíduo traz à tona uma abrangência maior sobre ele.

Outro aspecto importante a ser mencionado foi entender a relação da Igreja de Uberaba, a partir da ação de Mons. Juvenal Arduini e Pe. Thomaz de Aquino Prata, com estudantes da FISTA em Uberaba, o que lhes custou diversos embates com os militares, como é destacado por muitos relatos descritos na pesquisa de Eustáquio de Paula, na dissertação *Regime Militar, Resistência e Formação de Professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 - 1980)*.

É preciso também lembrar a morte de Gildo Macedo Lacerda, que acabou sendo assassinado pelos militares em 1973 na cidade de Salvador, na Bahia, como ressalta Mozart Lacerda.<sup>247</sup> Apesar de ter morado apenas no período pré-Ditadura e nos anos iniciais em Uberaba, isto é, de 1953 a 1966, Gildo Lacerda contribuiu para a articulação estudantil na cidade, sendo presidente do Grêmio Central Machado de Assis e participando da União Estudantil Uberabense e do Partido Unificador Estudantil. Há de se considerar que a mobilização estudantil em Uberaba foi assertiva em muitos momentos, apesar de não haver menção nas fontes analisadas a grandes fatos que demonstrem uma ação mais efetiva contra a Ditadura.

Dessa forma, é compreensível perceber que, apesar de haver em Uberaba uma mídia e grupos políticos alinhados com o governo, essas circunstâncias não foram impedimento para a atuação de grupos ligados ao ensino ou à Igreja. Além disso, ao trazer um olhar sobre Uberaba, é perceptível a grandeza da influência das correntes ideológicas das décadas de 60 e 70. Apesar de toda a dificuldade de comunicação, censura e violência, a luta pelos direitos humanos conseguiu, em muitos momentos, enfrentar esses obstáculos para garantir o mínimo de civilidade à população.

---

<sup>247</sup> op. cit., p. 141.

Já no final do arcebispado de Dom Alexandre, como foi mencionado, a Arquidiocese de Uberaba enfrentou diversos problemas econômicos, o que levou até mesmo à venda do *Correio Católico* para um empresário, como indica Eustáquio de Paula.<sup>248</sup> Essa crise possivelmente foi reflexo do fim do milagre econômico, tendo em vista que a Igreja majoritariamente detém bens físicos, ou seja, construções, e que, no fim das contas, são as arrecadações mensais que subsidiam as despesas ordinárias. Não se sabe ainda, a partir de uma fonte documental, quais foram os verdadeiros motivos que levaram à renúncia de Dom José Pedro Araújo Costa ao arcebispado. Ele foi bispo coadjutor (com direito à sucessão direta, se o arcebispo renunciasse de Uberaba a partir de 10 de maio de 1970).

Não houve, a partir da análise dos documentos da Arquidiocese de Uberaba consultados para esta pesquisa, nenhuma menção sobre a atuação de Dom José Pedro diante da Ditadura, tampouco sua opinião. Também nos jornais consultados não foi encontrada a publicação de nenhum artigo de sua autoria. O que foi publicado sobre a renúncia foi escrito por Dom Alexandre. Além disso, foi publicada no jornal *Botija Parda* da cidade de Araguari a íntegra da sua carta enviada para a Nunciatura Apostólica e a resposta do órgão a Dom Alexandre, já indicando Dom Benedito como seu sucessor. Na carta de Dom Alexandre para Dom Carmine Rocco, o Núncio Apostólico, não são mencionados os fatores que levaram à renúncia de Dom José Pedro, contudo, é destacável o seguinte trecho:

Recebo a comunicação de que S. Excia. Revma. o Sr. D. José Pedro Costa mantém seu pedido de ser afastado do cargo de coadjutor com direito a sucessão e Administrador Apostólico desta Arquidiocese de Uberaba. Recebo também a manifestação e pensamento de V. Excia. Revma., em nome da Santa Sé, quis deixar a meu critério a solução final do problema. Confesso, com simplicidade, que a minha preferência seria de que a solução viesse à maneira de determinação. [...] Permita-me, porém, V. Excia. Revma. declarar, com muita lealdade e sem o menor constrangimento, que não me sinto com coragem para isto. Embora com boa saúde, atualmente, já me entreguei, durante 39 anos, ao trabalho pastoral aqui. Em 1979, querendo Deus, completarei 50 anos de Sacerdócio e 40 anos de Episcopado. Já tenho 72 anos de idade. Daqui a três anos, portanto, já terei mesmo que renunciar.<sup>249</sup>

No entanto, um documento produzido pelos órgãos investigativos do Governo Federal ajuda a esclarecer um pouco mais sobre a renúncia dos dois bispos e, ao mesmo tempo, discorre um pouco sobre a postura de Dom José Pedro frente à Ditadura Civil-Militar:

[...] A falta de firmeza e de autoridade de Dom ALEXANDRE agravou e dificultou minha atuação frente ao clero uberabense e, principalmente os dominicanos, padres

---

<sup>248</sup> op. cit., p. 41.

<sup>249</sup> AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. Esclarecimento Necessário. **Botija Parda**, Araguari, 3 set. 1978.

indisciplinados, pertencentes a ala avançada, que se negavam a cumprir minha orientação e teimavam em seguir as resoluções de MEDELIN. [...] Deixo claro que Dom ALEXANDRE não compactuava com a ala avançada, seja em UBERABA, seja na CNBB, pelo contrário "Estou informado que o novo Arcebispo nomeado, Dom BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA, da Congregação Dominicana, discorda de DOM EVARISTO ARNS quanto à orientação atual da CNBB". [...] Dom JOSÉ PEDRO COSTA (com gestos longos e inúmeras vezes de dedo em riste ou batendo a mesa) não esconde sua irritação contra alguns bispos, principalmente Dom HELDER CÂMARA, Dom EVARISTO ARNS e Dom IVO LORSCHTEITER, aos quais chama de "subversivos bobalhões", pelo fato de estarem os mesmos se imiscuindo em áreas fora da competência do clero e mesmo da CNBB, e sim do governo e dos políticos. [...] Segundo ainda Dom JOSÉ, após MEDELIN, era ele Secretário par a Assuntos Sociais da CNBB. Certa ocasião, foi surpreendido com a notícia de que Dom HELDER pretendi a reunir vários prelados da AMÉRICA LATINA no RIO DE JANEIRO. Resolveu procurá-lo e lhe disse: "HELDER, você não vai fazer reunião coisa nenhuma". Através telefonemas, desfez os convites, não tendo Dom HELDER tido qualquer reação. Algum tempo depois, por pressões da ala avançada, ele não foi reeleito par a o cargo que até então vinha exercendo na CNBB. [...] Porém, diante das anunciadas reformas políticas das próximas eleições presidenciais, fatos que, no seu entender, esfriaram de certa forma os ânimos da al a avançada da CNBB, os prelados dessa ala, sob a liderança do Arcebispo de JOÃO PESSOA/PB, decidiram permanecer em silêncio. No entanto, ficou acertado entre eles (os prelados avançados) que, até PUEBLA, se reuniriam pelo menos uma vez por mês e, caso não haja mudança no panorama atual, voltariam a se manifestar publicamente, objetivando alterar a cúpula da CNBB, que é a ideia-base da ala avançada. [...].<sup>250</sup>

A partir deste relato, são notórias algumas informações distorcidas por Dom José Pedro; no entanto, não é possível dizer, com base nas fontes consultadas, se houve outros contatos de Dom José Pedro com os militares. O fato é que ele errou ao informar sobre a posição de Dom Benedito, como já foi visto ao longo desta investigação, além de afirmar erroneamente que ele pertencia à Ordem dos Dominicanos. Possivelmente, essa informação foi confundida com o posicionamento de Dom Lucas Moreira Neves, que, de fato, era mais tímido publicamente em apoiar Dom Paulo Arns e era membro da Ordem dos Dominicanos.

Ao fazer a leitura das pesquisas mencionadas ao longo desta reflexão, percebe-se que Dom Alexandre, apesar de defender bravamente os padres e as religiosas perseguidos pela Ditadura, não adotou a mesma postura em relação às lideranças denominadas de comunistas da cidade, como lembra a geógrafa Roberta Wagner em sua tese.<sup>251</sup> Isto leva a acreditar que ele teve uma presença menos combativa, agindo somente em momentos de crise na cidade, onde houve perseguição a lideranças políticas e jornalistas, não se aproximando, por exemplo, de uma postura mais abrangente como outros bispos citados ao longo desta investigação. De fato,

---

<sup>250</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Processo GAB n. 100.730**. 5 out. 1978. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_tt/0/mcp/pro/1505/br\\_rjanrio\\_tt\\_0\\_mcp\\_pro\\_1505\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1505/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1505_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 ma. 2023.

<sup>251</sup> op. cit., p. 189.

seus escritos fizeram menções às crises políticas e sociais; no entanto, percebeu-se que Dom Alexandre teve uma postura mais reservada ao longo dos períodos de crise política em Uberaba, levando a crer que sua opção foi se distanciar de qualquer concepção que o levasse a ser denominado, por exemplo, comunista.

### **3. 2. A chegada de Dom Benedito a Uberaba e os primeiros anos de governo**

Dom Benedito foi nomeado como segundo arcebispo de Uberaba em 19 de julho de 1978, tomando posse na referida Arquidiocese em 15 de setembro do mesmo ano. Neste curto período, de praticamente dois meses, a Igreja Católica passou por mudança no Papado. O Papa Paulo VI morreu em seis de agosto, e o Papa João Paulo I foi eleito vinte dias após a morte do seu antecessor, permanecendo no trono petrino até o dia vinte e oito de setembro, data de sua morte. Seu falecimento precoce fez com que muitas teorias fossem elaboradas ao longo dos anos, todavia, a mudança rápida no papado trouxe mudanças substanciais na Igreja, como foi notado ao longo das discussões elaboradas nesta investigação. Situação semelhante ocorreu com a chegada de Dom Benedito a Uberaba em setembro de 1978.

Apesar do intuito inicial desta pesquisa ter sido motivado em considerar mais os artigos do jornal *Com-passo* a partir das leituras feitas para a elaboração da pesquisa, foi constatou-se que restringir apenas a essa fonte de pesquisa deixaria de fora uma série de fatos, acontecimentos e interseções que a Micro-História ajudou a pensar.

De fato, entender a complexidade das relações sociais impulsiona o indivíduo a tomar decisões e, ao mesmo tempo, considerar como a questão institucional pode estimular ou restringir o sujeito em suas ações. Com isso, diante do cenário que foi refletido, especialmente considerando que a transferência de Dom Benedito para a Arquidiocese foi decidida também pelas circunstâncias políticas e sociais da região, é valioso resgatar o discurso proferido por ocasião de sua posse na Catedral Metropolitana de Uberaba, publicada em *Entardecendo*:

Sou bandeirante: venho de Piratininga. Trago comigo a pressa dos homens que não sabem parar. Impulsiona-me a ambição dos bandeirantes antigos que, na rota de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, abriram clareiras às margens do Y-beraba, no século XVIII. Vim buscar, não as riquezas das pedras e do ouro para os soberanos portugueses, mas os corações dos homens para o Soberano do mundo. [...] Venho da sofrida periferia de São Paulo, das oitenta e três comunidades e quarenta e três paróquias da Região Oeste da Capital, instaladas – a maioria delas – nos bairros carentes e pobres da cidade rica. Subi os morros da Brasilândia. Entrei nos barrancos do Jaguaré e Rio Pequeno. Senti o ar pesado de Perus e a poeira cinzenta das suas fábricas de cimento. Sinto-me alguém do povo, preocupado – por fidelidade ao Evangelho – com o pobre, com o operário rural e urbano que é meu irmão em Jesus Cristo, com a marginalização e o salário, com a dignidade do homem e os seus direitos, com a imprescindível necessidade de participação no crescimento da Nação, na distribuição dos bens, na vida política, na

riqueza do saber. Quem sentiu de perto a miséria, quem foi pastor na periferia de São Paulo, aprendeu – mercê de Deus – a ter o coração sensível a todas as angústias e a procurar com resoluta firmeza, sem violência, mas com acendrado sentido de justiça, a solução delas, para que o homem, filho de Deus, remido pelo sangue de Jesus, seja de fato colocado no lugar a ele devido, pouco abaixo dos anjos, como diz a Escritura.<sup>252</sup>

Neste trecho, é possível notar algumas expressões que corroboram o que já foi dito anteriormente sobre sua atuação em São Paulo. Ao mesmo tempo, ele comunica à sociedade uberabense quais seriam suas prioridades em seu governo pastoral: estar ao lado do povo, lutando em prol da justiça social e buscando por sua dignidade. É relevante considerar que a realidade uberabense ao longo das décadas do século XX foi dominada por uma elite agropastoril.

Ao escolher a Análise do Discurso como uma metodologia para compreender melhor os escritos e práticas de Dom Benedito, a primeira referência foi o filósofo francês Michel Foucault. Sua abordagem alinha-se com a perspectiva inicial sobre o uso dos escritos de Dom Benedito nesta dissertação:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.<sup>253</sup>

Ainda buscando compreender melhor o impacto e a construção do discurso pelos indivíduos, outros autores foram consultados, incluindo o linguista britânico Norman Fairclough. Ele contribuiu para o esclarecimento das angústias transformadas em hipóteses. Um dos objetivos internos desta pesquisa foi apresentar Dom Benedito como uma figura política engajada em diversos momentos, lutando pela Justiça Social e pelos Direitos Humanos. Isso busca distanciá-lo ou desconstruir um pouco da imagem até então atrelada a características religiosas, afetuosas e saudosas, estimulada por aqueles que conviveram com ele. Dessa forma, Norman Fairclough trouxe em *Discurso e Mudança Social* várias reflexões sobre o papel social do discurso, incluindo:

[...] o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.

---

<sup>252</sup> op. cit., 25 – 27.

<sup>253</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 9-10.

Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representações. [...] O discurso contribuiu para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.<sup>254</sup>

A partir desses aspectos, foi considerado, portanto, não limitar a análise dos escritos de Dom Benedito ou ainda a sua rede de relações. Neste e no próximo subcapítulo, haverá uma tentativa de relacionar seus discursos e práticas a partir de uma contextualização, ora considerando a realidade local de Uberaba, ora do Brasil, ou ainda refletindo sobre os encaminhamentos da CNBB e do Vaticano. A complexidade do engajamento de um indivíduo que transitou por esses espaços, físicos e institucionais, fez com que a relevância de suas ações fosse notada a partir da leitura dos documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações e de notícias de jornais da Grande Imprensa. Relacionar seus escritos e falas com sua postura, decisões e relações pessoais acabou sendo um dos momentos mais envolventes desta investigação, principalmente por verificar que Dom Benedito não foi um bispo que ficou preso apenas ao discurso; esteve junto das pessoas em diversos momentos, dando continuidade àquilo que foi feito na Arquidiocese de São Paulo.

Como serão vistos alguns exemplos de embates do povo e do clero na cidade de Uberaba e região, é necessário refletir sobre o impacto de um discurso em um grupo de pessoas e, conseqüentemente, em um espaço. Esta perspectiva se tornou importante ao longo da escolha deste método para a elaboração das próximas discussões. Portanto, para que seja um pouco mais esclarecido sobre o uso do discurso e seu potencial como um meio que pode favorecer a mudança social, é preciso evidenciar o impacto que o discurso religioso pode causar nos indivíduos daquela religião:

O discurso religioso marca e é marcado por uma desigualdade na relação, isto porque o locutor, Deus, pertence a uma instância espiritual, ao passo que seus ouvintes, a mulher e o homem, se localizam no plano temporal. A partir dessa desigualdade são produzidas outras desigualdades que contrapõem as noções de imortalidade/mortalidade ou mesmo de vida/morte. Portanto, nesta desigualdade, Deus domina sujeitos e sujeitos.<sup>255</sup>

---

<sup>254</sup> FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 91.

<sup>255</sup> SILVA, Clara Luisa Oliveira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discurso religioso e produção de subjetividades em uma prisão feminina: um controle de almas? **Rever**. v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i1a12>> Acesso: 10 nov. 2023. p. 180.

Além disso, os mesmos autores ainda se amparam em Foucault para afirmar que o discurso religioso tem um papel importante na estruturação do poder institucional: "[...] afirma-se que a produção de subjetividades por meio de práticas discursivas religiosas é um processo em que estão implicadas dinâmicas de poder que remetem a uma noção de poder pastoral, bem como a ideia de biopoder."<sup>256</sup>

Considerando estas perspectivas, é fundamental não dissociar que a Igreja Católica busca, a partir da hermenêutica, apontar quais direcionamentos a sociedade deve tomar a partir das Sagradas Escrituras. Dessa forma, é compreensível que esse processo de releitura e uso dos trechos bíblicos, ou ainda o uso da vida dos santos e santas, serve para basear e fundamentar aquilo que o indivíduo que o usa tem como motivação e quer como resultado. O discurso, portanto, passa a ter um valor-chave para a manutenção social, e é com este argumento que a hipótese de que Dom Benedito combateu a Ditadura Civil-Militar e denunciou inúmeros problemas sociais na cidade de Uberaba por meio de seu discurso e práticas será defendida.

Uma das primeiras ações de Dom Benedito em Uberaba foi nomear para a Pastoral Universitária e Capelão do Hospital São Domingos, Mons. Juvenal Arduini, que já tinha uma atuação muito próxima dos estudantes na década de 60 e início dos anos 70. Entretanto, com a sua saída da FISTA em 1972, acabou se distanciando dos Movimentos Estudantis. Tal ato foi feito no dia 23 de setembro, cerca de oito dias após Dom Benedito tomar posse em Uberaba. Esta nomeação pode ser entendida como pragmática; todavia, o resgate da Pastoral dos Universitários em Uberaba é um fato relevante a ser considerado. Nos capítulos anteriores, Dom Benedito teve em São Paulo uma experiência de longa data com essa Pastoral, e, sendo assim, sabia de sua importância para a cidade de Uberaba, principalmente por ter vários centros universitários.

Outra mudança pastoral que ocorreu nos primeiros atos de Dom Benedito foi a divisão da Arquidiocese em regiões, semelhante à *Operação Periferia*, realizada por Dom Paulo Arns em São Paulo. Ele criou as regiões Centro, Leste e Oeste para facilitar a articulação pastoral, principalmente das Comunidades Eclesiais de Base, que foram estimuladas diversas vezes pelo Arcebispo. Além disso, houve a constituição da Comissão de Justiça e Paz e da Terra, e um estímulo para o estudo sobre os Direitos Humanos.

Curiosamente, a Comissão de Justiça e Paz foi uma das primeiras criadas por Dom Paulo Arns em São Paulo. Além disso, a discussão sobre os problemas agrários ganhou ainda mais destaque na região, devido ao perfil agropecuário da cidade. No *1º Plano Arquidiocesano de*

---

<sup>256</sup> Ibid., p. 179.

*Pastoral da Igreja de Uberaba* (PAPIU), organizado após duas assembleias, a primeira realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 1978, contou com a participação de 150 pessoas,<sup>257</sup> e a segunda, realizada em 2 e 3 de março de 1979, teve a participação de 183 pessoas.<sup>258</sup>

Na edição de dezenove de novembro de 1978, foi publicada no *Jornal da Manhã* uma notícia intitulada *Direitos Humanos: Meta da Igreja de Uberaba*, na qual foram indicados os principais temas tratados na primeira Assembleia, entre eles: "[...] Direitos Humanos, Educação Religiosa, Catequese, Promoção Humana, Pastoral Familiar, Pastoral Vocacional, Unidade Eclesial, Iniciação Cristã, Formação de Agentes, Mundo Marginalizado, CEBs, Pastoral Social e Religiosidade Popular."<sup>259</sup>

Na 1ª Assembleia, foram definidas por votação as prioridades pastorais para o biênio 79/80: Unidade Eclesial, Pastoral dos Sacramentos de Iniciação e Direitos Humanos.<sup>260</sup> No *1º Plano de Pastoral*, constam ainda as justificativas pela escolha dos Direitos Humanos como uma das prioridades da Arquidiocese para articular as ações pastorais durante os anos mencionados:

### 6. 3. Direitos Humanos

a. Objetivo: Conscientizar os cristãos sobre as exigências sociais do evangelho, levando-os a anunciar, promover e defender os Direitos Humanos, como forma e prova de solidariedade e fraternidade. b. Conteúdo: as três dimensões da Pastoral dos Direitos Humanos são inseparáveis: anunciar a dignidade da pessoa; denunciar as violações e solidarizar-se com os que sofrem tais violações. O conteúdo é o “bem do homem”, “da pessoa na comunidade” (Red. Hom. 17). c. Justificativa: É o Papa que no-la dá: os direitos humanos do homem deveriam ser “em todo o mundo o princípio fundamental do empenho em prol do bem comum. A Igreja não precisa confirmar quanto este problema está intimamente ligado com a sua missão no mundo contemporâneo” (Red. Hom. 17).<sup>261</sup>

É interessante notar que no *1º Plano de Pastoral*, Dom Benedito mencionou a *Redemptor Hominis*, primeira Carta Encíclica do Papa João Paulo II, publicada em 4 de março de 1979, alguns meses após o início de seu pontificado. Além de se respaldar nos escritos do papa, Dom Benedito pontua quais seriam suas prioridades dentro do conceito de Direitos Humanos. Há de se considerar ainda, a partir da leitura do Livro de Tombo, que assim que tomou posse na Arquidiocese, Dom Benedito fez diversas visitas pelas Paróquias da região,

<sup>257</sup> ARQUIDIOCESE DE UBERABA. *1º Livro de Tombo (11/07/1978 a 22/11/1986)*. p. 24.

<sup>258</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>259</sup> JORNAL DA MANHÃ. Direitos Humanos: Meta da Igreja de Uberaba. *Jornal da Manhã*, Uberaba, 19 nov. 1978.

<sup>260</sup> ARQUIDIOCESE DE UBERABA. *1º Plano Arquidiocesano de Pastoral da Igreja de Uberaba (PAPIU) Biênio 1979/80*. p. 4.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p. 7.

principalmente, as situadas nas cidades vizinhas que compunham seu arcebispado. Participando de reuniões da Pastoral da Terra, por exemplo, na Paróquia de Nossa Senhora d'Abadia, em Romaria, uma das mais importantes paróquias sob jurisdição de Uberaba, conhecida principalmente pelo intenso fluxo de romeiros durante o mês de agosto.<sup>262</sup>

Ainda sobre a questão da urgência da Igreja de Uberaba em tratar dos Direitos Humanos, foi encontrado no *Jornal da Manhã* do dia doze de agosto de 1978, um artigo escrito pelo Pe. Thomaz de Aquino Prata, intitulado *Viver com Dignidade*, no qual ele ressaltou algumas críticas à perspectiva liberal da década de 70: "[...] nada equivale à suprema dignidade da Pessoa Humana, nenhum ouro, nenhuma conta bancária, nenhuma empresa, nenhum desenvolvimento cabe mais do que a figura maltratada de um simples operário".<sup>263</sup> No mesmo artigo, o conhecido popularmente como Pe. Prata, ainda pontuou as denúncias feitas pelo Concílio Vaticano II sobre as condições sub-humanas encontradas em vários setores da sociedade pelo mundo. A questão dos Direitos Humanos, como pôde e será ainda vista, teve como grandes apoiadores na Arquidiocese Pe. Prata e Mons. Juvenal Arduini, sendo, portanto, parceiros das articulações e escritos de Dom Benedito em outras oportunidades.

Outro aspecto importante a ser considerado durante a realização das duas Assembleias foi a valorização das lideranças laicais, dando-lhes protagonismo e possibilitando o voto. Isso ajuda a traçar um perfil de *Pastoral Popular* que esteve intrinsecamente relacionado à resistência da Igreja diante da Ditadura e em sintonia com os documentos do Concílio Vaticano II. A partir da articulação dessas lideranças, as Comissões, debates e ações poderiam ser organizados, dando prosseguimento à luta em prol do respeito aos Direitos Humanos e à Justiça Social, relacionados diretamente com o *1º Plano de Pastoral*. A organização de reuniões, assembleias e pastorais também acabou sendo uma forma de driblar a censura e os órgãos de espionagem, algo que Dom Benedito conhecia bem devido sua experiência em São Paulo. Essa escolha não foi feita por vários bispos no Brasil. No Ceará, por exemplo, Viviane Bezerra menciona o uso das pastorais por Dom Walfrido, apesar de, publicamente, em seus programas de rádio, não chamar a atenção dos serviços de censura:

Dom Walfrido acolheu as pastorais populares em sua Diocese, agindo com a prudência que a ditadura exigia. A memória dos camponeses recupera um bispo participante na luta pela libertação dos pobres, apoiando e incentivando o trabalho de base, mas, em seu programa de rádio mantinha um discurso contido, evitando falar em libertação, salvação, palavras-chaves do enunciado progressista, marcadas pela repressão. [...] Sua

---

<sup>262</sup> Ibid., p. 21 – 24.

<sup>263</sup> AQUINO, Pe. Thomaz de Aquino. *Viver em Dignidade*. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 12 ago. 1978.

estratégia para driblar a censura, às vezes, suscitara o questionamento das bases, que esperavam ouvir no rádio, o mesmo anúncio de libertação, ouvido nos encontros.<sup>264</sup>

Há ainda outro exemplo sobre o uso da Pastoral da Terra como forma de superação da Doutrina de Segurança Nacional, para debater os problemas relacionados à Reforma Agrária, conforme afirma Maria José Castelano:

[...] a implantação da Doutrina de Segurança Nacional não impediu a emergência de organizações de resistência diante de conflitos envolvendo a questão agrária, motivadas pela expropriação de pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais. Neste sentido, a CPT foi criada, em meados da década de 1970, por bispos, padres, pastores e leigos progressistas envolvidos nestes conflitos em pleno Estado de exceção.<sup>265</sup>

Não se pode ainda esquecer que, enquanto nos grandes centros urbanos o golpe civil-militar foi articulado pelas lideranças empresariais e pela imprensa, apoiada pela Igreja, houve nas regiões interioranas brasileiras, sobretudo nas regiões agropastoris, um grande apoio dos proprietários de terra, que tinham como principal inimigo a Reforma Agrária, amplamente discutida pelo governo João Goulart e defendida pelos partidos de esquerda do Brasil. Em seu artigo, Gustavo Francisco Pietro defende que:

A partir da instauração no Brasil da Ditadura Civil-Militar em 1964, se realizou um rearranjo político das frações de classe que dominavam o aparelho do Estado. Todavia, tal rearranjo produziu uma nova convergência de interesses políticos, econômicos e sociais entre a burguesia industrial-urbana e os grandes latifundiários, em profunda associação ao Estado autoritário capitaneado pelos militares. Refundou-se o pacto territorial que modernizou o Estado nacional reproduzindo as elites econômicas no poder. A defesa da propriedade privada capitalista da terra e a grilagem de terra encontraram-se no centro dessa estratégia territorial.<sup>266</sup>

Inclusive, é importante recordar que foi por meio desta característica de uma nova Igreja, de ter uma Pastoral de cunho *Popular* e o incentivo na investida nos Meios de Comunicação Social que a Igreja conseguiu engajar várias pessoas na luta contra a Ditadura Civil-Militar. Esta realidade foi vista em diversas localidades, pois é notório que a Imprensa Local costumeiramente servia aos interesses dos grupos políticos locais. Então, a Igreja, por

---

<sup>264</sup> BEZERRA, Viviane Prado. A Igreja Católica de Sobral e sua ação pastoral durante a ditadura militar no Brasil. In: SILVA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.). **A Ditadura Civil-Militar em Sobral-CE: aliança, “subversão” e repressão**. SOBRAL: Edições UVA, 2017. p. 95.

<sup>265</sup> CASTELANO, Maria José. Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais (online). Disponível em: [https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427729357\\_ARQUIVO\\_textoanpuh.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427729357_ARQUIVO_textoanpuh.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 2.

<sup>266</sup> PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira. **Mercator**, v. 16, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2017.e16003>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 2-3.

meio de seus próprios recursos comunicacionais, conseguia apresentar um discurso crítico da realidade sociopolítica local e brasileira, como foi na Diocese de Sobral, explicado por Viviane Bezerra:

[...] os meios de comunicação social da Igreja de Sobral também sentiam o embate travado entre as diferentes missas de Igreja e serviam de porta-voz, tanto para os discursos oficiais do governo militar, como para o discurso tradicional da Igreja, como também para aqueles de cunho progressista.<sup>267</sup>

Menos de dois meses após assumir o arcebispado, publicou a primeira edição do jornal *Com-passo*, que passou a ter circulação mensal em toda a Arquidiocese, de caráter informativo e formativo, como foi mencionado na primeira edição:

Com-passo – eis o nosso boletim. Ele vai levar as notícias. Vai ser registro dos fatos. Vai entrelaçar os pontos distantes da geografia da Arquidiocese. Ventilará ideias. Dará sugestões. Acolherá críticas. Tudo, em “koinonia”, em Comunhão de quem caminha no mesmo passo. Em **Com-passo**. A flor que desabrocha é esperança de fruto. O sol que desponta é esperança de trabalho e de sustento. A criança que nasce é esperança de vida e de graça. **Com-passo** é flor, é luz, e é criança. Por isto esperamos que seja fruto, que seja dia, que leve a vida, movimento e graça a todos que, na mesma estrada do nosso êxodo, desejam acertar o passo no ritmo de Igreja Nova.<sup>268</sup>

Havia cerca de seis anos que a Igreja Particular de Uberaba não tinha mais em circulação o *Correio Católico*, o que, de certa forma, contribuiu para que a opinião popular fosse ainda mais condicionada aos interesses dos grupos econômicos e políticos que estavam atrelados ao *Jornal da Manhã* e ao *Lavoura e Comércio*. Ao longo das edições do jornal, foi percebido que notícias sobre a realidade política e social do Brasil foram incorporadas, além do papel atuante da Igreja no Brasil, embates com as forças políticas de outras regiões ou ainda o contexto da América Latina de forma geral.

Para facilitar o acompanhamento dos escritos de Dom Benedito, das ações pastorais e administrativas na Arquidiocese de Uberaba, e a vinculação das notícias da Igreja do Brasil, a escolha foi trabalhar cronologicamente esses fatos. Os assuntos acabaram sendo atrelados a publicações da Grande Imprensa e a documentos do Serviço Nacional de Informações.

A estrutura do jornal *Com-passo* foi dividida por eixo, sendo a primeira página ocupada costumeiramente por um artigo formativo e opinativo de Dom Benedito, acompanhado por um editorial ou artigo relacionado ao tema principal, na maioria das vezes sem autoria.

---

<sup>267</sup> op. cit., p. 90.

<sup>268</sup> COM-PASSO. Apresentação. **Com-passo**. Uberaba, nº 1, nov. 1978, p. 1.

Majoritariamente, nas edições, a página dois foi reservada para a divulgação das ações pastorais e administrativas, enquanto a página três para as notícias da Igreja do Brasil e a página quatro para as notícias do mundo. As páginas um e dois permaneceram com essa configuração em praticamente todas as edições, enquanto a três e a quatro tinham maior plasticidade, invertendo a ordem ou recebendo notícias ou notas sobre questões na Arquidiocese de Uberaba.

Ao optar pelo uso da imprensa como fonte de pesquisa, o historiador precisa debruçar-se sobre ela com um olhar crítico e consciente de que o jornal é:

[...] como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. [...] a necessidade da inserção histórica da imprensa como força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica. [...] não demos utilizar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, definir papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.<sup>269</sup>

Este mesmo autor, Lucas Vieira, ainda fala sobre o uso da imprensa como construtora de uma cultura social:

[...] entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. [...] a imprensa, sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico.<sup>270</sup>

Estas concepções, aliadas às reflexões feitas anteriormente sobre o poder do discurso e seu impacto social, motivaram a predileção por determinados assuntos que serão apresentados adiante. Isso representa, portanto, a união destas duas vertentes: a Análise do Discurso e a visão crítica sobre a Imprensa. Como mencionado anteriormente, a Igreja se valeu dos Meios de Comunicação Social para expressar seu descontentamento diante dos inúmeros problemas sociais durante a Ditadura Civil-Militar e, ao mesmo tempo, denunciar a perseguição, prisão arbitrária de seus membros e a censura sobre seus órgãos.

O historiador Paulo César Gomes recorda um fator importante que vai ao encontro do que foi percebido ao longo da leitura do *Com-passos*. Ele ressalta principalmente a visão dos

---

<sup>269</sup> VIEIRA, Lucas Schuab. **A imprensa como Fonte para a pesquisa em História: Teoria e Método**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 2 – 3.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 3-4.

militares em relação aos camponeses e indígenas, transmitindo a responsabilidade do engajamento desses grupos com práticas transgressoras para o clero:

Observa-se aqui uma característica muito presente nas avaliações da comunidade de informações de maneira geral. O clero é sempre visto como manipulador das populações rurais e indígenas. Os camponeses e os índios, sempre considerados ineptos, estariam sendo incitados a questionar a ordem estabelecida e estimulados à insubordinação.<sup>271</sup>

De fato será visto que, pelo menos em Uberaba, por diversas vezes a Igreja utilizou os seus próprios recursos para driblar a censura e a espionagem, o que serviu para fortalecer uma visão crítica da sociedade periférica, principalmente na zona rural. Este mesmo autor ainda cita o uso do boletim *Alvorada*, por Dom Pedro Casaldáliga:

Até o início da década de 1980, os órgãos de informações continuaram recolhendo todas as edições do jornal *Alvorada*, publicado mensalmente pela prelazia de São Félix do Araguaia, bem como as declarações de dom Pedro a periódicos nacionais e estrangeiros — entre os quais os brasileiros Movimento, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, Tribuna da Imprensa e Correio da Lavoura e os espanhóis Sábado Gráfico e Vida Nueva, além dos outros já citados —, e acompanhando suas aparições públicas. É importante ressaltar a importância do boletim *Alvorada*, cujo estilo se encaixava perfeitamente no que a comunidade de informações entendia como “veículo doutrinário”. O periódico, editado por dom Pedro, tinha uma escrita clara e objetiva, “capaz de atingir os leitores mais rudes e simples.”<sup>272</sup>

No relatório do Serviço Nacional de Informações, foi encontrado um documento de 1979 no qual este expõe que Dom Benedito chegou a ser espionado pelos seus agentes, que ressaltaram a facilidade de comunicação do arcebispo:

DOM BENEDITO DE ULHOA VIEIRA - Sem dados de qualificação. Arcebispo de Uberaba/MG, E solidário e apoia aos professores grevistas. É um dos responsáveis pela comunicação oral ou escrita em Uberaba, supervisiona os trabalhos de confecção e impressão de dois jornais, Sagarana e Exceção, editados por alunos das Faculdades Integradas de São Tomás de Aquino; o jornal "Círculo Operário" também é controlado pela igreja de Uberaba, onde aborda sempre problemas da Classe Operária Cristã. No prédio de propriedade da igreja, onde está instalado o Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Uberaba, foi cedida uma sala para que ali se centralizasse as greves dos professores de Uberaba, foram organizadas, pelo nominado, em NOV/79, no centro Pastoral de Uberaba, quinze comissões compostas de 10 elementos cada, visando atuação na área, enfocando o problema "Direitos Humanos". Responsável por boletins informativos, controlados pela Igreja Católica do Brasil, em Uberaba. Tem um programa radiofônico, na rádio Sete Colinas, levado ao ar das 18:00 às 18:30 horas, diariamente, com a denominação de " Encontro Mercado". E presidente da Regional

---

<sup>271</sup> op. cit., p. 140.

<sup>272</sup> Idem.

Leste II da CNBB, e um dos principais articuladores dos trabalhos das CEBS e Pastoral Universitária, principalmente, nesta cidade e região sob sua jurisdição.<sup>273</sup>

Como pode ser visto, no trecho não há a indicação da circulação do *Com-passo*, afinal, ele foi distribuído para um grupo específico, isto é, nas Paróquias e para aqueles que fizeram a sua assinatura, sem ter uma característica comercial, como fora outrora o *Correio Católico*. Inclusive, no cabeçalho do *Com-passo* foi indicado em todas as edições que ele foi de “Circulação Interna”.

Na segunda edição do boletim arquidiocesano, na primeira página, foi publicado o seguinte artigo de Dom Benedito:

Projeto de lei de segurança: atenção! Cabemos hoje alertar a Igreja de Uberaba sobre o projeto de lei do Governo Federal sobre segurança. [...] reconhecem os Bispos do Brasil que a segurança é elemento indispensável do bem comum, porque garante as prerrogativas da soberania nacional, a independência econômica, os direitos dos grupos e das pessoas. A Igreja não contesta este direito do Estado, que vem ligado ao imperativo moral da sobrevivência da Nação. Todavia, porque a ordem política – portanto também a segurança, está sujeita à ordem moral, o Estado, ao determinar as normas concretas e jurídicas da segurança, não pode restringir arbitrariamente os direitos fundamentais da pessoa humana. Nem pode promulgar medidas arbitrárias que geram insegurança do povo, ou dar ocasião a que se pratiquem atos, como prisões ilegais, torturas, constrangimento para o cidadão, etc.<sup>274</sup>

Há de se notar uma clara preocupação de Dom Benedito com as características que iriam compor o projeto de Lei de Segurança Nacional. É necessário lembrar que ao longo da Ditadura Civil-Militar várias alterações legislativas relacionadas à Segurança Nacional foram feitas, o que reforça o apelo para a sociedade ficar atenta aos rumos que tal prerrogativa tomaria. Afinal, ele bem sabia que os militares tinham um interesse específico na manutenção dessa Lei. Ao procurar um artigo sobre a questão da Lei de Segurança Nacional durante o período ditatorial brasileiro, é possível compreender que, na busca de uma tentativa de abertura política, a nova Lei elaborada durante o governo Geisel trouxe poucas alterações em relação à Lei imposta em 1964:

Em 1978, durante o governo do General Ernesto Geisel, foi emanada uma nova Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a segurança nacional e regulamentava o respectivo processo e julgamento. Aqui inicia a última etapa do itinerário da estratégia dos militares, com uma consistente mudança de direção. [...] De um ponto de vista

---

<sup>273</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **ZD. 14C. 10.** p. 4. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_zd/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c\\_0010/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c\\_0010\\_d0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c_0010/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c_0010_d0002.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

<sup>274</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Projeto de lei de segurança: atenção! **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1978, nº 2, p. 1.

geral, as figuras delituosas que se encontravam no texto da nova LSN não apresentavam grandes diferenças a respeito da precedente norma sobre a matéria; o abismo entre as duas normas, de 1969 e de 1978, constitui-se na ausência, na segunda, da previsão de pena de morte e de prisão perpétua.<sup>275</sup>

Além disso, é necessário recordar que a Lei de Segurança Nacional foi utilizada por diversas vezes como alibi para que militantes e críticos à Ditadura fossem presos, torturados e até mesmo mortos. De fato, a abertura política prometida pelos militares após o violento governo de Médici não passou de discurso. Tal fato será exposto adiante com alguns exemplos.

Ainda em 1978, na edição de dezembro, o *Com-passo* trouxe um artigo assinado pelos três bispos da Província Eclesiástica de Uberaba, que na ocasião era composta pelas dioceses de Uberaba, Uberlândia e Patos de Minas, sendo a diocese de Uberaba a sede da Província e, por isso, elevada à Arquidiocese em 1962, após a criação das dioceses de Patos de Minas (1955) e de Uberlândia (1961). A Diocese de Uberlândia tinha desde março de 1978, Dom Estêvão Cardoso Avelar, transferido da Diocese de Marabá, após diversos problemas na região. Já em Patos de Minas, o bispo desde 1968 era Dom Jorge Scarso. Este foi o primeiro documento publicado coletivamente pelos três preladados na região, sendo que os termos grafados foram assim indicados pelos autores:

Mensagem de Natal: Província Eclesiástica de Uberaba ao Povo de Deus [...] A criança que nasce em Belém, pobre e escondida, é o Salvador, o Libertador, Deus conosco. Sua missão é libertar o homem de todas as escravidões, sobretudo da tenebrosa escravidão do pecado. É esta a alegria do Natal: sermos salvos, sermos libertados. [...] A segunda palavra é sobre o 30º aniversário da **Declaração dos Direitos Humanos**. O ideal, que se quis alcançar com a Declaração, era o do respeito pela dignidade do homem, o da defesa intransigente a envolver a liberdade da pessoa. Este tríplice ideal, se observado pelas nações da terra, necessariamente daria aos homens **a desejada paz**. [...] Continua-se assim a falar da liberdade. E nunca houve tanta opressão no mundo. Continua-se a proclamar a igualdade dos homens. As diferenças, porém, vão-se acentuando cada vez mais. E todos os dias há opressão, tortura, prostituição, violação da dignidade. Antinomias do mundo, de que já falava o 2º Concílio Vaticano. A Igreja nos impele a proclamar, a promover e a defender os Direitos Humanos. Os três verbos proclamar, promover, defender – vão exigir coerência, coragem, vigilância e perseverança dos cristãos. De nossa parte, estamos dispostos a criar brevemente e instalar em nossas Dioceses a **Comissão Justiça e Paz**, à semelhança da que foi instalada em Roma em nível internacional, cuja missão especial será promover e defender os direitos da pessoa e sua dignidade humana. [...] Patrocínio, 13 de dezembro – + Benedito, Arcebispo de Uberaba, + Jorge, Bispo de Patos de Minas, + Estêvão, Bispo de Uberlândia [...] recomendamos aos Párocos, Vigários e Reitores das Igrejas que façam conhecida esta Mensagem de Natal, lendo-a, explicando-a, distribuindo o texto entre os fiéis.<sup>276</sup>

<sup>275</sup> DAL RI JÚNIOR, Arno. O conceito de Segurança Nacional na Doutrina Jurídica Brasileira: usos e representações do Estado Novo à Ditadura Militar Brasileira (1935-1985). *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, [S. l.], v. 14, n. 14.2, p. 525-543, 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/466>. Acesso em: 10 nov. 2023. p. 536.

<sup>276</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa; AVELAR, Dom Estêvão Cardoso; SCARSO, Dom Jorge. Mensagem de Natal. *Com-passo*, Uberaba, dezembro de 1978, nº 3, p. 1.

A proposta de criação de uma Comissão de Justiça e Paz acabou sendo um fato relevante, pois foi a partir dela que várias ações foram encaminhadas na Arquidiocese de Uberaba, por exemplo. Além disso, no texto é explícita uma linguagem em sintonia com o que a Igreja do Brasil havia indicado por várias vezes: liberdade, defesa dos Direitos Humanos, além de utilizar uma data especial para os cristãos, como é o caso do Natal, para encorajá-los a lutar por liberdade; “[...] libertar o homem de todas as escravidões, sobretudo da tenebrosa escravidão do pecado [...]” este trecho é verificado em outras oportunidades, até mesmo artigos, e esteve intrinsecamente relacionado o termo “pecado” na opressão prevista pelo Estado, por exemplo, como será visto.

Na mesma edição há, na página dois, a menção da ida de D. Angélico para Uberaba para pregar um retiro: "De 08 a 12 de janeiro, realizará o retiro do clero de nossa arquidiocese. D. Estêvão, bispo de Uberlândia, vai fazer o retiro com o nosso clero, juntamente com seis de seus padres. O pregador será D. Angélico, um dos bispos auxiliares de S. Paulo."<sup>277</sup> Isso demonstra que, apesar de ter se mudado para Uberaba, havia ainda uma relação muito próxima de Dom Benedito com Dom Angélico, o que levou à escolha para a pregação de um retiro para o clero uberabense e ainda contou com a presença de Dom Estêvão. Na página três, foram publicadas pequenas notas, sendo as de maior relevância para esta investigação: *Dom Ivo defende Direitos, Carta dos Bispos Denuncia situação da Vida no Campo, Congresso pede fim da Lei de Segurança e da Censura e Luteranos confirmam Direitos dos Índios*. Na página quatro, entre as várias notas, destaca-se: *Cristãos permanecem em alerta contra a tortura e Bispos do Canadá condenam censura à correspondência*.

Foi comum ao longo dos anos a edição de janeiro do *Com-passo* não ser publicada, sendo a edição de fevereiro, costumeiramente a que abria a série das edições do ano corrente. Por ser o mês de fevereiro, na maioria das vezes, o mês em que se inicia a Quaresma, o boletim publicou o tema da *Campanha da Fraternidade* em praticamente todas as edições, sempre explicando a seus leitores o intuito de cada tema. Há de se considerar que, corroborando o argumento sobre a concepção de pecado, principalmente a partir da Conferência de Medellín, estar relacionado aos problemas sociais, é que a CNBB utilizou este forte apelo religioso durante a Quaresma para trabalhar suas reflexões a partir da Campanha da Fraternidade. Inclusive, a CNBB reconhece que a Campanha da Fraternidade, a partir de sua segunda fase, teve esse intuito, enquanto a primeira seguiu as inspirações do Concílio Vaticano II.

---

<sup>277</sup> COM-PASSO. Notícias da Arquidiocese. **Com-passo**, Uberaba, dezembro de 1978, nº 3, p. 2.

A primeira fase foi denominada de *Em busca da Renovação Interna da Igreja*, dividida em *Renovação da Igreja* (1964 e 1965) e *Renovação do Cristão*" (1966 a 1972). A segunda teve como título de *A Igreja preocupa-se com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça* (1973 a 1984), e a terceira e atual é *A Igreja volta-se para situações existenciais do povo brasileiro*. Fica explícito, a partir daquilo que foi compreendido ao longo desta pesquisa, um engajamento da Campanha da Fraternidade em alinhar suas temáticas às discussões do Vaticano II e das Conferências do CELAM, aplicando-as à realidade brasileira. O tema da *Campanha da Fraternidade* de 1979 foi *Por um mundo mais Humano*, com o lema *Preserve o que é de todos*, o que levou a refletir principalmente sobre os problemas enfrentados na região amazônica e a violência contra os indígenas. Ao longo das edições do *Com-passo*, também foi percebida uma clara preocupação com os povos originários. Por diversas vezes, este assunto foi publicado, destacando especialmente atos de perseguição e violência. Tantos foram os problemas entre o Estado e os indígenas que a própria CNBB criou em 1972 o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI, com o objetivo de promover ações e debates para proteger os povos originários brasileiros.<sup>278</sup>

No artigo dessa edição, Dom Benedito elencou alguns problemas sociais e ao mesmo tempo apontou o embate da Igreja e do Estado ao longo dos anos, mencionando claramente alguns fatos:

A alegria de ser Igreja hoje: [...] O projeto de Deus relativo ao mundo e aos homens não encontra identificação no projeto da sociedade atual. A miséria generalizada, a concentração de renda nas mãos de poucos, a mortalidade infantil, a fome, a opressão, a tortura, os menores abandonados – eis a sociedade atual. A Fraternidade, a justiça, a terra dando de comer a todos, a dignidade, o respeito mútuo – eis o projeto de Deus. [...] Foi ainda, por causa do Evangelho e do homem, que a Igreja não teve medo do Estado autoritário. Davi diante de Golias, respeitando o poder constituído, cobrou-lhe o serviço da justiça, proclamou as exigências cristãs da ordem política, defendeu a dignidade da pessoa. O preço pago foi alto. Houve mortes, prisões, processos, calúnias, recados ásperos, espionagem, outras coisas mais, cujas prestações e juros ainda estão em cobrança. [...].<sup>279</sup>

Ainda na mesma edição, houve um relato sobre o retiro do clero, pregado por Dom Angélico, em janeiro:

---

<sup>278</sup> Para conhecer mais sobre o trabalho do CIMI é indicado a leitura da dissertação de Beatriz Maestri, que trata sobre a atuação do órgão em Ibirama: MAESTRI, Beatriz Catarina. **O CIMI e o povo Xokleng**: uma análise da atuação missionária na terra indígena Ibirama. Florianópolis, 2001. 162f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Antropologia Social). – Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>279</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. A alegria de ser Igreja hoje. **Com-passo**, Uberaba, fevereiro de 1979, nº 4, p. 1.

Retiro do clero desperta esperanças: D. Angélico, bispo auxiliar de São Paulo, abordou os seguintes temas, que agradaram em cheio: conhecimento e desafios da realidade; experiência religiosa e experiência de Deus; marcos da Igreja hoje; oração que critica a ação e ação que critica a oração; imitação de Jesus Cristo quanto ao presbitério; o papel do presbitério na renovação; espiritualidade do presbitério; a Fé; a Caridade; identidade de presbíteros; sacerdote, pastor, profeta; a Esperança. Todo este temário, tratado com a profundidade tão peculiar a D. Angélico, despertou no clero presente, a esperança de novos frutos para a vida eclesial.<sup>280</sup>

Na página quatro, entre as várias notas publicadas, é destaca-se: *Bispos comentam momento político brasileiro, Seminarista torturado no Pará e Abaixo-assinado exige volta de presa política*". Estas notas demonstram ainda os embates da Igreja e Estado, apesar do historiador Paulo César Gomes defender, que no final da década "[...] com o avanço do processo de abertura, as relações entre Igreja e Estado começaram gradativamente a melhorar [...]".<sup>281</sup> Ao verificar as edições do *Com-passo*, esta confirmação passou a ser contestada, principalmente a partir da leitura do boletim que trouxe vários relatos, de regiões distintas e posteriormente, envolvendo a Presidência da CNBB.

É necessário lembrar que em 1979 houve a III Conferência do CELAM, em Puebla, conhecida principalmente por reforçar os pontos sobre os problemas sociais da América Latina. Este evento chegou a ser marcado para 1978; no entanto, devido à mudança no Papado, a III Conferência foi remanejada para 1979. Com isso, houve o empenho da Igreja do Brasil, principalmente em notas oficiais, em reforçar os aspectos relacionados à Teologia da Libertação, motivando os bispos a engajarem suas dioceses nesse processo.

Na edição de março de 1979, página três, houve a publicação de notas com os títulos: *Aprendemos com os índios a defender a ecologia, Bispos defendem Comunidades de Base, Polícia invade casa de operários, Bispo acusado defende posseiros*. Já na página quatro houve três notas importantes para a conjuntura política da América Latina, sendo uma delas sobre a questão em El Salvador:

Arcebispo informa o povo sobre atuação do Regime: O arcebispo Oscar Romero de São Salvador, capital de El Salvador, constitui-se no maior crítico do atual regime que governa o país. Cerca de 2.500 pessoas disputam os poucos lugares da catedral para ouvi-lo falar na missa das 8 horas todos os domingos. Dom Romero aproveita sua homilia semanal, que é transmitida pelo rádio a todo o país, para criticar os excessos de agressividade, seja dos movimentos guerrilheiros, seja das forças de segurança do Governo.<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> COM-PASSO. Retiro do clero desperta esperanças. **Com-passo**, Uberaba, fevereiro de 1979, nº 4, p. 2.

<sup>281</sup> op. cit., p. 50.

<sup>282</sup> COM-PASSO. Arcebispo informa o povo sobre atuação do Regime. **Com-passo**, Uberaba, março de 1979, nº 5, p. 4.

Como pode ser vista a partir da dissertação do teólogo Gerardo Comayagua, a economia salvadorenha se caracterizou principalmente por ser dependente do cultivo de produtos agrícolas.<sup>283</sup> Essa realidade motivou a organização de guerrilhas e outros movimentos articulados por trabalhadores agrícolas e estudantes, além da organização de sindicatos. Ao longo da década de 70, a democracia salvadorenha acabou sendo ainda mais fragilizada pela falta de reformas sociais cobradas pela sociedade civil. Já em 1979, há o estudo de Comayagua índia: “[...] houve uma última tentativa por parte do exército de, apoiado por um grupo de militares considerados vanguardistas, obter o poder, tendo sido este o último intento de se conseguir uma saída democrática para os problemas salvadorenhos: seja os do povo; seja os da nação.”<sup>284</sup> Este problema acabou se agravando e culminou em outras denúncias de Dom Óscar Romero e em seu assassinato, como veremos adiante em outras notas.

Já a outra nota foi sobre a situação na Nicarágua: “Continua a perseguição da Igreja na Nicarágua: O arcebispo de Manágua, dom Miguel Obando, declarou que a Igreja constitui “um objetivo político e militar para o regime, por que este teme a verdade contida nos Evangelhos e dos que escutam os protestos dos oprimidos”. [...]” Na tese de Doutorado de Mairon Valério, o historiador explica um pouco mais sobre a influência da *Teologia da Libertação* a partir de 1968 até 1992. Tanto em El Salvador como na Nicarágua, essa corrente engajou a Igreja na luta contra os movimentos políticos, semelhante ao que já acontecia no Brasil. Na Nicarágua, por exemplo, o historiador reflete:

Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) derrubou a ditadura de Somoza em 1979. Depois de Cuba, a Nicarágua se tornou o segundo país da região onde triunfou uma revolução política definida por objetivos anti-imperialistas e de transformação social e econômica inspirados por ideais socialistas. Mas o discurso de libertação nacional prevaleceu ali, tentando construir o mais amplo possível uma aliança nacional contra o regime ditatorial. [...] A Igreja Católica Romana reivindicava um papel de mediação, mas não conseguiu escapar à polarização. Altos membros da hierarquia católica, como o bispo de Manágua e futuro cardeal Miguel Obando Bravo, defenderam o retorno do regime de Somoza, contra o governo sandinista. Na contramão, houve uma profunda adesão ao sandinismo entre os grupos de sacerdotes e leigos que tinham participado ativamente no triunfo da revolução. Na Nicarágua, a teologia da libertação não esteve envolvida apenas num movimento de adaptação do catolicismo à radicalização revolucionária. Ela teve um impacto inegável no sucesso desta revolução, constituindo-se em um fator político decisivo, principalmente de visibilidade.<sup>285</sup>

---

<sup>283</sup> COMAYAGUA, Gerardo Alberto Angel. **O Testemunho Evangélico de Óscar Romero: Um caminho martirial salvadorenho para a santidade**. Porto, 2021. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Teologia) - Universidade Católica Portuguesa. p. 20.

<sup>284</sup> Ibid., p. 29.

<sup>285</sup> VALÉRIO, Mairon Escorsi. **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968 – 1992)**. 2012. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280284> > Acesso em: 10 nov. 2023. p. 222.

Por diversas vezes o engajamento da Igreja latino-americana por Justiça Social acabou sendo visto como uma clara aproximação com os movimentos ligados à esquerda. Não à toa que o Papa João Paulo II, em 1980, recomendou a Dom Óscar Romero que “[...] deveria continuar a defender o direito que lhe correspondia de cuidar aos mais pobres, mas mantendo sempre uma grande prudência e um não menor cuidado para não apoiar as ideologias”,<sup>286</sup> como consta na pesquisa de Comayagua. Em relação à Nicarágua, o Papa João Paulo II escreveu uma carta ao episcopado em 1982, pedindo aos bispos da Conferência Episcopal do país para não se deixarem influenciar pelo conceito de Igreja Popular, como pode ser visto:

É fácil perceber — e indica-o de maneira explícita o documento de Puebla — que o conceito de "Igreja Popular" dificilmente escapa da infiltração de conotações fortemente ideológicas, na linha de uma certa radicalização política, da luta de classes, da aceitação da violência para conseguir determinados fins, etc.<sup>287</sup>

Essa associação da Teologia da Libertação com os movimentos subversivos de posição ideológica vertida à esquerda acabou gerando outros conflitos entre a corrente teológica e o Papa João Paulo II, como já fora mencionado, e serão explorados a partir da apresentação de novos trechos de tais relatos. A presença de tais assuntos no *Com-passo* reforça a concepção de que Dom Benedito se empenhou, por diversas vezes, em ressaltar o compromisso da Igreja latino-americana em lutas que favorecessem o respeito aos Direitos Humanos, além da busca por Justiça Social. Tal iniciativa certamente pôde contribuir para a articulação de tais movimentos na Arquidiocese sob sua jurisdição, como será visto a partir da articulação de Pastorais engajadas com esses assuntos.

Ainda na edição de março de 1979, houve uma nota sobre a questão da Ditadura Civil-Militar no Chile:

Junta Militar chilena continua matando: A Igreja Católica chilena já fez todo o possível para estabelecer a verdade sobre os desaparecidos que comprovadamente somam 618 desde a queda de Allende, em 1973. Apesar de todo o esforço a Igreja concluiu que não obterá maiores informações sobre o destino dos desaparecidos.<sup>288</sup>

---

<sup>286</sup> Ibid., p. 48.

<sup>287</sup> JOÃO PAULO II, papa. **Carta do Papa João Paulo II aos bispos da Nicarágua. Vaticano, 1982.** Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1982/documents/hf\\_jpii\\_let\\_19820629\\_episcopato-nicaragua.htm](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1982/documents/hf_jpii_let_19820629_episcopato-nicaragua.htm) Acesso: 10 nov. 2023.

<sup>288</sup> COM-PASSO. Junta Militar chilena continua matando. **Com-passo**, Uberaba, março de 1979, nº 5, p. 4.

No artigo *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970*, a historiadora Maria Paula Araujo pontua a tentativa da esquerda no Chile de buscar a ascensão ao poder por uma via democrática.<sup>289</sup> Todavia, a *experiência chilena* passou para a história como a tentativa de construção de uma via democrática para o socialismo, num momento em que boa parte da esquerda latino-americana buscava o caminho da luta armada. Entretanto, a História demonstra que o plano da esquerda chilena fracassou em 1973, com o golpe civil-militar dado por Augusto Pinochet. O processo assemelhou-se ao experimentado no Brasil, considerando a influência dos Estados Unidos e a aproximação com o governo brasileiro.

Na edição de abril, houve uma atualização sobre a questão em El Salvador e o compromisso do Arcebispo Dom Óscar Romero em denunciar os problemas que o povo salvadorenho estava enfrentando naquele momento, além do não cumprimento dos Direitos Humanos.<sup>290</sup> Na mesma página, a três, foi ainda abordada a questão chilena e a intervenção da Organização das Nações Unidas, a ONU, no governo chileno, a fim de pôr fim à Ditadura do país.<sup>291</sup>

Já na edição de maio, Dom Benedito volta a escrever sobre questões sociais do Brasil, fazendo menção ao racismo e uma crítica à Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, e à própria Igreja e a si:

Tarefas Essenciais: Evangelizar os pobres. Fala-se muito hoje, neste assunto. Deve-se – é claro – evangelizar a todos. Mas acontece que por razões inúmeras os pobres ficaram bastante desfavorecidos na abrangência da Palavra divina. É só pensar nos nossos negros. Saídos da escravidão por decreto da Princesa Isabel, não foram indenizados pelo trabalho. Não receberam orientação para onde ir. E continuaram na miséria por muitos decênios. Nós não soubemos atingir. Não foram eles nossa preocupação prioritária. Ainda hoje, camadas inteiras de nossas periferias não recebem convenientemente a pregação, porque nossa linguagem é culta. Nossa palavra vibra, mas dentro dos templos, não sobre os telhados.<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> ARAUJO, Maria Paula. *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970*. In: FICO, Carlos (Org.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 267.

<sup>290</sup> COM-PASSO. *Atentado contra Direitos Humanos em El Salvador*. **Com-passo**, Uberaba, abril de 1979, nº 6, p. 3.

<sup>291</sup> COM-PASSO. *AD HOC” Diz que Chile viola Direitos Humanos*. **Com-passo**, Uberaba, abril de 1979, nº 6, p. 3.

<sup>292</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. *Tarefas Essenciais*. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1979, nº 7, p. 1.

Ainda na capa da edição, apareceu como editorial um artigo, no qual se destaca o seguinte trecho, retirado da Audiência Geral realizada no dia 21 de fevereiro, no Vaticano<sup>293</sup>:

Papa prega abertamente a Teologia da Libertação: “É necessário chamar com os devidos nomes a injustiça, a exploração do homem pelo homem, ou a exploração do homem por parte do Estado, das instituições, dos mecanismos dos sistemas econômicos e dos regimes, que operam algumas vezes sem sensibilidade. É preciso chamar com os devidos nomes toda a forma de injustiça social, discriminação e violência, infligidas ao homem contra o corpo, contra o espírito, conta a consciência e contra as suas convicções”.<sup>294</sup>

É curioso observar que tal pronunciamento foi feito uma semana após o fim da III Conferência do CELAM, em Puebla, na qual o Papa João Paulo II inclusive fez um discurso na abertura, marcando como sua primeira viagem à América Latina. Ainda sobre o apoio do Papa João Paulo II à Teologia da Libertação no início de seu pontificado, isto é, em fevereiro, pouco mais de quatro meses do início de seu governo. Por isso, seu combate a esta corrente teológica será visto com maior destaque adiante. Ainda nesta edição, houve uma nova publicação sobre a situação da Nicarágua.<sup>295</sup>

É um pouco confuso, ou dúbio a opinião de João Paulo II em relação à Teologia da Libertação, pois, como já foi apontado anteriormente por Lucelmo Brito, o discurso dentro do avião em direção ao México foi contrário à Teologia da Libertação. Brito ainda afirma que houve “[...] proibição da presença dos teólogos assessores dos bispos, num mecanismo de marginalização dos teólogos da libertação da confecção do texto final”.<sup>296</sup> Isto demonstra as incongruências nas decisões do indivíduo que passa em determinado momento a viver um conflito, não agindo por vezes de forma autônoma ou em outras institucionalmente, como é abordado por Gilberto Velho. Afinal, tanto a fala de João Paulo II no avião quanto a proibição dos teólogos acabaram sendo episódios no momento não “oficiais”.

Na edição do *Jornal da Manhã*, do dia quatro de maio, foi publicado um artigo de Dom Benedito que tratou sobre a questão da falta de engajamento político dos trabalhadores de Uberaba na busca por melhorias trabalhistas: “[...] notou-se que faltam sindicatos das várias categorias na nossa região, sobretudo em Uberaba. Verifica-se a necessidade de uma associação de domésticas, pois só a união faz a força dos que são fracos”<sup>297</sup>. Na tese de doutorado de

---

<sup>293</sup> JOÃO PAULO II, papa. **Audiência Geral, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1979**. Vaticano, 1979. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_aud\\_19790221.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf_jp-ii_aud_19790221.html)> Acesso: 10 nov. 2023.

<sup>294</sup> Com-passo. Papa prega abertamente a Teologia da Libertação. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1979, nº 7, p. 1.

<sup>295</sup> COM-PASSO. Bispo pede ajuda ao povo Nicaraguense. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1979, nº 7, p. 3.

<sup>296</sup> op. cit., p. 86.

<sup>297</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. A Festa do Trabalhador. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 4 mai. 1979.

Roberta Wagner, a geógrafa menciona por diversas vezes a atuação na organização apenas de sindicatos rurais, sem menção ou enfrentamento direto dos uberabenses ao Governo Municipal.

No entanto, na mesma pesquisa, é possível entender um pouco mais sobre a conjuntura política de Uberaba ao longo dos anos, sobretudo em consonância com o recorte deste subcapítulo. Roberta Wagner pontua que em 1976 foi eleito para prefeito da cidade de Uberaba o médico e pecuarista Dr. Silvério Cartafina, iniciando seu mandato em fevereiro de 1977 e indo até 31 de janeiro de 1983. Sua chapa foi formada a partir da aliança com Wagner Nascimento, que havia sido vice-prefeito, no início dos anos 70 do prefeito Arnaldo Rosa Prata. O engenheiro Wagner Nascimento, como é pontuado ao longo da tese, não fazia parte da elite econômica ou política de Uberaba e, por isso, por grande empenho do engenheiro, é que o governo do Dr. Silvério Cartafina ficou marcado por atuações no campo social, como uma forma de manter a influência política dos dois eleitos na cidade. Todavia, como será visto, isso não impediu que vários problemas entre o poder local e a Igreja ocorressem ao longo dos primeiros anos da década de 80.<sup>298</sup>

Adiante, na edição do mês de junho, a questão sobre o racismo foi novamente debatida na primeira página, no editorial, desta vez sem autoria:

Editorial: Racismo: uma chaga difícil de curar - Em fins de 1973, na sessão em que comemorava os 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos, a ONU decidiu dedicar 10 anos inteiros à campanha contra o racismo e a discriminação racial. Seis anos já se passaram. [...] Nas últimas semanas, no Brasil, têm aparecido nos jornais, na secção de cartas, verdadeiras expressões racistas, carregadas de ódio e insuflando terror. [...] Somos ou não um País sem preconceitos raciais?<sup>299</sup>

Apesar de em 1979 já haver uma cobrança sobre ações afirmativas, sabe-se que ainda há uma grande dificuldade em resolver esse problema. Na obra de Lilia Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, a autora inclusive pontua essa realidade, o que leva a entender que já eram passados mais de cem anos da promulgação da Lei Áurea e, os problemas sociais brasileiros ainda atingiam majoritariamente a população negra.<sup>300</sup>

No artigo de Dom Benedito nessa edição, ele ainda adverte sobre a errônea associação do engajamento da Igreja com a ideologia marxista, respaldado novamente pela fala de fevereiro de João Paulo II:

---

<sup>298</sup> Ibid., p. 227-228.

<sup>299</sup> COM-PASSO. Racismo: uma chaga difícil de curar. **Com-passo**, Uberaba, junho de 1979, nº 8, p. 1.

<sup>300</sup> op. cit., p.104.

Necessário Rever: [...] O compromisso com o pobre levou a Igreja à denúncia das injustiças. A denúncia inquietou, produziu tensões, gerou conflitos. Acusou-se então a Igreja de ideologia marxista! Mas depois que o Papa atual, vindo das terras onde o marxismo é lei, Papa combatido e sofrido pelo regime de sua pátria, falou abertamente dos pobres e dos marginalizados e lhes garantiu serem eles “os prediletos de Deus”, ficou difícil colar a pecha de marxista em quem já vinha pregando a mesma verdade. Ter predileção pelo pobre não é subversão. É Evangelho! [...].<sup>301</sup>

Na edição do dia 10 de julho de 1979, Dom Benedito escreveu para o *Jornal da Manhã* tratando sobre a questão da Anistia, título de seu artigo. Neste, há um trecho em que explicita sua opinião sobre a possível incongruência do Governo Federal em tratar de diferentes formas aqueles que cometeram crimes durante a Ditadura Civil-Militar:

[...] agora pode ser posta a pergunta: pode o Governo dar anistia aos que, do seu lado, derramaram sangue e negá-la aos que do lado oposto fizeram o mesmo? Caso se negue a anistia a estes, está o Governo obrigado moralmente, por justiça, a processar igualmente os torturados, sequestradores e toda a corja que estava do lado oficial.<sup>302</sup>

Paulo César Gomes pontua que, ainda em 1974, familiares de presos políticos haviam encaminhado uma carta à CNBB, pedindo a intermediação da entidade para a anistia dos crimes que possivelmente teriam cometido, na perspectiva da polícia. No início de 1975, o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, acabou enviando o pedido ao presidente Geisel, recebendo resposta do ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, que repassou o pedido. No mesmo relato, Gomes afirma que não chegou a encontrar nenhuma informação que esclarecesse o destino dos presos.<sup>303</sup>

Como recorda a historiadora Janaína Gomes da Silva, a Lei da Anistia foi promulgada no mês seguinte, o que possibilitou a volta de exilados políticos, nomes que estiveram inclusive nos movimentos de militância da esquerda brasileira, como foi o caso de Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Paulo Freire.<sup>304</sup> A pesquisadora ainda recorda que a Lei acabou anistiando os torturadores e outros agentes que violaram de outras formas os Direitos Humanos. Todavia, há de se considerar que seria pouco provável que os agentes do Governo Federal não fossem anistiados. Afinal, essa possibilidade acabou servindo de “moeda de troca” para a abertura política avançar nos anos seguintes, o que ainda levou o general João Batista Figueiredo a permanecer como presidente até o início de 1985.

---

<sup>301</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. *Necessário Rever*. **Com-passo**, Uberaba, junho de 1979, nº 8, p. 1.

<sup>302</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Anistia. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 10 jul. 1979.

<sup>303</sup> op. cit., p. 115

<sup>304</sup> SILVA, Janaína Gomes. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: Uma História de Luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da Distensão Política (1974-1979)**. João Pessoa, 2019. 202f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação). - Universidade Federal da Paraíba. p. 38.

Adiante, na edição de setembro, foi mencionada a segunda visita de Dom Paulo Evaristo Arns. A primeira havia sido na celebração da posse do arcebispo em Uberaba, em 1978. Desta vez, seria para falar aos universitários liderados pelo Mons. Juvenal Arduini:

Pastoral universitária com Dom Arns: [...] Ele virá à nossa cidade a convite da Pastoral Universitária e deverá falar aos universitários no dia 26 de setembro, às 20 horas, no Uberaba Tênis Clube. O título da palestra a ser proferida é “Compromisso do Universitário com o povo”. [...] A sua vinda a Uberaba está sendo aguardada “como o vigia aguarda a aurora”.<sup>305</sup>

A presença de Dom Paulo Arns em Uberaba não apenas sugere uma relação ainda muito próxima entre os dois arcebispos, como aponta para um reforço de Dom Benedito em indicar suas escolhas para a organização religiosa na Arquidiocese. Além disso, esses encontros evidentemente foram marcados por conversas, trocas e partilhas, o que pôde contribuir para o entendimento do olhar vigilante dos prelados em relação à ação do Estado. Afinal, Dom Paulo Arns ainda enfrentava problemas em São Paulo, principalmente após a publicação, em agosto, da obra *Dom Paulo Evaristo Arns, o cardeal do povo* escrita pelos jornalistas Getúlio Bittencourt e Paulo Markun, lançada pela Editora Alfa-Ômega. Como pontua Paulo César Gomes, o livro foi examinado pela DSI/MJ, que indicou que a obra “[...] traria apenas “informações tendenciosas” e voltadas para o caráter combativo de dom Paulo Arns, ressaltando suas ações de protesto contra o regime”.<sup>306</sup>

Na edição número 11, de outubro, Dom Benedito fez uma crítica direta ao General João Figueiredo sobre a política do arrocho salarial e a falta de consciência em relação à realidade do povo brasileiro:

“Tiro no Coco”: [...] A questão surgiu por causa do salário-mínimo. Quem ganha salário, pode viver? A pergunta inocente – ou foi maliciosa? – da criança ao General-Presidente teria sido: O que se deve fazer se o pai ganha o salário-mínimo? O General não teve dúvida. Acostumado com o ambiente das armas, a que se sente tão afeiçoado, deu a receita: “dar um tiro no coco”! [...] Para sair deste fracasso econômico em que “o ilusório milagre brasileiro foi pago pela erosão dos salários do pobre, pelo arrocho salarial”, há duas soluções: a que a Igreja propõe com honesto desejo de servir, através dos “subsídios para uma política social”, e a do Presidente: “dar um tiro no coco”. Escolha-se com liberdade o que é mais razoável.<sup>307</sup>

A política do arrocho salarial foi uma alternativa impopular para conter a crescente inflação, especialmente no final da década de 70. Além disso, essa realidade acentuava o fim

<sup>305</sup> COM-PASSO. Pastoral universitária com Dom Arns. **Com-passo**, Uberaba, setembro de 1979, nº 10, p. 5.

<sup>306</sup> op. cit., p. 133.

<sup>307</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Tiro no Coco. **Com-passo**, Uberaba, outubro de 1979, nº 11, p. 1.

do *Milagre Econômico*, amplamente utilizado como propaganda pró-Governo Federal ao longo da década de 70, como citado nesta investigação. Além disso, Gomes, em sua pesquisa, ainda destaca que o *Milagre Econômico* não proporcionou uma distribuição de renda,<sup>308</sup> apesar de determinados setores sociais conseguirem se beneficiar desse efêmero momento da economia brasileira.

O ano de 1979 marcou também a eleição de Dom Benedito para a Presidência do Regional Leste II da CNBB, que, na ocasião, consistia em articular as ações da Igreja em sintonia com a CNBB nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A eleição de Dom Benedito para esse cargo colocou-o em evidência e ampliou a margem de sua influência. Afinal, seria por meio de sua liderança que as ações pastorais da Igreja nos Estados mencionados seriam organizadas. O cargo de Secretário Pastoral Regional, conforme consta no *site* do Regional, foi ocupado por Dom Luís Fernando, bispo-auxiliar da Arquidiocese de Vitória.

Dom Luís Fernando, na Arquidiocese de Vitória, ficou conhecido por um intenso engajamento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),<sup>309</sup> sendo o principal organizador dos dois primeiros *Encontros Intereclesiais da CEBs*, evento atualmente tradicional que marca a articulação das Comunidades de todo o Brasil.

O Arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que estava desde 1958 no cargo, também é lembrado por seu engajamento em prol da Justiça Social na região, como pode ser lido na pesquisa de Alessandro Vescovi.<sup>310</sup> A articulação destas lideranças frente ao Regional Leste II demonstra que a concepção da rede interpessoal difundida, principalmente pela Micro-História, ajuda a compreender os movimentos políticos, administrativos e sociais dentro de determinada região. Adiante, será apresentado um trecho que já aponta a influência desta *rede* em ações do Regional, ao mesmo tempo em que reforça a perseguição a Dom Paulo Arns:

Regional Leste II manifesta apoio a Dom Paulo Evaristo: A Assembleia do Regional Leste 2, reunida em Belo Horizonte de 13 a 15 de novembro sob a presidência de Dom Benedito de Ulhôa Vieira, dirigiu a Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, uma carta assinada por todos os bispos presentes, manifestando-lhe seu apoio e afeto quando a sua Igreja sofre pressão violenta por parte da Polícia. Igrejas invadidas, fiéis

---

<sup>308</sup> op. cit., p. 55.

<sup>309</sup> CARNIELLI, Adwalter Antônio. **História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo: 1535 – 2000**. 2. ed. rev. Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006. p. 544-552.

<sup>310</sup> VESCOVI, Alessandro. **À Luz Dos Vitrais: A História da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no Período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista Da Mota E Albuquerque**. Vitória, 2007. 160f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). – Universidade Federal do Espírito Santo.

e clero violentados em seus direitos de luta comum. Atrocidades praticadas onde a paz, a harmonia social é procurada e perseguida numa luta pacífica e justa. [...].<sup>311</sup>

É interessante mencionar que na pesquisa de Paulo Gomes, o historiador faz menção à espionagem sobre Dom Paulo no mês de novembro; no entanto, ainda não cita que tais atos ocorreram.<sup>312</sup> Na seção *Igreja do Mundo*, na página quatro, foi publicada a nota *Cardeal Romero comenta a situação salvadorenha*, indicando a crise crescente em El Salvador: “Para o cardeal de São Salvador dom Oscar Romero, ‘uma insurreição armada como a nicaraguense é apenas questão de tempo em El Salvador’. Não afirmou quando ocorrerá, mas preveniu que não demorará muito tempo. [...]”.<sup>313</sup>

Na primeira página da edição de dezembro, Dom Benedito aproveitou a circunstância da celebração do Natal para fazer alguns apontamentos, a partir daquilo que já havia mencionado nas edições passadas, sobre a conjuntura brasileira:

[...] Natal é esperança também. Esperança de que um dia os homens entenderão que Deus nasceu para nos libertar do mal e do pecado, do egoísmo e da opressão. E nos quer unidos, mãos dadas, sorrindo como crianças, o olhar escancarado e limpo, como se fora uma nesga do céu iluminada. Esperar. Ouviremos o canto dos anjos na noite de estrelas. E o choro de Deus nos braços de uma mulher, embalando-lhe o sono de criança.<sup>314</sup>

Ainda no mês de dezembro de 1979, o *Jornal da Manhã* publicou uma nota de Dom Benedito em apoio a Dom Estêvão, bispo de Uberlândia, relatando que havia lido uma matéria sobre a ameaça sofrida por Dom Estêvão na Câmara Municipal de Uberlândia:

[...] acho que um pastor tem o coração voltado para os marginalizados e carentes. Então a sua sensibilidade é muito maior do que a de outras pessoas. É neste quadro que se entende a intervenção de Dom Estêvão. O que não podemos aceitar é que haja ameaça à integridade física de qualquer pessoa seja ela quem for e, no caso presente, o bispo de Uberlândia, ameaçado por um vereador.<sup>315</sup>

A situação política em Uberlândia acabou sendo um pouco mais delicada ao longo dos anos da Ditadura Civil-Militar, pois uma das lideranças políticas locais acabou ascendendo ao Governo Federal e, posteriormente, sendo indicado como Governador de Minas Gerais. Rondon

---

<sup>311</sup> COM-PASSO. Regional Leste II manifesta apoio a Dom Paulo Evaristo. **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1979, nº 12, p. 2.

<sup>312</sup> Ibid., p. 134.

<sup>313</sup> COM-PASSO. Cardeal Romero comenta a situação salvadorenha. **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1979, nº 12, p. 4.

<sup>314</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Cartão de Natal. **Com-passo**, Uberaba, dezembro de 1979, nº 13, p. 1.

<sup>315</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Em defesa do bispo de Uberlândia. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 6 dez. 1979.

Pacheco, como consta no relatório da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro, não apenas ajudou na elaboração do AI-5, como fez diversas intervenções na cidade de Uberlândia.

Um caso muito lembrado por Eustáquio de Paula em sua dissertação é a questão da federalização da Universidade de Uberlândia, em detrimento da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro que havia sido prometida por JK, ainda na década de 50, sendo possível a partir da ação de Rondon Pacheco.<sup>316</sup> Com isso, evidentemente, Pacheco alcançou prestígio na cidade de Uberlândia, formando grupos de correligionários. O historiador Eustáquio de Paula ainda pontua que a criação de uma Universidade Federal em Uberlândia fez com que a cidade se consolidasse culturalmente e “[...] no processo de construção de sua hegemonia no Triângulo Mineiro. Nesse cenário de ampliação do autoritarismo e de centralização do poder, Uberlândia, em articulação com os representantes políticos no cenário mineiro e federal [...]”<sup>317</sup> o que trouxe inúmeros benefícios para a cidade, propiciando, por exemplo, “[...] capital urbano, essencialmente o setor comercial atacadista e industrial, em detrimento de Uberaba e dos interesses de sua oligarquia rural se manteve fiel às suas tradições agrárias e conservadorismo político [...]”<sup>318</sup>

Já em 1980, na edição de março, novamente há menções sobre a situação da Nicarágua na nota *Surge centro de reflexão de problemas da Nicarágua*, que citou a presença de Paulo Freire no país e outra sobre a questão de El Salvador e Dom Óscar Romero: *Bispo de El Salvador Admite Uso de Violência*. Como é apontado na pesquisa de Mairon Valério, no dia 24 de março, enquanto celebrava uma Missa, Dom Óscar Romero foi alvejado por dois tiros, ocasionando o seu assassinato.<sup>319</sup> A edição do *Com-passo* foi organizada possivelmente antes deste fato, mas não deixou de ser mencionada, como será visto adiante.

Na edição de abril do *Com-passo* é mencionada a morte de Dom Óscar Romero na nota *Igreja lamenta morte de D. Romero*, fazendo menção à mensagem do Papa João Paulo II ao Episcopado de El Salvador, a declaração de Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, de Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara.<sup>320</sup> Esse assunto também foi abordado no *Jornal da Manhã*, contando com a participação de Mons. Juvenal Arduini com o artigo *Dom Romero*, da qual se destaca o seguinte trecho:

[...] Dom Romero é mancha de sangue no corpo do Povo de Deus, é marco decisivo na história da Igreja na América Latina. Não o excêntrico, o irregular, o “político”, mas o

---

<sup>316</sup> op. cit., p. 52.

<sup>317</sup> Ibid., p. 52.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> op. cit., p. 231.

<sup>320</sup> COM-PASSO. Igreja lamenta morte de D. Romero. **Com-passo**, Uberaba, abril de 1980, nº 16, p. 4.

discípulo fiel de Cristo. O bispo, o pastor, o profeta. Não morreu porque tivesse posição discutível perante o Evangelho, mas precisamente porque sua vida era coerentemente cristã. [...] O Assassinato de Dom Romero não foi apenas mais um caso de violência ou fruto de loucura esporádica. Foi, sim, vítima de um “programa de morte” como disse João Paulo II. Sua destruição foi cuidadosamente planejada e eficientemente executada. [...] Em nosso continente, sem excluir o Brasil, em graus diferentes, verifica-se o conflito entre Evangelho e os sistemas de minorias dominantes, poderosas e armadas.<sup>321</sup>

Verifica-se que Mons. Juvenal Arduini aproveitou o artigo para apresentar um panorama sobre a realidade da Igreja na América Latina, perseguida em outros países que também viviam um regime político ditatorial, destacando o papel da elite minoritária no Brasil e, conseqüentemente, dos militares. A morte de Dom Óscar Romero acabou marcando principalmente aqueles que estiveram engajados com as Comunidades Eclesiais de Base e com a Teologia da Libertação, sendo por vezes, lembrado como uma figura de resistência e um mártir, como descreve Mairon Valério.<sup>322</sup> Há um questionamento sobre a divulgação da morte de Dom Óscar Romero; ela aconteceu em vinte e quatro de março, e apesar do *Com-passo* ser de publicação mensal, o *Jornal da Manhã*, por exemplo, na ocasião era diário e o artigo de Mons. Juvenal Arduini foi publicado apenas na edição do dia vinte e seis de abril, isto é, mais de um mês após o fato. Não foi possível distender-se sobre esta demora ou ainda encontrar a menção da morte em outras edições do *Jornal da Manhã* de forma minuciosa para responder a este questionamento. Todavia, considerando que os órgãos da Grande Imprensa ainda passavam por censura prévia, pode ser que esse fator determinou que a morte de Dom Óscar não tivesse uma repercussão logo após o ocorrido.

Na edição de maio, cinco pontos chamaram a atenção, convergindo para as situações práticas na Arquidiocese de Uberaba, lideradas por Dom Benedito. A primeira nota é sobre a presença de Dom Luís Fernando na cidade, para a participação da terceira Assembleia Arquidiocesana, organizada por Dom Benedito. Na capa, o artigo do arcebispo teceu vários elogios ao bispo e indicou a renovação pastoral na Arquidiocese:

Nova face da Igreja de Uberaba: A Assembleia realizada no fim de abril, sob a direção de Dom Luís Gonzaga Fernandes – esse admirável apóstolo que soma ao brilho da inteligência a facilidade de comunicação, a rapidez da resposta justa e o carinho fraterno do tratamento – quis ser para a Igreja de Uberaba uma clarinada de novos tempos.<sup>323</sup>

---

<sup>321</sup> ARDUINI, Mons. Juvenal. Dom Romero. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 26 abr. 1980.

<sup>322</sup> op. cit., p. 290.

<sup>323</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Nova face da Igreja de Uberaba. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1980, nº 16, p. 1.

Ainda na capa, reforçando a predileção pelas Comunidades Eclesiais de Base, como forma de organização pastoral, foi publicado um artigo assinado por Irmã Patrícia Castanheira, da Ordem dos Dominicanos na cidade, e do Padre Thomaz de Aquino Prata:

Editorial: Comunidades Eclesiais de Base - [...] Sob a coordenação de D. Benedito e a equipe de Pastoral da Arquidiocese e sob a orientação de uma equipe de Vitória, do Espírito Santo; D. Luiz Fernandes, Irmã Heloísa Maria e do leigo Jeremias, realizamos em Uberaba a 3ª Assembleia de nossa Arquidiocese, cujo tema foi: Comunidade Eclesial de Base. A partir da noite do dia 24 de abril até a manhã do dia 26, reunimo-nos no Centro de Pastoral, cerca de 150 cristãos, entre leigos, sacerdotes e religiosos, representantes de todas as paróquias e capelas da Arquidiocese.<sup>324</sup>

O artigo, como está explícito, ainda indica a participação não apenas de Dom Luís Fernando, mas de outras lideranças da Arquidiocese de Vitória e a grande adesão por parte dos católicos da Arquidiocese, o que indica que havia uma boa recepção para a temática, tanto pelo clero, quanto pelos leigos.

Há na edição a nota *Romaria do Trabalhador no Santuário de Nossa Senhora da Abadia* que indicou a presença de mais de quinhentos trabalhadores na cidade de Romaria. Este evento foi organizado por diversas vezes, não havendo, menção de quantas edições foram organizadas antes da ida de Dom Benedito para Uberaba. Entretanto, é nítido, a partir das edições, que a Pastoral da Terra e Operária teve várias ações práticas como esta.

Contudo, houve um fato que foi noticiado em vários órgãos da Imprensa:

Denúncia de “escravidão” coloca em evidência o Arcebispo de Uberaba: Em recente visita pastoral ao município de Iturama, o arcebispo D. Benedito de Ulhôa Vieira constatou, nas vilas: Água Doce e Lagoa do Jacaré a existência de problemas relacionados com contrastes de emprego e a jornada de trabalhos para crianças, jovens (de ambos os sexos) e adultos. Os problemas apontados por D. Benedito em entrevista ao *Jornal da Manhã*, e depois comentados na *Folha de São Paulo*, e em *O São Paulo*, se referem à maneira como são contratados e pagos os funcionários de olarias naquelas vilas e ao horário de trabalho imposto aos operários [...].<sup>325</sup>

Esse episódio acabou ganhando notoriedade, como pode ser notado acima, tanto na mídia tradicional da cidade, como em outros órgãos da Imprensa brasileira, como a *Folha de São Paulo*. No trecho acima é indicado que o *Jornal da Manhã* entrevistou Dom Benedito para

---

<sup>324</sup> PRATA, Pe. Thomaz de Aquino; CASTANHEIRA, Ir. Patrícia. Comunidades Eclesiais de Base. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1980, nº 16, p. 1.

<sup>325</sup> COM-PASSO. Denúncia de “escravidão” coloca em evidência o Arcebispo de Uberaba. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1980, nº 16, p. 2.

saber maiores informações sobre a realidade nas vilas de Água Doce e Lagoa do Jacaré. Enquanto isso, em *O São Paulo* a nota trouxe a seguinte informação: “O bispo de Uberaba, D. Benedito Ulhôa Vieira, esteve fazendo uma visita pastoral pelas comunidades de sua Diocese e ficou estarrecido com o que classificou de ‘trabalho escravo’, principalmente com relação ao menor. [...]”.<sup>326</sup> O que chama a atenção é a notoriedade que Dom Benedito acabou mantendo, principalmente em relação à Grande Imprensa, sendo mencionado, por exemplo, na *Folha de São Paulo* e, ao mesmo tempo, com a Arquidiocese de São Paulo, não apenas com Dom Paulo Arns, mas com Dom Angélico, que na ocasião era o diretor do *O São Paulo*.

Foi no mês de maio que um primeiro embate entre Dom Benedito e as lideranças políticas e econômicas da cidade de Uberaba foi travado. Tanto o *Lavoura e Comércio*<sup>327</sup> como o *Jornal da Manhã*<sup>328</sup> fizeram menção ao caso e foi na edição de junho do *Com-passo* que a nota oficial da Arquidiocese foi publicada na íntegra, como resposta da Igreja ao diretor da ABCZ:

Nota do Arcebispo: O Arcebispo Metropolitano e seu Conselho de Presbíteros, diante da grave e injusta agressão pública contra a Igreja, feita em discurso de abertura da presente Exposição Nacional de Gado Zebu nesta cidade, sentem-se no dever de pastores de levar aos fiéis católicos da Igreja de Uberaba, esta palavra serena e firme que não os deixe perplexos e desorientados. 1 – A Igreja tem procurado, nos momentos difíceis por que a Nação passou e ainda passa, ser evangelizadora da paz social e da esperança entre os homens. [...] 2 – “A Igreja não pode aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado” [...] 3 – Quanto ao documento sobre os problemas da terra (Itaici, 1980), que tanto molestou alguns setores agro-pecuários, devemos lembrar que os dados da realidade, em que se apoia, são oficiais [...] 4 – A Igreja do Brasil está unida – pastores e verdadeiros católicos – na mesma missão pastoral de evangelizar os pobres e oprimidos, os sofridos e marginalizados [...].<sup>329</sup>

A nota foi emitida no dia seis de maio e assinada por Dom Benedito e pelos padres que compunham o Conselho de Presbíteros; destaca-se que no Conselho Pe. Juvenal Arduini tinha o cargo de Pró-Vigário Geral (Secretário), além da participação de Pe. Thomaz de Aquino Prata. Além disso, foi ordenado que a nota deveria ser lida em todas as celebrações nos dias 10 e 11 de maio e apesar de ela ser uma resposta direta ao presidente da ABCZ, há evidentemente a contextualização do posicionamento da Igreja ao longo dos anos, considerando a conjuntura política e social.

---

<sup>326</sup> O SÃO PAULO. Denúncia: o menor é escravo. *O São Paulo*, São Paulo, 11 a 17 abr. 1980.

<sup>327</sup> LAVOURA E COMÉRCIO. Nota de Apoio. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 9 mai. 1980.

<sup>328</sup> JORNAL DA MANHÃ. Igreja de Uberaba rebate críticas da ABCZ. *Jornal da Manhã*, Uberaba, 7 mai. 1980.

<sup>329</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Nota do Arcebispo. *Com-passo*, Uberaba, junho de 1980, nº 17, p. 2.

Todavia, apesar de ser publicamente o primeiro embate entre as duas instâncias, o poder local e o religioso, em fevereiro de 1980, Dom Benedito, em uma entrevista ao *Lavoura e Comércio*, mencionou sobre a Igreja não ter terras para serem doadas aos menos favorecidos<sup>330</sup>. Isto indica que a luta crescente pela questão da Terra na região, articulada com maior empenho após a chegada de Dom Benedito à Uberaba, demonstra que seus discursos e ações geraram incomodo para as lideranças políticas da região; afinal, a mídia tradicional ainda estava correlacionada a este grupo. Entretanto, apesar deste do *Lavoura e Comércio* e o *Jornal da Manhã* estarem ligados à determinadas representações políticas e econômicas da cidade de Uberaba, isto não impediu que na edição do dia sete de maio do *Jornal da Manhã* fosse publicada a nota *Igreja de Uberaba rebate críticas da ABCZ*, contextualizando a situação e em seguinte a *Nota do Arcebispado* e no *Lavoura e Comércio* fosse publicado no dia nove de maio uma *Nota de Apoio* à Igreja de Uberaba.

Na edição do mês de julho de 1980, o *Com-passo* utilizou a maior parte de seu espaço para fazer a cobertura da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, feita no mês anterior. Em meio à crise política, econômica e social, pela qual o Brasil ainda passava, Dom Benedito, em seu artigo, ressaltou alguns pontos destacados pelo Papa durante as visitas realizadas: “O Papa fala com segurança nos direitos humanos, porque crê na dignidade do homem, criatura de Deus. Por isto pode reprovar “a onipotência do Estado totalitário” e as “ideologias que pregam o ódio e a violência” e defender a liberdade humana. [...]”<sup>331</sup>

No artigo *Política partidária não é função da Igreja* para o *Jornal da Manhã*, Dom Benedito ainda discorre um pouco mais para esclarecer quais seriam as críticas à Teologia da Libertação, seguindo um pouco aquilo que inclusive o Papa João Paulo II já havia manifestado à Igreja da Nicarágua, isto é, o partidarismo político:

[...] porque a Igreja hierárquica, bispos e padres, não devem envolver-se na política. Entenda-se a política partidária. Não é a nossa missão. Devemos preparar leigos para esta missão. Destacou “que” o que tem havido ultimamente no Brasil, é que se confunde a ação social da Igreja com política. [...] E em segundo lugar se confunde a pregação evangélica encarnada da Igreja que crítica determinadas atitudes, porque ferem as normas do Evangelho. [...] Meta do Santo Padre, é sim, tirar a Igreja de qualquer sentido de política partidária, mas não é tirar a Igreja da sua missão, de anunciar o Evangelho, encarnado nas realidades temporais.<sup>332</sup>

---

<sup>330</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. A Igreja, em Uberaba, não tem terras para redistribuir. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 29 fev. de 1980.

<sup>331</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. O fenômeno Woityla. **Com-passo**, Uberaba, julho de 1980, nº 18, p. 1.

<sup>332</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Política partidária não é função da Igreja. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 16 jul. 1980.

Com esse artigo, Dom Benedito, de certa forma, também complementou a crítica feita por Mons. Juvenal Arduini na edição do *Com-passo*, especialmente ao diferenciar que o envolvimento com os problemas do Brasil, sobretudo sociais, não necessariamente estaria correlacionado àquilo que os partidos da esquerda brasileira defendiam. Até porque ainda existia um forte estímulo da Igreja às questões doutrinárias e moralistas que confrontavam as pautas progressistas-marxistas, as quais serão reforçadas pelo encaminhamento dado pela Santa Sé a partir dos discursos e documentos escritos ao longo do Magistério do Papa João Paulo II.

Na edição de setembro, na capa do boletim, foi publicado um artigo de autoria de Mons. Juvenal Arduini, no qual ele pôde fazer uma crítica àqueles que apontavam o errôneo engajamento político de alguns membros da Igreja com os problemas sociais, sem atentar-se aos caminhos indicados a partir do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla:

Trans-parência - [...] Setores ainda não arejados pelo sopro renovador do Vaticano II, Medellín e Puebla, comentam frequentemente; a Igreja deveria circunscrever-se dentro do espiritual, sem preocupar-se com os problemas sociais, pois Cristo nunca fundou sindicatos. Com essa argumentação fossilizada, não poderemos construir templos, nem organizar pastoral universitária, nem fundar entidades para menores abandonados, porque Cristo nunca fez isto. Nem poderíamos evangelizar através do microfone, jornal e rádio, porque Cristo nunca utilizou esses meios. [...].<sup>333</sup>

Esta crítica dirigida a membros da própria Igreja Católica não apenas define a preocupação de Mons. Juvenal Arduini por um engajamento social, articulando grupos para a luta em favor do cumprimento dos Direitos Humanos, como também demonstra a resistência de setores da própria Igreja em aceitar uma igreja popular e participativa. Abaixo do artigo de Mons. Juvenal, foi publicado um texto sem autoria, intitulado *CEBs: Caminho para uma nova sociedade brasileira*, dando continuidade às discussões pastorais feitas a partir da terceira Assembleia realizada em abril, cujo principal tema foi as Comunidades Eclesiais de Base.

Na mesma edição, há a veiculação de uma nota tratando sobre o Curso de Comunicação, organizado pelo Regional Leste II no mês de agosto, em Belo Horizonte.<sup>334</sup> A realização do encontro é destacável, pois, como foi mencionado ao longo desta investigação, a Igreja passou a voltar-se para os benefícios dos Meios de Comunicação Social a partir do *Inter Mirifica*. Um dos indicativos da priorização da temática foi a realização de cursos formativos, no Jornal *O São Paulo*, ao longo das edições, especialmente no mês de maio, período em que geralmente é celebrado o *Dia Mundial das Comunicações Sociais*. Por exemplo, Dom Paulo Arns, além de

---

<sup>333</sup> ARDUINI, Mons. Juvenal. Trans-parência. **Com-passo**, Uberaba, setembro de 1980, nº 20, p. 1.

<sup>334</sup> COM-PASSO. Regional Leste II Realiza Curso de Comunicação. **Com-passo**, Uberaba, setembro de 1980, nº 20, p. 2.

fazer uma reflexão sobre a temática escolhida pelo Papa, estimulava a organização da Pastoral da Comunicação nas Paróquias de sua Arquidiocese.<sup>335</sup>

Outrossim, a atenção aos Meios de Comunicação Social como forma de engajamento social foi indicada nos documentos conclusivos das Conferências de Medellín e Puebla, conforme aponta o pesquisador Ricardo Alvarenga em sua tese de doutorado:

[...] os Documentos Conclusivos direcionam quase sempre para a preocupação com os povos latino-americanos e sua constante luta pela libertação dos sistemas de opressão. [...] Gomes (1994, p. 34) afirma que “a comunicação deve retratar os assuntos que são de interesse da comunidade. Deve participar das lutas e projetos de transformação social”. É preciso que a prática comunicacional seja realmente comprometida com o povo e para o povo.<sup>336</sup>

Com este apontamento, é perceptível, principalmente ao longo das análises dos trechos já destacados nesta investigação, que, de fato, a Igreja de Uberaba se utilizou principalmente dos meios tradicionais de comunicação da época para atender às orientações dos Documentos Conclusivos das Conferências, sobretudo, buscando despertar na sociedade reflexões sobre a conjuntura social e política local e nacional. Na dissertação de Ricardo Alvarenga, este ainda traçou algumas características fundamentais dos bispos que estiveram à frente do Setor de Comunicação da CNBB ao longo dos anos. Ao tratar sobre Dom Eduardo Koik, por exemplo, que esteve à frente do Setor entre 1979 e 1982, verificou-se que em sua gestão foi organizada uma Equipe de Reflexão do setor “[...] formada por profissionais e pesquisadores da área da comunicação, que se reuniam periodicamente para discutir e pensar os rumos da comunicação na Igreja do Brasil.”<sup>337</sup>

Dom Benedito, portanto, como presidente do Regional Leste II, logo no primeiro ano de seu mandato, procurou articular em nível regional a Pastoral da Comunicação. A partir das temáticas discutidas durante o evento e expostas no trecho acima, podem ser notadas as prioridades. Entre as sete, é notória a valorização da comunicação escrita e falada e o senso crítico, fundamental para que as lideranças formadas pudessem colaborar na articulação das Comunidades Eclesiais de Base e contribuir para o enfraquecimento dos discursos proferidos contra a Igreja, por exemplo.

---

<sup>335</sup> O SÃO PAULO. Em preparação Um Curso de Pastoral das Comunicações Sociais. **O São Paulo**, São Paulo, ano XVI, nº 792, 10 abr. 1971, p. 3.

<sup>336</sup> ALVARENGA, Ricardo Costa. **A comunicação da Igreja Católica no Brasil: tendências comunicacionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. 232 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1729>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 162 – 163.

<sup>337</sup> *Ibid.*, p. 126.

Na edição 21 do *Com-passo*, a de outubro, a questão da pobreza na região foi denunciada a partir de um artigo de Dom Benedito, que tratava de um fato ocorrido no dia de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Conquista, pertencente à Arquidiocese de Uberaba.<sup>338</sup> Ainda na mesma edição, houve a publicação da nota *Organiza-se o Setor Regional de Comunidades Eclesiais de Base do Triângulo Mineiro*, reforçando que a mobilização das Comunidades Eclesiais de Base atingiria as outras Dioceses da Província de Uberaba, apontando um engajamento direto dos outros bispos e padres vinculados a elas.

Ainda na segunda página do *Com-passo*, houve a publicação de uma nota que destacou a participação da Igreja e sua relação próxima com os universitários.<sup>339</sup> As manifestações articuladas de 10 a 12 de setembro de 1980 tiveram como pauta a cobrança às autoridades sobre os direitos estudantis e por melhores condições de ensino, como notícia.<sup>340</sup>

Na primeira edição de 1981, na terceira página do *Com-passo*, foi publicada uma nota sobre o assalto sofrido por Dom Benedito e por uma noviça, além da tentativa de assalto sofrida por um padre:

Assaltos: Na noite de 15 de Janeiro às 23 horas e pouco, a residência arquiépiscopal foi invadida por três ladrões armados, enluvados e encapuçados que permaneceram três horas mantendo Dom Benedito sob a ameaça das armas. Vasculharam tudo e roubaram duas cruzes episcopal, dois anéis, gravador, dinheiro e outros objetos. [...] Dez dias depois, três homens entraram no Mosteiro das Monjas Concepcionistas de Uberaba, de dia, e maltrataram uma noviça. [...] Também, na paróquia São Judas de Uberaba, o Pároco Pe. José Fernandes de Araújo, foi ameaçado por um homem, aparentemente doente mental. [...].<sup>341</sup>

Foi noticiado pela mídia tradicional da cidade, na qual foi pontuado que não houve maiores esclarecimentos. Há de se lembrar que em outros momentos de crise da Igreja-Estado durante a Ditadura Civil-Militar, uma prática comum, feita pelos órgãos ligados ao Governo Federal, era coagir os principais críticos ao Regime por meio de ações que colocassem o alvo em situações constrangedoras e de perigo. Não há como provar por meio da documentação

---

<sup>338</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. “Meus filhos passam fome”. *Com-passo*, Uberaba, outubro de 1980, nº 21, p. 1.

<sup>339</sup> COM-PASSO. Igreja de Uberaba apoia greve dos Universitários. *Com-passo*, Uberaba, outubro de 1980, nº 21, p. 2.

<sup>340</sup> FIEGENBAUM, Jones; SCHENEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Movimento Estudantil Universitário**: história do Diretório Central de Estudantes da Univates. Lajeado: Ed. da Univates, 2012. 189 p.

<sup>341</sup> COM-PASSO. Assaltos. *Com-passo*, Uberaba, fevereiro de 1980, nº 24, p. 3. Conforme consta na biografia escrita por Vera Garcia, a autora ainda menciona que o arcebispo passou por mais duas tentativas de assalto, Dom Benedito, acabou não sofrendo nenhum dano físico, e ao mesmo tempo, os meliantes nunca foram identificados. op. cit., p. 54.

analisada no Arquivo da Arquidiocese de Uberaba ou dos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações a relação deste episódio com algum membro do Governo Federal. Contudo, foi encontrado no Arquivo Nacional um relatório produzido pelo Serviço Nacional de Informações em abril de 1981, que contém algumas informações sobre a atuação da Igreja em Uberaba, sobretudo, pontuando o engajamento de Dom Benedito em algumas causas específicas:

[...] 4.3.4. Há de se considerar um aspecto: Todas as dificuldades cessam se dos movimentos participa Dom Benedito de Ulhôa Vieira, Arcebispo de Uberaba, que, participando, consegue, facilmente, arregimentar os estudantes e qualquer outra classe social da cidade. [...] 6. O Clero uberabense está bastante engajado e ativo, na atuação dentro do espírito da ala progressista. O Arcebispo, Dom Benedito de Ulhôa Vieira tem dado apoio aos trabalhos do clero progressista e participa de todos os movimentos contestatórios da cidade. Líder religioso, tem facilidade de comunicação e persuasão, consegue arregimentar todas as classes sociais, quando quer. Estão atuando, na cidade, os seguintes movimentos. [...] 6.1.3. Pastoral Operaria, na Igreja São Domingos, sob a responsabilidade do Frei Domingos, que reúne e apoia os operários. As reuniões são de porta fechada, só se permitindo a entrada de quem comprovar ser operário ou artesão. A tônica das reuniões é o incentivo à contestação. 6.1.4. Pastoral Universitária, liderada pelo Monsenhor Juvenal Arduini. Aos 2º e 4º domingos de cada mês, celebra missa nas escolas superiores. Após a missa, reúne-se com seus auxiliares da pastoral e os universitários, onde discutem os problemas estudantis e educacionais. O Monsenhor Arduini apoia todo movimento estudantil. 6.1.5. Pastoral Carceraria, dirigida por Dom Benedito de Ulhôa, presta assistência religiosa aos presos. 6.1.6. Pastoral da Terra, dirigida por Dom Benedito de Ulhôa Vieira e já está influenciando os trabalhadores rurais, através de seu sindicato. [...] assistência social. 6.1.8. Curso de Liderança Cristã, dirigido pelo Padre Prata [...].<sup>342</sup>

No mesmo documento, o relatório aponta que o *Jornal da Manhã e Lavoura e Comércio* pertenciam à linha conservadora. Tal documento serve não apenas para sustentar as discussões levantadas ao longo deste capítulo, como indica outros movimentos e nomes que não apareceram com tanta evidência nas edições do *Com-passo*. Constata-se que foi após o embate entre Dom Benedito e a ABCZ que situações adversas com as lideranças políticas começaram a surgir, principalmente à medida que as ações da Pastoral da Terra se enraizavam em Uberaba e região.

Como está explícito no trecho acima, a Pastoral da Terra foi dirigida pelo próprio arcebispo e mobilizava trabalhadores rurais e sindicatos. Notável ainda é que o documento investigativo apresentado acima indica que Dom Benedito tinha “[...] facilidade de comunicação e persuasão, consegue arregimentar todas as classes sociais, quando quer.”<sup>343</sup> Esta característica foi fundamental para que as ações de trabalho propostas, sobretudo envolvendo os movimentos

---

<sup>342</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Situação Psicossocial e Política de Uberaba-MG**. Belo Horizonte, 20 de abril de 1981. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ooo/81004328/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ooo\\_81004328\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/81004328/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_81004328_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

<sup>343</sup> Idem.

populares, pudessem ser articuladas. Inclusive, ele tinha consciência de que era necessária uma comunicação próxima do povo, como foi escrito no artigo *Tarefas Essenciais*, indicado anteriormente.

Na edição do mês de junho de 1981, houve a publicação de uma nota em apoio a Dom Benedito após a publicação de um artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, presidente da Tradição, Família e Propriedade (TFP), no Brasil registrada como Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, contra Dom Benedito e contra a CNBB:

Clero solidário com Dom Benedito: Nós, padres e religiosos, do Setor Centro, reunidos no dia 11 de junho de 1981, na paróquia Santa Maria Mãe da Igreja, decidimos unanimemente manifestar-nos sobre o artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado no “Jornal da Manhã” do dia 30/05/81. Rechaçamos com toda veemência os ataques grosseiros, petulantes e caluniosos dirigidos contra Dom Benedito de Ulhôa Vieira e contra a CNBB... E expressamos nossa inteira solidariedade ao Sr. Arcebispo Metropolitano, Dom Benedito [...] o presidente da TFP não tem nenhuma autoridade para condenar Bispos que João Paulo II, em Fortaleza, proclamou “profundamente evangélicos e profundamente conformes com o modelo proposto pelo Vaticano II”. Mons. Genésio Borges – Vigário Geral.<sup>344</sup>

Na edição do *Jornal da Manhã* mencionada pela nota acima, é destacável o seguinte trecho:

[...] o sr. d. Benedito Vieira, arcebispo de Uberaba, não mostras do fino senso de oportunidade que parece estar guiando os demais membros da CNBB neste passo. [...] bem entendido, o prelado não fez a menor crítica ao procedimento dos jovens da TFP que ali atuavam. Nem poderia fazê-lo sem negar o óbvio. Agrorreformista como é, restava-lhe então o caminho de atacar o livro que os jovens difundiam. [...] D. Benedito Vieira saiu-se com uma catilinária de caráter direto, e por assim dizer pessoal, contra TFP. [...] o prelado, esquecendo a polidez afirma [...] A esse propósito, não posso deixar de pedir ao sr. d. Benedito Vieira algumas explicações, pois a matéria atinge nossa honra [...].<sup>345</sup>

A atuação da Tradição, Família e Propriedade (TFP) no Brasil teve início ainda nos anos 60, com o advento das discussões pró-Reforma Agrária. O engajamento político de Plínio Corrêa iniciou-se no final da década de 20, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, fazendo parte da articulação de um grupo que se tornou a Ação Universitária Católica, uma resposta ao movimento da Ação Católica, liderado pelo Papa Pio XI na década de 20. Sua trajetória política e ideológica de aspectos conservadores motivou a publicação, no final da década de 50, do livro *Revolução e Contra-Revolução*, onde expôs suas principais ideias, que

---

<sup>344</sup> BORGES, Mons. Genésio. Clero solidário com Dom Benedito. **Com-passo**, Uberaba, junho de 1981, nº 28, p. 2.

<sup>345</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Esse bom Sr. Dom Benedito. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 30 mai. 1981.

dariam posteriormente origem à TFP.<sup>346</sup> Segundo Gizelle Zanotto, no livro, é possível compreender quais foram os aspectos defendidos por Plínio Corrêa: [...] a tradição representa a transmissão de um patrimônio de valores, já a família é o local onde essa transmissão se efetua. Mas, para manter-se, a família necessita de um substrato material que lhe garanta a vida e a liberdade — a propriedade”.<sup>347</sup> A sua organização, de caráter conservador e tradicionalista, ao longo das décadas de 60, 70 e 80, vendo a CNBB cada vez mais engajada com as causas sociais e defendendo abertamente a Reforma Agrária, por exemplo, acabou provocando várias críticas à Conferência.

Como visto no artigo, o ataque de Plínio a Dom Benedito envolveu esta questão, além de demonstrar que o *Jornal da Manhã* mantinha o compromisso de ser porta-voz dos grupos políticos e econômicos da cidade e, por seu caráter comercial, forneceu seu espaço para a divulgação do artigo. Ainda sobre a fundação da TFP, há de se recordar que ela contou com a participação do arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, um dos poucos bispos que permaneceu a favor da Ditadura Civil-Militar durante os anos e foi duramente crítico quanto aos bispos que se colocaram contra o regime, denunciando-os ao Governo Federal, como recorda Paulo César Gomes.<sup>348</sup>

Na edição de novembro, Dom Benedito escreveu um artigo denunciando alguns fatos que envolveram a Igreja e o Estado durante a Ditadura Civil-Militar. Certamente, sua preocupação foi evidenciar mais uma vez os fatos e as omissões cometidas pelo Estado, travando um embate de narrativas entre o Estado e a Igreja.<sup>349</sup>

Na mesma edição, houve uma nota sobre a Assembleia do Regional Leste II, presidida por Dom Benedito. Há de se lembrar que durante o ano de 1981 houve nova eleição, desta vez, presidida por Dom Benedito e secretariada por Dom Serafim Fernandes de Araújo, na ocasião, bispo-auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte. Ao buscar maiores informações sobre a atuação de Dom Serafim, não foram encontrados relatos consistentes que demonstrem seu engajamento político, seja com a ala mais progressista ou ainda conservadora da Igreja do Brasil. Todavia, ainda sobre essa Assembleia, houve uma menção importante que ressalta o engajamento de Dom Benedito com as Comunidades Eclesiais de Base, apoiando-se principalmente no Papa Paulo VI e em João Paulo II: “Regional Leste II - A Assembleia do

---

<sup>346</sup> ZANOTTO, Gizele. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. **Esboços**, v. 9, n. 9, p. 194 – 214, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/57>> Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>347</sup> *Ibid.*, p. 201.

<sup>348</sup> *op. cit.*, p. 29.

<sup>349</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Igreja perseguida ou casos isolados? **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1981, nº 33, p. 1.

Regional Leste II seguindo as pegadas de Paulo VI, em “*Evangelii Nuntiandi*” e João Paulo II, em sua visita ao Brasil, reafirma o valor das CEBs e as reconhece como lugar privilegiado de Catequese. [...]”<sup>350</sup> Ainda na edição de novembro, apesar das dificuldades enfrentadas com as lideranças locais nos últimos meses, a Igreja em Uberaba não se amedrontou e continuou atuando em favor dos moradores das regiões em relação à questão da Terra.<sup>351</sup>

Nas edições do ano de 1982, ainda houve outras notícias e artigos tratando sobre os temas já expostos ao longo desta seção, como, por exemplo, Direitos Humanos, Pastoral da Terra, Carcerária, Operária, além do estímulo para o engajamento com as Comunidades Eclesiais de Base. Analisar o *2º Plano Arquidiocesano de Pastoral (1982 - 1983)*, é visível que essas questões ainda seriam amplamente trabalhadas em todo o território arquidiocesano comandado por Dom Benedito. Uma resposta pronta por parte dos leigos e leigas de Uberaba, principalmente, pode ser vista a partir das ações das pastorais indicadas acima, buscando sempre, ora dar assistência social, participando de atos ou servindo de apoio às ações do Governo Municipal, ora realizando palestras e formações para capacitar os agentes das pastorais a multiplicarem aquilo que a Igreja local traçava como prioridade pastoral.

Para compreender que o apoio do Arcebispo a essas questões foi diretamente atrelado ao combate à Ditadura Civil-Militar, é preciso lembrar como o Golpe Civil-Militar de 1964 se construiu, principalmente na tentativa de desconsiderar questões básicas relacionadas à qualidade de vida, acesso à terra e respeito às leis trabalhistas. Além disso, não se deve esquecer que o Estado Ditatorial surgiu com o apoio da classe empresarial e latifundiária. Questioná-las e enfrentá-las foi uma forma de enfraquecer o discurso corporativista exposto na mídia tradicional, que ora foi censurada, ora foi omissa por conveniência econômica.

A questão fundiária, especialmente na região do Araguaia, no centro-oeste brasileiro, articulada principalmente por Dom Pedro Casaldáliga, acabou gerando outros enfrentamentos ao longo dos anos, sendo noticiados pelo *Com-Passo*. No entanto, a situação acabou se agravando, envolvendo alguns padres da região. Logo, a CNBB acabou participando da situação, com a ação de seu secretário na ocasião, Dom Luciano Mendes de Almeida, que fez alguns pronunciamentos, como o caso de seu artigo publicado na primeira página da edição de julho de 1982.<sup>352</sup> Na mesma edição, ocorreu a quarta visita de Dom Paulo Arns a Uberaba, abordando questões dos Direitos Humanos.<sup>353</sup>

---

<sup>350</sup> COM-PASSO. Regional Leste II. **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1981, nº 33, p. 3.

<sup>351</sup> COM-PASSO. Posseiros e Direitos. **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1981, nº 33, p. 4.

<sup>352</sup> ALMEIDA, Dom Luciano Pedro Mendes. Os padres do Araguaia são inocentes. **Com-passo**, Uberaba, julho de 1982, nº 40, p. 1.

<sup>353</sup> COM-PASSO. Cardeal Arns em Uberaba. **Com-passo**, Uberaba, julho de 1982, nº 40, p. 2.

É interessante perceber ainda que o crescente incômodo, tanto em relação à questão da Pastoral da Terra quanto à presença de Dom Paulo Arns, levou à produção de outro documento pelo Serviço Nacional de Informações:

Dom BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA (60025914), Arcebispo Metropolitano de UBERABA/MG, brasileiro, vem desenvolvendo, no TRIÂNGULO MINEIRO, um trabalho de apoio e orientação aos posseiros daquela região. Referido bispo já se manifestou que está sendo ameaçado por pessoas que não querem ver a implantação da Reforma Agrária no País. [...] No dia 17 Jul 82, cerca de quarenta famílias "invadiram" a área de um loteamento, próximo as instalações da FERROVIA PAULISTA S/A (FEPASA), no Bairro BOA VISTA, sendo dali retiradas pela municipalidade, ultimou as obras de infra-estrutura no local, visando a regularizar a urbanização; os Padres AMÉRICO VECCIA e ENZO CAMPANA, pertencentes a Igreja NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, daquele bairro, acompanharam ostensivamente os acontecimentos no local, alegando que "em nome da Igreja, esperavam o ganho de causa pelos posseiros". [...] uma das famílias declarou que os "responsáveis" pela primeira tentativa de invasão (região da FER ROVIA PAULISTA S/A - FEPASA), eram os Padres AMÉRICO VECCIA e ENZO CAMPANA, ambos da Igreja de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS que teriam traído os posseiros para "nada dizerem quanto à orientação recebida". O Arcebispo de UBERABA/MG, DOM BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA, compareceu ao local, após iniciada a retirada dos posseiros, marcando uma reunião com os mesmos. [...] O 49 BPM/MG constatou que religiosos procuram andarilhos, com famílias nas praças, e os orientam para que procedam aquelas ocupações, relacionando, ainda, tal procedimento, com a recente visita de D. PAULO E VARISTO ARNS a UBERABA/MG.<sup>354</sup>

Como visto no documento acima, o Pe. Américo Veccia se envolveu novamente com questões fundiárias em Uberaba, já tendo escrito anteriormente para o *Com-passo* sobre a realidade agrária na região. Neste aspecto, sugere que o envolvimento das lideranças religiosas na região foi recorrente; afinal, passaram a ser observadas pelos órgãos de investigação do governo. Com isto, a partir da leitura do documento, vê-se uma relação direta de Dom Benedito nos eventos mencionados, o que indica que o mesmo esteve engajado nas manifestações, para além das publicações de seus artigos.

Outro fato noticiado no *Com-passo* foi a questão envolvendo o folheto *Consciência Política – Reflexão para Cristãos em época de eleição*, elaborado por Dom Benedito, inicialmente com o objetivo de ser distribuído na Arquidiocese de Uberaba:

“Consciência Política” foi falsificada: O folheto “Consciência Política – Reflexão para cristãos em época de eleição” – está sendo re-editado pela quarta vez. Teve a Arquidiocese intuito limitado e modesto, qual seja o de fornecer instrumental de reflexão às comunidades diocesanas. Por razões não analisadas ainda, começaram a chegar pedidos de muitos pontos do País, de modo que a “Consciência Política” penetrou em Marabá, Belém, Porto alegre, Campinas, Ribeirão Preto, Curitiba, São

---

<sup>354</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Atuação do Clero nas Questões Fundiárias**. 23 de novembro de 1982. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/83029576/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_83029576\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83029576/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83029576_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

Paulo, Brasília e outras cidades. Surge, porém, a contradição. No dia 30 de julho, o atento arcebispo de Vitória, Dom João Batista Motta alertava Dom Benedito, por telefone, da distribuição nos parabrisas dos carros estacionados em Vitória, de um fascículo, igual na capa à 1ª. Edição do nosso folheto, diferente, porém no conteúdo. O folheto apócrifo é parcial: defende todos os atos governamentais de 64 pra cá; “explica” o pacote do Governo sobre as eleições; afirma que votar na oposição é “cair na tentação do demônio” e entregar o nosso país nas mãos dos ateus [...] Dom João Batista Motta deu entrevista à TRIBUNA e à GAZETA de Vitória e falou na televisão, alertando sobre a fraude. Mas sua fala foi cortada na TV... Coincidências, por certo. Dom Benedito comunicou à FOLHA DE SÃO PAULO, que publicou a notícia; ao ESTADO DE SÃO PAULO que posteriormente também publicou e ao JORNAL DO BRASIL. Em Uberaba o JORNAL DA MANHÃ deu larga cobertura ao fato mostrando o crime de adulteração do texto oficial da Arquidiocese.<sup>355</sup>

Como pode ser visto, o folheto acabou sendo direcionado para outras Dioceses do Brasil, a pedido de seus bispos. Contudo, o material foi alterado e distribuído, demonstrando que o problema envolvendo lideranças políticas, Estado e Igreja estava longe de melhorar ou diminuir, principalmente após o fato mencionado envolvendo os padres do Araguaia. Ao pesquisar nos Arquivos do Serviço Nacional de Informações, foi encontrado um documento produzido pelo órgão que, além de arquivar uma cópia original, aponta que:

1. A cartilha denominada “Consciência Política – Reflexão para Cristãos em Época de Eleições” [...] se propõe a servir de “reflexão” para “ajudar algumas pessoas a prepararem-se melhor... ser instrumento, modesto embora, de formação da consciência e, portanto, de preparação para o eleitor exercer o direito e dever de voto”, nas eleições de Nov. 82. Para a sua aplicação, é recomendada a organização de “estudos, círculos e palestras de interesse político para esclarecimento e formação da consciência política”. [...] Não divulga ou promove nenhum partido, mas ataca o PSD e aponta falhas e medidas antidemocráticas do Governo e da Revolução de 1964 [...].<sup>356</sup>

Quando se refletiu sobre o aumento do engajamento e influência de Dom Benedito, principalmente a partir de seu cargo como presidente do Regional Leste II, pensou-se na possibilidade de ações semelhantes a essas. Uma das principais características de articulação dos Regionais da CNBB não é apenas facilitar a transmissão das ações da CNBB para os Regionais, mas também aumentar a proximidade dos bispos e facilitar o envolvimento pastoral pelas regiões. Afinal, seria quase impossível imaginar um enraizamento das ações da Igreja tão ordenadas se não fosse proposta uma organização em cadeia. É claro que se reconhece a autonomia dos bispos para adaptar os encaminhamentos pastorais e administrativos de acordo com sua realidade local. No entanto, também existem aqueles que se propuseram a caminhar

---

<sup>355</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Consciência Política – Reflexão para Cristãos em época de eleição. **Compasso**, Uberaba, agosto de 1982, nº 41, p. 2.

<sup>356</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Nº 168 /19/AC/82. p. 1 – p. 2. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/82025568/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_82025568\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82025568/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025568_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

juntamente com a CNBB, sendo reprodutores daquilo que a Conferência tinha como proposta de ação pastoral.

Com essa perspectiva, portanto, algumas ações do Regional Leste II foram mencionadas ao longo desta seção para demonstrar que a atuação de Dom Benedito não se limitou apenas a Arquidiocese de Uberaba. Não é possível mensurar evidentemente a adesão de suas propostas como presidente nas outras Dioceses de Minas Gerais e do Espírito Santo; no entanto, este é um exemplo notório de que suas ações reverberaram em outras regiões, não ficando limitadas apenas à sua arquidiocese. Para enriquecer as demais reflexões sobre Dom Benedito, seus discursos e relações com outras lideranças religiosas, a subseção a seguir terá como prioridade analisar a atuação de Dom Benedito no período de 1983 a 1989.

### **3. 3. Dom Benedito na Vice-Presidência da CNBB, anos finais da Ditadura Civil-Militar e Constituinte**

A partir de agora o objetivo será apontar outros fatos que demonstram a atuação de Dom Benedito em sua Arquidiocese, bem como destacar seu engajamento como Vice-Presidente da CNBB durante os anos finais da Ditadura Civil-Militar. A abordagem será em um panorama nacional e local, além das ações da Igreja em relação à Assembleia Constituinte e à promulgação da nova Constituição em 1989. Com isso, serão destacados o intenso trabalho de Dom Benedito com as principais lideranças religiosas do Brasil, visando o respeito aos Direitos Humanos e a transformação da justiça social do discurso para a ação.

Ainda assim, ao longo das edições do *Com-passo* de 1983 a 1989, muitas foram as notas e notícias que destacaram a atuação das Pastorais Carcerária, da Terra, Operária e Universitária. Isso demonstra que os Planos de Pastorais elaborados a partir das primeiras assembleias em Uberaba, realizadas nos primeiros anos de Dom Benedito na Arquidiocese, foram de fato implementadas. Com isso, algumas mudanças no cenário político local puderam ser observadas, como a eleição de um prefeito que não tinha ligação primária com as principais lideranças locais da cidade, por exemplo. A questão agrária acabou sendo percebida pelo governo local como uma urgência ao longo da década de 1980, como será apontado adiante.

Na Assembleia da CNBB de abril de 1983, ocorreu a eleição da nova Presidência da CNBB, que liderou a entidade entre os anos de 1983 e 1987. A primeira página do *Com-passo* trouxe uma nota destacando a eleição de Dom Benedito para o cargo:

Assembleia da CNBB: [...] Na renovação do quadro dirigente, através das eleições que são realizadas a cada quadriênio, foi reeleito DOM IVO LORSCHTEITER para presidente; DOM BENEDITO DE ULHÔA VIEIRA, eleito vice-presidente e DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, reeleito secretário geral. [...] O clima da Assembleia foi de fraterna cordialidade e não como a TV e os Jornais teimaram em transmitir, como se houvesse tensões fortes, oposições irredutíveis e grupos radicalizados[...].<sup>357</sup>

É interessante observar a composição dessa presidência. Dom Ivo Lorscheiter era primo de Dom Aloísio Lorscheiter que, quando foi secretário da Conferência na década de 60, chegou a ficar preso na sede da CNBB no Rio de Janeiro. Como lembra Paulo César Gomes, Dom Ivo pertencia à vertente progressista da CNBB e havia sido eleito secretário da Conferência para os mandatos de 1971 a 1975 e de 1975 a 1979, alcançando a presidência pela primeira vez em 1979. Por outro lado, Dom Luciano Mendes de Almeida foi reeleito para o cargo que ocupava desde 1979, continuando como secretário-geral. Dom Benedito assumiu o cargo que, de 1979 a 1983, havia sido ocupado por Dom Clemente José Carlos de Gouveia Isnard, da Ordem de São Bento, que seria eleito posteriormente como vice-presidente do CELAM.

Dado que esta pesquisa buscou considerar ao longo de seu desenvolvimento a rede de relações, especialmente as de Dom Benedito, é relevante compreender as trajetórias de Dom Ivo Lorscheiter e Dom Luciano Mendes de Almeida.

Dom José Ivo Lorscheiter nasceu em São José do Caí,<sup>358</sup> cidade do Rio Grande do Sul e não de Santa Catarina como consta na pesquisa de Gomes,<sup>359</sup> em dezembro de 1927. Foi nomeado bispo-auxiliar de Porto Alegre em 12 de novembro de 1965, sendo ordenado bispo em 6 de março do ano seguinte. Em 1971, foi eleito pela primeira vez secretário-geral da CNBB, tendo seu primo, Dom Aloísio, sido também eleito presidente na mesma ocasião. Dom Ivo permaneceu no cargo de secretário-geral até 1979, quando foi eleito presidente da CNBB. Em 1974, o Papa Paulo VI o nomeou bispo de Santa Maria, posição que ocupou até 2004, quando completou 75 anos de idade. De acordo com a pesquisa de Paulo César Gomes, Dom Ivo participou ativamente das reuniões da Bipartite no início da década de 70, ao lado de Dom Lucas Moreira Neves. No entanto, o mesmo historiador apresenta Dom Ivo com uma postura mais contundente em relação à Ditadura brasileira: “[...] era muito direto quando se pronunciava contra os militares, e suas ideias não eram bem recebidas nem pelo Exército nem por alguns bispos mais conservadores.”<sup>360</sup> Não é à toa que as relações entre a CNBB e o Estado se

---

<sup>357</sup> COM-PASSO. Assembleia da CNBB. **Com-passo**, Uberaba, abril de 1983, nº 48, p. 1.

<sup>358</sup> ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA. **Bispos**. Disponível em: < <https://www.arquism.com/bispos> > Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>359</sup> op. cit., p. 39.

<sup>360</sup> Idem.

acirraram ao longo da década de 70, o que está intrinsecamente relacionado à presença dos primos Lorscheiter na presidência da entidade.

Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1930, sendo membro da Ordem da Companhia de Jesus, os jesuítas. Foi nomeado bispo-auxiliar da Arquidiocese de São Paulo pelo Papa Paulo VI, sendo ordenado no mês de maio por Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Clemente José Carlos de Gouvea Isnard e por Dom Benedito. Dom Luciano Mendes era irmão de Cândido Antônio Mendes de Almeida, um importante intelectual que colaborou diretamente com a pesquisa de Kenneth Serbin, conforme indicado ao longo desta investigação. Dom Luciano, nos primeiros anos de seu episcopado, ascendeu ao cargo de secretário-geral da CNBB, indicando sua relevância no episcopado. Além disso, considerando a biografia de Dom Luciano,<sup>361</sup> é importante destacar a forte influência de Dom Paulo Arns na CNBB. Mesmo não tendo sido eleito para nenhum dos principais cargos, a presença de Dom Luciano como bispo-auxiliar, primeiro como secretário-geral e posteriormente como presidente, reflete essa influência. Somente em 1988, durante o enfraquecimento da influência da Arquidiocese de São Paulo é que o Papa João Paulo II o nomearia arcebispo de Mariana.

Sobre esta questão, há um artigo em que os pesquisadores mencionam pouca alternância de poder na CNBB, considerando a Presidência e envolvendo os bispos mencionados:

Se contarmos apenas seus presidentes e secretários-gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da Igreja brasileira, foi dirigida por não mais do que 16 homens ao longo de quase seis décadas de existência. Dado impressionante para uma instituição que se declara democrática e utiliza voto secreto para escolher seus dirigentes em assembleia a cada quatro anos. Baixa circulação de nomes, portanto, pois três bispos secretários-gerais também vieram a assumir, em seguida, a presidência. Assim sendo, apenas esses três nomes estiveram na secretária-geral da Conferência por 19 anos e, na presidência, por 24 anos! A saber, dois gaúchos e primos entre si, D. Aloísio Lorscheider e D. José Ivo Lorscheiter, e o mineiro D. Luciano Mendes de Almeida. Considerando, ainda, que o primeiro secretário-geral, do órgão, D. Hélder Câmara, permaneceu no cargo por 12 anos sem interrupção, percebemos que durante mais de três décadas a CNBB teve em seu posto-chave somente quatro bispos [...].<sup>362</sup>

---

<sup>361</sup> No desenvolvimento desta pesquisa, a partir de artigos publicados no *Com-passo*, foram encontrados alguns embates de Dom Luciano Mendes envolvendo a revista *Veja*, além de seu apoio às lutas em prol da Reforma Agrária. Durante os anos, como presidente da CNBB, em algumas oportunidades, o arcebispo denunciou a crescente violência no campo e, até mesmo às questões ligadas ao movimento dos seringueiros na Amazônia que culminaram na morte do ambientalista Chico Mendes. O trabalho e o legado de Dom Luciano podem ser lidos na pesquisa de Marcelo Vieira: VIEIRA, Marcelo Martins. **Secular e Religioso**: D. Luciano Mendes de Almeida e a construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil (1984-1990). Mariana, 2017. 119 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8702/1/DISSERTACAO\\_SecularReligiosoDLuciano.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8702/1/DISSERTACAO_SecularReligiosoDLuciano.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>362</sup> SEIDL, Ernesto. Uma elite pouco (re)conhecida: o episcopado brasileiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 35-60, set. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125886>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 31.

A partir desta constatação, o mesmo pesquisador ainda reflete sobre as eleições dessas personalidades estarem diretamente relacionadas às grandes capitais,<sup>363</sup> indicando principalmente a preponderância delas em relação às outras regiões do país. Apesar de Dom Hélder ter sido transferido para a Arquidiocese de Olinda e Recife, na fundação da CNBB, como se recorda, ele era do clero da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e o primeiro Presidente foi Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, da Arquidiocese de São Paulo, o que corrobora esta perspectiva.

Na edição seguinte do *Com-passo*, a de maio, um artigo de Dom Antônio Alberto Guimarães Rezende<sup>364</sup> foi publicado na primeira página, apontando algumas divergências entre a CNBB e a Imprensa:

Alguns setores da Imprensa brasileira, através de jornais, rádio, televisão e revistas, frequentemente, inventam e divulgam mentiras contra a verdadeira igreja de Jesus Cristo. Muita gente importante, com um gostinho diabólico, não só deturpa fatos e palavras de vários bispos e padres, mas até obrigam pessoas consagradas, sob a mira de revólveres, a se envolverem em cenas escabrosas com intuito de reforçar calúnias contra a igreja. Exemplos das mentiras, ardilosamente inventadas e divulgadas, foram aquelas que tentaram criar uma falsa imagem da última reunião dos bispos em Itaici. [...].<sup>365</sup>

A ascensão de Dom Benedito à Vice-Presidência da CNBB fez com que houvesse maior frequência de publicações da Conferência no boletim da Igreja de Uberaba. Em algumas edições, os artigos ocuparam a primeira página, enquanto em outras, algumas notas eram publicadas nas páginas três e quatro. Dessa forma, algumas notas oficiais acabaram sendo publicadas na íntegra no jornal, relacionando principalmente a questão da Assembleia Constituinte e da Teologia da Libertação no Brasil, sobretudo envolvendo o Papa João Paulo II e a Congregação da Doutrina da Fé.

O Serviço Nacional de Informações, no ano de 1983, produziu um novo documento citando a saída de Dom Benedito da presidência do Regional Leste II para ocupar o cargo de Vice-Presidente da CNBB:

---

<sup>363</sup> Ibid., p. 32.

<sup>364</sup> Dom Antônio Alberto Guimarães Rezende foi um bispo católico, nascido em Uberaba e pertencente à Congregação dos Sagrados Estimas de Nosso Senhor Jesus Cristo, os Estigmatinos. Foi bispo da Diocese de Caetité da Bahia entre os anos de 1982 e 2002. DIOCESE DE CAETITÉ. **Dom Antônio Alberto Guimarães Rezende**. Disponível em: < <https://diocesedecaetite.org.br/bispos/dom-antonio-alberto-guimaraes-rezende/>> Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>365</sup> REZENDE, Dom Antônio Alberto Guimarães. A Igreja de Cristo é Perseguida. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1983, nº 49, p. 1.

Até o início de Maio/83 esteve à frente da Regional Leste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o progressista Dom BENEDITO ULHÔA VIEIRA (Arcebispo de Uberaba), que pautou sua ação no incremento às Comunidades Eclesiais de Base e às diversas Pastorais, entidades normalmente infiltradas por militantes de esquerda.<sup>366</sup>

É nítido que a mudança nos principais cargos relacionados continuou sendo observada ao longo da Ditadura Civil-Militar. Afinal, apesar de se dizer que ao longo da década de 70 houve movimentos para uma abertura política, a disputa de poder político ainda possuía vigor para que os debates entre Igreja e Estado se mantivessem, como apontado. Assim, ao mudar o cargo da presidência do Regional Leste II, significaria que mudanças de prioridades pastorais e, conseqüentemente preponderância ideológica e política também ocorreria.

No ano de 1984, a edição foi definida como janeiro e fevereiro. Nela consta mais uma atuação de Dom Benedito com a Pastoral Carcerária e a Pastoral Universitária, denunciando a tortura no sistema carcerário em Uberaba e, posteriormente, a tentativa do arcebispo de mediar um problema dos estudantes com a FIUBE:

As “Sombras” de Uberaba: Parece que as chuvas têm sido benéficas para o campo e a lavoura de Uberaba. Não se deu o mesmo no campo social. Descobriu-se mais uma vez que houve torturas na cadeia de Uberaba. Apesar dos desmentidos, em que ninguém mais acredita, desta vez os torturadores não se saíram bem. Porque funcionários da Prefeitura, organizando no presídio a Biblioteca que a Prefeitura lá está montando, presenciaram o crime e tiveram a grandeza moral e a coragem de denunciá-lo à imprensa e testemunhá-lo no primeiro depoimento. [...] Neste meio tempo a **Fiube** aplica penalidades graves a dezenas de estudantes por falas contra o regimento. Alguns alunos, expulsos, sem poderem receber o diploma. Após anos de despesa dos pais, de sacrifícios, são impedidos de receber o diploma. A função educativa da Escola passa a ser punitiva. Ouviu-se que, antes da conclusão do caso, Dom Benedito se oferecera para mediar uma solução mais compreensiva, sem ferir a dignidade nem da Direção nem dos estudantes. Mas que tal mediação fora descartada.<sup>367</sup>

Um fato que se chama bastante a atenção ao longo dos exemplos dos envolvimento pastorais da Arquidiocese, durante a gestão de Dom Benedito, foi seu engajamento direto em momentos oportunos e delicados. Isto reforça seu perfil, por exemplo, de líder que se manteve atento às necessidades da população e, ao mesmo tempo, respaldou os clérigos que lideravam esse movimento. Além disso, vê-se que a principal instituição de educação da cidade utilizou de elementos à primeira vista legítimos para infligir sobre os alunos que criticavam um regimento. Se a universidade é espaço por excelência para o desenvolvimento intelectual e

---

<sup>366</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Identificação de Religiosos e Leigos no Processo Subversivo. In: \_\_\_\_\_. **PB n2. 144/19/AC/83 - Enct2. n2. 016/19/ABH/84.** p. 1. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ooo/83008480/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ooo\\_83008480\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/83008480/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_83008480_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

<sup>367</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. As “Sombras” de Uberaba. **Com-passo**, Uberaba, jan/fev. de 1984, nº 57, p. 1.

formulação de uma consciência crítica, como uma instituição barraria seus próprios estudantes de se manifestarem democraticamente contra uma ordem preestabelecida?

Por outro lado, há de se considerar que nas pesquisas de Eustáquio de Paula e de Roberta Wágner, apesar de trazerem como recorte temático as décadas de 60, 70, 80, 90 até 2007, sendo que Roberta Wágner é uma grande crítica da relação entre as lideranças políticas e econômicas, muitas vezes envolvendo a Igreja Católica em seus trabalhos, não há sequer menção a alguns desses exemplos envolvendo Dom Benedito ao longo desta investigação. É perceptível a notoriedade da luta de Dom Alexandre nas pesquisas já mencionadas, envolvendo o Monsenhor Juvenal Arduini e o Padre Thomaz de Aquino Prata. No entanto, ainda está muito presa ao fato da interferência de Dom Alexandre na manutenção do coronel da ocasião. Infelizmente, esses pesquisadores não conseguiram avançar em suas pesquisas sobre a permanente presença da Igreja frente aos estudantes ou ainda na questão da Pastoral da Terra.

Na pesquisa de Roberta Wagner, por exemplo, que menciona a mudança na perspectiva da política local, se abrindo à questão da criação de conjuntos habitacionais pelo vice-prefeito Wagner do Nascimento, tampouco é mencionada a atuação de Dom Benedito ou do Padre Américo Veccia no bairro Boa Vista. Esta lacuna na historiografia, ainda mais recente do que os eventos dos anos 60, demonstra, de certa forma, o fraco engajamento político e social da cidade. Além disso, há o fato de que a mídia local, que atingia um número muito maior de pessoas, se fazia omissa em determinadas circunstâncias.

Adiante, na edição de junho de 1984, foi publicada uma nota assinada pela Presidência da CNBB em parceria com a Comissão Episcopal de Pastoral. Nesta nota, originária da 22ª Assembleia Geral da Conferência, aponta uma visão mais doutrinária e moralista em relação ao campo sociocultural do Brasil, como, por exemplo, o conhecimento dos problemas que envolvem o aborto:

Em prol da família e em defesa da vida: A presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral, cumprindo determinação da 22ª Assembleia Geral da CNBB, dão a público o documento “EM PROL DA FAMÍLIA E EM DEFESA DA VIDA”, proposto pela mesma Assembleia, no dia 4 de maio de 1984. Estamos, como Bispos, seriamente preocupados com a avassaladora corrente de permissivismo moral que, de anos para cá, vem minando de alto a baixo, a nossa sociedade, atingindo a tantos jovens e adultos, desagregando pessoas e desfazendo lares. [...] Convém mais uma vez afirmar que o aborto provocado é inaceitável por ser diretamente contra a vida humana. [...] Não ignoramos a dramática situação das mulheres vítimas de abortos clandestinos. Insistimos, entretanto, em afirmar, para evitar os equívocos existentes que a solução desse mal não se encontra na legalização do aborto, o qual, como se confirma pela experiência de outros países [...].<sup>368</sup>

---

<sup>368</sup> PRESIDÊNCIA DA CNBB E CONSELHO PASTORAL EPISCOPAL. Em prol da família e em defesa da vida. **Com-passo**, Uberaba, junho de 1984, nº 61, p. 1.

Ao longo das 120 edições do *Com-passo*, considerando as edições entre 1978 e 1989, a questão doutrinária em relação à família, aborto e assuntos correlatos foi abordada pouquíssimas vezes, enquanto os temas voltados à questão agrária, operária, trabalhista e dos Direitos Humanos foram tratados diversas vezes, como apresentado, principalmente no subcapítulo anterior. Apesar de a questão relacionada à família ser outro ponto de tensão entre a Igreja e a Ditadura Civil-Militar, não foi o tema majoritariamente abordado nas edições do *Com-passo*. Deve-se considerar ainda que as deliberações das Assembleias da CNBB e as notas da Presidência passam pelo crivo do Conselho Permanente da CNBB, composto pelos membros da Presidência e um representante de cada Regional da CNBB, que não é necessariamente o presidente do Regional.<sup>369</sup> Portanto, considerando o grande número de bispos que contribuem para a escolha dos temas da Assembleia, é possível observar diversidade nos assuntos tratados ao longo dos anos, não sendo necessariamente temas progressistas apenas pelo fato de a Presidência ter essa característica.

Por outro lado, a questão voltada para a família na Arquidiocese de Uberaba foi considerada uma das prioridades já no *2º Plano de Pastoral (1981 – 1983)*, cujo documento descreve: “[...] Justificativas: As transformações nas estruturas sociais afetam tremendamente a família, trazendo-lhe impacto a quem nem sempre sabe e consegue resistir. Urge uma consciência clara do seu valor humano e cristão. [...]”<sup>370</sup> No *3º Plano de Pastoral (1983 – 1985)*, a Pastoral Familiar continuou como uma das prioridades da ação pastoral; no entanto, a justificativa para a escolha acabou se modificando em relação à anterior: “[...] A família cristã é a primeira comunidade chamada a anunciar o Evangelho à pessoa em crescimento e a levá-la, através de uma catequese e educação progressiva, à plenitude da maturidade humana e cristã”. Este trecho, como indicado no documento, foi pronunciado pelo Papa João Paulo II em setembro de 1980, como é indicado no próprio *2º Plano de Pastoral*.<sup>371</sup> Já no *4º Plano de Pastoral (1986 – 1988)*, as escolhas voltaram para o campo da Juventude e do Trabalho Marginalizado, não tratando neste período a questão familiar como prioritária. Os *Planos de Pastorais* da Arquidiocese de Uberaba sempre surgiram a partir da convocação feita por Dom Benedito, contando com a participação do clero, religiosos e religiosas e lideranças leigas, sendo a escolha das prioridades fruto de votações feitas por todos os presentes.

---

<sup>369</sup> CNBB. *Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 33.

<sup>370</sup> ARQUIDIOCESE DE UBERABA. *2º Plano Arquidiocesano de Pastoral da Igreja de Uberaba (PAPIU) – 1981 – 1983*. p. 20.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p. 9.

A partir da análise dos quatro primeiros *Planos de Pastoral*, pode-se perceber, de certa forma a influência das perspectivas da Igreja do Brasil e de Dom Benedito sobre a definição das prioridades. Nos dois primeiros, por exemplo, uma das prioridades foi as Comunidades Eclesiais de Base, e essa plasticidade, de certa forma, acompanhou os encaminhamentos da CNBB e do próprio Regional. Afinal, viu-se ao longo desta pesquisa uma predileção da parte de Dom Benedito em acompanhar as definições e posturas da CNBB e do Papa, utilizando-os como referência em exemplos e citações.

No entanto, as questões entre a Igreja e a Santa Sé passaram por momentos delicados ao longo do ano de 1984. Como será visto a seguir, sobre a questão envolvendo Leonardo Boff e a Congregação da Doutrina da Fé em relação à *Teologia da Libertação*, por exemplo, foi uma nota em consenso com o Conselho Permanente, como aponta Dom Benedito em um artigo:

A Teologia da Libertação foi condenada? - A confusão é enorme dá até tristeza em ler alguma coisa nos grandes jornais a respeito da recente Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação, que a Congregação da Doutrina da Fé lançou, com aprovação pontificia [...] o Conselho Permanente da CNBB, com a prudência que não lhe podia faltar, deu “orientações” objetivas e serenas a toda a Igreja do Brasil a respeito: valorizar e acatar o documento; divulgá-lo e estudá-lo em profundidade; evitar expressões de crítica aos irmãos e evitar alarmismo, que cria uma atmosfera de emotividade e subjetivismo. Numa primeira parte a Instrução afirma que “a libertação é principalmente libertação da escravidão radical do “pecado”. A exigência lógica deste dom de graça é “a libertação de muitas outras escravidões de ordem cultural, econômica, social e política que derivam todas do pecado”.<sup>372</sup>

Na capa do *Com-passo* de setembro de 1984, onde foi publicada a nota do Conselho Permanente, foi resgatado o pronunciamento do Papa João Paulo II sobre a Teologia da Libertação, ainda em fevereiro de 1979. Como as Comunidades Eclesiais de Base e, conseqüentemente, a Teologia da Libertação na Arquidiocese de Uberaba, foram um movimento motivado por Dom Benedito, apoiado diversas vezes por Mons. Juvenal Arduini e respaldado principalmente pelos Documentos da Igreja, sejam eles da Santa Sé ou do CELAM, a nota a seguir, vindo abaixo de uma nota do Conselho Permanente mais apaziguadora, reforça uma predileção à corrente pastoral que havia sido escolhida para o arcebispado de Dom Benedito em Uberaba:

Teologia da Libertação: A Teologia da Libertação é verdadeira teologia e teologia fecunda. O específico da teologia é interpretar as realidades à luz da Fé, é refletir sobre determinada questão a partir da Palavra de Deus. [...] A realidade “libertação” não só impede, mas favorece a teologia, porque como diz João Paulo II, “a libertação é um dos

---

<sup>372</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. A Teologia da Libertação foi condenada? *Com-passo*, Uberaba, setembro de 1984, nº 64, p. 1.

fundamentais temas bíblicos”, e esse “tema volta em novo contexto histórico, e por isso, deve ser retomado no ensinamento da Igreja, na teologia e na pastoral.” (21-2-79) [...].<sup>373</sup>

A questão envolvendo a Congregação da Doutrina da Fé e Leonardo Boff marcou a primeira década do papado de João Paulo II, principalmente ao considerar sua busca em frear os avanços do protagonismo da Teologia da Libertação na América Latina. Ao verificar as viagens feitas de 1979 a 1989, apenas em 1981, 1986 e 1989, o Papa João Paulo II não visitou algum país da América Latina. Entre as visitas que causaram grande polêmica está, por exemplo, a realizada em março de 1983, na qual visitou Costa Rica, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Guatemala, Honduras, Belize e Haiti. A visita que teve maior repercussão foi à Nicarágua, país que ainda vivenciava os problemas já indicados e que teve uma forte adesão do clero à linha marxista. Nessa viagem, João Paulo II, inclusive em sua chegada, cometeu um gesto indelicado com o padre Ernesto Cardenal, que ocupava o cargo de Ministro da Cultura da Nicarágua há quatro anos, como aponta Mairon Valério.<sup>374</sup>

Leonardo Boff recebeu uma carta em 15 de maio de 1984 com o título *Documento do Cardeal Joseph Ratzinger*, incriminando pontos do livro *Igreja: Carisma e Poder*. No artigo de Danillo Pereira, *As Restrições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano ao livro Igreja: carisma e poder de Leonardo Boff*, o historiador aponta as fases desse embate entre Leonardo Boff e a Congregação para a Doutrina da Fé, destacando principalmente a tentativa de conciliação dos cardeais Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloísio Lorscheider, e até mesmo de Dom Ivo, presidente da CNBB, quando houve a contestação da Congregação ao livro *Igreja: Carisma e Poder*.<sup>375</sup> O *imbroglio* se estendeu até o início do ano seguinte, com uma série de constatações de Leonardo Boff ao Cardeal Ratzinger, especialmente em relação à imposição de decisões e respostas baseadas apenas no poder supremo da Igreja a partir de sua hierarquia e definições. Assim, o franciscano Leonardo Boff acabou sendo penalizado com o silêncio em março de 1985, chegando a deixar seu ministério após sua participação na ECO – 92 no Rio de Janeiro, em 1992.<sup>376</sup>

---

<sup>373</sup> ARDUINI, Mons. Juvenal. Teologia da Libertação. **Com-passo**, Uberaba, setembro de 1984, nº 64, p. 1.

<sup>374</sup> op. cit., p. 63.

<sup>375</sup> PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. As Restrições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano ao livro *Igreja: carisma e poder de Leonardo Boff*. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais (online). Disponível em: [https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434309123\\_ARQUIVO\\_DanilloArtigoparaAmpun2015.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434309123_ARQUIVO_DanilloArtigoparaAmpun2015.pdf) > Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>376</sup> Ibid., p. 147.

Mais adiante, na edição de outubro de 1984, a questão envolvendo a defesa das questões morais foi novamente tratada pela CNBB e publicada na capa do *Com-passo*:

Em Defesa dos Valores Morais: A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem procurado estar atenta à moral social e, nos momentos oportunos, pronunciou-se em defesa de outros aspectos do campo moral, como é do seu dever. [...] ambrem-se cada dia mais, possibilidades para programação em que o amor, a dignidade da mulher, os valores da família, os sentimentos de fraternidade, a administração do bem público e o respeito ao sagrado se vêm diminuindo, menosprezados e vilipendiados. [...].<sup>377</sup>

Na pesquisa de Paulo César Gomes, por exemplo, o historiador menciona categoricamente que “Os bispos, de maneira geral, estavam de acordo sobre a necessidade de um tratamento conservador para temas como o aborto, o divórcio e a liberdade comportamental.”<sup>378</sup> Isso pode ser observado tanto na elaboração do Plano de Pastoral quanto na leitura da Nota da CNBB ou no artigo escrito por Dom Benedito, o que sustenta o argumento de que as questões doutrinárias e moralistas da Igreja foram possivelmente o único ponto de consenso entre o episcopado brasileiro durante a Ditadura Civil-Militar.

Na edição de abril de 1985, a edição 70, entre artigos, notas e notícias publicadas, é destacável o posicionamento sobre a eleição indireta de janeiro de 1985 e a posse de um presidente civil, que marcou finalmente o fim da Ditadura Civil-Militar e a transição para a retomada da via democrática no país. Na ocasião da posse celebrada em 15 de março, quem tomou posse foi José Sarney, vice-presidente do eleito Tancredo Neves, internado um dia antes da cerimônia e falecido em 21 de abril.<sup>379</sup>

Na edição seguinte, de maio, foi publicado o tema da Assembleia dos Bispos em 1985, sobre a questão da Teologia da Libertação, motivada pelo documento da Congregação da Doutrina da Fé do ano anterior: “Bispos Brasileiros Reunidos: [...] tivemos como tema principal “A Liberdade Cristã e Libertação” sob o enfoque “A Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”. [...].”<sup>380</sup> Em junho, foi publicada na íntegra uma nota da Presidência assinada também pela Comissão Episcopal de Pastoral que tratou sobre o embate da Santa Sé com o Frei Leonardo Boff, na tentativa de esclarecer a situação que acabou tomando grandes proporções.<sup>381</sup>

---

<sup>377</sup> PRESIDÊNCIA DA CNBB. Em Defesa dos Valores Morais. **Com-passo**, Uberaba, outubro de 1984, nº 65, p. 1.

<sup>378</sup> *Ibid.*, p. 150

<sup>379</sup> COM-PASSO. Bispos comentam amadurecimento do país. **Com-passo**, Uberaba, abril de 1985, nº 70, p. 3.

<sup>380</sup> COM-PASSO. Bispos Brasileiros Reunidos. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1985, nº 71, p. 3.

<sup>381</sup> PRESIDÊNCIA DA CNBB E COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL. Nota da Presidência da CNBB e da Comissão Episcopal de Pastoral. **Com-passo**, Uberaba, maio de 1985, nº 72, p. 1.

Adiante, ao voltar o olhar sobre a conjuntura política brasileira, tratando ainda da visão da Igreja para o início do novo governo brasileiro, as atenções dos bispos do Brasil acabaram se voltando para o desafio que o poder legislativo teria: elaborar uma nova Constituição para o país. Com isso, houve um envolvimento direto da Igreja no processo da Assembleia Constituinte, sendo noticiado pela primeira vez no *Com-passo* na edição de novembro de 1985:

Constituinte, Reforma Agrária e Pacto Social: A 31 de outubro, o Presidente da CNBB e a Comissão de Pastoral estudaram os três assuntos um relato do que fizeram aos Bispos. Transcrevemos o texto: 1. Constituinte: [...] preocupa-nos a exclusão, nesse processo, de uma participação significativa do povo brasileiro, de suas entidades e associações. Tem-se a impressão de que, depois de um avanço em termos de democracia participativa, estamos diante de sério recuo. [...] 2. Reforma Agrária: Na visita, para nós honrosa, que o Exmo. Senhor Presidente José Sarney fez à sede da CNBB, a 25 de junho [...] deixamos claro a Sua Excelência o interesse da Igreja do Brasil pela Reforma Agrária e mostramos nossa preocupação pelos conflitos de terra e pela violência no campo, originando dezenas de mortes. [...] Quando, agora em outubro, o Plano Nacional da Reforma Agrária foi assinado pelo Presidente da República, evidenciou-se que o texto ficara aquém das justas aspirações dos trabalhadores rurais e das esperanças da própria Igreja. Restringiu-se e dificultou-se o recurso à desapropriação. O texto legal protege o “latifúndio produtivo” sem definir o que é latifúndio produtivo. [...] 3. Pacto Social: Lê-se nos jornais que o Governo tem procurado dialogar com a Sociedade Civil, propondo um “Pacto Social”. A Igreja, através da CNBB, vem sendo interrogada sobre isto. [...] Quais seriam seus conteúdos? O que se pretender com ele para o bem do Brasil? Qual a colaboração que os interlocutores podem e devem oferecer? Qual a representatividade e credibilidade que eles devem ter para se sentarem juntos à mesa das conversações?” [...].<sup>382</sup>

Neste trecho, é perceptível que a Igreja do Brasil iria pressionar o Governo Federal para colocar em prática aquilo que foi discutido pela Instituição ao longo das últimas décadas, principalmente em relação à Reforma Agrária e ao cumprimento dos Direitos Humanos. Há também no texto acima uma clara denúncia da violência cometida no campo e a crítica ao Plano Nacional da Reforma Agrária, que não deixou claro quais seriam as características do "latifúndio produtivo" que poderia ser utilizado como brecha pelos grandes latifundiários do Brasil.

A preocupação da Igreja do Brasil sobre o processo constituinte acabou crescendo, tornando este o assunto recorrente entre os principais eventos da CNBB, por exemplo. Ainda na mesma edição, alguns assuntos da 24ª Assembleia da CNBB foram adiantados, entre eles estava a Constituição, seguido de quais temáticas deveriam ser cobradas para serem inseridas na nova Carta Magna. Assim, a Igreja estimularia a atuação e colaboração dos cristãos brasileiros durante a elaboração da nova Carta Constitucional brasileira:

---

<sup>382</sup> PRESIDÊNCIA DA CNBB. Constituinte, Reforma Agrária e Pacto Social. **Com-passo**, Uberaba, novembro de 1985, nº 76, p. 1.

A 24ª Assembleia dos Bispos já tem assunto escolhido: O tema central da 24ª Assembleia dos Bispos será “Exigências cristãs de uma nova ordem constitucional”. [...] Um primeiro grande esquema já foi proposto pela Comissão preparatória nos seguintes termos: 1. A Igreja e a Constituição (Importância do momento político – O sentido da Constituição – A colaboração da Igreja – A participação do povo; 2. Conteúdos mínimos necessários sobre os quais os cristãos devem estar de acordo e pelos quais os cristãos devem lutar: a) Vida – Saúde – Alimentação – Moradia – Ecologia; b) Família; c) Distribuição de Bens – Propriedade – Terra; c) Família; Emprego – Relação Trabalho/Capital – Liberdade Sindical – Previdência Social – Trabalho/Salário; e) Educação – Ensino Religioso – Meios de Comunicação Social; f) Vida Política – Liberdade Religiosa – Participação e Associação – Violência; 3. Como os cristãos devem atuar e colaborar na elaboração da nova constituição? [...].<sup>383</sup>

Nesta nota, é possível perceber que a Igreja Católica buscou refletir sobre uma série de temáticas, tanto de cunho social quanto de cunho doutrinal e moral, o que acabou repercutindo de certa maneira na elaboração, do documento final da Constituição de 1988. No artigo de Rulian Emmerick, o pesquisador reforça ainda, que, comparando a Constituição de 1891 com a de 1988, apesar de haver um avanço temporal de quase cem anos, a Carta de 1891, surgida em meio a uma sociedade que até então teve por quase quatrocentos anos o cristianismo católico como religião oficial, se mostrou menos cristianizada que a de 1988: “Se fizermos um cotejamento entre as duas mencionadas Constituições, veremos que a atual não diminuiu o espaço conferido à atuação religiosa no terreno público, pelo contrário, ampliou-o.”<sup>384</sup> Este resultado, evidentemente, deu-se à forte influência da Igreja e seu poder de articulação, muito mais engajado e enraizado do que no final do século XIX, dado, por exemplo, à organização da CNBB e todas suas estratégias de ação ao longo de sua criação, ainda na década de 50, como pôde ser entendido em vários momentos nesta investigação.

Na edição seguinte, uma nova nota assinada pelo Vigário Geral, Mons. Genésio Borges, e Mons. Juvenal Arduini, Pró-Vigário Geral/Secretário da Arquidiocese de Uberaba, sobre a perseguição política que Dom Benedito sofria por ocasião de seu envolvimento com as questões agrárias em Uberaba e região, foi publicada:

Solidariedade a Dom Benedito de Ulhôa Vieira: Foi publicado no jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO”, no dia 20 de março último, um artigo de Valderi dos Santos, veiculando injustas e injuriosas acusações contra Bispos do Brasil e contra a CNBB. Em certo momento, diz o artigo: “Recentemente, o bispo Dom Benedito de Ulhôa Vieira comandou uma passeata nas ruas de Uberaba, pregando invasões, contou Luis Rezende. Em seguida, registrou-se a ocupação de 2.600 hectares no Município de Iturama,

<sup>383</sup> COM-PASSO. A 24ª Assembleia dos Bispos já tem assunto escolhido. **Com-passo**, Uberaba, setembro de 1984, nº 64, p. 3.

<sup>384</sup> EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latino Americana**. N.5, 2010. p. 144 – 172. p. 158.

pertencentes ao espólio de Iazú Rodrigues Lima”. [...] Dom Benedito não comandou passeata, até porque não houve passeata. Houve celebração de fé na Catedral de Uberaba, participada pelo Arcebispo [...] Este Conselho de Presbíteros testemunha também que, em momento algum, Dom Benedito insinuou qualquer tipo de invasão de terras. [...]. Ass. Mons. Genésio Borges, Vigário Geral, Mons. Juvenal Arduini, Secretário [...].<sup>385</sup>

Ao procurar pelo artigo *Cresce o movimento dos produtores contra invasão* de Valderi dos Santos, foram encontrados dois trechos destacáveis, além do trecho mencionado na nota acima:

Cresce a força das UDRs – Uniões Democráticas Ruralistas. Recentemente foi a vez de os mineiros criarem a sua e já alertaram: os invasores de terras particulares que se cuidem. A mesma recomendação vale para a CUT, CTP e CNBB, acusadas de levarem intranquilidade ao campo. A ordem é deter o que chamam de ideologia esquerdista, o que contraria as tendências de um País cristão. O Órgão pretende leiloar cinco mil bois, reunindo dinheiro suficiente para desenvolvimento do programa de defesa iniciado no Estado de Goiás. [...] Reunião em Prata: Brasília está sentindo o peso da campanha das UDRs, garantiu em Minas Gerais, o direto da associação goiana, Jairo de Andrade que participou, em Prata, cidade do Triângulo, da formação da União Democrática Ruralista do Estado.<sup>386</sup>

Na pesquisa de Denise Dias *Patronato Rural, Terra e Poder: Gênese e atuação da UDR em Goiás (1985 – 1994)*<sup>387</sup> e no artigo de Flávio Casimiro,<sup>388</sup> é possível compreender como, ao longo da história política brasileira, as elites agrárias buscaram organizar-se para continuarem fazendo parte do poder político ao longo do século XX. Além disso, é necessário compreender que a TFP, como já mencionado, teve um papel crucial no enfrentamento à Igreja, sobretudo a partir dos ataques dirigidos à CNBB ou aos bispos que acabaram se destacando ou fazendo parte da Presidência. Consequentemente, no processo de redemocratização e aumento da pressão por parte da Igreja ao Governo Federal para finalmente realizar a Reforma Agrária no Brasil, outros movimentos surgiram, ligados a grandes produtores rurais. A União Democrática Ruralista (UDR) e do Movimento Democrático Urbano (MDU) na visão de Casimiro “[...] representam algumas das manifestações de ação política não partidária dos segmentos da direita liberal-conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus

---

<sup>385</sup> BORGES, Mons. Genésio; ARDUINI, Mons. Juvenal. Solidariedade a Dom Benedito de Ulhôa Vieira. **Compasso**, Uberaba, abril de 1986, nº 80, p. 1.

<sup>386</sup> SANTOS, Valderi dos. Cresce o movimento dos produtores contra invasão. **O Estado de São Paulo**, 20 de março de 1986. p. 13.

<sup>387</sup> DIAS, Denise Gabriela. **Patronato Rural, Terra e Poder: Gênese e atuação da UDR em Goiás (1985 – 1994)**. Anápolis, 2017. 199 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Goiás.

<sup>388</sup> CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Rearticulação Política das Classes Dominantes no Processo de Redemocratização do Brasil nos anos de 1980: A União Democrática Ruralista e o Movimento Democrático Urbano. **Revista Expedições**, v. 9, n. 1, jan./abr.2018. Disponível em: <[https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/6939](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/6939)> Acesso em: 10 nov. 2023.

pressupostos e concepção de mundo.”<sup>389</sup> Neste aspecto, a UDR de Goiás, devido à proximidade territorial com Minas Gerais, acabou influenciando a organização da entidade em Minas Gerais. No entanto, ela travou em alguns momentos embates com a Igreja de Uberaba, principalmente envolvendo o arcebispo metropolitano, como será visto adiante.

Na capa da 83ª edição do *Com-passo*, Dom Benedito escreveu um artigo estimulando a participação dos cristãos no processo de retomada democrática do país, dando especial atenção às eleições que formariam o parlamento brasileiro, cuja principal responsabilidade durante o mandato era elaborar a nova Constituição:

Os Cristãos e a Constituinte: As eleições estão aí. Em novembro iremos às urnas. Começam a surgir os candidatos, borrando as paredes dos outros com seus nomes. [...] o mais importante não é a eleição; é a Constituinte que nos dará a nova Constituição. Viciados “pelos privilégios de minorias” e “pela marginalização do povo”, precisamos de uma nova Lei que dê soluções aos problemas de toda a ordem que se nos antolham. [...] Trata-se de reestruturar a ordem jurídica, esfacelada após longo período autoritário. Trata-se de construir um novo modelo de sociedade, baseado nas exigências éticas, cujo critério primeiro é colocar o Estado a serviço da sociedade [...].<sup>390</sup>

Na dissertação de Lucas Coelho, *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 – 1988: entre a política institucional e a participação popular*, o sociólogo descreve como foi o envolvimento de vários movimentos sociais ao longo do processo da Assembleia Constituinte, após a retomada do processo democrático brasileiro: “[...] Após o período mais repressivo da ditadura militar, houve um processo de reconstrução de velhas e construção de novas estruturas que ampliaram a capacidade de ação coletiva de centenas de movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, associações profissionais e religiosas.”<sup>391</sup>

Em sua reflexão, Lucas Coelho indica ainda a participação das Comunidades Eclesiais de Base que, no início da década de 80, possivelmente atingiram uma marca acima de 80 mil, espalhadas por todo o território brasileiro. Isso favoreceu, por exemplo, a capilarização das propostas anunciadas pela CNBB.<sup>392</sup> Por isso, este e os próximos textos da CNBB e de Dom Benedito sobre o processo Constituinte acabaram sendo fundamentais para entender a forte participação da Igreja Católica na elaboração da Constituição de 1988. Há relatos do

---

<sup>389</sup> Ibid., p. 140.

<sup>390</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. *Os Cristãos e a Constituinte*. **Com-passo**, Uberaba, julho de 1986, nº 83, p. 1.

<sup>391</sup> BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular**. São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16082012-125217/pt-br.php>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 37.

<sup>392</sup> Ibid., p. 39.

envolvimento da Igreja com o processo da Assembleia Constituinte, articulado ainda em 1983, motivado inicialmente por Dom Mauro Morelli, arcebispo de Duque de Caxias, contando posteriormente com a participação do acadêmico Cândido Mendes, irmão de Dom Luciano Mendes, membros de sindicatos e até mesmo da OAB, como aponta Lucas Coelho.<sup>393</sup>

Na mesma edição, abaixo do artigo de Dom Benedito, foi publicado um pequeno texto apontando um embate da Revista *Veja* com a CNBB, ressaltando ainda algumas fissuras na relação da Igreja com a imprensa brasileira. A grande imprensa, atrelada ao grande empresariado brasileiro, ainda alimentava uma forte crítica à CNBB, principalmente em razão das questões trabalhistas e agrárias ao longo das décadas:

A Revista “VEJA” contra a CNBB: Com ótima fotografia do Presidente Dom Ivo Lorscheiter na capa, a Revista VEJA (9 – julho – 86, nº 931) traz injurioso artigo contra a CNBB, sobretudo contra seu Presidente, com incorreções, falsidades, invencionices, calúnias, etc. Volta no artigo a insistente e inconsistente fábula de que a visita de Sarney ao Papa foi para queixar-se da CNBB. [...] Se a revista de Roberto Civita trata a CNBB com tantas falsidades, merecerá crédito nas outras matérias que traz? Quem quiser saber algo sobre a Igreja e a CNBB, não leia esta revista, que já foi boa, mas agora informa errado, falseia os fatos e interpreta-os a seu bel prazer.<sup>394</sup>

A Grande Imprensa brasileira, principalmente a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e a Revista *Veja*, como foi mencionado, teve ao longo de suas histórias de fundação e manutenção uma intrínseca relação com o empresariado brasileiro. Durante a década de 60, apesar de serem perseguidos e censurados pelo Governo Federal, esses meios continuaram sendo porta-vozes de um grupo seletivo do empresariado, da elite política e econômica nos grandes centros urbanos brasileiros. Como a Igreja assumiu um papel de amplo questionamento social, para além do combate à Ditadura Civil-Militar, permanecendo comprometida com as perspectivas da Teologia da Libertação apesar das duras críticas, ora do próprio episcopado brasileiro, ora da Santa Sé, ela acabou sendo atacada por matérias e notícias tendenciosas, como já foi exposto anteriormente.

No entanto, em relação à influência do discurso na sociedade, é necessário considerar que “[...] toda instância de informação exerce um poder de fato sobre o outro. As mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. A verdade não está no discurso, mas no efeito que (tenta) produzir.”<sup>395</sup> A pesquisadora Núbia Silva, em sua dissertação, além

---

<sup>393</sup> Ibid., p. 205.

<sup>394</sup> COM-PASSO. A Revista “VEJA” contra a CNBB. **Com-passo**, Uberaba, julho de 1986, nº 83, p. 1.

<sup>395</sup> SILVA, Núbia Maria. **O discurso da mídia sobre a Teologia da Libertação (TdL): O Estudo de caso da Revista Veja e dos Jornais O Globo e Folha de S. Paulo**. Brasília, 2014. 234 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <<https://btdt.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/210>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 98.

desta consideração, ainda conclui que a *Veja* ao longo das suas publicações foi e é “destinada ao público de classes média e alta e de empresários da sociedade brasileira”.<sup>396</sup> Com essas perspectivas, fica evidente que a *Veja*, ao longo de suas várias publicações contrárias à CNBB, teve como principal motivação reafirmar o poder de um grupo que a mantinha, por meio das publicidades, e ao mesmo tempo agradar a sua série de assinantes e leitores. Estes, consciente ou inconscientemente, buscavam amparar suas perspectivas a partir daquilo que o editorial da *Revista* construiu ao longo dos anos.

Ainda baseando-se no estudo de Núbia Silva, envolvendo a Análise do Discurso, é necessário considerar que, ao fazer a leitura crítica sobre um texto ou notícia, é preciso ter em mente que:

A Análise do Discurso, segundo Eiterer (2008), preocupa-se não apenas com o conteúdo, mas também com o uso que é feito dele e com as consequências que daí advêm. A análise do discurso é o mérito recomendado não para analisar o “como” (se diz alguma coisa): mas para analisar “o que” (se diz). A Análise do Discurso, além de provocar saber “o que fala”, quer saber “quem fala”, “para quem fala”, “como falam” e “para quem falam”.<sup>397</sup>

Assim, esta investigação procura cumprir ainda uma premissa de “A Análise do Discurso é a relação entre texto e contexto”,<sup>398</sup> como afirma Núbia Silva, dando continuidade a essa metodologia, na edição do *Com-passo* de janeiro e fevereiro de 1987, na primeira página, foi publicada uma nota da CNBB e da Comissão Episcopal Pastoral:

Esperanças e Ansiedades – Nota da Presidência da CNBB e Comissão Episcopal Pastoral: [...] 2. O ano que surge precisa ser o ano da realização das grandes esperanças do Brasil. Prometeram mudanças urgentes e necessárias em atendimento às legítimas necessidades do povo. A sociedade civil traz consigo, já de longe, aspirações justas, cujo atendimento não pode ser protelado ou, pior frustrado. Afinal, de nada adianta sermos um País gigante e rico, quando a maioria do povo é paupérrimo, passa fome e não tem onde morar. [...] 3. A Constituinte, que em breve se vai instalar, deverá ser o momento de construir sólida base jurídica destas desejadas transformações. [...] 4. João Paulo II, [...] advertia em Salvador sobre a necessidade das reformas sociais. Fazemos hoje eco da sua advertência [...].<sup>399</sup>

Neste trecho, há um reforço por parte da CNBB e de sua Comissão de Pastoral para que os cristãos católicos ficassem atentos aos encaminhamentos da Assembleia Constituinte. Além disso, como aponta Lucas Coelho, de início, houve restrições à participação popular, limitando

---

<sup>396</sup> Ibid., p. 104.

<sup>397</sup> Ibid., p. 79.

<sup>398</sup> Ibid., p. 83.

<sup>399</sup> PRESIDÊNCIA DA CNBB. Esperanças e Ansiedades. **Com-passo**, Uberaba, janeiro/fevereiro de 1987, nº 89, p. 1.

a apenas um dia: “[...] pronunciamentos de representantes da sociedade nas comissões e subcomissões, apresentando sugestões dispersas, com pouco peso político e sem nenhuma garantia de que seriam agraciadas pelos deputados.”<sup>400</sup> Outro aspecto importante, considerado por este pesquisador, se dá sobre “[...] o processo de construção da mobilização em torno da Constituinte exemplifica bem a luta daquele conjunto de novos atores sociais e políticos do período da transição democrática pelo reconhecimento enquanto sujeito político e enquanto cidadão pleno.”<sup>401</sup> Há visivelmente um processo de reengajamento político por parte dos brasileiros na busca de recuperar o exercício pleno de sua cidadania, brutalmente desrespeitado pelos militares ao longo de mais de trinta anos. O fortalecimento da cidadania e da participação política dos eleitores foi um processo fundamental, considerando principalmente a polarização política que o Brasil ainda experienciava e a falta de acesso à informação, ora pela censura, ora propositalmente, quase sempre feitas como estratégia de manipulação social para que as pautas ainda defendidas no início da década de 60 não viessem compor a nova Carta Constitucional, como, por exemplo, a Reforma Agrária.

Na edição de junho de 1987, a edição de número 93, trouxe outra mensagem de Dom Benedito sobre o processo Constituinte, indicando quais deveriam ser as propostas apoiadas pelos fiéis da Arquidiocese de Uberaba:

Comunicação de Emergência: [...] A comissão de acompanhamento da Constituinte enviou ao Srs. as propostas aprovadas na 25ª Assembleia, em Itaiçi. De fato, são sete as propostas por nós apoiadas: as quatro elaboradas na Assembleia e três sob a responsabilidade das respectivas entidades (Campanha pela Reforma Agrária, Plenário pró-participação, Conselho Indigenista Missionário). As dioceses ou regionais poderão velar para que os sete assuntos sejam valorizados bem como outras emendas que correspondam ao documento “Por uma nova ordem constitucional”. [...] O Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de Uberaba sugere que se apoiem as propostas da Reforma Agrária, de Participação Popular e da Família (ou da Educação [...]).<sup>402</sup>

Nesse escrito de Dom Benedito, indicando a preferência do Conselho dos Presbíteros para que os fiéis da Arquidiocese de Uberaba dessem apoio às propostas da Reforma Agrária, de Participação Popular e da Família, são refletidas as escolhas pastorais desenvolvidas ao longo dos anos a partir da elaboração dos *Planos de Pastorais*, originados das Assembleias Arquidiocesanas. Com isso, é perceptível que, além de tentar suprir os problemas relacionados à terra, há ainda um estímulo para favorecer a participação popular, motivado pelo engajamento

---

<sup>400</sup> op. cit., p. 64.

<sup>401</sup> Ibid., p. 77.

<sup>402</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Comunicação de Emergência. **Com-passo**, Uberaba, junho de 1987, nº 93, p. 1-3.

político e social das Comunidades Eclesiais de Base. Por outro lado, a nota pede atenção à questão da Família, o que reflete as preocupações doutrinárias da Igreja também discutidas nas Assembleias da CNBB e de Uberaba.

Em agosto de 1987, foi publicada uma nota do Arcebispo de Uberaba tratando sobre um embate entre a Igreja de Uberaba, lideranças agropecuárias, a UDR e estudantes do curso de Zootecnia:

Nota do Arcebispado - A Arquidiocese de Uberaba sente-se no dever de esclarecer ao Povo de Deus das várias Comunidades o que segue: 1. Em nenhum momento o Arcebispo Metropolitano proibiu a Missa de formatura da Zootecnia. Se o tivesse feito, estaria no seu direito. Disto são testemunhas os representantes da Comissão de Formatura que estiveram na Cúria dia 2 de junho e o Patrono dos formandos que procurou o Arcebispo no dia 18 de junho. O que está afirmado nos jornais sobre proibição é falso. [...] 7. Quanto às informações de que a Arquidiocese de Uberaba teria propriedades de terras, por se lhe atribuir o que não é dela, nem precisamos responder, pois o que foi publicado é ridículo: se as tais “terras”, existem e há delas registros em cartório, não pertencem a estar arquidiocese, mesma a “fazenda” de 4 hectares”! É vezo dos inimigos da Igreja denegri-la e atacá-la. [...] Uberaba, 17 de julho de 1987. Dom Benedito de Ulhôa Vieira.<sup>403</sup>

Novamente, nesta nota é visível uma reafirmação de Dom Benedito sobre a Arquidiocese de Uberaba não ter nenhuma propriedade que pudesse destinar àqueles que reivindicavam a Reforma Agrária. A partir da leitura da pesquisa de Mariana Barbosa, foi encontrado que o Patrono dos formandos que chegou a conversar com o arcebispo em 18 de junho era o ruralista Ronaldo Caiado, que estava em plena ascensão política, em virtude do seu envolvimento direto com as deliberações e ações da UDR:

Em matéria do dia 17 de julho de 87, sob o título “Arcebispo quer impedir missa. UDR faz desafio”, temos mais um exemplo de conflito entre igreja e CPT, e também mais um exemplo da ascensão de Ronaldo Caiado. É noticiado que Caiado fora escolhido para paraninfo da turma de zootecnia de Uberaba e que, em consequência do convite, Benedito Ulhôa Vieira havia proibido todos os padres da diocese a realizarem a missa da formatura. Dom Benedito teria afirmado que Caiado seria “a pessoa mais nociva do país” e Caiado o teria convidado para um debate político sobre reforma agrária.<sup>404</sup>

O desdobramento sobre o caso não foi mencionado nas edições seguintes do *Com-passo*, nem expresso em artigos de alguma das figuras religiosas nos jornais tradicionais de Uberaba. Todavia, não foi possível verificar se foi vinculada uma notícia elaborada pelos próprios

---

<sup>403</sup> VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa. Nota do Arcebispado. **Com-passo**, Uberaba, agosto de 1987, n° 95, p. 2.

<sup>404</sup> BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. **História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988**. Uberlândia, 2018. 230 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22512>> Acesso em: 10 nov. 2023. p. 201.

jornalistas do *Lavoura e Comércio* e *Jornal da Manhã* sobre a realização da Missa. Porém, na autobiografia *Entardecendo*, Dom Benedito relatou sobre o desfecho:

[...] Eles convidaram como paraninfo o Ronaldo Caiado. E aconteceu que nenhum padre aceitou celebrar a missa, sem eu proibir nada. Os estudantes ficaram meio desamparados e vieram a mim. Eu disse que celebrava a missa para eles, mas não a missa de formatura em que o Caiado estaria presente, porque o Caiado era um homem que atacava injustamente e caluniosamente a Igreja. [...] Eles, porém, preferiram buscar um padre de fora, do Estado de São Paulo que foi trazido pelo avião do Caiado. É o Cônego Rebouças da Diocese de Lins, ele me telefonou, e eu disse a ele que não havia proibido haver missa.<sup>405</sup>

O presidente da UDR, Salvador Farina, acabou dando uma entrevista um dia após a emissão da nota de Dom Benedito, associando mais uma vez a Reforma Agrária com a mudança do regime político brasileiro, indo para o comunismo, como aponta Mariana Barbosa.<sup>406</sup> Esta questão demonstra ainda uma crescente disputa de espaço e poder pelas lideranças religiosas que ainda se empenhavam para que a nova Constituição atendesse a essa necessidade social. Enquanto isso, os grandes pecuaristas buscavam desmotivar o engajamento popular, principalmente colocando os movimentos pró-reforma agrária ao lado de posições extremas,<sup>407</sup> gerando incerteza e desacreditando as autoridades eclesiais, como pode ser visto na pesquisa da historiadora mencionada.

Estes apontamentos demonstram a continuidade da ação da Igreja em prol da Reforma Agrária e, ao mesmo tempo, a denúncia em relação à violência no campo e a falta de consciência socioeconômica de lideranças políticas e da Imprensa local de Uberaba. Nesta perspectiva, Dom Benedito ainda reforça um discurso similar ao feito pela UDR, dito na TV: “[...] que os pobres, que não têm terras, não devem mesmo recebê-las, PORQUE SÃO INCOMPETENTES!” Na pesquisa de Mariana Barbosa, a historiadora defende que o discurso da UDR acabou tendo uma origem liberal clássica, respaldada pelo contratualista John Locke: “O argumento é liberal em seu sentido mais clássico, retomando a justificativa jusnaturalista do contratualista John Locke para o “direito natural” à terra/propriedade privada, adquirido por aquele que teria a trabalhado primeiro.”<sup>408</sup> Considerando estes aspectos, é perceptível a influência do discurso da UDR em Uberaba, aliada à perspectiva de que a Imprensa local ainda se mantinha cativa aos interesses políticos e econômicos da cidade, sem cumprir seu papel crítico e social, denunciando, por

---

<sup>405</sup> VIEIRA, Benedito de Ulhôa. *Entardecendo*. Uberaba, Graph Mark, 2008, p. 21.

<sup>406</sup> *Ibid.*, p. 202.

<sup>407</sup> *Ibid.*, p. 202.

<sup>408</sup> *Ibid.*, p. 201

exemplo, os problemas sociais, principalmente dos uberabenses que, por anos, sofriam com os problemas originados pelo coronelismo local.

Ainda sobre a questão da Igreja de Uberaba, Reforma Agrária em UDR, em outro trecho do livro *Entardecendo*, Dom Benedito relatou sobre os problemas terem surgido principalmente a partir da realização da Campanha da Fraternidade de 1986, realizada no penúltimo ano de sua gestão como Vice-Presidente da CNBB:

Aqui em Uberaba, até a Campanha da Fraternidade que foi sobre a terra em 86, nunca tinha tido nenhuma dificuldade com fazendeiros. Todos eram meus amigos. Com a Campanha da Fraternidade da terra eu senti que começou a haver certa incompreensão, por parte da população mais alta em relação à Igreja. [...] Eles, da UDR, não aceitavam a atuação da Igreja em matéria de trabalho pastoral da terra.<sup>409</sup>

Esta fala de Dom Benedito aponta duas questões importantes, a primeira, sua proximidade com a elite econômica de Uberaba e, por vezes, política em determinadas circunstâncias. Em segundo lugar, a ascensão de um movimento político e articulado voltado à Direita, que viu na Igreja uma articulação indesejada que poderia comprometer frontalmente os interesses econômicos de grandes grupos ligados ao agronegócio. Desta forma, é possível enxergar a mudança da forma da disputa de poder social e político entre a Igreja e grandes lideranças econômicas, na qual fica nítido que o compromisso social defendido pela Igreja, principalmente pós-Concílio Vaticano II, na maioria das vezes, foi rechaçado.

Esta perspectiva reforça que os embates ao longo das décadas de 60, 70 e 80 entre Igreja e Estado, tendo o Estado servindo nitidamente a uma classe empresarial ou de grande potencial econômico, passou também por uma disputa ideológica, política e social. Há ainda de se reforçar que a liberdade e a justiça social, defendida por figuras notáveis do episcopado brasileiro, foram pontos de ruptura entre estes mesmos personagens, isto é, setor civil e lideranças religiosas que, no início da década de 60, se uniram para combater uma possível ameaça comunista, que sequer tinha a possibilidade de se transformar em realidade.

A atuação de Dom Benedito nos anos seguintes à frente da Arquidiocese de Uberaba ainda lhe rendeu uma nova eleição para a presidência do Regional Leste II, para o biênio de 1989-1991. Pode-se perceber na documentação analisada, principalmente o *Com-passo* e os *Planos de Pastorais*, que sua atuação continuou nos moldes das analisadas nesta investigação, priorizando a organização das Comunidades Eclesiais de Base. Continuou à frente do

---

<sup>409</sup> op. cit., p. 21.

arcebispado de Uberaba até maio de 1996, quando o Papa João Paulo II aceitou sua renúncia, pedida por ocasião de ter completado 75 anos, atingindo o limite de idade canônico.

Após sua renúncia, Dom Benedito foi nomeado por anos como Reitor do Santuário da Medalha Milagrosa de Uberaba e professor do Seminário arquidiocesano, além de celebrar por diversas vezes, a convite dos padres da Arquidiocese. Ao longo de seus dezoito anos como arcebispo de Uberaba, criou onze paróquias, sendo a maioria delas na própria sede arquiépiscopal.

Sua proximidade com Dom Paulo Evaristo Arns e outros importantes nomes do episcopado brasileiro, dentre eles o também cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, permaneceu por anos, sendo esses contatos relatados principalmente em sua autobiografia *Entardecendo* e na biografia *In Nomine Domini*. A escritora Vera Garcia ainda apontou que Dom Benedito faleceu aos noventa e três anos de idade, em três de agosto de 2014, por ocasião de um quadro de cardiopatia, asma crônica e insuficiência renal, sendo sepultado no dia seguinte na cripta da Catedral Metropolitana de Uberaba.<sup>410</sup>

### **3. 4. A trajetória de Dom Benedito: progressista moderado ou transgressor?**

Ao fazer a leitura dos fatos, discursos e relações tecidas ao longo deste capítulo, é necessário refletir profundamente sobre o impacto da chegada de Dom Benedito a Uberaba, bem como sobre os importantes cargos da Igreja do Brasil. Esta análise, mais argumentativa e propositiva, foi deixada para esta seção, para que seja feita uma leitura que compreenda a trajetória de Dom Benedito a partir das discussões próprias da micro-história, o aparato metodológico que possibilitou que esta investigação fizesse a intersecção de informações a partir das fontes pesquisadas e, principalmente, a rede de sociabilidade do arcebispo.

Como este capítulo traz generosas informações e fatos, foi possível, portanto, responder à pergunta que norteou o desenvolvimento desta pesquisa: como Dom Benedito combateu a Ditadura Civil-Militar na cidade de Uberaba? Evidentemente que não houve um embate direto da personagem principal desta pesquisa com lideranças militares na cidade de Uberaba. No entanto, como apontado, foram produzidos documentos que mapearam suas ações frente ao arcebispado de Uberaba, bem como sua presidência no Regional Leste II e vice-presidência da CNBB.

Além disso, houve momentos de tensão entre Dom Benedito e lideranças políticas alinhadas com a política adotada pelos militares, na qual se viu nitidamente uma disputa política

---

<sup>410</sup> op. cit., p. 70.

e até mesmo de poder. Afinal, não se deve perder de vista que Dom Benedito, ao assumir os cargos mencionados, teve a responsabilidade de manter a integridade da instituição que representava, além de, de certa forma, colaborar para a permanência dos privilégios que a Igreja tinha, além da influência dela em decisões políticas.

Por isso, as reflexões feitas ao longo dos dois primeiros capítulos desta dissertação foram cruciais, para que no desenvolvimento do cerne desta pesquisa, alguns pontos fossem respaldados pela discussão bibliográfica e metodologia. Além disso, nas duas seções deste capítulo, foram apresentadas outras figuras com quem Dom Benedito manteve proximidade, como Dom Ivo Lorscheider, Dom Luciano Mendes e Dom Luís Gonzaga Fernandes. Uma análise de conjuntura ou trajetória dessas personalidades aos moldes das feitas com Dom Lucas Moreira e Dom Angélico Bernardino também não seria possível, considerando a estrutura narrativa deste capítulo que teve como centralidade a trajetória e o discurso de Dom Benedito. Com isso, a conjuntura uberabense pré-Dom Benedito foi apresentada a partir das ações de Dom Alexandre e dos padres Arduini e Prata. Há de se considerar ainda que os padres mencionados foram nomeados para cargos importantes e notórios, como Pe. Prata, que chegou a ser nomeado pároco da Catedral Metropolitana de Uberaba em 1987.<sup>411</sup>

Ao resgatar um texto de Giovanni Levi da década de 90, esse historiador apresenta uma discussão que vai ao encontro daquilo que foi uma preocupação recorrente no desenvolvimento desta pesquisa, principalmente ao longo de sua escrita: considerar a “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto”.<sup>412</sup> Levi ainda considera:

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixará alguma margem de manobra para os dominados, estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.<sup>413</sup>

A partir desta perspectiva, é importante considerar, portanto, a importância de fazer a análise de trajetória de um indivíduo que ocupou cargos de relevância no cenário religioso, que, no entanto, refletiu em insurgências no campo político, principalmente considerando as singularidades do contexto sociopolítico das décadas de 70 e 80, abordados sob diferentes

---

<sup>411</sup> SILVA, Amanda Aparecida de Oliveira. A Catedral, os bispos e arcebispos... op. cit.

<sup>412</sup> LEVI, Giovanni. Uso da biografia. AMANDO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Cords.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 180.

<sup>413</sup> Idem.

concepções, seja a partir de fatos ou dos próprios textos escritos. Uma preocupação que Levi aponta neste trecho é sobre a abordagem meramente condicionante ou ainda determinante. Evidentemente, esta é uma tarefa que o historiador precisa perceber no desenvolvimento de sua narrativa. Afinal, apesar de aliar indivíduo e contexto, as decisões muitas vezes se modificam à medida que novas informações e situações aparecem. Apesar da Igreja Católica ter uma estrutura hierárquica muito bem definida e apresentada à sociedade, este remanejamento de decisões, de influência de seus indivíduos acaba sendo constante, pois as suas definições passam por uma série de filtros pessoais que não necessariamente levarão adiante aquilo que foi determinado pela CNBB, por exemplo.

As diferentes perspectivas do episcopado brasileiro foram comprovadas por várias pesquisas historiográficas. Com isto, uma outra predileção no desenvolvimento deste capítulo foi mostrar que, realmente, Dom Benedito manteve uma proximidade com Dom Paulo Evaristo Arns. No entanto, isto não era predeterminante para que ele assumisse uma postura progressista, ao considerar, por exemplo, as condutas mais moderadas de Dom Lucas Moreira. Ora, os micro-historiadores entendem que cada indivíduo possui uma singularidade, a partir de suas experiências de vida. No entanto, considerar a trajetória de um personagem e compará-lo com outras carreiras serve para expor estas singularidades que acabam passando despercebidas em um contexto de uma análise macro, preocupada com o fato em si, por exemplo. Giovanni Levi ainda afirmou: “[...] é indispensável ampliar tanto quanto possível em torno dele o número de pessoas e de movimentos com os quais ele entrou em contato, reconstruir em torno o seu meio, multiplicar os exemplos de outras vidas que tenham algum paralelo com a sua.”<sup>414</sup>

Portanto, ao mencionar quais atores fizeram parte da vida de Dom Benedito, o objetivo foi exemplificar que, apesar de ele ter sido membro de uma instituição que exige de seus líderes uma série de prerrogativas, o acaso, a diversificação das práticas e as incoerências, naturais ao ser humano, tornam as normas por vezes norteadoras, mas nem sempre determinantes ou factuais. Até mesmo porque o próprio Direito Canônico garante aos bispos e arcebispos a autonomia necessária para agir em suas jurisdições. Talvez isto seja um tanto óbvio; no entanto, ao perceber como se desenham as escolhas e as interseções políticas dentro da Igreja, fica mais claro perceber o quanto há uma relação direta entre o micro e o macro no campo religioso. Diferentemente de um líder que assume uma presidência, os cargos de presidência e vice-presidência da CNBB não tiram seus representantes da atuação em suas (arqui)dioceses de origem. Sendo assim, é notório perceber o quanto a realidade dos personagens que assumem

---

<sup>414</sup> Ibid., p. 176.

estes cargos acaba dando visibilidade a determinados assuntos em detrimento de outros. Até porque a própria Mídia Corporativa participa deste processo, como foi exemplificado.

Portanto, ao considerar a atuação de Dom Benedito em Uberaba, houve uma tentativa de demonstrar em alguns momentos como sua experiência em São Paulo ajudou em sua tomada de decisões durante a organização administrativa e pastoral da Arquidiocese de Uberaba. E, principalmente, identificar quais eram as necessidades sociais da região, fazendo com que ele denunciasse nas páginas do *Com-passo* tais problemas. Além disso, percebeu-se uma busca por meio do *boletim* de suprir as lacunas de informações acerca dos problemas que se repetiam em outros lugares do Brasil ou ainda na América Latina. Esta interface acabou sendo importante para a formação crítica dos leitores do jornal, pois há de se considerar que no período inicial de circulação do jornal, a Mídia Tradicional, além de passar por censuras, mesmo que mais comedidas, também foi voz de interesses corporativos que iam contra o projeto religioso que a Igreja do Brasil empregava, baseada principalmente no Concílio Vaticano II e nas Conferências do CELAM.

Dessa forma, é fundamental, portanto, pontuar que tanto os textos escritos por Dom Benedito como suas ações ajudaram essas barreiras informativas a serem corrompidas. Além disso, o próprio estímulo ao fortalecimento das *Comunidades Eclesiais de Base*, seja em nível arquidiocesano ou regional, serve para exemplificar como a Igreja usou esses núcleos para pressionar as lideranças políticas para atender às reivindicações sociais e, ao mesmo tempo, manter o prestígio social religioso. Por outro lado, o crescimento das ações ligadas à Pastoral da Terra, pedindo pela Reforma Agrária, foi um ponto que trouxe por diversas vezes momentos de tensão. Uma curiosidade é que, apesar de Dom Benedito ter sofrido ataques de lideranças políticas importantes, como foi apontado, e sendo o fato retratado em importantes canais da imprensa brasileira, em nível municipal, sua idoneidade ou reputação não foi questionada por lideranças políticas e econômicas.

A ausência de ataques pessoais, por exemplo, é algo observável, principalmente considerando que uma das prerrogativas ao longo da história brasileira, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar, foi as lideranças religiosas críticas e combatentes ao regime sofrerem algum tipo de injúria, como é lembrado por Kenneth Serbin em *Padres, celibato e conflito social*.<sup>415</sup> A tentativa e os assaltos sofridos evidentemente demonstram que ele sofreu ameaças diretas de alguma forma. No entanto, como faltam elementos que comprovem ou façam a associação desses episódios como alguma tentativa ou forma de coerção, a leitura a ser feita a

---

<sup>415</sup> op. cit.

partir dos elementos analisados é de que suas lutas e perspectivas foram vistas de forma legítima pela sociedade uberabense.

Outro aspecto a ser considerado foi sua ida para o quadro de presidência da CNBB e o quanto sua experiência em terras paulistas e mineiras fez com que, de certa forma, as reivindicações da entidade em prol da Reforma Agrária e contra a violência no campo tivessem continuidade. Um ponto importante desta pesquisa é perceber que, apesar de Dom Paulo Evaristo Arns nunca ter tido nenhum cargo na Presidência da CNBB, havia bispos diretamente ligados a ele, principalmente pelo fato de que Dom Luciano Mendes, ao ter se tornado secretário-executivo e depois presidente, tinha como origem a Arquidiocese de São Paulo.

Desta forma, Giovanni Levi, ainda no artigo indicado, ressalta papel do contexto em uma análise biográfica: “[...] o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado.”<sup>416</sup> Estes detalhes só foram perceptíveis ao produzir uma investigação que tinha em mente explorar a influência sofrida por Dom Benedito por uma série de informações, fatos, relações e, ao mesmo tempo, porque a preocupação de apontar a influência de tantos outros fatos e personagens por meio de seu discurso e tomada de decisões.

A riqueza dos detalhes, principalmente das lutas diretas por pessoas em situações de vulnerabilidade, sem acesso a moradia, a alimentação ou ainda em condições análogas ao trabalho escravo, reforçou ainda a perspectiva de que seu discurso ora denunciava, ora se transformava em ação direta. Com isto, fica compreensível como a micro-história pode suprir lacunas de fatos históricos, que em uma abordagem macro são apresentadas como fruto de apenas um contexto, por vezes tão genérico que se apresenta como um determinismo do pensamento da época. Ter em mente que o contexto é também construído e não apenas determinado por correntes externas ou mais genéricas faz com que seja lembrado que a complexidade social não garantirá de forma alguma o previsível. Até porque o próprio Dom Benedito, em seus processos de continuidade e descontinuidade, amparou-se em suas falas de textos do Papa João Paulo II para defender a *Teologia da Libertação*, sendo o próprio papa considerado ainda por muitos um contundente combatente dessa corrente teológica.

A luta de Dom Benedito na cidade de Uberaba pela questão da terra, por exemplo, pode ter influenciado na mudança das prioridades políticas de Uberaba, como se vê a partir da leitura da tese da geógrafa Roberta Wagner. A elite uberabense passou a enxergar a necessidade de atender às demandas populares. Contudo, foi somente na gestão de Wagner Nascimento,

---

<sup>416</sup> op. cit., p. 176.

durante os anos de 1983 e 1988, que foram criadas iniciativas que atendessem a essas reivindicações, sendo uma delas a Companhia de Habitação do Vale do Rio Grande (COHAGRA), órgão responsável pela construção e distribuição de moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade social.<sup>417</sup>

O historiador Deivy Carneiro ainda destaca a preciosidade da análise de redes sociais, ao afirmar:

Uma análise de redes sociais, sobretudo aquela ego-centradas me possibilitaria perceber as características das configurações relacionais, mas também sua influência nos comportamentos dos indivíduos e sua incidência nos processos econômicos, sociais e políticos. As diferenças em como os indivíduos estão conectados incidem em suas oportunidades e limitações; na distribuição de recursos; na articulação de cooperação e conflito e na percepção das relações de poder.<sup>418</sup>

O exemplo acima e este apontamento servem para respaldar inclusive a escolha por analisar os discursos de Dom Benedito ao longo desta pesquisa, pois a partir deles ficou mais tangível quais eram suas perspectivas acerca da conjuntura política, social, econômica e cultural brasileira. É relevante considerar que seus escritos trazem ainda mais detalhes sobre um homem nascido no início da década de 20. Vindo de uma família considerada classe média, com relações importantes para o contexto, Dom Benedito no início de sua juventude se mudou para a maior cidade do país, recebendo uma formação intelectual e se manteve próximo de uma elite intelectual. Com seus escritos e práticas foi possível compreender um pouco sobre essas conjunturas, além de entender um pouco seu pensamento e, ainda mais, qual foi sua atuação no campo religioso e social.

---

<sup>417</sup> op. cit., p. 236.

<sup>418</sup> CARNEIRO, Deivy Ferreira. Micro-história e uma análise da relação entre a população e a justiça criminal. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 311.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre os principais resultados desta investigação, é necessário também apresentar de certa maneira alguns aspectos que fizeram parte desta jornada científica, que trouxeram com certeza novos elementos para a historiografia em nível local e, conseqüentemente, para a brasileira.

Na primeira parte desta pesquisa, foram destacados alguns elementos recorrentes. No entanto, como houve uma predileção pela análise da trajetória e práticas em diferentes níveis, alguns elementos tomaram um maior protagonismo, como, por exemplo, a presença do Pe. Patrick Peyton no Brasil. Apesar de ser objeto de reflexão em trabalhos científicos, a abordagem de sua relação com a CIA e seu estímulo para a *Marcha pela Família e Liberdade* precisa ainda ser mais bem explorada pela historiografia. Afinal, a questão da influência de seu discurso, que consolidou um apoio da Igreja e serviu de base para o golpe civil-militar de 1964, ficou evidente. Quem sabe novas pesquisas não possam colaborar para entender ainda mais a relação e o impacto dessa figura no Brasil, nas cidades pelas quais passou, organizando as *Marchas* e suas articulações com as lideranças políticas e religiosas locais, além do eixo Rio-São Paulo?

Por outro lado, apesar de obras que mencionam a heterogeneidade do quadro eclesial, estas informações são mais claras a partir do acirramento das relações entre militares e bispos, como foi visto. Nas muitas leituras realizadas, ficou compreendido que apenas Dom Hélder, entre as principais figuras do episcopado, teria sido contrário à manutenção do governo brasileiro em 1964. Todavia, no início dos anos 60, o número de arcebispos e bispos já era considerável. Nas pesquisas lidas, mal se fala da perspectiva do episcopado nordestino, por exemplo, que foi e é considerado por muitos alinhado a ideias progressistas. Apesar de Dom Hélder Câmara ter sido arcebispo de Olinda e Recife, ficou explícito que sua remoção da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro passou por motivações políticas. Afinal, em vários exemplos, como até mesmo de Dom Agnelo Rossi e Dom Lucas Moreira, a promoção a um cargo maior, a fim de remover o clérigo de uma situação indesejada, é uma estratégia comum na Igreja. Nesta perspectiva, parece haver uma dificuldade para a historiografia brasileira responder melhor a esta questão, a partir da compreensão de outras lideranças eclesiais.

Por uma questão de recorte temático, não houve oportunidade para verificar, por exemplo, a postura de outras lideranças da CNBB, seja da Presidência da CNBB ou ainda daqueles que estiveram à frente das Comissões Pastorais. O trabalho de Paulo César Gomes, com certeza, é uma pesquisa que permeia os personagens da presidência. No entanto, faltam

algumas discussões mais aprofundadas para se compreender um pouco mais as posturas adotadas pelos presidentes ou secretários-gerais, até mesmo suas atuações em suas (arqui)dioceses de origem. O olhar sobre a importância desses cargos remete-se à perspectiva de alguém que está inserido em uma das organizações ligadas à CNBB e compreende como esta movimentação influencia diretamente as ações da Igreja em nível nacional, regional e local. Por mais que as figuras do Presidente e do Secretário-Geral da CNBB tragam muito da Instituição, geralmente as decisões são bastante colegiadas, principalmente envolvendo o Conselho Permanente, que é constituído por representantes de todos os Regionais da CNBB.

Outro aspecto importante construído foi sobre o impacto do discurso e, conseqüentemente, sua análise aliada à compreensão das práticas do sujeito. Afinal, o cotidiano pode assegurar a legitimidade da alocação do indivíduo. Esta concepção foi uma escolha que, aliada à análise de trajetória, serviu para construir alguns elementos importantes. Ao resgatar quais disciplinas cursadas por Dom Benedito no Seminário Arquidiocesano de São Paulo, a possibilidade de compreensão de qual foi o perfil de padres formados em sua geração dá margem para entender depois como se daria a geração dos bispos da qual ele fez parte. Desta forma, ao utilizar a micro-história como um aparato metodológico, algumas respostas foram respondidas; no entanto, tantas outras surgiram. A historiadora Sabina Loriga, ao tratar sobre as pesquisas biográficas, ainda traz uma reflexão que foi demonstrada ao longo desta dissertação por meio dos personagens apresentados:

[...] por meios de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.<sup>419</sup>

Desta forma, ao trabalhar no primeiro capítulo várias personalidades do episcopado brasileiro da década de 60, os detalhes apresentados, as intersecções dos movimentos da Igreja em Roma refletidos na prática da Igreja do Brasil e, depois, na América Latina, serviram para demonstrar como a *Doutrina Social da Igreja* foi incorporada nesses lugares. Este aspecto foi determinante para a ascensão de uma *Igreja Popular*, que no contexto brasileiro se tornou crítica e combatente da Ditadura Civil-Militar em várias realidades do continente latino-americano. É necessário considerar outro aspecto importante que não deve ser esquecido e que,

---

<sup>419</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 248 – 249.

por vezes, acaba sendo marginalizado em algumas pesquisas: a Igreja tornou-se combatente da Ditadura Civil-Militar. Isto é um fato. No entanto, este confronto fez parte de uma disputa de poder, de tentativa da manutenção da influência religiosa, política e social da Igreja. Não à toa que alguns militares aderiram ao protestantismo e em um contexto em que a desmoralização de figuras importantes do clero foi recorrente, como foi apontado em *Diálogo nas sombras*.<sup>420</sup>

Este aspecto é um ponto singular que reflete as disputas no contexto brasileiro, no qual, o protestantismo tem anunciado em muitos casos sua correlação a correntes ideológicas extremas e arbitrárias. Ao mesmo tempo, observa-se uma reafirmação de parte da mídia corporativa, em certos casos, ao dar espaço para a desmoralização dos críticos das medidas autoritárias ou adeptos de uma *Igreja Popular* que, apesar de ter perdido sua força por mudanças nas prioridades da Igreja, ainda se manteve resistente.

É interessante relacionar ainda este debate a partir dos temas refletidos ao longo desta pesquisa: a influência e protagonismo da Igreja da América Latina na conjuntura política e interna da própria Igreja Católica. É interessante notar a eleição de Francisco acontecer após a renúncia de Bento XVI, que teve um papel importante na caminhada da Igreja latino-americana quando foi membro do Dicastério para a Doutrina da Fé. Não se deve esquecer que Bento XVI fez parte de decisões que colaboraram para o enfraquecimento da Teologia da Libertação, corrente teológica de características latinas, enfraquecida durante a primeira década do pontificado de João Paulo II.

Neste aspecto, a utilização de elementos da micro-história ajudou a trazer peculiaridades e, de certa forma, colaborou para a desconstrução de opiniões generalistas, sendo possíveis, por exemplo, ao analisar escritos de Dom Benedito, ler falas do Papa João Paulo II que apoiaram a Teologia da Libertação. Sobre a questão da complexidade e responsabilização dos próprios atos, afirma Benito Schmidt:

Afinal, se o indivíduo não é apenas um produto de seu meio, uma marionete de forças impessoais que o ultrapassam ou uma encarnação de valores coletivos (como nas biografias tradicionais), mas um sujeito concreto, dotado de margens de liberdade, ele também pode ser responsabilizado, ao menos em parte, por seus atos.<sup>421</sup>

Assim, pode-se perceber mais um ponto que esta investigação colaborou: afinal, o papel do historiador não é jamais apontar heróis ou vilões, apenas apresentar os fatos com pontos de

---

<sup>420</sup> Op. cit.

<sup>421</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 1, p. 123 – 144, jan. 2014. p. 135.

reflexão, pois a individualidade é cheia de oscilações e isto colabora para uma leitura mais racional dos sujeitos, contribuindo para que o acesso histórico seja menos especulativo, arbitrário, motivado pelas predileções pessoais.

Perceber como a trajetória de Dom Benedito refletiu em sua administração na Arquidiocese de Uberaba ou nos cargos assumidos da CNBB tornou-se uma abordagem interessante para demonstrar detalhes que levaram a mudanças importantes na cidade de Uberaba, que possui uma herança política conservadora. Ao entender a rede de relações de Dom Benedito tecida em São Paulo, seja com membros do episcopado ou ainda com a elite intelectual e econômica, intui-se a percepção de sua habilidade em manter uma relação próxima com esses mesmos grupos na cidade de Uberaba, seja ao ser membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro ou ainda mantendo diálogo com importantes produtores rurais. Afinal, sua vinda para Uberaba e seu embate com a Ditadura Militar na cidade foram itinerantes para a condução desta pesquisa. E isto foi mais bem esclarecido ao serem apresentados documentos do Serviço Nacional de Informações, artigos e notícias do *Com-passo*, além dos outros jornais locais e de circulação nacional.

O estudo sobre a Imprensa Alternativa, *os nanicos*, foi um enfoque que ajudou a compreender o uso de boletins informativos e outras mídias organizadas pela Igreja, como instrumentos de resistência à censura. O *Com-passo* não sofreu censuras diretas, possivelmente devido à abertura política; por outro lado, verificou-se que o *Correio Católico*, antecessor do *Com-passo*, também não sofreu censura. Essa questão é um pouco mais problemática, pois o contexto de circulação do *Correio Católico* foi o mesmo em que figuras religiosas sofreram duras perseguições na cidade, incluindo especialmente Pe. Prata e Mons. Juvenal Arduini. As pesquisas já elaboradas sobre esse período do governo de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, que consideram eventos pré-64 e alguns anos após a instauração do golpe, não conseguem responder a essa pergunta. A falta de elementos certamente pode indicar que não houve censura. Mas se não houve, porque não houve é uma questão complexa que demandaria uma análise mais aprofundada das circunstâncias específicas desse período.

Entender a postura da CNBB e os meios de comunicação social durante o período da Ditadura Civil-Militar é outra perspectiva a ser mais bem explorada. A pesquisa de Ricardo Alvarenga conseguiu delinear o perfil geral da organização da entidade em relação à corrente orientadora. Quem sabe uma pesquisa que reúna importantes meios de comunicação da Igreja não preencheria outras lacunas sobre a importância desses meios para driblar a censura, seja noticiando fatos ou com artigos reflexivos? Há ainda os *Boletins Mensais* da CNBB que podem

apresentar novos elementos e que, por questão de recorte temático, não foram apresentados ou analisados nesta pesquisa. Todavia, o historiador Kenneth Serbin faz pontuações importantes em *Diálogos na Sombra* sobre essa estratégia da Igreja e o uso dos meios de comunicação:

A Igreja se ligaria a uma grande e criativa rede informal de comunicações que contornaria a censura e outras medidas repressivas. [...] A Igreja construiu em grande parte essa rede. [...] Portanto, igrejas locais ainda prestavam seu tradicional serviço de fontes de informação. Membros do clero e das CEBs agiam como mensageiros de notícias sobre os documentos dos bispos e dos direitos humanos. Boletins e folhetos de uma florescente imprensa clandestina passavam de mão em mão entre os fiéis.<sup>422</sup>

A manutenção dos cargos em (arqui)dioceses e províncias eclesiais é uma lacuna observada, como demonstrado. Para a província de Uberaba, foram nomeadas duas personalidades consideradas progressistas em um mesmo ano, o que abre margem para considerar o perfil socioeconômico e cultural da região e a escolha desses nomes. Quais eram os interesses da Igreja Católica ao fazer essas nomeações e transferências? Compreender o desenvolvimento dos governos episcopais nas áreas onde a cultura agropecuária se afirmava, levando a uma diferenciação clara dos temas e regionalização brasileira. Enquanto nos grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro, a disputa concentrou-se majoritariamente em questões de influência e liderança política, além do mundo operário, nas regiões do interior brasileiro, o embate foi voltado mais ao acesso à moradia, combate à fome e ao trabalho análogo à escravidão. Com isto, ainda pode ser citado Serbin: “O trabalho do historiador inclui a compreensão do contexto no qual ocorrem e o levantamento de perguntas sobre o conteúdo dos documentos e sobre a história dos próprios documentos”.<sup>423</sup>

Foi curioso perceber que o projeto delineado por Dom Benedito em seu discurso de posse, como arcebispo de Uberaba, acabou sendo para ele um verdadeiro diferencial, colocando em prática sob diversas maneiras, como foi apresentado em *Entardecendo*: “[...] por fidelidade ao Evangelho – com o pobre, com o operário rural e urbano que é meu irmão em Jesus Cristo, com a marginalização e o salário, com a dignidade do homem e os seus direitos [...]”<sup>424</sup>

Por fim, não faltaram exemplos que apontassem na prática uma reflexão destacada no livro *A forma e o Tempo: decifrando Carlo Ginzburg*, no qual os autores afirmaram:

Os indícios e sinais produzidos pela circulação de indivíduos, objetos e ideias podem, portanto, ser seguidos pelo espaço e também ao longo do tempo. [...] os estudos de Ginzburg [...] permitem a percepção de como os discursos e as ações, por exemplo,

---

<sup>422</sup> op. cit., p. 125.

<sup>423</sup> op. cit., p. 61.

<sup>424</sup> op. cit., p. 27.

foram produzidos pela circulação – “local” ou “global” – de ideias e de pessoas influenciaram de forma diferente as experiências dos indivíduos das pessoas imbricados em outros locais. Esse tipo de análise nos permite ir além das abordagens tradicionais de micro e macro como sinônimos de níveis nos quais agência e estrutura são respectivamente localizadas.<sup>425</sup>

Com certeza, este trabalho, longe de tornar a descrição seguinte como uma definição presunçosa, conseguiu por vários momentos interligar aquilo que o próprio Ginzburg faz em suas pesquisas, apontado por Carneiro e Dias, na obra citada acima: “Em suma, a história produzida por Ginzburg incorpora as práticas sociais singulares, mas amplamente conectados”<sup>426</sup> ao mesmo tempo em que afirmam: “As práticas sociais, portanto, emaranham indivíduos e grupos que não só estão espalhados por várias localidades, mas que também carregam passados, memórias e expectativas distintas. Sincronia e diacronia se misturam nas ações e práticas dos indivíduos de carne e osso.”<sup>427</sup>

Além do fato de perceber que perseguir os passos de Dom Benedito trouxe muito mais que a compreensão de alguns fatos e discussões, serviu ainda para perceber que na grande complexidade Institucional que por vezes dita o ritmo e influência nas nuances da vida religiosa, o indivíduo na maioria das vezes terá sua autonomia. Com esta perspectiva, aliada suas ações cotidianas, uma investigação historiográfica servirá para demonstrar que na trajetória individual o contexto quase sempre dará escolhas e oportunidades. A consciência das renúncias pessoais ou dos silêncios do personagem em momentos singulares podem determinar o caminho de tantos outros indivíduos. Afinal, o falar e o silenciar possuem a mesma correspondência em situações extremas. No fim, a coragem ou a covardia prescrevem a história do próprio indivíduo.

---

<sup>425</sup> CARNEIRO, Deivy Ferreira; DIAS, Daniel Rezende Berbert. **A forma e o tempo: decifrando Carlos Ginzburg**. São Paulo: Alameda, 2022. p. 266.

<sup>426</sup> Ibid., p. 265.

<sup>427</sup> Ibid., p. 267.

## FONTES PRIMÁRIAS

AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves do. Arcebispo diz que Governo Goiano Persegue Igreja. **Correio Católico**, Uberaba, 8 jun. 1965.

\_\_\_\_\_. Custo de vida insuportável propaga perigosamente o Comunismo. **Correio Católico**, Uberaba, 4 abr. 1962.

\_\_\_\_\_. Liberdade de Culto no Estado. **Correio Católico**, Uberaba, 23 jan. 1971.

\_\_\_\_\_. Liberdade Humana. **Correio Católico**, Uberaba, 18 out. 1965.

\_\_\_\_\_. Vinte anos de dois episcopados. **Botija Parda**, Araguari, 27 fev. 1977.

ARDUINI, Mons. Juvenal. Dom Romero. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 26 abr. 1980.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Dom Lucas Moreira Neves, Encarregado dos Meios de Comunicação Social em SP. **O São Paulo**, São Paulo, ano XVIII, nº 815, 18 set. 1971.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Curriculum Vitae dos Sacerdotes 1940-1965**, nº 3. p. 25-26.

\_\_\_\_\_. **Ficha Biográfica do Clero**. Ficha de Dom Benedito de Ulhôa Vieira.

\_\_\_\_\_. **Livro de Registro de Matrículas do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938**. matrícula nº 6.

\_\_\_\_\_. **Livro de Registro das Notas dos Exames Finais do Seminário Central do Ipiranga do ano de 1938-1945**. p. 127 – 150.

ARQUIDIOCESE DE UBERABA. **1º Livro de Tombo (11/07/1978 a 22/11/1986)**.

\_\_\_\_\_. **1º Plano Arquidiocesano de Pastoral da Igreja de Uberaba (PAPIU) Biênio 1979/80**.

\_\_\_\_\_. **2º Plano Arquidiocesano de Pastoral da Igreja de Uberaba (PAPIU) – 1981 – 1983**.

BRITO, Pe. Lino dos Santos. **Questionário das Férias de Benedito de Ulhôa Vieira de dez/41 e jan/42**. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1942.

CNBB. **Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

CNBB. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). **As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por São João Paulo II. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2023.

COM-PASSO. Uberaba, novembro de 1978, nº 1.

COM-PASSO. Uberaba, novembro de 1978, nº 2.

COM-PASSO. Uberaba, dezembro de 1978, nº 3.

COM-PASSO. Uberaba, fevereiro de 1979, nº 4.

COM-PASSO. Uberaba, março de 1979, nº 5.

COM-PASSO. Uberaba, abril de 1979, nº 6.

COM-PASSO. Uberaba, maio de 1979, nº 7.

COM-PASSO. Uberaba, junho de 1979, nº 8.

COM-PASSO. Uberaba, setembro de 1979, nº 10.

COM-PASSO. Uberaba, outubro de 1979, nº 11.

COM-PASSO. Uberaba, novembro de 1979, nº 12.

COM-PASSO. Uberaba, dezembro de 1979, nº 13.

COM-PASSO. Uberaba, abril de 1980, nº 16.

COM-PASSO. Uberaba, junho de 1980, nº 17.

COM-PASSO. Uberaba, julho de 1980, nº 18.

COM-PASSO. Uberaba, setembro de 1980, nº 20.

COM-PASSO. Uberaba, outubro de 1980, nº 21.

COM-PASSO. Uberaba, fevereiro de 1980, nº 24.

COM-PASSO. Uberaba, junho de 1981, nº 28.

COM-PASSO. Uberaba, novembro de 1981, nº 33.

COM-PASSO. Uberaba, julho de 1982, nº 40.

COM-PASSO. Uberaba, agosto de 1982, nº 41.

COM-PASSO. Uberaba, abril de 1983, nº 48.

COM-PASSO. Uberaba, maio de 1983, nº 49.

COM-PASSO. Uberaba, janeiro/fevereiro de 1984, nº 57.

COM-PASSO. Uberaba, junho de 1984, nº 61.

COM-PASSO. Uberaba, setembro de 1984, nº 64.

COM-PASSO. Uberaba, outubro de 1984, nº 65.

COM-PASSO. Uberaba, abril de 1985, nº 70.

COM-PASSO. Uberaba, maio de 1985, nº 71.

COM-PASSO. Uberaba, maio de 1985, nº 72.

COM-PASSO. Uberaba, novembro de 1985, nº 76.

COM-PASSO. Uberaba, abril de 1986, nº 80.

COM-PASSO. Uberaba, julho de 1986, nº 83.

COM-PASSO. Uberaba, janeiro/fevereiro de 1987, nº 89.

COM-PASSO. Uberaba, junho de 1987, nº 93.

COM-PASSO. Uberaba, agosto de 1987, nº 95.

DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A SITUAÇÃO NACIONAL. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). **As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO. **Atividades e Atuação da Igreja Católica no Brasil.** BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.90074504, 1990. Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br/dfanbsb/v8/mic/gnc/aaa/77107102/an/02//d0001de0001.pdf>> Acesso em: 05. mai. 2023.

JOÃO XXIII, papa. **Constituição Apostólica *Humane Salutis*: para a convocação do Concílio Vaticano II.** Vaticano, 1961. <[https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost\\_constitutions/1961/documents/hf\\_j-xxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html)> Acesso: 12 ago. 2022.

JOÃO PAULO II, papa. **Audiência Geral, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1979.** Vaticano, 1979. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_aud\\_19790221.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf_jp-ii_aud_19790221.html)> Acesso: 10 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Carta do Papa João Paulo II aos bispos da Nicarágua. Vaticano, 1982.** Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_ltr\\_19820505\\_nicaragua.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1982/documents/hf_jp-ii_ltr_19820505_nicaragua.html)

ii/pt/letters/1982/documents/hf\_jpii\_let\_19820629\_episcopato-nicaragua.htm Acesso: 10 nov. 2023.

JORNAL DA MANHÃ. Direitos Humanos: Meta da Igreja de Uberaba. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 19 nov. 1978.

\_\_\_\_\_. Igreja de Uberaba rebate críticas da ABCZ. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 7 mai. 1980.

LAVOURA E COMÉRCIO. Nota de Apoio. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 9 mai. 1980.

LEÃO XII, Papa. *Rerum Novarum*. Vaticano, 1891. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)> Acesso: 12 ago. 2022.

MARINHO, Roberto. Canto do Galo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 14.078, 27 mar. 1972.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Esse bom Sr. Dom Benedito. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 30 mai. 1981.

O SÃO PAULO. Denúncia: o menor é escravo. **O São Paulo**, São Paulo, 11 a 17 abr. 1980.

O SÃO PAULO. Em preparação Um Curso de Pastoral das Comunicações Sociais. **O São Paulo**, São Paulo, ano XVI, nº 792, 10 abr. 1971.

PRATA, Pe. Thomaz de Aquino. Viver em Dignidade. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 12 ago. 1978.

REZENDE, Vera Cruz Garcia de. **Dom Benedito: “In Nomine Domini”**. Uberaba, Tavares & Tavares Empreendimentos Comerciais LTDA, 2021. 146p.

SANTOS, Valderi dos. Cresce o movimento dos produtores contra invasão. **O Estado de São Paulo**, 20 de março de 1986.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. AGÊNCIA DE GOIÂNIA: ENCAMINHAMENTO N9 015/19/AGO/SNI/83. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/rrr/83007222/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_rrr\\_83007222\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/83007222/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83007222_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Atuação do Clero nas Questões Fundiárias**. 23 de novembro de 1982. Disponível em:

<[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/83029576/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_83029576\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83029576/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83029576_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.205**. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_tt/0/mcp/pro/0205/br\\_rjanrio\\_tt\\_0\\_mcp\\_pro\\_0205\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0205/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0205_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77107102.** Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br/dfanbsb/v8/mic/gnc/aaa/90074608/d0001de0001.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Identificação de Religiosos e Leigos no Processo Subversivo:** PB n2. 144/19/AC/83 - Enct2. n2. 016/19/ABH/84. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ooo/83008480/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ooo\\_83008480\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/83008480/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_83008480_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Nº 168 /19/AC/82.** Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/82025568/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_82025568\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82025568/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025568_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Processo GAB n. 100.730.** 5 out. 1978. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_tt/0/mcp/pro/1505/br\\_rjanrio\\_tt\\_0\\_mcp\\_pro\\_1505\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1505/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1505_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 ma. 2023.

\_\_\_\_\_. **Situação Psicossocial e Política de Uberaba-MG.** Belo Horizonte, 20 de abril de 1981. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ooo/81004328/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ooo\\_81004328\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/81004328/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_81004328_d0001de0001.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **ZD. 14C. 10.** Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_zd/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c\\_0010/br\\_dfanbsb\\_zd\\_0\\_0\\_0014c\\_0010\\_d0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c_0010/br_dfanbsb_zd_0_0_0014c_0010_d0002.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2023.

VIEIRA, Benedito de Ulhôa. **Auscultando o Coração.** Uberaba, Editora e Gráfica Saga, 2013.  
\_\_\_\_\_. **Entardecendo.** Uberaba, Graph Mark, 2008, 88p.

\_\_\_\_\_. A Festa do Trabalhador. **Jornal da Manhã,** Uberaba, 4 mai. 1979.

\_\_\_\_\_. A Igreja, em Uberaba, não tem terras para redistribuir. **Lavoura e Comércio,** Uberaba, 29 fev. de 1980.

\_\_\_\_\_. Anistia. **Jornal da Manhã,** Uberaba, 10 jul. 1979.

\_\_\_\_\_. Em defesa do bispo de Uberlândia. **Jornal da Manhã,** Uberaba, 6 dez. 1979.

\_\_\_\_\_. Nota Oficial da Cúria Metropolitana. **O São Paulo,** São Paulo, ano XVII, nº 843, 1º abr. 1972, p. 1.

\_\_\_\_\_. Política partidária não é função da Igreja. **Jornal da Manhã,** Uberaba, 16 jul. 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Ricardo Costa. **A comunicação da Igreja Católica no Brasil: tendências comunicacionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. 232 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1729>> Acesso em: 10 nov. 2023.

ALVES, Jéssica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 31-49. (jan./abr. 2019). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12670>> Acesso em: 30 abr. 2023.

AMARAL, Patrícia Aparecida. **Uma empresa de comunicação no cerrado: a TV Triângulo em tempos de ditadura militar, 2021**. 167 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.5540>> Acesso em: 4 mai. 2023.

AQUINO, Maria Aparecida. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964 – 80)**. 1994, 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos (Org.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARAÚJO, Luis Carlos Eblak de. **O versus e a imprensa alternativa: em busca da identidade latino-americana (1975-1979)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18012023-155521/pt-br.php> > Acesso em: 31 jul. 2023.

ARAÚJO, Wagner Alves. **Brasil: nunca mais: a tortura no regime militar**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18488?mode=full>> Acesso em: 12 ago. 2022.

ARENDRT, Hannah. Angelo Giuseppe Roncalli: um cristão no trono de São Pedro de 1958 a 1963. In: \_\_\_\_\_. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA. **Bispos**. Disponível em: <<https://www.arquism.com/bispos>> Acesso em: 10 nov. 2023.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, O.F.M.** Disponível em: <<https://arquisp.org.br/arcebispos/cardeal-dom-frei-paulo-evaristo-arns-ofm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Região Episcopal Lapa.** Disponível em: <<https://arquisp.org.br/regiaolapa/historia>> Acesso em: 15 jul. 2022.

ARQUIDIOCESE DE UBERABA. **Chancelaria.** Disponível em: <<https://arquiocesedeuberaba.org.br/chancelaria/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.** Disponível em: <<https://arquiocesedeuberaba.org.br/dom-alexandre-goncalves-amaral/>> Acesso: 15 jul. 2022.

AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. Entre memória e história: Higienópolis revisitado. **PosFAUUSP**, [S. l.], v. 19, n. 31, p. 291-294, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i31p291-294. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48318>>. Acesso em: 6 mai. 2023.

AZZI, Riolando. **O Clero no Brasil.** Brasília: Associação Rumos, 1992.

BAGATIM, Alessandra. **Personagens, Trajetórias e Histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional.** 2006. 143 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. **História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás:** o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988. Uberlândia, 2018. 230 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22512>> Acesso em: 10 nov. 2023.

BARRETO, Flavia de Oliveira. Desafios metodológicos para a (auto)biografia de família. **Intellèctus**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 85-108, dez. 2017. ISSN 1676-7640. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/31653>>. Acesso em: 4 mai. 2023.

BARROS, Bruno de. **A imprensa diária de Sorocaba:** análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba entre 1964-1974. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26012016-131954/pt-br.php>> Acesso em: 31 jul. 2023.

BASTOS, Pedro Paulo. **Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964.** Texto para discussão, Campinas, n. 229, p. 1-22, mar. 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BITTAR, José Eduardo. **Educação Religiosa versus Laicismo: O “Correio Católico” e As Escolas do Triângulo Mineiro (1930-1945).** São Carlos, 2006. 90f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação). - Universidade Federal de São Carlos.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988:** entre a política institucional e a participação popular. São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. Disponível

em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16082012-125217/pt-br.php>>  
Acesso em: 10 nov. 2023.

BEZERRA, Viviane Prado. A Igreja Católica de Sobral e sua ação pastoral durante a ditadura militar no Brasil. In: SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.). **A Ditadura Civil-Militar em Sobral-CE: aliança, “subversão” e repressão**. SOBRAL: Edições UVA, 2017.

BRIDI, Ana Paula. **A influência dos Estados Unidos da América no Golpe Militar do Brasil de 1964**. *Internacional Relations Week*, outubro/2015.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaços Acadêmicos**. n. 111. (2010), p. 81-89.

CARTA CAPITAL. **Homenagem a Dom Paulo torna-se um ato de resistência a Temer**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/homenagem-a-dom-paulo-torna-se-ato-resistencia-a-Temer/>> Acesso: 12 ago. 2022.

CANCIAN, Renato. **Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais**. In: *Revista Angelus Novus, USP – Ano VII*, n. 11, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97317>> Acesso em: 10 jan. 2023.

CARDOSO, Elza Silva. **Contra o liberalismo, a favor da democracia: a concepção política da igreja católica em meados do século XX**. 2010. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93239>> Acesso em: 12 ago. 2022.

CARNIELLI, Adwalter Antônio. **História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo: 1535 – 2000**. 2. ed. rev. Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006. p. 544-552.

CASTELANO, Maria Jose. **Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar**. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais (online). Disponível em: <[https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427729357\\_ARQUIVO\\_textoanpuh.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427729357_ARQUIVO_textoanpuh.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2023.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. **Locus: Revista de História**, 26, n. 1 (2020): 211-234.

\_\_\_\_\_. *Avanços e novas perspectivas a partir da segunda geração da microstoriailaliana*. In: CARNEIRO, Deivy F. & VENDRAME, Maira (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

\_\_\_\_\_. Micro-história e uma análise da relação entre a população e a justiça criminal. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

\_\_\_\_\_. Daniel Rezende Berbert. **A forma e o tempo: decifrando Carlos Ginzburg**. São Paulo: Alameda, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>> Acesso em: 11 ago. 2022.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Rearticulação Política das Classes Dominantes no Processo de Redemocratização do Brasil nos anos de 1980: A União Democrática Ruralista e o Movimento Democrático Urbano. **Revista Expedições**, v. 9, n. 1, jan./abr.2018. Disponível em: < [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/6939](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/6939)> Acesso em: 10 nov. 2023.

CNBB. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). **As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

COMAYAGUA, Gerardo Alberto Angel. **O Testemunho Evangélico de Óscar Romero: Um caminho martirial salvadorenho para a santidade**. Porto, 2021. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Teologia) - Universidade Católica Portuguesa.

COMISSÃO DA VERDADE DA PUC-SP. **Invasão da PUC-SP**. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-invasao.html>> Acesso em: 12 ago. 2022.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **A Influência da Micro-História na Historiografia Brasileira sobre a Colonização**. Disponível em: <<https://historiaemrede.medium.com/a-influ%C3%Aancia-da-micro-hist%C3%B3ria-na-historiografia-brasileira-sobre-a-coloniza%C3%A7%C3%A3o-2f73d35eabac>> Acesso em: 30 abr. 2023.

COUTINHO, Márcio Goulart. A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários em Volta Redonda (1962 – 1971). In: **30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Anais eletrônico**. Recife: Anpuh-Brasil, 2019. Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564006956\\_ARQUIVO\\_AJOCEOSGR\\_UPOSREVOLUCIONARIOS.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564006956_ARQUIVO_AJOCEOSGR_UPOSREVOLUCIONARIOS.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2023.

DAL RI JÚNIOR, Arno. O conceito de Segurança Nacional na Doutrina Jurídica Brasileira: usos e representações do Estado Novo à Ditadura Militar Brasileira (1935-1985). **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 14, n. 14.2, p. 525–543, 2013. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/466>> Acesso em: 10 nov. 2023.

DEBALD, Blasius Silvano. **A relação da Igreja Católica com o Estado Brasileiro – 1889/1960**. Pleiade. Foz do Iguaçu: Uniamérica - Biblioteca, v. 1, n. 1, jan./jun. 2007.

Disponível em: <<http://www.uniamerica.br/pdf/geral/b869d5b9a0.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2022.

DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; CHIESA, Carolina Dalla. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 4, p. 458-479, jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016140080>> Acesso em: 20 set. 2023.

DE SOUZA, Eliton Felipe. A ditadura Militar e os religiosos que mudaram de lado. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 14, n. 42, 18 dez. 2021.

DIAS, Denise Gabriela. **Patronato Rural, Terra e Poder: Gênese e atuação da UDR em Goiás (1985 – 1994)**. Anápolis, 2017. 199 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Goiás.

DIOCESE DE CAETITÉ. **Dom Antônio Alberto Guimarães Rezende**. Disponível em: <<https://diocesedecaetite.org.br/bispos/dom-antonio-alberto-guimaraes-rezende/>> Acesso em: 10 nov. 2023.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **CEBs por uma igreja missionária na defesa dos direitos do povo**. Disponível em: <<https://www.diocesesa.org.br/2019/11/11/cebs-por-uma-igreja-missionaria-na-defesa-dos-direitos-do-povo/>> Acesso em: 27 mai. 2023.

DOMÉZI, Maria Cecília. Dom Paulo Evaristo Arns e a Operação Periferia. **Revista de Cultura Teológica**, Número Especial - Mística, profecia e pastoreio de D. Paulo Evaristo Arns em São Paulo, ano XXX, p. 56-75, jan. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/rct.iARNS.57040>> Acesso em: 27 mai. 2023.

DE SOUZA, E. F. A ditadura Militar e os religiosos que mudaram de lado. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 14, n. 42, 18 dez. 2021.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latino Americana**. N.5, 2010. p. 144 – 172.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura. **Revista Brasileira de História** [online]. 2015, v. 35, n. 69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69010>> Acesso: 15 jul. 2022.

FACHIN, Patricia. **Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente Távora**. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3464-isaias-nascimento>> Acesso: 12 ago. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Republicano, V. 11: economia e cultura (1930 – 1964)**. Coleção História geral da civilização brasileira, t. 3. v. 11. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Wanderson Raposa. O compromisso educacional de Juvenal Arduini, intelectual e sacerdote-professor. IN: RESENDE, Vânia Maria. **Travessia de libertação: vida e obra de Juvenal Arduini**. Uberaba: 3 Pinti Editora e Gráfica, 2022.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, vol. 24, núm. 47, julho, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>> Acesso em: 12 jan. 2023.

FIGENBAUM, Jones; SCHENEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Movimento Estudantil Universitário: história do Diretório Central de Estudantes da Univates**. Lajeado: Ed. da Univates, 2012. 189 p.

FILHO, José Valdenir Rabelo. O mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil-militar em Sobral. In: SILVEIRA, Edvanir Maia de; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.) **A ditadura civil-militar em Sobral-CE: aliança, subversão e repressão**. Sobral: Edições UVA, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis. In: **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grend. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 76, p. 137-162, set. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-07>> Acesso em: 30 abr. 2023.

GOMES, PAULO CÉSAR. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRIBALDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy F. & VENDRAME, Maíra (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Ligia. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

GUISOPHI, José Anderson. **As Cruzadas do Rosário em família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/164>> Acesso em: 12 ago. 2022.

HENRIOT, Peter J; DEBERRI, E. P; SCHULTHEIS, Michael J. **Ensino Social da Igreja: Nosso grande segredo, herança e compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HIGA, Carlos César. **“Exilado em seu próprio país”: a narrativa lacerdiana sobre a política pós-1964**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/p/15809-dissertacoes-de-mestrado-2014>> Acesso em: 12 ago. 2022.

HOBBSAWM, ERIC. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7263>> Acesso em: 12 ago. 2022.

LACERDA FILHO, Mozart. **Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração**. 2006. 166 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93296>>

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. **Religião & Sociedade**, 42 (1), 153-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872021v42n1cap07>> Acesso em: 30 abr. 2023.

LANZA, Fabio. **O Regime militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)**. 2001. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001.

\_\_\_\_\_. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo**. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

\_\_\_\_\_. Uso da biografia. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Cords.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Mons. Maurílio Cesar de Lima. **Breve História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MAESTRI, Beatriz Catarina. **O CIMI e o povo Xokleng: uma análise da atuação missionária na terra indígena Ibirama**. Florianópolis, 2001. 162f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Antropologia Social). – Universidade Federal de Santa Catarina.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARGOLINER, Jonnathan Monteiro. **A encíclica Mater et magistra (1961) como leitura de uma época: o século XX e as questões sociais**. 2009. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18824> > Acesso em: 20 set. 2023.

MÁRIO, Vandelir Camilo Neves Deolindo. **Desafios e estratégias na criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, 2017**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18661> > Acesso em: 4 mai. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dom Angélico: o bispo que gritava junto com o povo**. Disponível em: < <https://domangelico.memoriasdaditadura.org.br/> > Acesso em: 4 mai. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

Disponível em:  
<<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>> Acesso em:  
10 jan. 2023.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo, Editora Cia. das Letras, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Gines Salas. **Bispo, Clero e Ditadura Militar em Santos: A Visão da Espionagem (1967-1979)**. 2022. 182 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

OLIVEIRA, Whitney França. **“ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU”**: o conflito entre o Estado e a Igreja Católica em Roraima (1968-1988). 2018. 105 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2018.

PASSOS, Fábio Abreu dos. **O revisionismo e os perigos da mentira deliberada na perspectiva de Hannah Arendt**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n3.10.p115>> Acesso em: 30 abr. 2023.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O Regime Militar na Perspectiva do Jornal Lavoura e Comércio de Uberaba (1964 – 1980)**. Uberlândia, 2018. 213f. Tese de Doutorado. (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

\_\_\_\_\_. **Regime Militar, Resistência e Formação de Professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 – 1980)**. Uberlândia, 2007. 206f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. **História Unisinos**, v. 26, p. 359-371. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/hist.2022.262.13>> Acesso em: 15 ago. 2023.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor; ROMEU Frei. **As relações Igreja-estado no Brasil (vol.3): Durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici 1969-1974**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. As Restrições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano ao livro Igreja: carisma e poder de Leonardo Boff. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais (*on-line*). Disponível em: <[https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434309123\\_ARQUIVO\\_DanilloArtigo paraAmpun2015.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434309123_ARQUIVO_DanilloArtigo paraAmpun2015.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2023.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira.** *Mercator*, v. 16, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2017.e16003>> Acesso em: 10 nov. 2023.

PUNTEL, Joana T. **Inter Mirifica**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Inter Mirifica: recordar por quê?** Disponível em: <<https://pascombrasil.org.br/inter-mirifica-recordar-por-que/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

REZENDE, Gilberto. **Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.** 13.02.2022 Disponível em: <<https://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,222744>> Acesso: 15 jul. 2022.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990).** 2008. Dissertação (Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHETTINI, Andrea. O que resta da Comissão Nacional da Verdade? A política do tempo nas comissões da verdade. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1424–1456, jul. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57506>> Acesso em: 4 mai. 2023.

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e ditadura militar no Brasil: Reflexões sobre uma memória cinquentenária. **Revista Ciências da Religião - História e Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>> Acesso em: 10 jan. 2023.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 1, p. 123 – 144, jan. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Mandonismo. In: \_\_\_\_\_. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia de Letras, 2019. p. 33 – 55.

\_\_\_\_\_. Desigualdade Social. In: \_\_\_\_\_. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia de Letras, 2019. p. 101 - 123.

SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade**: uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 296p.

SEIDL, Ernesto. Uma elite pouco (re)conhecida: o episcopado brasileiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 35-60, set. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125886>> Acesso em: 10 nov. 2023.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Amanda Aparecida de Oliveira. **A criação da Diocese de Uberaba em 1907: o processo de romanização de Dom Eduardo Duarte Silva no Triângulo Mineiro**. 2017, 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

\_\_\_\_\_. A Catedral, os bispos e arcebispos. In: RIBEIRO, Valmir Aparecido (Org.). **200 anos + da Igreja Matriz à Catedral de Uberaba**. Uberaba: Santa Rita Editora e Gráfica, 2020, p. 206 – 251.

SILVA, Clara Luisa Oliveira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discurso religioso e produção de subjetividades em uma prisão feminina: um controle de almas? **Rever**. v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i1a12>> Acesso: 10 nov. 2023.

SILVA, Janaína Gomes. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: Uma História de Luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da Distensão Política (1974-1979)**. João Pessoa, 2019. 202f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação). - Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Mensagem do presidente Lula pelos 90 anos de Dom Angélico**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/central-de-conteudo/textos/mensagem-do-presidente-lula-pelos-90-anos-de-dom-angelico>> Acesso em: 4 mai. 2023.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **A ditadura civil-militar e a Igreja Católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico**. In: XVII Encontro de História da Anpuh- Rio, 2016, Rio de Janeiro. Anais (online). Disponível em: <[http://www.encontro2016.tj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf](http://www.encontro2016.tj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, Naiara Alves da. **Uma história da ideia de direitos humanos a partir dos bispos católicos brasileiros (1952-1989)**. 2017. 201 f. Tese de Doutorado (Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, Núbia Maria. **O discurso da mídia sobre a Teologia da Libertação (TdL): O Estudo de caso da Revista Veja e dos Jornais O Globo e Folha de S. Paulo**. Brasília, 2014. 234 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/210>> Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Washington Abadio da. **A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: O Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916)**. Uberlândia, 2004. 151f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

SIQUEIRA, G. DO P.; BAPTISTA, P. A. N.; TEODORO-SILVA, W. **A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude.** Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciência da Religião, v. 16, n. 50, p. 648 – 676, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n50p648-676>> Acesso em: 12 ago. 2022.

SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974).** 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-123647/pt-br.php>> Acesso em: 12 ago. 2022.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>> Acesso em: 4 mai. 2023.

SOUZA, Pe. Edvaldo Pereira de. **100 anos de Dom Estêvão Cardozo Avellar, OP.** Disponível em: <<https://elodafe.com.br/100-anos-de-dom-estevao-cardozo-avellar-op/>> Acesso em: 4 mai. 2023.

SOUZA, Pe. Ney de. Catolicismo e evangelização em São Paulo: centenário da arquidiocese (1908-2008). **Kairós**, Fortaleza, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://ojs.catholicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/272>> Acesso em: 4 mai. 2023.

SOUZA, Pe. Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. In: **A Revista História e Cultura**. Franca, V. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015. p. 274. Disponível em: <<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/view/85>> Acesso em: 15 ago. 2023.

SOUZA, Sara Cristina de. **Igreja católica, política e moral durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).** Revista Aulas, Abril 2007/Julho 2007.

TAMANHOS DE PAPEL. **Tamanho Tabloide.** Disponível em: <<https://www.tamanhosdepapel.com/tamanhos-de-jornal.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

TEIXEIRA, Renan Augusto Gonçalves; EVANGELISTA, Francisco. Formação Social das juventudes católicas: contexto histórico e participação. **Revista Plurais**. v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/9181>> Acesso: 10 jan. 2023.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968 – 1992).** 2012. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280284>> Acesso em: 20 set. 2023.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VESCOVI, Alessandro. **À Luz Dos Vitrais: A História da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no Período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista Da Mota E Albuquerque**. Vitória, 2007. 160f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). – Universidade Federal do Espírito Santo.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A imprensa como Fonte para a pesquisa em História: Teoria e Método**. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)> Acesso em: 10 nov. 2023.

VIEIRA, Marcelo Martins. **Secular e Religioso: D. Luciano Mendes de Almeida e a construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil (1984-1990)**. Mariana, 2017. 119 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8702/1/DISSERTACAO\\_SecularReligiosoDLuciano.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8702/1/DISSERTACAO_SecularReligiosoDLuciano.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2023.

VILAS, Carlos. **1964: um Golpe ou uma Revolução?** Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao/>> Acesso: 12 ago. 2022.

VICENTE, Maximiliano Martin, KOBORI, Nayara. O “Diário de Notícias” de Ribeirão Preto nos anos de 1960: Religião e Política. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.]**, v. 4, n. 2, p. 60–75, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10656>> Acesso em: 15 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **O Coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007**. Uberlândia, 2013. 321f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WEBER; Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991. v.1.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

XXV Encontro Estadual de História. **Sobre a PUC-SP**. Disponível em: <[https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=846](https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=846)> Acesso em: 4 mai. 2023.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. SSA: EDUFBA, 2009, v. 1.

\_\_\_\_\_. Carneiro. Dom Avelar Brandão Vilela e a ditadura militar. In: \_\_\_\_\_. **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZANOTTO, Gizele. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. **Esboços**, v. 9, n. 9, p. 194 – 214, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/57>> Acesso em: 10 nov. 2023.